

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

# Seção II

ANO XXXVI - Nº 051

SEXTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1981

BRASÍLIA - DF

# CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1981

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.819, de 11 de dezembro de 1980, que "reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares".

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.819, de 11 de dezembro de 1980, que "reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares".

Senado Federal, 21 de maio de 1981. — Jarbas Passarinho, Presidente.

# SENADO FEDERAL

### **SUMÂRIO**

### 1 — ATA DA 70\* SESSÃO, EM 21 DE MAIO DE 1981

- 1.1 ABERTURA
- 1.2 EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Secretário-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Nº 1.446/81, referente a informações daquele Departamento a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 18/79, que dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.

### 1.2.2 - Oficio do Sr. 19-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 52/81 (nº 2.051/79, na Casa de origem), que dispõe sobre o valor anual das bolsas concedidas através do Serviço Especial de Bolsas de Estudo — PEBE.

### 1.2.3 - Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 114/81, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia, que altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.

### 1.2.4 — Comunicação da Liderança do PDS

- De substituição de membro em Comissão Permanente.

### 1.2.5 — Apreciação de matérias

— Requerimentos nºs 101 e 102, lidos na sessão ordinária anterior. Aprovados.

### 1.2.6 - Discursos do Expediente

SENADOR ITAMAR FRANCO — Comentários sobre entrevista concedida pelo Deputado Cantídio Sampaio ao Jornal do Brasil, quando abordou a fusão dos partidos de oposição.

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Considerações sobre o momento político-sócio-econômico do País. O cumprimento do calendário eleitoral como fator de normalização da vida nacional.

SENADOR ALOYSIO CHAVES, em explicação pessoal — Posição de S. Ext como Presidente da comissão criada pelo PDS, incumbida da reforma eleitoral, a propósito de conceitos emitidos na presente sessão por Senadores da Oposição e, notícias veiculadas na Imprensa a respeito do prazo limite para apresentação do relatório da comissão.

SENADOR LUIZ VIANA — Centenário de nascimento de Antônio Moniz Sodré.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Homenagem de pesar pelo falecimento do Coronel Nilson Junger.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Carta-aberta da Associação Nacional dos Médicos Residentes, atinente ao encerramento do movimento grevista daquela classe médica.

SENADOR MARCOS FREIRE — Manifestação de pesar pelo passamento do Sr. Hélio Coutinho Correia de Oliveira.

### 1.2.7 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 115/81, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, que veda a remessa, para o exterior, de pagamentos de "royalties" pelo uso de marcas de indústria ou de comércio.

### 1.3 - ORDEM DO DIA

### 1.3.1 - Questões de ordem

— Suscitadas pelos Srs. Murilo Badaró e Humberto Lucena, referentes a requerimentos de preferência para manutenção do ordenamento da pauta e de inversão da Ordem do Dia, respectivamente.

### 1.3.2 - Fala da Presidência

- Resposta às questões de ordem formuladas.

### 1.3.3 — Votação de requerimentos

— № 106, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, de inversão da Ordem do Dia. Rejeitado, após questão de ordem levantada pelo Sr. Senador Murilo Badaró e respondida pela Presidência, tendo usado da palavra nesta oportunidade os Srs. Humberto Lucena, Orestes Quércia, José Lins, Marcos Freire, Nilo Coelho, Gilvan Rocha e Dirceu Cardoso.

Nº 107, de autoria do Sr. Senador Murilo Badaró, requerendo a manutenção da sequência da Ordem do Dia. Aprovado, após usarem da palavra sobre a matéria os Srs. Dirceu Cardoso, Humberto Lucena, Itamar Franco, Marcos Freire, Murilo Badaró e José Fragelli, tendo o Sr. Presidente prestado esclarecimentos sobre intervenções anteriores da Presidência, no que se refere a enunciados da Presidência sobre requerimentos de inversão e de manutenção da sequência da Ordem do Dia, lidos na presente sessão.

# 1.3,4 — Intervenções, pela ordem

— Dos Srs. Dirceu Cardoso, Itamar Franco e Marcos Freire, referentes à votação do Requerimento nº 107/81, anteriormente aprovado.

### 1.3.5 - Fala da Presidência

- Resposta às intervenções feitas.

### 1.3.6 - Continuação da Ordem do Dia

- Item 1

— Projeto de Lei do Senado nº 70/80, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a coligação partidária, e dá outras providências.

### 1.3.7 — Intervenção, pela ordem

— Do Sr. Henrique Santillo, referente a requerimentos de inversão da Ordem do Dia, de autoria de S. Ex\*, encaminhados à Mesa e que deixaram de ser lidos.

### 1.3.8 — Fala da Presidência

- Resposta à indagação do Sr. Senador Henrique Santillo.

### 1.3.9 — Questões de ordem

— Dos Srs. Orestes Quércia e Humberto Lucena, sobre a prevalência da leitura e apreciação de requerimentos do Sr. Henrique Santillo, de inversão da Ordem do Dia, antes da apreciação do item 1 da pauta.

### 1.3.10 — Fala da Presidência

- Não acolhimento das questões de ordem suscitadas.

# 1.3.11 — Interposição de recurso

— Do Sr. Humberto Lucena, contra a decisão da Presidência, ouvido o Plenário. Rejeitado.

### 1.3.12 - Questão de ordem

— Do Sr. Senador Humberto Lucena, sustentando achar-se a matéria constante do item 1 da pauta em fase de discussão e não de votação, como fora anunciada. **Deferida pela Presidência.** 

### 1.3.13 - Interposição de recurso

— Do Sr. Murilo Badaró, contra a decisão da Mesa em acolher a questão de ordem do Sr. Senador Humberto Lucena. Aprovado o recurso.

# 1.3.14 — Continuação da Ordem do Dia (item 1)

— Projeto de Lei do Senado nº 70/80, que dispõe sobre a coligação partidária, e dá outras providências. Rejeitado, após falarem no seu encaminhamento os Srs. Humberto Lucena, Dirceu Cardoso, Dinarte Mariz, Affonso Camargo, Pedro Simon, Itamar Franco, Leite Chaves, José Fragelli, Orestes Quércia, Henrique Santillo, Evelásio Vieira, Gilvan Rocha, Alberto Silva, José Richa, Evandro Carreira, Mendes Canale, Laélia de Alcântara, Cunha Lima e Marcos Freire, Ao Arquivo.

### 1.3.15 - Leitura de requerimento

— Nº 111, de autoria do Sr. Henrique Santillo, de inversão da Ordem do Dia. Retirado, pelo autor, após falarem sobre a materia os Srs. Murilo Badaró e Henrique Santillo.

### 1.3.16 — Continuação da Ordem do Dia (item 2)

— Projeto de Lei do Senado nº 303/79-DF, que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal, e dá outras providências. Votação adiada, por falta de *quorum*, após usarem da palavra no seu encaminhamento os Srs. Itamar Franco, Murilo Badaró, Marcos Freire e Evelásio Vieira.

— Projeto de Lei do Senado nº 305/77—Complementar, do Senador Itamar Franco, que dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º, e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional). (Apreciação preliminar da constitucionali-

dade.) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 196/79—Complementar, do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 172/80, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 1.785.620.157,75 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua divida consolidada. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 177/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a elevar em Cr\$ 315.464.652,36 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolida-

da. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 178/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) a elevar em Cr\$ 29.983.645,00 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de auorum.

— Projeto de Resolução nº 179/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Vo-

tação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 180/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araripina (PE) a elevar em Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 181/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Arês (RN) a elevar em Cr\$ 1.448.100,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidado.

da. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 182/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 183/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campos Belos (GO) a elevar em Cr\$ 895.100,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 184/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Dueré (GO) a elevar em Cr\$ 767.700,00 (setecentos e sessenta e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 189/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Velho (RN) a elevar em Cr\$ 2.909.300,00 (dois milhões, novecentos e nove mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida conso-

lidada. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 194/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 37.265.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezenos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidda. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 201/80, que autoriza o Governo do Estado de Goíás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado a financiar programas do Estado, Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 1/81, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinado ao desenvolvimento agropecuário do Estado. Votação adiada por falta de quorum.

- Projeto de Resolução nº 21/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (SP) a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norteamericanos), destinado a financiar o programa de investimentos urbanos. Votação adiata por falta de quorum.
- Projeto de Resolução nº 20/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares) destinado a financiar programas de empreendimentos industriais, agroindústria, infraestrutura e promoção social. Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Lei do Senado nº 351/79, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de engenheiros e arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho", e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências. Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Lei do Senado nº 49/79, do Senador Orestes Quércia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o art. 6º da Lei do Fundo de Garantía do Tempo de Serviço 5.107, de 13 de setembro de 1966 —, e determina outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Lei do Senado nº 357/79, do Senador Orestes Quércia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios. (Apreciação preliminar da juridicidade.) Votação adiada por falta de *quorum*.
- Projeto de Lei do Senado nº 142/80, do Senador Orestes Quércia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe

- sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Lei do Senado nº 146/80, do Senador Orestes Quércia, que isenta do Imposto de Renda o 13º salário. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Lei do Senado nº 163/80, do Senador Orestes Quércia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) Votação adiada por falta de quorum.

### 1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

1:5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SES-SÃO. ENCERRAMENTO

# 2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÃO ANTERIOR

- Dos Srs. Humberto Lucena, Marcos Freire, Murilo Badaró e Marcos Freire, pronunciados na sessão de 20-5-81.
  - 3 ATOS DO PRESIDENTE
  - 4 ATA DE COMISSÃO
  - 5 MESA DIRETORA
  - 6 LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARTIDÁRIOS
  - 7 COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

# ATA DA 70<sup>a</sup> SESSÃO, EM 21 DE MAIO DE 1981 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 46<sup>a</sup> Legislatura

# PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO, GILVAN ROCHA, CUNHA LIMA E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — João Lúcio — Luíz Cavalcante — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quércia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 19-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### **EXPEDIENTE**

# OFÍCIO DO SECRETÁRIO-GERAL DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nº 1.446/81 de 15 do corrente, encaminhando informações daquele Departamento a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.

(A Comissão de Economia.)

### **OFICIO**

Do Sr. 19-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 1981 (nº 2.051/79, na Casa de origem)

Dispõe sobre o valor anual das bolsas concedidas através do Serviço Especial de Bolsas de Estudo — PEBE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O valor anual das bolsas concedidas através do Serviço Especial de Bolsas de Estudo — PEBE, do Ministério do Trabalho, a que se refere o §

 $3^{\circ}$  do art. 56 da Lei  $n^{\circ}$  5.692, de 11 de agosto de 1971, será estipulado em função dos valores de referência adotados em cada região, nos termos da Lei  $n^{\circ}$  6.205, de 29 de abril de 1975, correspondentes à renda familiar dos candidatos, de acordo com a seguinte tabela, dando-se prioridade aos de menor renda:

| renda mensal familiar<br>(Unidade: salārio minimo<br>regional) | valor anual da bolsa<br>(Unidade: valor de referência<br>por região) |
|--|--|
| atê 01 U   | 02 ` U   |
| mais de 01 até 02 bU   | 1,5 U  |
| mais de 02 até 03 U  | 01 U   |
| acima de 03 U  | 0,5 U  |

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

# LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências.

### CAPITULO VI Do Financiamento

Art. 56. Cabe à União destinar recursos para a concessão de bolsas de estudo.

. Between the annual management of the state of the state

- § 1º Aos recursos federais, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios acrescerão recursos próprios para o mesmo fim.
- § 2º As normas que disciplinam a concessão de bolsas de estudo decorrentes dos recursos federais seguirão as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, que poderá delegar a entidades municipais de

assistência educacional, de que trata o § 2º do art. 62, a adjudicação dos auxílios.

§ 3º O Programa Especial de Bolsas de Estudo — PEBE, reger-se-á por normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

·····

#### LEI Nº 6.205, DE 29 DE ABRIL DE 1975

Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974.

### O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito.
- § 1º Fica excluída da restrição de que trata o caput deste artigo a fixação de quaisquer valores salariais, bem como os seguintes valores ligados à legislação da previdência social, que continuam vinculados ao salário mínimo:
- I os benefícios mínimos estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;
- II a cota do salário-família a que se refere o art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963;
- III os beneficios do PRORURAL (Leis Complementares nºs 11, de 26 de maio de 1971; e 16, de 30 de outubro de 1973), pagos pelo FUNRURAL;
- IV o salário-base e os benefícios da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972:
  - V o benefício instituído pela Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974; VI (VETADO).
  - § 2º (VETADO).
- § 3º Para os efeitos do disposto no art. 5º da Lei nº 5.890, de 1973, os montantes atualmente correspondentes aos limites de 10 e 20 vezes o maior salário mínimo vigente serão reajustados de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974.
- § 49 Aos contratos com prazo determinado, vigentes na data da publicação desta Lei, inclusive os de locação, não se aplicarão, até o respectivo término, as disposições deste artigo.
- Art. 2º Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo único. O coeficiente de atualização monetária, segundo o disposto neste artigo, será baseado no fator de reajustamento salarial a que se referem os artigos 1º e 2º da Lei nº 6.147, de 1974, excluído o coeficiente de aumento de produtividade. Poderá estabelecer-se como limite, para a variação do coeficiente, a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

Art. 3º O artigo 1º da Lei nº 6.147, de 1974, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Todos os salários superiores a 30 (trinta) vezes o maior salário mínimo vigente no País terão, como reajustamento legal, obrigatório, um acrescimo igual à importância resultante da aplicação àquele limite da taxa de reajustamento decorrente do disposto no *caput* deste artigo."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1975; 154º da Independência e 87º da República. — ERNESTO GEISEL — Arnaldo Prieto.

(As Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 1981

"Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Traba-

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º O art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:
  - "Art. 830. O documento oferecido como prova será aceito se estiver no original ou através de certidão, bem como quando se tra-

tar de reprodução (cópia), se autenticada em cartório ou, no caso de documento público, na repartição que expediu a primeira via."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O art. 830 da Consolidação, ao exigir que os documentos utilizados como prova o sejam no original, por meio de certidão autêntica ou, então, pública-forma ou cópia conferidas perante a autoridade judiciária, encontrase evidentemente superado além de inteiramente incompatibilizado com a preocupação governamental relativa à desburocratização.

O projeto que ora oferecemos à consideração da Casa simplifica sobremaneira a questão, permitindo que sejam aceitos como prova, na Justiça do Trabalho, também os documentos oferecidos por simples reprodução (cópia), desde que autenticados em cartório ou, então, quando o documento for público, autenticada a cópia na própria repartição que expediu a primeira via

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. — Orestes Quércia.

### LEGISLAÇÃO CITADA

### DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 830. O documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz ou Tribunal.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 19-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 20 de maio de 1981.

Senhor Presidente

Na forma do disposto no artigo 86 do Regimento Interno, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o nome do Senhor Senador Tarso Dutra, para integrar, como Titular, em substituição ao Senhor Senador Lenoir Vargas, a Comissão de Educação e Cultura.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de minha elevada estima e consideração. — Nilo Coelho, Líder do PDS.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Será feita a substituição solicitada.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Na sessão ordinária anterior deixaram de ser votados, por falta de *quorum*, os Requerimentos nºs 101, de 1981, do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando realização de sessão especial para homenagear o centenário de nascimento do ex-Senador Cândido Mendes; e 102, de 1981, do Senador Dirceu Cârdoso e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do Expediente de sessão a ser oportunamente marcada seja dedicado à memória do ex-Senador Hamilton Nogueira.

Os referidos requerimentos devem ser apreciados nesta oportunidade. Em votação do Requerimento nº 101, de 1981.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Em votação o Requerimento nº 102, de 1981.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovados os requerimentos a Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Itamar Franco.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pretendo comentar, ainda que ligeiramente, a entrevista do Líder do Governo na Camara dos Deputados.

O Jornal do Brasil transcreve:

### CANTIDIO CRITICA SAUDOSISMO

"É confusão, não fusão", declarou ontem em Brasília o líder do Governo na Câmara, Deputado Cantídio Sampaio, a propósito do manifesto em defesa da fusão dos Partidos oposicionistas, que con-

siderou "um ato provocativo e saudosista, praticado numa hora reconhecidamente difícil para o país".

Para o Deputado Cantídio Sampaio, o projeto de abertura iniciado pelo ex-Presidente Ernesto Geisel e posto em execução pelo Presidente João Figueiredo tem o pluripartidarismo como um de seus objetivos, como o foram a revogação do AI-5, a anistia e a supressão da censura prévia, entre outras medidas. "Se querem a volta do bipartidarismo", ironizou o líder, "devem estar com saudade do AI-5, a favor da censura e contra a anistia..."

#### Consenso

Estranhou o Sr. Cantídio Sampaio que a iniciativa dos parlamentares que redigiram o manifesto em favor da fusão surja poucos dias após terem os Partidos de oposição emprestado apoio ao Presidente da República para apurar o atentado terrorista do Riocentro."

Sr. Presidente, diriamos nos que provocação, ao contrário do que diz o Líder do Governo na Câmara, foi extinguir, por ato violento e discricionário, entidades partidárias que so poderiam ter sido dissolvidas pela expressa vontade dos seus membros. O Congresso não poderia penetrar na economia das agremiações políticas. Aí sim, foi um ato provocativo da Maioria governista das duas Casas.

É interessante, Sr. Presidente, recordar aqui o que eu disse ontem, que estranhava a alusão do Presidente do PDS, Senador José Sarney, através de uma entrevista que deu ao O Estado de S. Paulo, no domingo. S. Ext disse o seguinte:

"Não faço a mesma análise em relação a ARENA e MDB. Esses não eram Partidos. Eram, como a própria lei diz, associações que tinham a missão de cumprir dentro de determinado período, aquilo que correspondia aos partidos políticos."

Aí, talvez, Sr. Presidente este ato de provocação a que me referi, na extinção dos partidos. Em relação à ARENA, já reconhecida, nesta altura, pelo Senador José Sarney, isto seria possível, pois era uma mera associação. É S. Ext mesmo que reconhece que não era partido e, então, poder-se-ia proceder assim. Se bem que, dissolver uma associação caberia aos seus estatutos e, naturalmente, aos seus membros.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Pois não.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Vê V. Ext até que ponto chegamos, neste País. A nossa obstrução, que não foi uma invenção da Oposição brasileira, pois é um instituto usado em todos os parlamentos do mundo, é acusada de ser um ato de provocação; a livre associação, que é um ato consagrado em todas as democracias do mundo, a depender do arbítrio de quem deseja se associar, também é uma provocação. Agora, veja V. Ex\*; sublegenda em pluripartidarismo não é provocação; proibição de coligação, não é provocação; voto vinculado, calculado na maquinazinha de somar para ver quem ganha a eleição, não é provocação. V. Ex\* tem toda a razão de dizer ao Senado, de dizer à Pátria que estamos cientes da nossa responsabilidade. A intenção de união será a nossa resposta ao que está acontecendo neste País pois que não nós da Oposição, mas o povo consultado por uma badaladíssima pesquisa que se fez no IBOPE - demonstrou que é o povo que não acredita na abertura do Presidente Figueiredo. Esta é a nossa resposta, Ext, uma resposta pacífica, ordeira, sensata, como sempre foram as nossas proposituras para transformar este País. Mas não é com arreglo que desistiremos. A nossa resposta já está engatilhada: fusão dos democratas, daqueles que preferem a via pacífica do que a desordem nas tuas.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) V. Ext tem toda razão, Senador Gilvan Rocha. Neste meu pronunciamento, V. Ext há de observar que analiso conceitos, já agora estendidos por V. Ext neste seu aparte. E vou mais além, Senador Gilvan Rocha, quando digo que é o próprio Líder do Governo que ameaça com um AI-5, se as Oposições assim procederem. Como diz V. Ext e com muita argumentação conceitual, este é o nosso caminho, é o desejo, inclusive, das nossas bases partidárias.
  - O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Ouço V. Ext com muito prazer.
- O Sr. Orestes Quércia (PMDB MG) Senador Itamar Franco, apenas para hipotecar solidariedade a V. Ext., estranhando as declarações do Líder do PDS, na Câmara dos Deputados, Cantídio Sampaio, lá do meu Estado, porque houve uma manifestação de vontade de mais de 100 parlamentares, entre Deputados e Senadores, no sentido de que houvesse uma fusão

dos Partidos de Oposição. Acho isto muito legítimo, muito democrático e talvez tenha assustado o Governo, porque, em questão de dois dias, houve aquiescência de mais de 100 parlamentares. Acho que é um assunto muito sério, V. Exto levanta com propriedade, e ele deve ser analisado muito particularmente pelas chefias dos Partidos, do PMDB e PP principalmente. Acredito que houve, através dessa manifestação de vontade, um fato político muito importante, que não pode ser minimizado, porque, se aqueles que assim querem, assinaram, subscreveram um documento daquele valor, daquela importância, é porque, evidentemente, existe algo em comum entre aqueles que assinaram o papel. E isto é um fato político muito importante, que provavelmente esteja preocupando o Governo. Para que ele possa dar continuidade ao processo político que ele pode representar, é preciso que os comandos dos Partidos de Oposição se atenham melhor a essa matéria.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Correto, Senador Orestes Quércia. V. Ext focaliza dois aspectos muito importantes: primeiro, que esta manifestação, hoje com mais de 100 assinaturas de parlamentares com assento no Congresso Nacional, precisa ter uma correspondência das nossas direções partidárias. E outro, quando V. Ext diz que isto assusta realmente, porque esta é realmente a resposta democrática que a Oposição pode dar ao Governo nesta hora obscura e escura que estamos atravessando, sobretudo em relação ao problema da legislação eleitoral.

- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Com muito prazer, eminente Senador Henrique Santillo.
- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Quero congratular-me com V. Ext, mais uma vez, e com os seus aparteantes até o momento. Sem dúvida alguma, a colocação correta é esta. Esta será uma resposta e não uma provocação. Pelo contrário, uma resposta à provocação, à forma totalmente condenável com que o Governo pretende estabelecer a chamada reforma eleitoral. Todos nós sabemos, perfeitamente, das dificuldades políticas que existem quanto a uma fusão dos partidos oposicionistas. A Nação toda conhece essas dificuldades e o próprio Governo, principalmente. Se isto for possível, e creio que, na medida em que o Governo provocar através de medidas casuísticas será possível, isto será possível, sem sombra de dúvida será uma resposta à provocação antidemocrática do Governo.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Exatamente, Senador Henrique Santillo, é uma resposta e diz bem V. Ex. não precisa completar é uma resposta à provocação antidemocrática da maioria do Governo e do Governo também.

Mas continuo, Sr. Presidente:

Saudosista foi o Governo arbitrário que implantou um pluripartidarismo de cima para baixo, esquecendo que o bipartidarismo, também artificial, foi estabelecido por um ato complementar ou revolucionário, como querem alguns.

Provocação, aí sim, Sr. Presidente, contra a Nação foi fechar o Congresso Nacional à guisa de implantar uma reforma do Judiciário, contra a qual todos se insurgiram e criar, inclusive, os senadores indiretos, escolhidos por colégios adredemente preparados.

Isto sim, Sr. Presidente, foi mais do que provocação, porque foi uma provocação dirigida contra toda a Nação. Redemocratizar é, antes de tudo, devolver o poder político ao seu legítimo titular, o povo. Isto implica em assegurar a regularidade processual eleitoral e o estabelecimento de regras definidas, claras, que permitam a livre manifestação do eleitorado. Como V. Ex³ se referiu, nobre Senador Henrique Santillo, regras definidas, estáveis, democráticas que nós não temos e não querem que a Nação as conheça.

- O Sr. Leite Chaves (PMDB PR) V. Ext me permite?
- O SR. ITAMAR FRANDO (PMDB MG) Pois não.
- O Sr. Leite Chaves (PMDB PR) Senador Itamar Franco, a função e a incorporação são institutos previstos pela própria lei. Também a determinação das oposições de se fundirem na sua conveniência, de melhor defender seu posicionamento, está na livre autonomia da vontade não só dos partidos como de suas partes integrantes. Agora, o que está havendo, na grande crise nacional, não é apenas o aspecto econômico. É a crise do revezamento no poder. Quer dizer, o grupo que o tomou em 64 de forma nenhuma admite perdêlo. É exatamente neste ponto que reside todo o fundamento da crise. Pensou V. Ext se na França houvesse uma oposição, agora, à posse de Mitterrand ou se o Governo anterior tivesse condições de impedir a sua vitória? Nos Estados Unidos, a mesma coisa? Quero dizer a V. Ext o seguinte— esta tese prorrogacionista não era oficial, mas era oficiosa e eles a mantiveram até o instante em que criaram outro caminho, que é realmente esse do impedimento das coli-

gações, o que é uma violência à normalidade partidária e, mais ainda, que os quocientes partidários sejam obtidos através do voto de governador, o que é um atentado, também, à tradição e à natureza dos partidos. Os partidos são nacionais, quer dizer, as vontades que prevalecem e que devem ser cooptadas, para a sua formação, são as legendas dos deputados e não dos governadores, porque não são votos políticos, são votos, às vezes, determinados por conveniência sectorial. O voto de governador, como o de prefeito, não é voto político. Então, ele não determina posicionamento partidário. Agora digo a V. Ex\*: os partidos se unirão mesmo que aprovem o impedimento de coligação, porque a Nação exigirá entre os dois candidatos mais votados que haja um novo pleito, como na França. Então, nesse caso, as oposições estarão, novamente, ao lado de um candidato. Então, a nossa posição é tranquila, e o que é suspeito é que o partido oficial, além de governar mal a sua própria casa, queira governar a nossa casa, a casa das oposições. De forma que V. Ext tem razão nesse passo. E outra coisa: confesso a V. Ext, que, a despeito das declarações dos presidentes dos partidos, posição meramente moderadora sinto que deputados, vereadores e senadores, em maioria, estamos determinados a efetivar essa fusão. Fomos logrados na abertura. Isso foi um ardil para inviabilizar uma sucessão democrática no País.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Exatamente, Senador Leite Chaves. O aparte de V. Ex\* é por demais construtivo. V. Ex\* tem razão quando se refere às bases e V. Ex\* se referiu às bases do seu Estado e eu poderia dizer o mesmo em relação às bases de Minas Gerais. Aí, Senador Leite Chaves, vale a observação de V. Ex\*, no seu cuidado e no seu cavalheirismo; os presidentes das nossas agremiações, hoje, podem e devem ter a prudência, mas uma manifestação dessas, com mais de 126 assinaturas, essa prudência terá que ser afastada, imediatamente. Eles terão que ser sensíveis; o que se quer aqui é o aspecto congressual, mas, sobretudo, o que se quer nas urnas...

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Permite V. Ext um aparte?

  O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Ouço-o com muito prazer, Senador Humberto Lucena.
- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Quero dar o meu apoio ao pronunciamento de V. Ext, ao contestar essa infeliz entrevista do Deputado Cantídio Sampaio e acentuar que o que há realmente, como bem disse o Senador Orestes Quércia, é o receio do Partido de ser derrotado nas urnas pelas oposições unidas. E justamente, por isso, é que todo o enfoque da reforma eleitoral, que está sendo examinada pelo Governo, é no sentido de dividir, cada vez mais, a Oposição, obrigando cada um dos Partidos em formação a apresentarem candidatos, de governador e até de vereador, para que, assim, diante dessa multiplicidade de opções, o PDS possa ter o seu êxito eleitoral em 1982.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Muito obrigado, Senador Humberto Lucena. Veja V. Ex\* que, na aula que proferiu vamos chamar de aula na Escola Superior de Guerra, o General Golbery mostrava como vencer as Oposições, dividindo-a. Essa aula tem agora a sua praticabilidade aqui, quando se pretende, exatamente, impor regras, baseado naquela momorável aula que o General Golbery deu na Escola Superior de Guerra. E o pior é que nós estamos sendo bons alunos do General Golbery, nós estamos permitindo dividir a Oposição brasileira. Nós mantemos, como estamos assistindo aqui, sobretudo no Senado Federal, a união congressual, a união no Senado, a união na Câmara dos Deputados, dos Partidos de Oposição, mas nas ruas nós estamos desunidos.

E é para isso que nós estamos, Sr. Presidente, neste instante, criticando a entrevista do Deputado Cantídio Sampaio, mas também alertando os presidentes, e em particular o Presidente do meu Partido, Deputado Ulysses Guimarães, que ele entenda que não basta apenas a união congressual, é necessário a união nas ruas.

E eu vou terminar, Sr. Presidente, daqui a pouco, dizendo exatamente que, apesar de opiniões contrárias, inclusive respeitando a opinião de V. Ext a quem queria mencionar, pelo respeito, pela amizade que devemos sempre a V. Ext, mas nós queremos o confronto democrático entre o Governo e Oposição, o grande confronto de 1982 nas ruas...

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite V. Ex\* um aparte, só para uma observação?
  - O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Com muito prazer.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Quando existe uma vontade, o casamento é inevitável. Não adianta a força do poder, este poder que está aí no Planalto, que manda em tudo, mas não vai impedir casamentos.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Tem razão V. Ext, Senador Gilvan Rocha. É preciso então que, como eu disse aqui, os Presidentes dos Partidos entendam a necessidade desse casamento.

Mas continuo. Sr. Presidente:

O que se vê, entretanto, são as forças situacionistas encastelarem-se para estudar, ou melhor, formular medidas casuísticas de toda a sorte, visando assegurar uma prévia vitória no pleito eleitoral. Por que não uma Comissão interpartidária — por que não, Sr. Presidente, já que querem a pureza e a justeza do processo eleitoral? Ainda ontem, aqui, o nobre Senador Murilo Badaró mostrava um documento do Centro de Processamento de Dados, ao analisar a legislação eleitoral, que, todas as vezes e sempre, às vésperas das eleições, modificam-na, mas, pena que S. Ext não tivesse dito a origem dessas medidas que modificaram o processo eleitoral brasileiro. S. Ext iria verificar, então, que, quase sempre ou sempre, todas as medidas casuísticas foram feitas por elementos do Governo e sempre às vésperas das eleições. Sem comentários, porque já é um assunto batido, a própria prorrogação dos mandatos dos prefeitos e dos vereadores se deu ao apagar das luzes.

A declaração do Líder do Governo é a ameaça de um novo AI-5 - entendemos nós, Sr. Presidente, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, vou frisar bem para que não haja confusão com o sempre presente Líder do Governo nesta Casa — caso as oposições se unam contra a confessada determinação das forças situacionistas em esconder a regra do jogo, até quando lhes aprouver. A cada dia que passa, torna-se mais claro e evidente — não obstante ter tentado o Governo, por todos os meios e modos, diluir as Oposições — a existência de um grande divisor na vida política nacional, contemporânea, que coloca, de um lado, os que defendem a reformulação do modelo econômico, uma disciplina mais rígida para a atividade das multinacionais no País, a reformulação das prioridades governamentais, de sorte a dar mais ênfase ao social e às prementes necessidades do povo; e, finalmente, o quadro institucional da Nação, de forma a dar autêntica representatividade às nossas instituições políticas, de outro lado colocando-se aquelas forças que sustentam o status quo, contra as quais nós nada temos, mas achamos que há, neste instante, ao se aproximar 1982, um divisor claro de águas: as forças de Oposição e as forças governamentais, que num confronto limpo, democrático, num confronto eleitoral, devem ser definidas em 1982.

Neste contexto, nada mais lógico do que levar o embate eleitoral, colocando, frente a frente, estes dois grupos representativos das tendências verificadas no seio da sociedade. E aí, o resultado desse confronto será o mais legítimo, o mais autêntico, o único mesmo capaz de revelar o que deseja o povo brasileiro, depois de tantos anos de autoritarismo, pois a única solução para se atingir o seu objetivo seria a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, já que não nos é possível, no momento, convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, vamos fazer o confronto Governo e Oposição — e aqui eu me permito lembrar, Srs. Senadores, que talvez mais importante do que eleger Governador deste ou daquele Estado, seja eleger uma Maioria Oposicionista para o Congresso Nacional.

Vou terminar, Sr. Presidente, dando mais ênfase à necessidade de, em 1982, ano do grande embate democrático, do grande confronto das urnas, necessidade de uma Oposição unida, de uma Oposição sólida, não apenas, repito, essa união congressual mas, a união das ruas. Haja, Sr. Presidente, para o bem desta Nação, em 1982 — e não como diz o Deputado Cantídio Sampaio — um confronto entre Governo e Oposição. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

- O Sr. Aloysio Chaves (PDS PA) Sr. Presidente, nos termos do art. 16, item V, letra a, do Regimento do Senado Federal, solicito a V. Ex\* a palavra, para uma explicação pessoal.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço a V. Ext que decline o fato.
- O Sr. Aloysio Chaves (PDS PA) A mim foi atribuído um fato, constante de declarações estampadas na imprensa, com relação à decisão que a Comissão de Reforma Eleitoral do PDS deverá tomar, inclusive com citação de data, tanto pelo ilustre Senador Evelásio Vieira, como pelo Senador Henrique Santillo e outros que apartearam o Líder do PP.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) De acordo.
  - V. Ext tem a palavra, para uma explicação pessoal, por dez minutos.
- O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS PA. Para uma explicação pessoal.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A posição que assumi como Presidente de uma comissão interna do PDS já se tornou pública, e foi inúmeras vezes reiterada, nesta Casa, inclusive aos ilustres Líderes do PMDB e do PP. Vou recapitular rapidamente os fatos pa-

ra, com concisão e clareza, mais uma vez, declarar a minha posição como presidente dessa comissão.

Sabe o Senado que ela foi constituída por uma decisão da Comissão Executiva Nacional, no início do mês de janeiro do corrente ano.

O ato da Comissão Executiva, que constituiu essa comissão interna do PDS, determina que ela proceda a um amplo exame da legislação eleitoral para sistematizá-la e atualizá-la. Três são os objetivos definidos no ato que constituiu a comissão: primeiro, um amplo exame da legislação eleitoral; todas as matérias pertinentes à legislação eleitoral poderão ser examinadas ou reexaminadas pela comissão, se esta assim entender conveniente, para elaborar o documento que deverá apresentar ao Presidente do Partido.

A metodologia do trabalho da comissão está pratícamente estabelecida. Esse amplo exame visa sistematizar, o que vale dizer, ordenar essa legislação eleitoral, e, por fim, atualizá-la.

Trabalhando dentro das diretrizes, a comissão se reuniu depois da abertura dos trabalhos da Sessão Legislativa, já em marco deste ano. O prazo estabelecido pelo Partido à comissão que ele constituiu - há uma comissão interna do PDS, como há uma comissão interna do PMDB, como pode haver uma do PP, ou de qualquer outro partido — foi de 180 dias. Ao assumir a presidência da comissão e iniciar os trabalhos, propus à comissão que ela considerasse como data de referência, para contagem desse prazo, não o momento em que estávamos nos instalando — praticamente a 15 de março mas a data da sua constituição, 15 de janeiro, embora nessa data estivessem os Senadores e Deputados do PDS, como dos demais Partidos, em pleno recesso do Congresso Nacional. Encontrava-me no interior do Pará, na cidade de Marabá, quando tomei conhecimento dessa designação. Esta decisão da comissão implicou, de início, em encurtar em 60 dias aquele prazo máximo que o Partido havia dado à comissão. Posteriormente, propus também que esse prazo de 180 días, iniciado não em 15 de março, mas em 15 de janeiro, e que deveria terminar a 15 de julho, a comissão considerasse, como data final, para apresentação do seu relatório, 30 de junho. Não havia nenhuma conveniência de ordem prática em a comissão pretender funcionar no período de recesso de julho, retendo em Brasília Senadores e Deputados. A comissão aceitou esta segunda proposta do Presidente. Desse fato, dei conhecimento ao Presidente do Partido, Senador José Sarney.

Em consequência, passamos a trabalhar de acordo com o cronograma estabelecido, para apresentar, até 30 de junho, o relatório da comissão interna. Declarei aos nobres Senadores, declarei à imprensa que o prazo da comissão é até 30 de junho.

O nobre Senador José Sarney, neste plenário, em comunicação ao Senador Marcos Freire e ao Senador Pedro Simon, concordou em que esse prazo também fosse o prazo do Partido, para posicionar-se a respeito dessa matéria.

É evidente, salta à compreensão mais elementar, que a comissão não pode fixar prazo para o Partido. A comissão é interna. Ela vai ministrar subsídios, elementos, para uma decisão posterior do Partido. A comissão decidindo não implica, necessariamente, na decisão do Partido, salvo, como nesta hipótese, quando o Presidente, o Senador José Sarney, também concorda em que essa data fosse a data para uma decisão a nível do Partido.

Portanto, essa posição não se modificou, essa posição é clara. As declarações feitas aqui, e feitas à imprensa são desse teor, são cristalinas. Ninguém mudou de posição.

Entendo, como declarei à imprensa, e proclamo ao Senado, ser indispensável que se encerre no segundo semestre a elaboração definitiva de toda essa legislação, não apenas a remessa de mensagem ao Congresso, ou a apresentação de projeto de lei ao Congresso, mas a tramitação completa, de modo que possamos chegar, no fim de 1981, com as regras definidas, para o conhecimento geral de todos os Partidos, a fim de orientar, com a necessária antecedência, a campanha eleitoral e dos entendimentos políticos que serão necessários realizar a nível municipal, estadual ou federal.

Esta é a posição da comissão, posição de colaboração, de compreensão, porque, de um prazo de 180 dias, eliminamos, com este critério, dois meses e meio, e estamos trabalhando com o propósito de dar realmente ao PDS aquilo que nos incumbe lhe entregar — um relatório contendo a posição da comissão.

Reconheço e proclamo que o nobre Senador José Sarney, informou, neste Plenário, ao Presidente da Comissão, ao Líder Nilo Coelho, ao Líder Marcos Freire e também ao Senador Pedro Simon, Presidente da Comissão do PMDB — que, para o efeito de acordo, visando a desobstrução, o Partido também assumia o compromisso de uma definição até 30 de junho.

Estes são os fatos incontestáveis e, portanto, esta é a posição do Presidente da Comissão e do meu Partido, que poderá levar, ou não, à desobstrução da pauta, e ao acordo que reputo indispensável para o bom andamento dos nossos trabalhos no Senado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como há oradores inscritos para breves comunicações e estando encerrada a Hora do Expediente, proponho ao Plenário a sua prorrogação por 15 minutos.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovada.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mais alguns dias e, o Brasil, particularmente a Bahia, estarão celebrando o centenário de nascimento de Moniz Sodré, nome sempre lembrado na admiração dos brasileiros. Admiração conquistada pela inteligência, pela cultura e, pela coragem. Descendente de uma família verdadeiramente ilustre, bem cedo ganharia ele nomeada na terra natal, a Bahia, como que a revelar, desde a juventude, que, das suas mãos, não cairía o pendão tão alto levantado pelos Monizes, em Portugal e, no Brasil. Se o pai, Egas Moniz Sodré de Aragão, fora professor de nomeada na gloriosa Faculdade de Medicina da Bahía, ao avô, Antônio Ferrão Moniz de Aragão, tocara o privilégio de ser, em Paris, aluno de Augusto Conte e, mais tarde, o fundador da Biblioteca Pública da Bahía. Vale dizer que Moniz Sodré desabrochou para a vida num lar em que o trato com a cultura era o pão de cada dia.

Não surpreende, portanto, que, senhor de vigorosa inteligência e, de caráter marcado pela determinação, ganhasse ele, com pouco mais de vinte anos, uma das cátedras da Faculdade de Direito, onde granjearia fama como criminalista. Fama que ainda se conserva bem viva através das páginas de um extraordinário livro nascido clássico — As Três Escolas Penais, e, no qual resumiu e, divulgou, de maneira admirável, as doutrinas de Lombroso, Garofalo e, Ferri, então em pleno fulgor entre estudiosos do Direito Penal, divididos entre a Escola Clássica, a Antropológica e, a Crítica.

Não seria, porém, Moniz Sodré a primeira estrela do magistério a ser seduzida e, colhida pela política, onde assentou praça como deputado, na Assembléia Legislativa da Bahia. Era o início de uma fulgurante carreira parlamentar, que o levaria, como representante da Bahia, à Câmara dos Deputados e, ao Senado Federal. E, em ambas as Casas do Congresso Nacional, seria brilhante a passagem de Moniz Sodré, a cuja cultura e, inteligência se aliava a intrepidez da bravura de um combatente sempre pronto a enfrentar e, golpear o adversário, fosse qual fosse a sua estatura.

Correligionário de J.J. Seabra, membro proeminente do Partido Democrata da Bahia, Líder da sua bancada na Câmara dos Deputados, participaria Moniz Sodré das ásperas lutas políticas que então agitaram o Brasil. E o fez corajosamente, sem rodeios e, sem meias palavras, pois o seu temperamento era daqueles para os quais o único dissabor consistia em poder temer qualquer consequência. E, entre as suas proezas ou temeridades, não é de omitir a conferência no desaparecido Teatro São João, da Capital da Bahia, contra Ruy Barbosa, já então supremo orgulho dos seus conterrâneos, que nele viam o paradigma das maiores virtudes cívicas e, dos mais altos pincaros da cultura e, da inteligência. Não tínha, porém, limites o destemor de Moniz Sodré, que, então, ocupou a tribuna para desfechar o ataque publicado sob o título de "Ruy perante a História".

Seria, porém, no Senado, por ocasião da campanha presidencial de 1921, para a sucessão de Epitácio Pessoa, que mais avultaria a ação de Moniz Sodré. Como bem notou Hélio Sodré, no seu trabalho sobre a "História Universal da Eloqüência", o ilustre representante da Bahia, senhor de temperamento exaltado, "jamais deixou de ser espiritualmente jovem". Realmente, os que ainda conviveram e, conheceram Moniz Sodré, como é o meu caso, não terão esquecido os traços essenciais do bravo lutador, sempre presto e, ágil para o debate parlamentar. Mesmo nas reuniões políticas menores, longe das plateias que freqüentemente inflamam os oradores, nada tinha ele do conformado, do acomodatício, do espírito inclinado às conveniências das transigências. Longe disso, dir-se-ia o seu habitat,, o seu clima predileto era o da discussão, da luta. Daí haver Hélio Sodré, na página que há pouco mencionei, esboçado esse justo perfil sobre Moniz Sodré:

"Não gostava da serenidade anatoliana, nem da frieza de Machado de Assis. Para ele, o grande valor da vida estava na vibração, no ardor, no dinamismo, que são as virtudes da mocidade. Os jovens, sobretudo, entendiam-no maravilhosamente. Viam na sua figura, mesmo quando já envelhecida, o reflexo das suas próprias aspirações e, de seus próprios impulsos, repletos de intrepidez. Deste modo, não se pense encontrar, nos grandes discursos de Moniz Sodré, apesar da sua maturidade intelectual e, da solidez da sua cultura, modelos de serenidade, de circunspecção, de sobriedade. A sua eloqüência fez-se admirada em virtude de aspectos opostos — pela exaltação heróica, pelo entusiasmo vivificante, pela combatividade realizadora."

No fundo, era ele um revolucionário, e, ele próprio o confessaria, no discurso de Paraninfo dos Bacharelandos da Bahia, em 1931:

"Orgulho-me em ser um espírito revolucionário, para as conquistas da liberdade, a cujas magnificências rendo o culto de minha ardente devoção, porque ela, a liberdade, constitui elemento imprescindível, a condição primeira para a felicidade dos homens e, a dignidade dos povos."

Reunidas na Reação Republicana, as forças oposicionistas, que tiveram como candidatos à Presidência e, à Vice-Presidência da República, Nilo Peçanha e, J.J. Seabra, respectivamente, contra Artur Bernardes e, Urbano Santos, Moniz Sodré não demorou em ser, no Senado, uma das vozes mais constantes e, vigorosas na luta de que emergiram as Revoluções de 1922 e 1924. E, empossado Artur Bernardes, submerso o país no estado de sítio, prolongado por todo o quadriênio do inflexível Presidente, censurada a imprensa, tornarse-ia a tribuna parlamentar — e, repitamos aqui a velha e insubstituível imagem — o pulmão pelo qual respirava a nacionalidade. E nela, pela combatividade, pela energia, pelo destemor, ninguém se alçou acima de Moniz Sodré, que se revelou incansável e, inexcedível. Foi luta sem trégua e, sem quartel a que travou contra o Governo de Artur Bernardes, e nela a palavra do representante da Bahia esteve à altura das melhores tradições da tribuna parlamentar, conforme bem se poderá ver, compulsando-se os discursos reunidos no volume intitulado "Defendendo a República".

Mas, perdida a cadeira no Senado, no mesmo ano em que Artur Bernardes concluíra o mandato presidencial, Moniz Sodré retornou ao jornalismo, no qual já terçara armas na juventude. E, no *Correio da Manhã*, o famoso e temido órgão fundado por Edmundo Bittencourt, revelou ele, com igual brilho e, vigor, nova face da sua inteligência, embora o entrechoque da política houvesse amortecido com a posse de Washington Luís, que ascendera à Presidência acenando com a concórdia nacional. De fato, a Nação parecia fatigada após longo período de lutas, que haviam culminado nas Revoluções de 1922 e, 1924.

Em verdades, era apenas um intervalo, pois ao fragor da luta desencadeada em torno da sucessão presidencial, logo as labaredas se espraiariam pelos campos da política, preparando o terreno para a vitória da Revolução de 1930, na qual Moniz Sodré se engajara de corpo e, alma, como do seu temperamento. E, ao tempo em que levantava a bandeira do lutador nas trincheiras da Aliança Liberal, fizera-se ele o aplaudido e conceituado Professor de Direito Penal em Faculdades de Direito do Rio de Janeiro. Também a sua velha Faculdade da Bahia não o esquecera. E os jovens bacharéis de 1931 o elegeram Paraninfo, dando-lhe a oportunidade de proferir calorosa oração, verdadeiro hino à Liberdade e, ao Direito.

Infortunadamente, a Revolução que ele ajudara a triunfar trouxera no bojo a Ditadura de Getúlio Vargas. E Moniz Sodré logo se integrou entre os que a combateram. Morreria, porém, antes de ver despontar a aurora da Liberdade, pois, às vésperas de completar sessenta anos, um colapso abateria o intrépido lutador, que hoje homenageamos, e, do qual a Bahia se orgulha, vendo nele um dos seus silhos mais ilustres. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Direcu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na madrugada de hoje, no meu Estado, no nosso sul, no Município tradicional de Calçado, entregou sua alma ao Criador uma das figuras mais nobres e mais ilustres da vida pública do meu Estado, Coronel Nilson Junger, ex-Prefeito do Município de Calçado, que desaparece aos 90 anos de idade depois de ter servido a sua coletividade, à comunidade calçadense e à política do Estado durante largos períodos de sua vida.

Nilson Sharpinel Junger, o ex-prefeito falecido na madrugada de hoje, era pai de duas figuras, também eminentes, da vida política do meu Estado: Dr. Ailson Lobo Junger, médico ilustre e empresário destacado, homem de quem já tive oportunidade de falar aqui nesta Casa, como empresário e fazendeiro de café, que implantou na sua fazenda uma comunidade rural exemplar para o Espírito Santo e para o Brasil; ex-deputado estadual pelos Municípios sulinos de Calçado e Guaçuí, também desempenhou na Assembléia um papel importante sobre a participação das comunidades rurais na vida das comunidades espírito-santenses; e era pai também do Dr. Alfredo Lobo Junger, ex-Secretário da Agricultura do atual Governo onde, também, prestou relevantes serviços e, hoje, à frente de uma empresa grandiosa planta no norte do nosso Estado, cerca de 1 milhão de pés de seringueiras e além disso, está implantando uma usina para a produção de álcool anidro para combustível.

Ele era casado com a Sr\* Haydeé Lobo Junger, figura, também, de destaque da sociedade sulina do meu Estado. Filha de um homem que conheci, de-

putado estadual no seu tempo, o Sr. Alfredo Lobo, que se destacou, na época, como uma figura inaccessível de valor moral inatacado.

Assim, Sr. Presidente, como cidadão, cumpro este dever. Como político e representante do meu Estado, cumpro outro dever maior, de relembrar para o Senado o homem que foi exemplo para a vida pública do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sempre que sou obrigado a tecer críticas ao Governo e ao seu Partido, eu o faço com imenso desprazer.

Mas esteja certo de que faço com alegria, sempre, o anúncio de entendimentos que visem a solução de qualquer problema. É o que estou pretendendo fazer no momento.

Todos nós conhecemos a luta dos médicos residentes neste País, quase dez mil. Hoje, é uma data importante para esses quase dez mil médicos recém-formados. Eles acabam de concluir conosco, com este Senado Federal, bem como com representantes da Câmara dos Deputados, um entendimento de alto nível, que consagra inúmeras vitórias para essa categoria. E ao mesmo tempo em que ressalto esse entendimento, Sr. Presidente, com maior alegria, ainda, enfatizo como dever de justiça a participação efetiva do Senador José Lins, representando a Liderança do Partido Democrático Social, nesta Casa, durante todas as conversações, todas as discussões que acabaram concluindo por esse entendimento.

O eminente Senador José Lins, durante quase quinze dias, praticamente, esteve à disposição das lideranças dos médicos-residentes, sobretudo da Associação Nacional de Médicos Residentes e, entrando em contato com os órgãos de Governo interessados no problema, concluiu com a nossa presença, e com a presença de Deputados federais, juntamente com as lideranças dessa categoria profissional, um entendimento de alto nível que acabou significando uma vitória expressiva para a classe.

Eu lerei, rapidamente, Sr. Presidente, uma carta aberta, endereçada pela Associação Nacional de Médicos Residentes, suspendendo o movimento grevista e, portanto, estabelecendo o retorno ao curso normal de trabalho de todos os médicos-residentes do País, a partir de amanhã.

### CARTA ABERTA

Brasília, 21 de maio de 1981.

Nós, médicos residentes encerramos hoje nossa greve nacional pela Regulamentação Didática e Trabalhista da Residência Médica. Objetivos importantes foram atingidos: a Residência Médica foi regulamentada por lei, nosso salário foi equiparado ao dos médicos em início de carreira no INAMPS, conseguimos alimentação, alojamento, direitos previdenciários, título de especialista ao término da Residência, licença à gestante, seguro contra acidente, férias anuais, regulamentação didática e sessenta horas semanais de trabalho.

O apoio da população, dos médicos, de entidades de classe e de Parlamentares, foi fundamental para nossa vitória.

No entanto, a vitória maior não foi atingida. O nosso Substitutivo não foi aprovado. Não temos ainda, apesar de Médicos formados, os direitos trabalhistas. O nosso salário é igual ao do médico em início de carreira no INAMPS mas nossa carga horária é três vezes maior.

Por isso nossa luta não pára aqui. Ela prossegue. Prossegue junto à luta dos médicos por melhores salários e melhores condições de trabalho. Prossegue a luta do povo brasileiro por melhores condições de saúde. Finalmente prossegue junto com a luta do povo pelo fim do arbítrio e pela instalação de uma verdadeira Democracia em nosso País.

Associação Nacional de Médicos Residentes.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero anunciar ao Senado que o resultado desse entendimento se consagrará através de uma emenda substitutiva ao projeto de lei que trata da matéria que está em tramitação nesta Casa.

Quero, também, ressaltar o apoio de dois eminentes Senadores em comissões técnicas desta Casa — o eminente Senador João Calmon, da Comissão de Educação e Cultura, que foi o relator da matéria e que o fez, rapidamente, para resolver o problema e, na Comissão de Legislação Social, o eminente Senador Dejandir Dalpasquale, que também relatou, rapidamente, a matéria a favor, para que o problema pudesse ser resolvido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, para uma comunicação.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há poucos dias registrávamos, deste mesmo microfone, o falecimento de um colega parlamentar, o Deputado Joaquim Coutinho, da representação pernambucana. Moço e atuante, ele sucumbia, ao cabo de alguns meses de sofrimento, do infortúnio de um desastre automobilístico. Eis que aquele fato talvez aparentemente não tivesse relação com o registro que desejo fazer neste instante, que é o do falecimento de Hélio Coutinho de Oliveira, ex-Senador desta Casa, e pai de Joaquim Coutinho.

Hélio Coutinho Corrêa de Oliveira, faleceu subitamente na cidade do Rio de Janeiro, onde ele se encontrava para participar das festividades de comemoração de mais um aniversário de sua genitora, no próximo sábado. Natural de Nazaré da Mata, no Estado de Pernambuco, ele ali se dedicou, inicialmente, à agricultura, ao comércio do açúcar. Foi um dos fundadores do PSD, e na qualidade de suplente do então Senador Novaes Filho, exerceu as funções nesta Casa, quando do impedimento do titular elevado ao ministério do Presidente General Eurico Dutra.

- O Sr. Aderbal Jurema (PDS PE) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Pois não.
- O Sr. Aderbal Jurema (PDS PE) Faço uma ligeira intervenção no 'iscurso de V. Ex\* para juntar a minha voz à voz de V. Ex\*, quando comunica a esta Casa o infausto desaparecimento do ex-Señador Hélio Coutinho, figura de tradicional família pernambucana, ex-parlamentar, ex-Secretário de Estado e que, ainda há poucos dias, passou por um grande golpe, como V. Ex\* assinalou, com a perda de seu filho mais velho, o Deputado Joaquim Coutinho. Queira V. Ex\* permitir que, dentro da sua comunicação, o PDS se associe também e transmita à família enlutada os nossos mais afetuosos pêsames pelo desaparecimento daquele pernambucano que foi, sem dúvida, um nome na política de Pernambuco e na vida da indústria canavieira do Estado.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Agradecemos a solidariedade que nos traz o Senador Aderbal Jurema, muito à vontede, desde que, politicamente, militávamos em hostes diferentes, mas o ex-Senador Hélio Coutinho era daquelas figuras que tinham trânsito livre em todas as áreas, pela sua fidalguia, pelo seu caráter, pelo seu sentimento de bondade.

Foi também Secretário de Agricultura, Diretor do Porto do Recife e Presidente da Cooperativa dos Bangüezeiros. Político atuante, ele exerceu intensamente a vida pública e teve a satisfação de ver os seus filhos seguirem a mesma trilha, em defesa dos interesses coletivos.

Portanto, como Senador de Pernambuco, vimos trazer nossa palavra — expressando também o desejo da bancada do PMDB — enaltecendo, não apenas o amigo falecido, mas, sobretudo, ao homem público que desaparece, enviando nossas condolências à família enlutada e, em especial à sua viúva, D. Dinorah Guerra Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1981

Veda a remessa, para o exterior, de pagamentos de "royalties" pelo uso de marcas de indústria ou de comércio.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedada a remessa, para o exterior, de pagamentos a título de royalties relativos ao uso de marcas de indústria ou de comércio, por empresas nacionais ou estrangeiras que operem no País, seja por intermédio de matriz, subsidiária, filial ou qualquer outra modalidade de representação ou atuação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não prejudicará — e pelos prazos neles previstos — os contratos que, na data desta lei, estejam em plena execução.

- Art. 2º A empresa que se utilizar de marca de indústria ou de comércio estrangeira fica obrigada a comprovar previamente, perante o Conselho Monetário Nacional, o caráter não oneroso dessa utilização.
- Art. 3º As empresas transgressoras da presente lei, além das sanções criminais aplicáveis aos seus responsáveis, terão cassadas as respectivas licenças de funcionamento no País.
- Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.
  - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

O problema da remessa de lucros para o estrangeiro sempre foi uma constante na preocupação governamental, até o advento da Lei nº 4.131, de 1962, que disciplinou a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para fora do País.

Em consequência das normas legais que, então, foram adotadas, se estabeleceu regime bem mais adequado, no que tange à remessa de valores para o exterior, e que proporcionou controle efetivo sobre investimentos defluentes de ingresso de capitais estrangeiros.

Relativamente à remessa de royalties referentes ao uso de marcas de indústria ou de comércio, a norma legal específica criou apenas restrições que, em verdade, não resolveu a contento um problema que, cada vez mais, se agrava em prejuízo de nossa economia. É que a legislação vedou, tão-somente, a remessa de royalties no caso de marcas de indústria ou comércio, "entre filial ou subsidiária de empresa estabelecida no Brasil a sua matriz, com sede no exterior ou quando a maioria do capital da empresa no Brasil, pertença aos titulares do recebimento dos royalties no estrangeiro". (art. 14 da Lei nº 4.131/61).

A remessa de pagamentos de royalties continua, contudo, sob a condição de que os privilégios de uso de marcas não tenham caducado no país de origem

Tal fato vem causando permanente transferência de numerário para o exterior, alcançando hoje, em média, 25 milhões de dólares anuais.

Não se diga que se trata de operação que relaciona interesse nosso em caráter de reciprocidade, pois, a rigor, ainda não atingimos *status* industrial ou comercial capaz de gerar divisas com a negociação de marcas.

O que temos nesse setor é a absoluta predominância estrangeira, onde marcas como "Christin Dior" "Givenchi" "Pierre Cardin" (apenas para citar algumas) são largamente utilizadas em produções nacionais, apenas para satisfação de uma sociedade de consumo sem outro comprometimento que não o com uma vaidade sem limites.

O presente projeto, pois, sem prejudicar os contratos em execução, pelos respectivos prazos, veda a remessa de royalties para o exterior, pelo uso de marcas de indústria ou comércio, assegurando assim que tal utilização só possa efetivar-se em caráter não oneroso, ou seja, quando o seu privilégio tenha caducado ou sido autorizado graciosamente pelos seus titulares.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. — Cunha Lima.

As Comissãos de Constituição e Justiça, de Economia e de Relações Exteriores.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

# COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Almir Pínto — José Lins — Mauro Benevides — Cunha Lima — Nilo Coelho — Teotônío Vilela — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Mendes Canale — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Há 54 Srs. Senadores presentes na Casa. Havendo número para a deliberação, passamos à

### ORDEM DO DIA

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Murilo Badaró.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

Apenas para um esclarecimento. Requerimento de preferência para a Ordem do Dia precede a requerimento de inversão da Ordem do Dia?

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Requerimento de preferência para inclusão na Ordem do Dia?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Não, para manutenção da Ordem do Dia, tal qual ela está anunciada.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É evidente que havendo a Ordem do Dia, ela já é em si uma preferência. Só se admite a possibilidade de se solicitar essa modificação, através de um requerimento que modifique a preferência.

Não entendo um requerimento de manutenção da Ordem do Dia, entendo um requerimento de modificação da Ordem do Dia.

- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) A pergunta, então, para complementar: se a circunstância de estar o *item 1* em regime de urgência, não se situa ele numa faixa de preferência regimental, para ser votado independente dos requerimentos de inversão da Ordem do Dia, dos destaques, fazendo, então, desnecessária a apresentação de requerimento de preferência para o *item 1* da pauta? É apenas uma pergunta, não é uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* pede a paļavra para uma indagação em relação à observância do Regimento.
  - O Sr. Humberto Lucena Para contraditar.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não há no Regimento do Senado a figura de solicitação da palavra para contraditar a questão de ordem. Suponho que o Senador Humberto Lucena pode pedir a palavra também baseado na observância do Regimento.

Sendo o assunto pertinente, concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

É estranhável que o nobre vice-Líder do PDS, Senador Murilo Badaró, venha levantar hoje a questão no Regime de Urgência do item I da Ordem do Dia, quando, diariamente, S. Ex\* e os demais componentes da Bancada oficial têm enviado à Mesa e a Mesa tem recebido, anunciado e votado, em primeiro lugar, requerimentos de inversão da Ordem do Dia. Então, eu acho que a solicitação de S. Ex\* já está praticamente respondida diante do procedimento da Mesa em todas as nossas sessões ordinárias, nos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Solicito aos Srs. Senadores que tomem os seus assentos, que eu darei a resposta à consulta formulada, em termos regimentais, pelo nobre Senador Murilo Badaró.

Senador Murilo Badaró, a Presidência entende, como diz a Ordem do Dia, que o *item 1*: Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, em regime de urgência (art. 371, letra c. do Regimento Interno), que isto significa que esse projeto passou à frente de outros projetos, quando foi votado o requerimento de regime de urgência no item c, que significa que, uma vez aprovado esse requerimento, a matéria correspondente a ele teria que entrar obrigatoriamente na quarta sessão posterior àquela em que se deu a aprovação do requerimento. Consequentemente, ele entra agora em regime comum da Ordem do dia, exceto no que tange à sua apreciação, mas não prejudica a tramitação dos requerimentos de inversão.

Este é o entendimento da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, 9 requerimentos de inversão da Ordem do Dia.

O Sr. 19-Secretário procederá à leitura do primeiro deles.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 106, DE 1981

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 25 seja submetida ao Plenário em 1º lugar.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. — Humberto Lucena.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Este requerimento é daqueles cuja natureza exige votação imediata.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Permite V. Ex\* a palavra, pela ordem?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró, para formular uma questão de ordem.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente.

A mesa anunciou a apresentação de oito requerimentos de inversão da pauta. Correto?

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nove.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Nove.

Se esses requerimentos são da mesma natureza, eles teriam ou que ser lido antes da Ordem do Dia ou, então, serem votados em globo, porque não há possibilidade de um Regimento ser interpretado com vistas a colaborar com uma manobra nitidamente obstrucionista.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ext poderia citar o artigo do Regimento em que baseou a questão de ordem?

- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Ao levantar a questão de ordem, Sr. Presidente, desejava requerer a V. Ext, e farei a apresentação do requerimento por escrito à Mesa, que coloque, uma vez que ela anunciou a existência de nove requerimentos identicos, ou seja de inversão da Ordem do Dia, que os coloque em votação em globo, para efeito de encaminhamento à votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* faz um requerimento.
  - O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Exato.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Como requerimento dessa natureza não é verbal, V. Ext o encaminhará por escrito. Eu antecipo, entretanto, a decisão.
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu estou antecipando a decisão. No momento não serei interrompido.

Os requerimento são de natureza semelhante. Entretanto, tratam de matéria diferente, porque, semelhantes no empréstimo, tratam de interesses diversos de municípios, que não estão com a mesma natureza que me permita englobá-los numa única decisão. Pode o Plenário decidir dar preferência, passar à frente de todos os demais o requerimento de inversão em favor, por exemplo do Estado de Mato Grosso, e pode não concordar com outro Estado ou outra Prefeitura, razão pela qual a Presidência não encontra amparo para deferir, infelizmente, o requerimento de V. Ex\*

Chamo atenção para o fato de que o requerimento está em votação e o encaminhamento de votação é restrito no tempo e no número de pessoas.

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Líder Humberto Lucena.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB. Para encaminhar a votação.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É o item 4...

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext equivoca-se. O requerimento lido foi o que inverte a matéria constante do Item 25.
  - Se V. Ext quer falar sobre o item 4, V. Ext não tem mais a palavra.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Não, quero falar mesmo sobre o item 25.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Então V. Ext retificou e continua com a palavra.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Requeremos a inversão da Ordem do Dia, nos termos do art. 198, d, do Regimento Interno, para possibilitar ao Senado Federal a apreciação preliminar da juridicidade do Projeto de Lei do Senado, nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quércia:

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão:

Trata-se, Sr. Presidente, de proposição de alto alcance social que, por isto mesmo, vem sendo objeto do maior interesse por parte da categoria que ela procura amparar.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer, da lavra do Senador Raimundo Parente, que conclui pela injuridicidade da proposição, sob a alegação de que:

Proposições que digam respeito à declaração de penosidade, insalubridade ou periculosidade, limitado tal entendimento ao fato de que a caracterização de atividades que nelas possam ser incluídas, deve decorrer, na forma do art. 209 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, das normas e quadros que a respeito forem expedidos pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, atendendo-se assim, não só a determinações legais vigentes, como à evidência de que somente um órgão técnico pode dar gradação qualitativa e quantitativa aos riscos alegados.

Ora, Sr. Presidente, a mim me parece que realmente não tem razão de ser a conclusão do nobre relator da Comissão de Constituição e Justiça porque, no caso, se trata de um projeto de lei especial que "dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons."

Daí porque, nós da Oposição deliberamos, requerer a inversão da Ordem do Dia para que esta matéria fosse colocada em primeiro lugar, para efeito de deliberação do Senado Federal.

- O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Sr. Presidente, peço a palavra, para falar pelo PMDB.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia, pelo PMDB.
- O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Sr. Presidente, eu faço uma consulta a V. Ext como autor do projeto, eu não poderia fazer o encaminhamento?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Como autor do requerimento, falou o nobre Senador Humberto Lucena. Como autor do projeto, V. Ex\* não tem direito e sabe bem que já consumiu meio minuto dos 10 minutos de que V. Ex\* dispõe.
- O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Espero que V. Ext comece a contar a partir de agora.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* tem nove minutos e meio para falar.
- O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Os segundos de V. Ext estão muito rápidos, Sr. Presidente, V. Ext tem que ir com calma.
- O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

Entendo que seria muito importante fazer um rápido pronunciamento, nesta tarde, como autor desse projeto de lei que atende uma classe numerosa, tendo em vista que os trabalhadores, de maneira geral, num País em desenvolvimento como o nosso, se constituem numa classe muito sofrida. Os garçons, integrantes do quadro de trabalhadores deste País, que fazem a grandeza de tudo aquilo que somos, que temos com o seu trabalho, com o seu suor, merecem a aprovação desse projeto de lei.

Queremos, Sr. Presidente, com esse Projeto nº 163, de 1980, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, o seguinte:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É considerada penosa a atividade profissional dos garçons, para o efeito da concessão de aposentadoria especial, aos vinte e cinco anos de serviço, na forma do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa, Sr. Presidente, nós estabelecemos o seguinte:

A aposentadoria por tempo de serviço, segundo a regra geral, ê concedida aos trinta anos de trabalho. Os proventos dessa aposentadoria correspondem a 100% do salário de beneficio, para a mulher, e a 80% desse salário, para os homens.

Todavia, levando em consideração as características penosas, insalubres ou perigosas que envolvem o exercício de determinadas atividades profissionais, a legislação previdenciária abrevia aquele tempo de serviço para quinze, vinte ou vinte e cinco anos. É a chamada aposentadoria especial, exceção à regra acima referida.

Realmente, o trabalho executado sob aquelas circunstâncias penosas, insalubres ou perigosas, merece um tratamento privilegiado: o profissional que o executa, presume a lei, experimenta uma sobrecarga física ou emocional (ou ambas), que acaba provocando excessivo desgaste e precoce envelhecimento.

Tal é, precisamente, o caso do garçom, profissional que desempenha seu mister sob condições as mais penosas, em pé durante longas horas, até alta madrugada, caminhando de lá para cá, equilibrando pesados volumes, curvando-se, erguendo-se, invariavelmente solícito e atento às necessidades das pessoas que serve.

O garçom, como se sabe, após alguns anos de atividade profissional, contrai sérias lesões na coluna vertebral, é vítima de moléstias vasculares e renais, registra deficiências de fundo psicológico e motor, tudo em razão das peculiaridades do seu labor, em constante contato com o público, nem sempre fácil de lidar.

Então, segundo acreditamos, o garçom deve merecer o tratamento privilegiado da lei previdenciária: deve ser beneficiado com a aposentadoria especial, aos vinte e cinco anos de serviço.

Quero, Sr. Presidente, fazer menção à legislação citada, para que os prezados companheiros possam perceber, exatamente, onde nós pretendemos a modificação para resguardar o interesse dos garçons. Refere-se à Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a Lei Orgânica da Previdência Social.

Diz o art. 9º:

- Art. 9º A aposentadoria especial será concedida ao segurado que, contando no mínimo 5 (cinco) anos de contribuição, tenha trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por decreto do Poder Executivo.
- O § 1º, do art. 9º, da Lei nº 5.890, diz o seguinte:
  - § 1º A aposentadoria especial consistirá numa renda mensal calculada na forma do § 1º do art. 6º desta lei, aplicando-se-lhe ainda o disposto no § 3º do art. 10.
  - § 2º Reger-se-á pela respectiva legislação especial a aposentadoria dos aeronautas e a dos jornalistas profissionais.

Sr. Presidente, este projeto de lei, representa algo de muita justiça para com os garçons. Fomos, há um ano, procurados pela Associação dos Garçons do Estado de São Paulo; eles estão reivindicando essa melhoria no seu estatuto jurídico.

É muito importante que o Senado da República, do alto das suas grandes responsabilidades, volte as suas vistas para os mais humildes trabalhadores deste País. E, entre os mais humildes trabalhadores deste País, nós não temos dúvida de que os garçons merecem esta consideração do Senado da República.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho, Fazendo soar a campainha.)

   O tempo de V. Ex\* está esgotado.
- O SR. ORESTES QUERCIA (PMDB SP) Terminarei rapidamente, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Solicito a V. Ext e tenho a certeza que o cavalheirismo de V. Ext fará com que esse rapidamente seja, realmente, rapidamente.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP) — Acredito, inclusive, Sr. Presidente, que V. Ex\*, político militante, ex-Governador, ex-Ministro do Trabalho — lembro-me que, quando fui Prefeito de Campinas estive com V. Ex\* pleiteando algo em benefício da minha cidade, da qual V. Ex\* é cidadão por lei da Câmara Municipal — acredito que V. Ex\*, ex-Ministro da Educação, há de convir conosco que os garçons merecem a atenção do Senado da República.

Acredito até que V. Ext, mesmo fazendo um pouquinho de concessão, como está fazendo, reconheço publicamente, deixe que eu diga finalmente, para encerrar este meu rápido pronunciamento, que o Senado, aprovando esse projeto, isto é, modificando a sua colocação na Ordem do Dia, para possibilitar o apreciamento do projeto numa discussão, estará fazendo um ato de justiça. (Muito bem!)

Acredito que, pelas manifestações dos meus companheiros de Bancada, que dizem "Muito bem", poderemos analisar essa questão relativa aos garçons, dando uma demonstração de que o Senado da República, preocupado com os altos interesses deste País, também volta as suas vistas para uma humilde classe, a classe dos garçons, não só do Estado de São Paulo, que nós representamos, mas, os garçons de todo este País, inclusive do Pará, Estado de V. Ex\*

Quero pedir escusas a V. Ext por ter me alongado um pouco. (Muito bem!)

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pelo contrário, fico muito comovido com as homenagens de V. Ex. Lastimo que não esteja em Plenário para poder corresponder a elas; e vejo que V. Ex., empolgado pelo tema que, realmente, é a maior relevância, falou meio minuto apenas sobre o requerimento e 11 outros minutos sobre o mérito do projeto que não estava em curso.
  - Mas, V. Ext receba os agradecimentos penhorados da Presidência.
  - O Sr. José Lins (PDS CE) Peço a palavra, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Tem a palavra o nobre Senador José Lins.
  - O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, ŞERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Peço a palavra, Sr. Presidente, para falar sobre o mesmo assunto.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Faço um esclarecimento à Casa, antes de conceder a palavra ao nobre Líder.

Vou tomar o pronunciamento do nobre Senador José Lins, como um pronunciamento feito na condição de Líder para uma comunicação inadiável. Porque os Líderes não têm o direito de pedir a palavra durante a votação de requerimento, para debater. É um por Partido e o autor do requerimento. (Pausa.)

Para comunicação inadiável concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Tem a palavra, como Líder, para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Nilo Coelho.

O SR. NILO COELHO (PDS — PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não sei bem se a minha comunicação é inadiável. Não sou um Parlamentar novo, chegado recentemente a Brasília, trago uma bagagem da velha Casa do Palácio Tiradentes.

Hoje, neste instante, evoquei, com muita saudade, a mansidão de Soares Filho, a elegância de Prado Kelly, a astúcia e inteligência de Gustavo Capanema; a seriedade daquele gaúcho, Adroaldo Mesquita; a combatividade de Lameira Bittencourt, do Pará, para que eles todos me ajudassem neste instante. E Maioria não fala; Maioria não aceita provocação, porque isto é que é obstrução.

Eu já li lista telefônica, porque eu já fui Governo e já fui Oposição.

O eminente Líder Marcos Freire foi brilhante; foi, inegavelmente, uma figura destacada da Oposição, mas ele não me conduziu ao que ele queria, porque muitas coisas eu teria que dizer, neste instante, para explicar as notas aos meus queridos amigos Mendes Canale e José Fragelli, as coisas todas que aqui foram ditas sobre obstrução. Mas obstrução ninguém explica, porque é um fenômeno do regime democrático.

Eu sou o Líder destes companheiros de Bancada que aqui estão, a eles eu muito pouco, ou quase nada tenho que dizer neste episódio da obstrução.

Os compromissos estão mantidos, o compromisso da lei eleitoral para o dia 30 de junho foi reafirmado e está reafirmado neste instante; o PDS entregará o seu documento. Ainda neste instante veio aqui o Secretário-Geral, porque o nosso Presidente José Sarney está ausente do País, o nosso compromisso será mantido; é a palavra do Governo, é a palavra do meu Partido.

Agora, o episódio de votar ou deixar de votar, neste instante, o projeto do eminente companheiro Humberto Lucena, a Maioria do meu Partido é discordante. O eminente Senador Murilo Badaró acha que devíamos votar, os cabelos brancos, a experiência de Dinarte Mariz acha que devíamos votar, imediatamente. Mas o consenso do Partido acha que a Maioria tem 34 votos e deve, neste instante, acabar com o projeto de Humberto Lucena para não enviá-lo à Câmara, porque a Lei Eleitoral apreciará o assunto.

- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Permité V. Ext um aparte?
- O SR. NILO COELHO (PDS PE) Então, esse assunto vai ser objeto de outra apreciação. Voltarei aqui para explicar, mas não concorrerei,...
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. NILO COELHO (PDS PE) ... não aceito desafio de participar da obstrução. Maioria não discute no processo da obstrução; maioria vota. (Palmas.)
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Permite V.Ext um aparte?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Em votação o requerimento de que é signatário o nobre Senador Humberto Lucena.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Sr. Presidente, peço a palavra, como representante do Partido Popular, para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext dispõe de 10 minutos para isso.
- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE. Para encaminhar a votação.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Voltamos, Sr. Presidente, à amenidade que deve nortear os nossos trabalhos. E acho até, Sr. Presidente...

- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.)

   Não pode haver aparte em encaminhamento de votação, nobre Líder.
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Só queria lembrar a S. Ext que o Senador Nilo Coelho...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Mas, não há aparte, e se V. Ex\* vai lembrar vai apartear. V. Ex\* me permitirá, como Líder brilhante, que eu conduza a sessão dentro do Regimento. Não há apartes.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Sr. Presidente, é até um ato de grandeza essa diversificação de assuntos que o Senado está tratando.

Há pouco o brilhante discurso do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, explicando aos seus companheiros, dos quais também nos incluimos, nós, do PP, pela identidade de propósitos democráticos, o que está acontecendo no plenário do Senado Federal.

Acho, Sr. Presidente, que esta é uma demonstração de vitalidade da nossa Casa que, há poucos minutos, assistia a um debate institucional e que, agora, examina um projeto que parece singelo, sem maior importância, mas que baliza o rumo mesmo, da beleza do regime democrático.

Esse projeto, Sr. Presidente, que estamos tentando colocar na prioridade da votação anunciada como possível, para hoje, pela Maioria, significa um instante de realidade sob as conjunturas sociais do nosso País.

Acho mesmo e repito, Sr. Presidente, que do alto da sua grandeza, esta Casa alta da República em nada se diminui, trazendo à discussão um benefício que, por justiça, se pretende dar a uma classe sofrida e que tão bem serve à comunidade brasileira.

Evidentemente, Sr. Presidente, que para justificar esse pedido de destaque, esse pedido de prioridade, terei que entrar no mérito do projeto, para que fique bem claro por que a Oposição deseja essa prioridade. Não somente, por essa demonstração de realismo do Senado da República que mesmo no meio das suas mais veementes discussões tem o dever primário de debruçar-se sobre os problemas sociais da Pátria, mas sobretudo por uma demonstração realística de que nós estamos aqui justamente para isso; para cuidar dessas coisas que parecem, inicialmente, simples, mas que significam uma realização da inteligência humana dirigi-los.

Sr. Presidente, V. Ex\* sabé que este projeto envolve medicina de trabaho, que significa medicina social, significa o mais alto grau de sabedoria médica, que é a medicina preventiva; aquela cuja função maior é evitar que a natureza do trabalho, ao invés de beneficiar o homem seja um agravo para a sua higidez. É por isso mesmo, Sr. Presidente, que eu, como médico, estranho profundamente que no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre este projeto, apareça uma citação, que me parece descabida, quando ele se refere ao art. 9º da Lei nº 5.890, de 1973, dizendo que:

"a aposentadoria especial será concedida "conforme atividade profissional em serviços que, para esses efeitos, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos por decrecro do Poder Executivo" (grifo nosso).

Ora, Sr. Presidente, o que se cuida com esse projeto, evidentemente que não é enquadrar a atividade de garçon como atividade penosa ao pé da letra, já que não existe nenhum agravo físico de importância maior no sentido da palavra "penosa". Por outro lado, não há como discutir a insalubridade da profissão de garçon, Sr. Presidente. Não me consta que o garçon esteja sujeito a contágio imediato ou com os agravos ecológicos, dentro de um ambiente geralmente bem cuidado e, no mais das vezes, até refrigerado.

Por último, Sr. Presidente, me parece um exagero querer enquadrar essa profissão como uma profissão "perigosa", onde haja o risco iminente de vida ou de lesão corporal.

Então, Sr. Presidente, improcede esse tipo de justificativa, porque o que se quer com o projeto é que essa atividade seja enquadrada, não como perigosa, insalubre ou penosa, mas simplesmente como atividade especial. E para casos especiais lei especial. E é por isso, Sr. Presidente que, embora pareça um assunto de menor importância, estamos fazendo o maior empenho, porque na hora em que a nobre Maioria diz aos ventos que vai conseguir número para aprovar projetos, fizemos essa escolha: em vez de projetos de empréstimos, na pressa da sua feitura, trazidos para o Senado, uma homenagem que em nada diminui esta grande Casa, e que, pelo contrário, demonstra o interesse do legislador com uma das mais humildes e mais importante classes sociais do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A minha questão de ordem cifra-se numa dúvida. Eu desejava também discutir e encaminhar o requerimento. Mas como sou líder de mim mesmo e

voz de mim próprio, desejava saber de V. Ex\* se tenho direito ao acesso dessa

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ext imaginará com que pesar, se eu tiver de decidir contrariamente a V. Ext, eu o farei. Mas, para não haver dúvida em relação à lisura e à isenção, pergunto a V. Ex\*; qual Partido V. Ex\* representa?

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) - Sou independente, não pertenço a Partido nenhum. Pairo no ar, como inquieto vagalume. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Paira no ar, como inquieto vagalume, que faz clarões maiores que as mais cintilantes estrelas. (Risos.)

Entretanto, nobre Senador Dirceu Cardoso, o art. 345 diz, no seu parágrafo único:

> "O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada Partido, salvo nas homenagens de pesar."

Aqui há blocos partidários. Nós ouvimos representantes de blocos partidários...

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) - E não de Partidos!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — E não de Partidos.

Enquanto os Partidos não tiverem registro definitivo, e como considero o assunto omisso no Regimento, concedo a palavra a V. Ex\*

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ouvimos, na oportunidade em que se encaminha o requerimento dos nobres Senadores, a declaração da nobre Bancada da Maioria que a obstrução poderia cessar caso houvesse um acordo em relação à votação de um projeto em pauta.

A minha obstrução, que não se acendeu ontem nem nesses 50 días, porque vem do ano passado, quando aqui eu era voz isolada, quando era mudo e só, sobre a rocha de granito, daquele tempo esta oposição não cessa, haja o acordo que houver, porque faço oposição em nome de princípios e não de conveniências.

Sr. Presidente, o PDS critica a Oposição porque faz obstrução. Ouçam, V. Ext e os dignos, ilustrados e cultos membros do Partido do Governo, o Congresso não se realiza somente pelo que faz e pelo que legisla. Não! O Congresso realiza mais pelo que não faz e pelo que não legisla. Exemplo: nós legislamos a Lei Falcão; não há avantesma nenhum, não há fantasma nenhum que apavore mais, hoje, todos que militam na política do que a Lei Falcão. No entanto, foi gerada das entranhas do Congresso. Se o Congresso não a tivesse gerado, Sr. Presidente, estaríamos mais na consagração do povo, não pelo que o Congresso havia feito, mas pelo que o Congresso deixou de fazer, não aprovando, não legislando a Lei Falcão, esse avantesma, esse fantasma que apavora toda a vida pública nacional.

Sr. Presidente, o requerimento ora em foco pede a inversão da pauta e coloca na ordem de prioridade uma categoria de brasileiro que merece tanto quanto toda a população de um município, que merece tanto quanto a população de um Estado: os garçons. Na divisão de trabalho e de atribuições da dignidade humana não há classe nenhuma, nem categoria nenhuma acima de outra. Não é superior a mim Carlos Gomes, que fez uma sinfonia; não é superior a qualquer um de nós Villa-Lobos, que fez várias sinfonias. Não é superior o brasileiro Castro Alves, que encantou sua geração com suas poesias. Não há categoria superior à outra. Todas as categorias humanas desempenham igual trabalho e trabalho responsável no todo da comunidade.

Sr. Presidente — os garçons, para os quais é pedida uma aposentadoria especial — quero chamar a atenção dos ilustres, dos cultos membros da Bancada do Governo, para o que seja o garçom. Se procurarmos as clínicas da parapsicologia ou mesmo da medicina social, vamos encontrar, ao lado dos caixas dos bancos, um grande número de garçons que povoam essas clínicas. Por que. Sr. Presidente?

Vou relembrar um fato, aqui, que ouvi narrado, há poucos dias, por um engenheiro de obras de Brasília, que diz o que significa ser garçom, Sr. Presidente. Disse-nos ele que tinha um garçom, na sua obra, que servia a operários o pão, o arroz, o feijão, a farinha e a carne. O engenheiro nunca tinha visto aquele garçom comer carne, ele não comia carne. Comia o arroz, o feijão, a farinha e mordicava o pão. Então o engenheiro se aproximou dele e perguntou: "Por que voce não come carne?" O garçom, com os olhos fulgurando e uma furtiva lágrima correndo-lhe pela face, respondeu: "Sr. Doutor, a minha família não come carne e eu, em sinal de protesto, não posso comê-la." Ele era um homem debaixo de um trauma violento, era um homem destinado a povoar, como de fato povoou, uma clínica de parapsicologia, uma clínica médica, porque ele, que distribuía todos os dias a fartura de carne no acampa-

mento da Construtora, não a comia, porque em casa seus filhos não tinham carne para comer. E vítima daquele choque traumático, com os nervos à flor da pele, ele, em breve, frequentava a clínica de recuperação em virtude daquele choque emocional.

Portanto, Sr. Presidente, não há categoria mais ilustre do que essa. É por isso que estou dando meu apoio à inversão da Ordem do Dia da nossa sessão, para que seja dada preferência à aposentadoria especial para os garçons do Brasil. Mais importante do que a população do município, mais importante do que a população do Estado, uma categoria de brasileiros sacrificados que precisam ser ouvidos por este Senado, mincipalmente neste projeto de Orestes Quércia, o homem de cinco milhões de votos, que precisa receber nosso apoio.

É por isso, Sr. Presidente que don o men apoio. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em votação o Requerimento nº 106/81, anteriormente lido pelo Sr. 1º-Secretário.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pau-

Rejeitado.

Rejeitado o requerimento, foi pedida verificação de quorum concomitantemente pelos nobres Senadores: Dirceu Cardoso, Humberto Lucena e Evandro Carreira.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares para verificação de votação. (Pausa.)

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Sr. Presidente, desisto do meu pedido de verificação de quorum.
- O Sr. Evandro Carreira (PMDB AM) Sr. Presidente, desisto do meu pedido de verificação de quorum.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) O nobre Senador Humberto Lucena desiste do seu pedido. (Pausa.)
  - O nobre Senador Evandro Carreira também desiste. (Pausa.)
  - O nobre Senador Dirceu Cardoso mantém o pedido.
  - Os Srs. Senadores, por obséquio, tomem os seus lugares para votar. Pergunto ao Líder do PDS como vota, para orientação de sua Bancada.

  - O Sr. Nilo Coelho (PDS PE) Voto "Não".
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Estando ausentes os outros Líderes, pergunto ao nobre Senador Dirceu Cardoso como vota.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Voto "Sim".
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Podem votar os Srs. Senadores. (Pausa.)

Todos os Srs. Senadores já votaram?

Lembro aos Srs. Senadores que aqueles que estiverem no recinto do plenário darão quorum.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Pela ordem.) Sr. Presidente, pediria a V. Ext que, de acordo com o meu requerimento de ontem, me fosse fornecida, após a verificação do quorum, a relação dos Senadores que votaram.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Como entre as coisas de que me posso jactar está a de prever um pouco o que V. Exª deseja, esta ordem já está dada.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Agradeço a V. Ext

(Procede-se à votação eletrônica.)

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume - José Guiomard - Eunice Michiles - Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Martins Filho — Milton Cabral — Aderbal Jurema — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista - Passos Pôrto - Jutahy Magalhães - Lomanto Júnior -Luiz Viana — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Tarso Dutra.

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Dirceu Cardoso - Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou tomar o resultado. Votaram "SIM", 2 Srs. Senadores e "NÃO", 28. Total 30.

Não houve quorum. Aplicarei o regimento, e suspenderei a sessão por 10 minutos,

Suspensa às 17 horas, a sessão é reaberta às 17 horas e 10 minu-

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está reaberta a sessão. Srs. Senadores, há uma comunicação a ser feita em decorrência de erro acusado no sistema eletrônico.

Embora S. Ex\*, o nobre Senador Itamar Franco, até não aceitasse a minha solicitação de que S. Ex\* viesse ao painel, para ver e, como é o nosso Secretário encarregado também da supervisão do PRODASEN, está aqui o quadro indicando comunicação de erro, o que originou uma reclamação feita. Nobre Senador Dirceu Cardoso, peço a atenção de V. Ex\*, que foi quem pediu a verificação. E, como a reclamação feita evidencia, na lista que V. Ex\* pediu e que já deve estar em mãos de V. Ex\*, a ausência de votos do Senador João Calmon, presente, do Senador Nilo Coelho, que votou e o número não foi computado, a comunicação de erro do aparelho eletrônico é perfeitamente compatível com o resultado abaixo daquele que o PDS está reclamando.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, V. Ext permite que eu dê uma explicação?
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois não.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES Para uma explicação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

Há três votos no Plenário: O SIM, o NÃO e a abstenção. Mas, há um quarto tipo de voto que não aparece aí: são os que não votam. Estão aqui dentro e não votam.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Mas, V. Ext não há de supor que o Senador Nilo Coelho não votou.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Não estou fazendo acusação a ninguém. Mas, há o que vota SIM, o que vota NÃo, há a abstenção e há aqueles que não apertam botão nenhum.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É possível. A informação de V. Ext estaria irreprochável, se o aparelho não indicasse, como está indicando, erro. É o aparelho que indica erro. Eu não posso, na idade cibernética, brigar com o computador.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Então, está certo.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao Senador Itamar Franco, para uma questão de ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem.) Sr. Presidente, eu atendi à solicitação de V. Ext apenas por uma questão de respeito.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Muito obrigado.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Porque, bastaria a palavra do Presidente do Senado Federal, para indicar que houve um defeito no sistema eletrônico, para que todos nós aceitássemos a palavra do Presidente. Eu me permitiria sugerir a V. Ext que tentasse, mais uma vez, o processo eletrônico, com o devido respeito, porque houve uma comunicação de erro, talvez, não observada no instante...
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu acho procedente a questão de ordem de V. Ext. Eu vou, então, tentar o teste do aparelho, para verificar se desaparece a ocorrência de erro.

Os Srs. Senadores tomem os seus assentos, mas não apertem os botões. Solicito que, depois da votação, atendendo à questão de ordem levantada pelo Senador Itamar Franco, uma vez que o painel ficará exposto, cada um dos Srs. Senadores que votou, por obséquio, analise se o seu nome está ausente no painel. Se estiver ausente do painel e presente no plenário, que decline o voto, e esse voto será computado.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Comunicação de erro, novamente, no computador.

Solicito a presença do Sr. Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

Vai-se proceder à votação nominal.

Solicito que compareçam à mesa os Senadores Dirceu Cardoso e Moacyr Dalla para escrutinadores. (Pausa.)

A chamada será feita do Norte para o Sul, a começar pelos Líderes. Como vota o Líder do Partido Democrático Social?

O Sr. Nilo Coelho (PDS - PE) - NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — NÃO, 1.

Agora, vamos proceder à chamada, do Norte para Sul.

(Procede-se à chamada.)

### RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Nilo Coelho, Líder do PDS — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa —

Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Martins Filho — Milton Cabral — Aderbal Jurema — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

\_RESPONDE À CHAMADA E VOTA "SIM" O SR. SENADOR: Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Votaram NÃO 32 Srs. Senadores e SIM 1. Com o Presidente, 34. Há quorum, o requerimento foi rejeitado.

Tem a palavra o nobre Senador Murilo Badaró, para uma retificação.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG. Para uma retificação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É para uma retificação. Quem pediu a verificação deve ser computado, para efeito de quorum.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Mas foi computado. Foi o Senador Dirceu Cardoso quem pedíu.
  - O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Perfeito.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra, para levantar uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:
- Sr. Presidente, há pouco, V. Ex\*, respondendo a uma intervenção do nobre Senador José Lins, disse que retirou da leitura do Sr. 1°-Secretário uma inversão da Ordem do Dia, do nº 24 para o nº 12.

Faria a V. Ext a seguinte ponderação: que V. Ext retornasse ao Sr. 19-Secretário essa inversão da Ordem do Dia de nº 24 para o nº 12, considerando que há outro requerimento mantendo o nº 24 para o nº 5.

Mas vamos, dentro da lógica, supor que o Senado rejeitasse a inversão do nº 24 para o nº 5, mas viesse a concordar a sua colocação do nº 24 para o nº 12, razão pela qual entendo que V. Exª só poderá retirar a inversão da ordem do pedido de nº 24 para o de nº 12, quando votarmos o de nº 24 para o nº 5. É a consideração que transmito a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ext, na verdade, não fez uma questão de ordem, fez uma reclamação quanto à observância do Regimento. E V. Ext tem razão, porque os requerimentos não são do mesmo requerente. Não o sendo, a argumentação de V. Ext é cabível e o requerimento será mantido.

- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Muito obrigado.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 107, DE 1981

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Ext, ouvida a Casa, seja mantida, em caráter preferencial, a sequência da Ordem do Dia, nos termos do anúncio prévio feito na sessão anterior.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. - Murilo Badaró.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- OSR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext pede a palavra para levantar uma questão de ordem?
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Exatamente, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma questão de ordem.
- OSR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

A questão não está esteada em artigo regimental, mas é sobre o andamento da sessão.

Sr. Presidente, há, na mesa, 12 requerimentos de inversão da Ordem do Dia, isto é, colocação em primeiro lugar dos itens que esses requerimentos citam. Não me consta que o requerimento, ora lido, estivesse nessa relação.

Então, Sr. Presidente, essa votação prejudica toda a ordem cronológica da sessão, desde o 1º até o 12º requerimento. Esse requerimento pode ter a origem que tiver, pode ser do PDS, do PMDB, do PP, pode ser até de minha

autoria, mas ele não pode ter preferência sobre 12 outros que, cronologicamente deram ingresso, conforme as praxes regimentais.

É a questão de ordem que remeto à alta consideração de V. Ex-

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Na verdade, trata-se, também, de uma reclamação sobre a observância regimental. Não é uma questão de ordem levantada.

Esclareço a V. Ext, nobre Senador Dirceu Cardoso: anunciados os nove requerimentos, foi colocado em votação o primeiro requerimento que invertia a Ordem do Dia, o item 25 para o item 1º. O Regimento é claríssimo quando diz que, antes de ser posta em discussão ou em votação qualquer matéria, qualquer requerimento entregue à Mesa, é considerado em tempo hábil. O que se passa, é que votaríamos, agora, um segundo requerimento, um terceiro, um quarto, um quinto, sobre itens correspondentes à inversão. Que diz a sequência dos trabalhos, no Regimento da Casa?

"Art. 198. A seqüência dos trabalhos da Ordem do Dia não poderá ser alterada senão:

Esclareço a V. Ex\*, nobre Senador Dirceu Cardoso: anunciados os nove requerimentos, foi colocado em votação o primeiro requerimento que invertia a Ordem do Dia, o item 25 para o item 1º. O Regimento é claríssimo quando diz que, antes de ser posta em discussão ou em votação qualquer matéria, qualquer requerimento entregue à Mesa, é considerado em tempo hábil. O que se passa, é que votaríamos, agora, um segundo requerimento, um terceiro, um quarto, um quinto, sobre itens correspondentes à inversão. Que diz a seqüência dos trabalhos, no Regimento da Casa?

- "Art. 198. A sequência dos trabalhos da Ordem do Dia não poderá ser alterada senão:
  - a) para posse de Senador;
- b) para leitura de mensagem, ofício ou documento sobre matéria urgente;
  - c) para pedido de urgência nos casos do art. 371, a;
- d) em virtude de deliberação do Senado, no sentido de adiamento ou inversão da Ordem do Dia;"

Não leio as letras e, f e g, porque não cabem no momento.

Então, há requerimentos solicitando a inversão da Ordem do Dia. E há, concomitantemente, em tempo hábil, um requerimento apresentado no sentido de manter a Ordem do Dia. Não posso, como Presidente da Casa, ignorar o requerimento. O requerimento foi apresentado em termos regimentais, por escrito, e em tempo oportuno. A sua votação, sim, vai preceder às demais, porque uma vez aprovado esse requerimento, se o for, prejudica todos os demais. E, então, é outra razão pela qual, no Regimento, se ampara esta preferência para votação. Esta a resposta dada a V. Ex-

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext pede a palavra para formular uma questão de ordem?
- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Não. Para uma observação sobre o Regimento.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Perfeitamente.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB. Para uma observação sobre o Regimento.) Lembro-me que no início da sessão, o nobre Senador Murilo Badaró perguntou a V. Ex\* se poderia requerer a manutenção da Ordem do Dia como estava, e V. Ex\* disse que não. V. Ex\* não atendeu à postulação do nobre Senador Murilo Badaró e achou que deveria, então, pôr em votação, um por um, os requerimentos de inversão da Ordem do Dia.

Daí por que não estou entendendo por que V. Ext, neste instante recebeu o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró, que inclusive, não se baseou em qualquer dispositivo regimental.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Exté que precisa me dizer o artigo do Regimento que impede que ele seja atendido. Não invertamos as posições.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Pelo contrário, qualquer requerimento tem que se arrimar em uma determinada norma regimental. Sem conhecer a fundamentação do requerimento, não posso formular uma questão de ordem?
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext concluiu?
  - O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Concluí.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Se V. Ext concluiu, eu lhe darei a solução.

V. Ext se referiu, ao início da sessão ou a uma parte da sessão, quando o Senador Murilo Badaró me consultou se a Ordem do Dia não tinha preferência sobre o requerimento de inversão. E a minha resposta a S. Ext foi que não tinha. Porque havia requerimento pedindo a inversão da Ordem do Dia. É completamente diferente de quando S. Ext formaliza um requerimento pedindo a manutenção da sequência da Ordem do Dia, inclusive depois de ter votado o primeiro requerimento rejeitado para anular a inversão da Ordem do Dia.

Consequentemente, não me encontro em contradição, e mantenho o recebimento do requerimento.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao Senador Itamar Franco, para uma questão de ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, quando qualquer Senador Solicita a inversão da Ordem do Dia, ele o faz baseado num artigo do Regimento. V. Ex\* concorda? (Pausa.)

Como V. Ext não responde, continuarei então o meu raciocínio.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Mas não posso responder a V. Ext por partes, responderei no todo. V. Ext sabe que não devo dialogar com o ilustre representante de Minas Gerais.
- V. Ex\* formalizará a questão de ordem respaldado num artigo correspondente do Regimento e eu darei a solução.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Vou formalizar, Sr. Presidente.

Quando se pede a inversão, Senador Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, se faz baseado num artigo do Regimento. Eu tenho que indagar a V. Ext porque não ouvi direito o requerimento do Senador Murilo Badaró; e já invoco não só a questão de ordem, agora, como o art. 16, item VIII, letra a do Regimento, para indagar a V. Ext sobre o andamento da Ordem do Dia.

Em que artigo o Sr. Senador Murilo Badaró baseou-se para pedir a manutenção da Ordem do Dia? É a indagação que faço a V. Ext. Estou fazendo primeiro a V. Ext uma indagação, já que V. Ext deseja respaldo no Regimento.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* me pediu a palavra para levantar uma questão de ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Certo. Mas como V. Ext me chamou a atenção de que não poderíamos dialogar, eu inverti a questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não, V. Ext quis fazer comigo um processo socrático de maiêutica, e não cabe perguntar se eu digo sim, se eu digo não. V. Ext formalize a questão de ordem. O Senador Murilo Badaró fez um requerimento que já foi lido pelo Sr. 1º-Secretário, mas que irá ler novamente para V. Ext
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Muito obrigado a V. Ex<sup>‡</sup>

É lido o seguinte requerimento:

### REQUERIMENTO Nº 107/81

Requeiro a V. Ext, ouvida a Casa, seja mantida, em caráter preferencial, a sequência da Ordem do Dia, nos termos do anúncio prévio feito na sessão anterior.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. - Murilo Badaró.

- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Sr. Presidente, então, a minha questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Formule a questão de ordem, Senador Itamar Franco.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, esse requerimento não poderia ser aceito pela Mesa porque não há invocação de um artigo do Regimento. Porque V. Ex\*, Sr. Presidente, ao anunciar a Ordem do Dia já o fez dizendo à Casa que havia a presença de requerimentos pedindo a inversão da Ordem do Dia.

Então, acredito que o senso de justiça de V. Ex, e sobretudo regimental, não permitirá a aprovação desse Requerimento porque ele contraria expressamente a letra do Regimento.

S. Ext o Senador Murilo Badaró não invocou nenhum artigo, e não há, Sr. Presidente, a não ser que o Senador Murilo Badarô demonstre ao Plenário

do Senado qual o artigo que diz que tem que ser mantida a Ordem do Dia, após haver na Mesa requerimentos de inversão dessa ordem. Não há artigo, Sr. Presidente.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext concluiu?
- O.SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Concluí, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Se V. Ext concluiu, a mim cabe dar a solução da questão de ordem.
- V. Ext levantou, ao que eu entendo, nenhuma questão de ordem. V. Ext também, baseado no art. 16, fez uma reclamação quanto à observância do Regimento. Não houve questão de ordem; não há decisão a dar.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Levantei, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Perdão, V. Ex\* não levantou. V. Ex\* não citou artigo em que se baseava a questão de ordem, não a formulou...
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Baseei Ext, dizendo que V. Ext se baseou no art. 198 e não encontro este artigo sobre a questão.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu não me baseei em nada. V. Ex\* é que leu o art. 198.

Já estamos fazendo o que não devemos. Vou ouvir V. Ext, começo a dar a resposta e começamos a falar, dialogando, o que não me posso permitir, nem devo fazê-lo, não por mim, mas por homenagem ao Senado.

- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Nem eu devo fazê-lo.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A questão de ordem pressupõe um artigo levantado no Regimento, que deve ser respeitado pela Mesa, que o haveria contrariado. Isso não foi apresentado.

Logo, quando o nobre Senador Itamar Franco declarou que o nobre Senador Murilo Badaró não apresentou respaldo regimental para o seu requerimento, ele está fazendo — e nesse sentido eu tomo — uma reclamação baseada no art. 16, quanto ao cumprimento do Regimento pela Mesa. Eu o aplicarei, darei a resposta.

- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Esta é a primeira. Se V. Ext quiser dou a questão de ordem.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Darei a resposta.
- O requerimento que foi apresentado pelo nobre Senador Murilo Badaró é perfeitamente recebível, porque diz na SEÇÃO II, dos Requerimentos, a) Disposições Gerais:

"Art. 236. O requerimento poderá ser oral ou escrito. Art. 237. É oral..."

Não lerei mais o artigo.

"Art. 238. São escritos os requerimentos não referidos no artigo anterior e dependem apenas de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado,..."

Logo, se houvesse o requerimento escrito, do nobre Senador Murilo Badaró, que não se amparasse no art. 238, que lhe permite requerer, esse requerimento não seria recebido.

Se o requerimento tratasse de leitura de qualquer matéria, de retificação de ata, de inclusão em Ordem do Dia de matéria em condições regimentais de nela figurar ou de permissão para falar sentado, S. Ex\* poderia tê-lo feito verbalmente.

Logo, o requerimento, ainda que não citando o art. 238, no qual ele se baseia, é um requerimento legítimo, e foi recebido em tempo hábil.

Esta decisão é a que tomo, como Presidente da Mesa, em relação à reclamação apresentada pelo nobre representante de Minas Gerais.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Levanto uma questão de ordem, agora, com a permissão de V. Ex\*
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Com a palavra V. Ex\*, para uma questão de ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Rejeitado o requerimento, pedindo a inversão da Ordem do Dia, foi mantida, evidentemente, a sequência da Ordem do Dia. Se mantida a sequência da Ordem do Dia, tenho que me recorrer ao art. 198.

- O art. 198 diz o seguinte, Sr. Presidente:
  - "A sequência dos trabalhos da Ordem do Dia não poderá ser alterada senão:
    - a) para posse de Senador;
  - b) para leitura de mensagem, oficio ou documento sobre matéria urgente;

- c) para pedido de urgência nos casos do art. 371, a;
- d) em virtude de deliberação do Senado, no sentido de adiamento ou inversão da Ordem do Dia;
- e) pela retirada de qualquer matéria, para cumprimen o de despacho, correção de erro ou omissão nos avulsos e para sant r falhas de instrução;
  - f) para constituição de série, em caso de votação secreta;
  - g) nos casos previstos nos arts. 340 e 422, b in fine, e d."
- O artigo em que V. Ext se baseia para aceitar o requerimento do Senador Murilo Badaró contraria, no meu entendimento, o art. 198 do Regimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É a questão de ordem levantada?
  - O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Exatamente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A questão de ordem de V. Ex\* é decidida contrariamente a V. Ex\* Não me baseei no art. 198 para inverter a Ordem do Dia ou para mantê-la, baseei-me no art. 238 para dar direito, ao nobre Senador, de requerer. E V. Ex\* agora mesmo, ao ler o art. 198, acaba de dar razão ao requerimento. O requerimento, o que está pedindo é precisamente que a seqüência dos trabalhos da Ordem do Dia não seja alterada. Conseqüentemente, peço a V. Ex\* que aceite a decisão contrária à questão de ordem levantada por V. Ex\*
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Reclamo a decisão de V. Ext.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois não. Vou apenas dar a palavra de preferência ao Lider, em relação a V. Ext, Sr. Senador Dirceu Cardoso.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Pois não.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Senador Marcos Freire.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

Quando o Sr. Senador Murilo Badaró levantou a sua questão, no início desta sessão, V. Exto advertiu de que ele teria que fazer por escrito, e não apenas verbalmente mas que a Presidência, independentemente do possível requerimento por escrito do Senador Murilo Badaró, iria logo antecipar a sua decisão a respeito da matéria. E V. Extopolatou, então, a decisão da Presidência

Ora, se agora é lido um requerimento escrito, que o Sr. Senador Murilo Badaró encaminhou sobre a mesma matéria, gostaria apenas de invocar o art. 446 do Regimento Interno, que diz:

"Art. 446. A questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o Plenário, de oficio ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por Líder."

Ocorre que V. Ext prolatou a decisão às considerações verbais feitas pelos Líder; disse que S. Ext poderia encaminhar o requerimento por escrito, mas anteciparia a sua decisão. Portanto, a decisão em questão já foi tomada; mais do que isso, já foi anunciada, de acordo com o art. 446.

Portanto, parece-me que é coisa julgada pela Mesa. Apenas gostaria de deixar bem clara essa consideração, a fim de que não se dissesse que, no momento da leitura do requerimento, passou em julgado, que não levantamos o problema. Queremos advertir que essa matéria já foi devidamente apreciada a decidida pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — É a questão de ordem que V. Ext levanta. Na verdade, V. Ext não levanta questão de ordem. Na verdade, V. Ext levanta também uma reclamação e, por antecipação, cita um artigo do Regimento, do qual provavelmente V. Ext vai se servir para recorrer da decisão do Presidente da Casa, o que fez V. Ext prejulgar a minha decisão. Entretanto, como me cabe dar uma explicação, discordo em gênero, número e grau da colocação do nobre Líder Marcos Freire.

Lembro que se iniciava a sessão, quando o nobre Senador Murilo Badaró levantou-se para fazer uma consulta, antes de lidos os requerimentos de pedido de inversão. Não tinha cabimento, antes de lido um requerimento de inversão, que se pedisse a manutenção da Ordem do Dia. Isso é absolutamente claro, Srs. Senadores. Só haveria possibilidade de pedir a manutenção da Ordem do Dia, quando houvesse algo baseado no Regimento que solicitasse a inversão da Ordem do Dia. Consequentemente, não houve reclamação de

- V. Ext que merecesse o amparo da Presidência, e eu mantenho o recebimento do requerimento e o coloco en votação.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Dírceu Cardoso, para uma questão de ordem.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Com base nos arts. 444 e 198 e incisos que se lhes seguem, os doís combinados, levanto a seguinte questão de ordem:

O Regimento, que é a nossa bússola e que está entreque agora a um timoneiro seguro, estabelece, nos seus vários capítulos, a mecânica ou a dinâmica da Sessão do Senado Federal. Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores, porque é uma questão vital para a vida do Senado, daqui para frente.

"SEÇÃO III

Art. 196...

- c) Da Ordem do Dia Constituída de Trabalho das Comissões Art. 197...
- d) Da Sequência dos Trabalhos da Ordem do Dia Art. 198...
- e) Do Tempo Posterior à Ordem do Dia SEÇÃO IV

Do Término do Tempo da Sessão SEÇÃO V

SECAO 1

Da Prorrogação da Sessão.

SEÇÃO VI

Da Assistência à Sessão."

Sr. Presidente, não fala, em hora alguma, e não trata, nesses Capítulos, nessas Seções, de requerimentos, É a dinâmica do funcionamento do Senado Federal. E aqui, no artigo que estamos analisando, diz:

"Art. 198. A sequência dos trabalhos da Ordem do Dia não poderá ser alterada senão:

- a) para posse de Senador;
- d) em virtude de deliberação do Senado, no sentido de adiamento ou inversão da Ordem do Dia;"

Só pode ser alterada a sequência, no caso de adiamento ou de inversão da Ordem do Dia. Com relação a pedido feito através de requerimento, dizendo que ela tem que continuar como Ordem do Dia, não existe dispositivo. E tanto não há, Sr. Presidente, que, na sessão em que o Regimento Interno estabelece os casos de requerimentos por escrito, não há um requerimento que se enquadre no caso do noore Senador Murilo Badaró, de sequência normal dos trabalhos.

A Ordem do Dia só pode ser alterada, só pode sair dos trilhos, através de requerimento de adiamento, ou através de requerimento de inversão da Ordem do Dia. Apenas nesses dois casos, porque não há mais caso nenhum de requerimento aqui.

Então, Sr. Presidente, Gorki tem uma citação que diz: "os olhos dele tinham cem olhos". Os de V. Ex\* tem 134 olhos: são 132 olhos de todos nós e mais os de V. Ex\*, porque vê por todos nós.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext citou o art. 444 e ele diz que V. Ext dispõe de apenas 5 minutos.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não. Mas, Sr. Presidente, estamos espancando uma dúvida que ocorre a toda Casa. Então, não pode ter requerimento escrito, se isso não é caso que trate de requerimento escrito. Então, a seqüência da Ordem do Dia só pode ser alterada, etc., com adiamento ou com inversão da Ordem do Dia, que é o nosso caso; para manter, não pode. Não é isso, não é um requerimento. Nos requerimentos que V. Exteu agora mesmo, não há um caso de requerimento para manter a Ordem do Dia.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Solicito a V. Ext que conclua.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, V. Ext hoje nos deu tranquilidade, assumindo a Presidência; está abrindo rumos, não fazendo rumos dentro d'água.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Lembro aos Srs. Senadores que há um orador na tribuna.

Por obséquio, Senador, prossiga.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — O PDS quer abafar, com tumulto, as nossas razões.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço ao nobre orador que conclua dentro de 5 minutos que V. Ext dispõe, e que já ultrapassou.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Então, Sr. Presidente, a sequência só pode ser alterada com isso: ou para adiamento da sessão, ou para inversão da Ordem do Dia. Não há outro caso para alteração da sequência. E porque não há requerimentos típicos para manter a sequência. E porque não há requerimentos típicos para manter a sequência da sessão... Sr. Presidente, estou numa concentração intelectual, se começarem a tumultuar, não posso continuar. Peço a V. Ex. para manter os meus parcos minutos.
  - O Sr. Dinarte Mariz (PDS RN) É simples...
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Não é tão simples assim, Senador Dinarte Mariz; é uma questão de alta indagação; chega até a ser indagação filosófica.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço a V. Ext que não aceite apartes e peço aos Srs. Senadores que contribuam para o ordenamento dos trabalhos.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente a minha questão de ordem se cifra nisso. V. Ext tem sido um timoneiro seguro e não podemos reclamar uma vírgula do seu procedimento até agora; e não queremos reclamar de agora em diante.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Muito obrigado.

V. Ex\* concluiu?

- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Concluí.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Vou dar a solução.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, V. Ext já havia dito que o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró não podia interpolar os requerimentos aí, porque era estravagante e, agorra, V. Ext acolhe o requerimento de S. Ext.

Veja bem, Sr. Presidente, isso não vai alterar nada, nós vamos continuar na mesma sequência, mantida a mesma ordem dos trabalhos, sem perturbar nada. É o que nós, humildemente, colocamos aos pés de V. Ext, hoje, o maior guardião do Regimento nesta Casa.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Agradeço, comovido, o final da formulação da questão de ordem de V. Ext, e espero que no caso da minha decisão, discrepar do entendimento de V. Ext, que V. Ext tenha a generosidade de não me considerar, a partir de cá, não mais o guardião do Regimento, mas o seu violentador.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Não, Sr. Presidente, continuo a considerá-lo o guardião.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A questão de ordem que V. Ext levantou, foi em tudo igual a uma questão de ordem já previamente levantada e por mim decidida talvez apenas com mais brilho sem desdouro a quem a formulou anteriormente.
- V. Ex<sup>a</sup>, entretanto, já me ouvira ter dito que o requerimento verbal que, aliás, nem foi requerimento verbal porque não podia ser, mas uma consulta feita pelo Senador Murilo Badaró, antecipou-se à apresentação daquilo contra o qual S. Ex<sup>a</sup> queria chocar-se. Por isso, era impertinente e, desde logo, comuniquei a minha decisão.

Quando decido a favor da questão de ordem que as Oposições levantam percebo que sou um bom Presidente, mas quando decido contrariamente a uma posição que me apresentam as Oposições, corro o risco de ser considerado um Presidente faccioso.

- V. Ext, por favor, abra o nosso Regimento Interno no Capítulo II, Art. 259, item III, alínea b na Ordem do Dia:
  - 1 emenda à matéria em apreciação;
  - 2 requerimento que diga respeito à ordenação das materias da Ordem do Dia ou à proposição dela constante;

Foi dentro deste entendimento que recebi o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró. (Pausa.)

Está decidida a questão de ordem.

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nobre Senador Humberto Lucena, darei a V. Ex\* a palavra porque tem direito, por este Regimento, que é um Regimento que impede o Presidente de dirigir a Casa de fazer tantas formulações de questão de ordem divergentes quantas V. Ex\* queira.
  - V. Ex\* dispõe de cinco minutos.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB. Para uma questão de ordem.) Sr. Presidente, segundo me parece, pela leitura da proposição do

nobre Senador Murilo Badaró, S. Ext pediu preferência para a votação de seu requerimento sobre os requerimentos que foram apresentados anteriormente pelas Oposições.

Ora, Sr. Presidente, diz o art. 346 do Regimento Interno, textualmente, o seguinte:

"Art. 346. Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário:

1) de proposição sobre outra ou sobre as demais da Ordem do Dia."

Quer dizer, o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró sobre os requerimentos anteriormente apresentados. Mas no parágrafo único do mesmo artigo consta:

"Parágrafo único. A preferência deverá ser requerida:

a) antes de anunciada a proposição sobre a qual deva ser concedida, na hipótese do item 1;"

Ora, V. Ext declarou logo no início da sessão que havia sobre a mesa nove requerimentos de inversão da Ordem do Dia. Por conseguinte, o momento para que a preferência fosse requerida, de acordo com esse dispositivo regimental, seria antes do anúncio de V. Ext

É esta a questão de ordem que coloco perante V. Ex\*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Eis aí uma questão de ordem brilhantemente formulada. E V. Ex\*, entretanto, receberá a decisão dessa questão de ordem exatamente no art. 346 que V. Ex\* invocou. Porque o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró pede que seja mantida em caráter preferencial a seqüência da Ordem do Día. Acontece que preferência de uma deliberação, de uma proposição sobre a outra seria, no meu caso, no meu modesto entendimento, uma inversão que se exigisse na ordem, na sequência.

A palavra preferencial que o nobre Vice-Líder Murilo Badaró colocou aqui não me induziu a considerar o seu requerimento nessa condição e sim a considerar o requerimento na manutenção da següência da Ordem do Dia, anunciado em tempo oportuno, quando se votaria o segundo requerimento de inversão. Então, antes de o ser anunciado o segundo requerimento de inversão, era pertinente pedir-se que a manutenção da Ordem do Dia fosse assegurada. Se a solicitação, o requerimento, do nobre Senador Murilo Badaró fosse dar caráter preferencial a uma parte da Ordem do Dia sobre a outra, V. Exteria inteira razão. Mas não se trata, absolutamente, disso. Trata-se de discutir entre manter a Ordem do Dia, depois o primeiro requerimento, ou não mantê-la. De maneira que essa é a decisão quanto à questão de ordem formulada por V. Ext.

Passo à votação do requerimento.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra, para um requerimento perfinente à matéria.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Perfeito. Só peço a atenção de V. Ext para saber se não é só pertinente, mas também se é em tempo hábil, porque eu já anunciei a votação do requerimento.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Mas é exatamente sobre a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para um requerimento. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

  Tenho um requerimento que en rediria a hoa vontade de V. Evi ao

Tenho um requerimento que eu pediria a boa vontade de V. Ext ao encaminhá-lo.

O meu requerimento diz o seguinte:

"Requerimento de manutenção da Ordem do Dia, depois de votados os requerimentos de inversão."

Isto è, uma subemenda ao requerimento do nobre Senador Murilo Badaró.

Pediria que V. Ex<sup>‡</sup> considerasse essa emenda ao requerimento do nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Nobre Senador V. Ext é um extraordinário e brilhante Parlamentar. V. Ext sabe que requerimento não tem subemenda; V. Ext sabe que os requerimentos são distintos uns dos outros.

Eu vou — e até não deveria fazê-lo —, porque aqui só tenho uma forma de me sentir respeitado por meus Pares, que é interpretar o Regimento, dentro de minha limitação intelectual, mas interpretá-lo como Presidente da Casa e não como Chefe de Partido — o requerimento de V. Ex\*já estaria prejudicado porque já anunciei a votação do anterior; de modo que o requerimento de V. Ex\*, não mais poderia ser recebido em tempo hábil, mas se o re-

querimento anterior for negado, V. Ex\*, desde já pode encaminhar o de V. Ex\*, porque ele será considerado em seguida — se o requerimento do Senador Murilo Badaró for rejeitado.

Em votação o requerimento.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) E para encaminhar a votação, pediria a V. Ext que me fizesse chegar às mãos o requerimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço a um dos nossos assistentes de Plenário que leve às mãos do nobre Senador Itamar Franco—que está em pé, conhecido na Casa, Senador por Minas Gerais, este requerimento do qual só tenho uma via.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Muito obrigado pelo conhecido, Sr. Presidente.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É a confiança.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) V. Ex\* me presta uma grande homenagem nesta tarde...
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Ainda hei de prestar maio-
  - O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Espero que sim, Ex\*. Sr. Presidente, estou com dificuldade de ler...
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Se se trata de um grupo de trabalho, V. Ext dispõe de dez minutos.(Risos.)
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Não Ex\*, é porque a letra do Senador Murilo Badaró não é fácil de ser lida.

Sr. Presidente, usando uma expressão do Senador Murilo Badaró, que nos últimos dias a tem usado, aqui, constantemente — este é um requerimento inusitado. S. Ex\*, nestes últimos dias, na obstrução democrática que se faz no Senado Federal, nessa obstrução, não apenas de ordem política — já o disse aqui — nessa obstrução que se faz, para que a Maioria seja Maioria, como bem o disse o Líder do Governo — nós aplaudimos, quando S. Ex\* disse: "Maioria é Maioria". Maioria é para cumprir as obrigações diárias, não obrigações apenas de um dia, esperamos nós. É vamos cobrar do Líder do Governo, porque as palavras de S. Ex\*, hoje, tocaram profundamente a nós outros, que estamos, aqui, constantemente, no Senado Federal, Senador Nilo Coelho, quando V. Ex\*, com seu tom de voz vibrante diz: "Maioria é Maioria", numa expressão machista e importante no Senado Federal. Só quero ver se essa Maioria permanece por quanto tempo, ou por quantas horas ou por quantos minutos.

Mas, Sr. Presidente, no meu entendimento — permita-me V. Ext, sempre com o respeito que lhe tenho e que merece — dizer da infelicidade da Mesa ao concordar com o requerimento do Senador Murilo Badaró.

Já nem diria dos termos em que ele o dirigiu, não caberia a mim analisar a semântica do Senador Murilo Badaró, nem os seus adjetivos, substantivos, advérvbios, ou mesmo as conjunções aqui, por acaso, existento no requerimento. Mas, caberia a mim, sim, dizer que não encontro no Regimento da Casa nenhum amparo legal para que o Senado possa aprovar esse requerimento. S. Ex\*— com as luzes que trouxe, por certo, não sei se só de Minas Gerais, ou de São Paulo ou de outro Estado— teve o cuidado de não invocar, aqui, nenhum artigo do Regimento. S. Ex\* sabia que não poderia invocar nenhum artigo do Regimento, S. Ex\*, sabia que não poderia buscar nenhum artigo do Regimento porque não encontraria amparo. E ele é inusitado, não só por este aspecto. O Sr. Presidente é cioso quando pede que os Senadores, já não digo apenas Senadores da Oposição, mas os próprios Senadores do Partido do Governo, indiquem o artigo quando pretendem levantar suas questões de ordem.

Mas este é um requerimento, Sr. Presidente, que eu não diria bem feito ou bem dirigido. A Mesa o aceitou e cabe a nós respeitar a decisão do Sr. Presidente, se bem que poderíamos, e não o fizemos em atenção ao Presidente da Casa, recorrer da decisão do Sr. Presidente para a Comissão de Constituição e Justiça ou para o próprio Plenário. Não o faremos. Apenas, Sr. Presidente, para deixar registrado, nesse encaminhamento que faço, do inusitado requerimento do Senador Murilo Badaró, que ele não encontra apoio regimental, que ele é extemporâneo, pela primeira vez, no Senado, aí sim, Senador Murilo Badaró, V. Ext costuma dízer que pela primeira vez neste Senado, na História da República há uma obstrução de caráter democrático. E eu diria que, pela primeira vez, um Senador pede a manutenção da Ordem do Dia. O bom senso estaria a indicar, se o requerimento do Senador Orestes Quércia foi re-

jeitado, eviden amente a manutenção da Ordem do Dia se daria se não houvesse outros referenciatos na mesa.

Mas nos e amos vivendo na época do inusitado, na época do regime da convivência e cutras épocas, Sr. Presidente. Portanto, é lógico que esse requerimento fique constando, para o brilhantismo da inteligência do Senador Murilo Badaró, nos Anais do Senado Federal. (Muito bem!)

O SR. PI ESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em votação o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró.

Pede a pa avra o nobre Sr. Senador Dirceu Cardoso, se eu entendo bem o gesto de S. Ext

Pede a palavra, por gesto, o Sr. Senador Dirceu Cardoso.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Eu já havia pedido a palavra por voz, Sr. Presidente. Mas para não me repetir, pedi agora por gesto. É V. Ext que está procurando adivinhar o meu pensamento...
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Estou atento.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) De outra vez é só eu me erguer aqui e V. Ext entenderá o meu pensamento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Enquanto eu entender bem, V. Ext não haverá do que se queixar.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) E vou dizer mais a V. Ext, eu me sinto profundamente honrado que V. Ext, nas suas alturas, nas suas culminâncias, perceba o pensamento do humilde cidadão cá, na planura.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Com a palavra o nobre Senador.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:
- O nobre Senador Murilo Badaró, cujo pai conheci, foi meu colega, ilustrou a Câmara Federal no meu tempo e no tempo dos nobres Senadores Nilo Coelho, Lenoir Vargas, Lourival Baptista, João Calmon, Tarso Dutra, Luiz Viana, Amaral Peixoto, José Guiomar e desse baluarte que, hoje, saiu às 2 horas da madrugada de São José do Egito, lá na curva do Brasil, no Rio Grande do Norte, para vir assistir esta Sessão e, até agora, não votar. (Risos) E até agora não votou, está ainda em jejum, em jejum de voto Sr. Presidente.

Mas, homenageio essa bravura. Arrancar de lá, às 2 horas da madrugada, para estar aqui, Sr. Presidente, e Santo Antônio o enganou; pensou que a esta hora já tivesse votado o empréstimo do Rio Grande do Norte e nós não estamos nem no Rio de Janeiro quanto mais no Rio Grande do Norte.

- Sr. Presidente, o nobre Senador Murilo Badaró, hoje, criou um caso na linha de decisões nesta Casa; abriu precedente. O que o pai de S. Ext nunca fez, e o avô que foi Ministro da Justiça, neste País.
- V. Ex\* não conte comigo para ser Ministro da Justiça porque não tem a tranquilidade e o bom-senso para ser Ministro da Justiça; Governador é outra coisa. (Risos.)

Srs. Senadores, nós vamos votar um requerimento que rejeita todos os de preferência de inversão da Ordem do Dia. Sempre ouvi falar — como disse o nobre Senador Nilo Coelho e com cujas palavras estou de acordo — Maioria é maioria. Isto é a ditadura do voto.

- O Sr. Nilo Coelho (PDS PE) A maioria é um voto.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Desde que seja uma maioria, mas às vezes as maiorias, Sr. Presidente, se dissolvem em minorias ocasionais e, às vezes, as minorias se dilatam em maiorias oportunas.
- Sr. Presidente, o nobre Senador Murilo Badaró criou um caso, como criou um caso na política mineira, criou aqui, hoje, dentro do Senado. Porque, antes de o Partido escolher a S. Ex\*, S. Ex\* já saiu como candidato. (Risos.) E, aqui, antes de nós votarmos o requerimento de inversão da Ordem do Dia, S. Ex\* saiu com um requerimento, pedindo que seja mantida a Ordem do Dia. Choveu no molhado.

Não estou criticando a decisão de V. Ext. Sr. Presidente. Estou falando sobre a oportunidade do nobre Senador Murilo Badaró.

Mas eu estava dizendo que o nobre Senador Nilo Coelho, que eu conheci nos dias em que, nós todos que estamos aqui nos conhecemos naqueles dias, naqueles dias inesquecíveis, e nós jogamos a nossa sobrevivência e, até, em certos momentos, a nossa vida, na hora em que o País se engolfava na maior crise institucional da Segunda República; nós jogamos ali. E todos que estamos aqui jogamos no mesmo caminho. Até eu, hoje independente, estava com V. Ext, Senador Dianarte Mariz, Senador Luiz Viana, Senador Amaral Peixoto e outros que estão aqui, jogando o nosso destino.

Pois bem, Sr. Presidente, então hoje, com tristeza eu vejo, no Senado, aparecer mais esse gnomo, que lançou um eflúvio, aqui no Plenário, e num

relampejo, num estalo na cabeça, S. Ext pediu para ser mantida a Ordem do Dia. Então, foram rejeitados, ab ovo, todos os requerimentos de inversão da Ordem do Dia. Todos, Sr. Presidente!

Vejo, Sr. Presidente, com surpresa isso, mas como estou acreditando que daqui para a frente, Sr. Presidente, se os Partidos de Oposição que estão de dentes cerrados para manter a oposição — se não negociar essa posição nós vamos molhar o baixeiro do pessoal do PDS. Quer dizer, Sr. Presidente, o nobre Senador Murilo sabe o que é o baixeiro; quando se cavalga o cavalo é aquela manta que se coloca sobre o Iombo, entre o arreio e o cavalo, exatamente. Vamos molhar o baixeiro do pessoal do PDS. Vão ter que montar muitas vezes e desmontar. Hoje, nós desmontamos o PDS, Sr. Presidente. Quer dizer, já estava montado, o Senador Dinarte Mariz saiu às duas horas da manhã, num automóvel, pelas ínvias estradas do Rio Grande do Norte, pegou o avião em Natal, desceu em Recife; pegou o avião, veio para aqui, certo de que às 14 horas e 30 minutos estaria votando o empréstimo do Rio Grande do Norte e, até agora, nada de empréstimo e nada de Rio Grande do Norte. Vai ser o primeiro rompimento da Bancada do PDS.

Sr. Presidente, veio de um lugar, de São José do Egito, veio da Fazenda da Solidão — este é um nome que reboa neste plenário com uma emoção muito grande — Fazendo da Solidão.

Quando se vê um velho morubixaba, encravado naqueles sertões bravios, arrancar-se de lá para vir atrás desta votação, ele, já encanecido, e aqui assistir — ele que já assistiu os maiores Parlamentares deste País, foi companheiro de Carlos Lacerda, um dos maiores Parlamentares do País — o nobre Senador Murilo Badaró erguer-se aí, com um requerimentozinho, que o Sr. Senador Itamar Franco não leu.

- Sr. Presidente, acaba tendo de manter a Ordem do Día. Então tenho de deixar o meu protesto, não posso deixar o meu voto porque é um só, mas deixo o meu protesto, porque a atitude do nobre Senador Murilo Badaró, inovando-se aqui na Casa, a meu ver S. Ext rasgou o Regimento da Casa nesta tarde. Mas hoje vi que V. Ext é um homem perigoso, e o PDS de Minas que se cuide, porque V. Ext vai fazer a barba, cabelo e bigode do PDS.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço a V. Ext que conclua, nobre Senador.
- V. Ext é um parlamentar brilhante, mas não está discutindo sobre a matéria. Já esgotou o prazo de V. Ext

Eu respeito a obstrução, mas também peço respeito ao Regimento.

- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, curvo-me diante da observação da Mesa. Vencido, mas não convencido, atendo a decisão do Plenário, à ditadura da Maioria: O PDS é quem vai passar, os seus 34 Senadores, sobre o nosso corpo, e sobre a nossa garganta. Salve o Brasil de 1981!
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.
- O Sr. José Fragelli (PP MS) Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Acho que todos ouviram que o Senador Murilo Badaró pediu antes de V. Ex\*
  - O Sr. José Fragelli (PP MS) V. Ext tem razão, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) E o nobre Senador Murilo Badaró pediu regimentalmente, de pé. De maneira que S. Ext tem duas vezes preferência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não vou colaborar com a Oposição na obstrução. Mas quero dizer ao Senador Itamar Franco, ao novo filólogo da Casa, que vou responder-lhe oportunamente. Também responderei ao Senador Dirceu Cardoso.

Muito Obrigado.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Dou a palavra, para encaminhar a votação, como representante do Partido Popular, ao nobre Sr. Senador José Fragelli.
  - V. Ex\* tem 10 minutos.
- O SR. JOSÉ FRAGELLI (PP MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pelo Partido Popular, venho apresentar nossas razões, pelas quais não podemos votar esse requerimento.

Respeitando e admirando V. Ex\*, Sr. Presidente, achamos que a decisão da questão levantada não se atém às normas jurídicas que deviam presidir a interpretação do Regimento da Casa por V. Ex\*

Fundamentado no art. 259 do Regimento, que diz:

"Art. 259. A apresentação de proposição será feita:

III — em plenário, nos seguintes casos:

b) Na Ordem do Dia;

2 — requerimento que diga respeito à ordenação das matérias

. Principal Principal and amendrate with a score of the first of the f

da Ordem do Dia ou à proposição dela constante;"

No entanto, Srs. Senadores, é o art. 198 do Regimento Interno, já invocado pelo nobre Senador Itamar Franco que reza:

"Art. 198 — A sequência dos trabalhos da Ordem do Dia não poderá ser alterada senão:

d) em virtude de deliberação do Senado, no sentido de adiamento ou inversão da Ordem do Dia;"

Quer dizer, a sequência só poderá ser alterada excepcionalmente.

V. Ex\* Sr. Presidente, no meu modo de ver admitindo um requerimento de manutenção da Ordem do Dia, e como já foi muito bem exposto à Casa, é um requerimento que não existe previsto no Regimento, V. Ex\* deu uma decisão, sem dúvida, contra a letra do Regimento, art. 198, letra d, aqui citado.

E mais, Sr. Presidente. É sabido que toda disposição de lei excepcional, só pode ser interpretada restritamente, ela não pode ser interpretada nem por analogia, nem por extensão. V. Ext., a meu ver, violou uma regra de Direito que não permite que uma disposição de lei excepcional seja interpretada como V. Ext. interpretou, talvez, já não digo por analogia, mas por extensão, porque a palavra inversão, sem dúvida, não tem analogia alguma com a outra, manutenção da Ordem do Dia. Ao contrário, são duas expressões antagônicas, são duas expressões que se repelem. E V. Ext. justamente violou o art. 198, letra "d", do Regimento Interno, quando fala na inversão da Ordem do Dia, para admitir o requerimento de manutenção da Ordem do Dia.

Sendo assim, Sr. Presidente, o art. 279, que também é uma disposição de lei geral, na interpretação do Regimento, não poderia prevalecer sobre a interpretação de uma disposição de lei excepcional, como é o art. 198, letra "d", do Regimento Interno.

Não há dúvida, Sr. Presidente, repito, com a admiração e o respeito que temos por V. Ext, que devemos acatar uma decisão de V. Ext No entanto estamos convencidos de que V. Ext deixou, nesse passo, de obedecer aos rigores de uma interpretação legal e jurídica que sempre se fez de todas as disposições de lei, isto é, insisto, uma disposição de lei excepcional prevalece sobre uma disposição de lei geral, e portanto ela é que deve ser obedecida.

V. Ex<sup>a</sup>, aceitando um requerimento de manutenção da Ordem do Dia, expressões que não encontramos no Regimento da Casa, além de tudo V. Ex<sup>a</sup> contrariou justamente o que dispõe o Regimento, que só admite um requerimento de inversão da Ordem do Dia,

Achamos, portanto, que nesse passo V. Ext, que tem sido realmente um cumpridor do Regimento, um aplicador rigoroso das disposições regimentais da Casa, acredito, sinceramente, Sr. Presidente, que neste passo a interpretação jurídica que V. Ext tinha que dar ao Regimento não foi dada. Não acredito que V. Ext o tenha feito por qualquer razão de ordem política. Mas sinceramente acredito que tenha sido por um erro de apreciação legal, um erro de apreciação jurídica do Regimento da Casa.

É por esta razão, Sr. Presidente, assim exposta, espero eu que com alguma clareza, pelo menos, que a Bancada do Partido Popular se insurge contra a determinação de V. Ex\* Pediria que fosse apreciada, sobretudo pelo eminente vice-Líder Murilo Badaró, que procura sempre invocar as disposições da lei para se fundamentar nas suas decisões e nos seus votos. Pediria que S. Ex\* e todos aqueles que realmente têm conhecimento da matéria, votassem contra a decisão de V. Ex\*, contra o requerimento de manutenção, porque ele não está vazado nos termos regimentais; aliás, vazado em termos que ferem e violentam o Regimento da Casa. (Multo bem!)

- O Sr. Passos Pôrto (PDS SE) Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Antes de dar a palavra a V. Ex\*, antecipo que não darei palavra a Líder para encaminhamento de votação.
- O Sr. Passos Pôrto (PDS SE) Não. É pelo PDS, Sr. Presidente. Falou o nobre Senador Murilo Badaró, como autor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sim. Mas eu ouvi V. Exter dito "como líder". Por isso é que eu estava esclarecendo que, como Líder, não daria a palavra a V. Ext

Antes, porêm, há a leitura de um requerimento, que pela sua natureza interrompe até o orador que estiver na Tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 108, DE 1981

Nos termos do art. 203, alínea "b" do Regimento Interno, requeiro prorrogação da presente sessão pelo prazo de 2 horas.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981, - José Lins.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Lido o requerimento, passa-se imediatamente à votação.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não há encaminhamento de votação para requerimento de prorrogação de sessão.

Lastimo não poder dar a palavra a V. Ext nos termos regimentais,

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço verificação de votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A verificação será feita. Peço aos Srs. Senadores que tomem os seus lugares para procedermos à verificação de votação. (*Pausa.*)
- Os Srs. Líderes votarão em primeiro lugar, votando em seguida os Srs. Senadores. (Pausa.) Peço silêncio.

(Procedeu-se à votação eletrônica.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Murilo Badaró, Líder do PDS — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Lenoir Vargas — Tarso Dutra,

RESPONDE À CHAMADA E VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Há 27 votos favoráveis. Este requerimento pode ser votado com 11 votos. Está aprovada a prorrogação da sessão.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao Senador Passos Pôrto.
- O Sr. Passos Pôrto (PDS SE) Sr. Presidente, declino do uso da palavra.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para uma indagação.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois não, nobre Senador.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Desculpe V. Ex. Indago se o Congresso Nacional está convocado hoje para alguma sessão.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Já tomei a providência, nobre Senador, de me preparar para assinar o doumento de transferência da sessão do Congresso Nacional, se esta sessão fosse prorrogada por duas horas. Como ela foi prorrogada e como está dentro de minhas atribuições, eu cancelei a sessão do Congresso Nacional, prevista para 19 horas e 30 minutos.
  - O Sr. Itamar Franco (PMBD MG) V. Ext me perdoe.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não é caso de perdão, nobre Senador.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) É sobre o cancelamento da sessão do Congresso Nacional. V. Ext costuma sempre perguntar a nós pelos artigos; gostaria de saber, baseado em qual artigo do Regimento Comum V. Ext o fez.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu direi a V. Ext Não propriamente em artigo do Regimento Comum, mas V. Ext naturalmente

lerá, nas atribuições do Presidente do Senado, e verificará que a prorrogação pode ser feita em qualquer sessão, por proposta do Presidente ou por requerimento de qualquer dos Srs. Senadores.

- V. Ex\* sabe, sem que eu precise dizer a V. Ex\*, que a Mesa do Señado é a Mesa que preside as sessões do Congresso Nacional. Ora, se o Congresso me impõe a presença nesta Casa para presidir a sessão por mais duas horas, não preciso me socorrer de qualquer citação óbvia para mostrar a V. Ex\* que estou impedido de estar em dois lugares no mesmo tempo. V. Ex\* é um físico, V. Ex\* é um matemático e sabe perfeitamente que uma das leis da Física é que a matéria não pode ocupar dois lugares no espaço, ao mesmo tempo.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) V. Ext permite?
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois não.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) V. Ext poderia estar presidindo aqui e o nosso Vice-Presidente poderia estar presidindo Congresso. É apenas quanto à Física de V. Ext
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Quanto à Física, V. Extem razão.

Agora, eu pediria a atenção da Casa, particularmente do nobre Líder Marcos Freire e do nobre Vice-Líder Humberto Lucena, para verem, Srs. Líderes, como a injustiça pode ser feita com a melhor das intenções. Nem me referirei à última palavra do nobre Vice-Líder José Fragelli, que me acusou, com elegância, de ter violado o Regimento, menos por intenção e mais por ignorância.

- O Sr. José Fragelli (PP MS) Não usei o termo, Ex\*
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É a minha tradução. V. Ex. é gentil e eu traduzo ao pé-da-letra.

Como se tratava de matéria vencida, não voltei a ela. Mas houve um fato muito importante que doeu à minha consciência e eu pedi as notas taquigráficas, para verificar se, de fato, eu houvera incorrido em erro, caso em que eu teria a coragem moral de, neste instante, restabelecer os fatos.

Peço a V. Exis que tenham um pouco de paciência. Leio a transcrição da Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Há 54 Srs. Senadores presentes na Casa. Havendo número para deliberação passamos à

### ORDEM DO DIA

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Murilo Badaró.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

Apenas para um esclarecimento. Requerimento de preferência para a Ordem do Dia precede a requerimento de inversão da Ordem do Dia?

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Requerimento de preferência para inclusão na Ordem do Dia?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Não, para manutenção da Ordem do Dia tal qual ela está anunciada, se precede requerimento de inversão.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarínho) É evidente que havendo a Ordem do Dia, ela já é em si uma preferência. Só se admite a possibilidade de solicitar esta modificação, através de um requerimento que modifique a preferência.

Não entendo um requerimento de manutenção da Ordem do Dia, entendo um requerimento de modificação da Ordem do Dia."

Tudo, precisamente, antes da leitura de qualquer requerimento de inversão da Ordem do Dia. Tudo; escrupulosamente tudo.

- "O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) A pergunta então, para complementar, é se a circunstância de estar o item 1 em regime de urgência não se situa numa faixa de preferência regimental para ser votado independente dos requerimentos de manutenção da Ordem do Dia, dos destaques, fazendo então desnecessária a apresentação de requerimento de preferência para o item 1 da pauta. É apenas uma pergunta, não é uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* pede a palavra para uma observação em relação à observância do

Regimento. Não há no Regimento do Senado a figura de solicitar a palavra para contraditar questão de ordem."

Inclusive, isto aqui não deveria estar na minha resposta ao Senador Murilo Badaró, mas sim ao Senador Humberto Lucena, que foi quem pediu.

- "Portanto, suponho que o Senador Humberto Lucena deve pedir a palavra também baseado sobre a observância do Regimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Sendo o assunto pertinente, concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena"
- O Senador Humberto Lucena levanta uma questão de ordem, para estranhar que o nobre Vice-Lider levantasse essa preferência, quando já antes se votou aqui requerimento em contrário.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Solicito aos Srs. Senadores que tomem os seus assentos, que eu darei a resposta à consulta formulada, em termos regimentais, pelo nobre Senador Murilo Badaró.

Senador Murilo Badaró, a Presidência entende, como diz a Ordem do Dia, que o item 1, Projeto de Lei do Senado nº 70 de 1980, em regime de urgência, art. 371, letra c, do Regimento Interno, isso significa que esse projeto passou à frente de outros projetos, quando foi votado o requerimento de regime de urgência, no item c, que significa que, uma vez aprovado esse requerimento, a matéria correspondente a ele teria que entrar obrigatoriamente na quarta sessão posterior àquela em que se deu a aprovação do requerimento. Consequentemente, ele entra agora em regime comum de ordem. É o nº 1, em regime comum, da Ordem do Dia. Não tem mais caráter de urgência, com preferência que prejudique a tramitação dos demais. Logo, ele não pode prejudicar um pedido de inversão da Ordem do Dia.

Este é o entendimento da Mesa...

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Sobre a mesa, só então, eram 15 horas e 58 minutos 9 requerimentos de inversão da Ordem do Dia.
  - O Sr. 19-Secretário procederá à leitura do primeiro deles.

É lido o seguinte

# REQUERIMENTO

(Senador Humberto Lucena — Inversão da Ordem do Dia.)

Então, quando se disse, quando se afirmou, aquí, que, depois de anunciados os nove requerimentos de inversão, eu já houvera dito, por antecipação, que não receberia o requerimento do Sr. Murilo Badaró, houve um lapso de memória.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Este requerimento é daqueles cuja natureza exige votação imediata.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Permite V. Ext a palavra, pela ordem?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró, para formular uma questão de ordem.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente,
- A mesa anunciou a apresentação de oito requerimentos de inversão da pauta. Correto?
  - O SR, PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nove.
  - O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Nove.

Se esses requerimentos são da mesma natureza, eles teriam que ser lidos antes da Ordem do Dia ou, então, serem votados em globo, porque não há possibilidade de um Regimento ser interpretado com vistas a colaborar com uma manobra nitidamente obstrucionista.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext poderia citar o artigo do Regimento em que baseou a questão de ordem?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Ao levantar a questão de ordem, Sr. Presidente, desejava requerer a V. Ext, e farei a apresentação do requerimento por escrito à Mesa, que coloque, uma vez que ela anunciou a existência de nove requerimentos idênticos, ou seja, de inversão da Ordem do Dia, que os coloque em votação em globo, para efeito de encaminhamento à votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ext faz um requerimento.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG) — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como requerimento dessa natureza não é verbal, V. Ext o encaminhará por escrito. Eu antecipo, entretanto, a decisão.

E a decisão foi contrária a votar em globo e não a não receber um requerimento que prejudicasse o requerimento de inversão.

Era a explicação que eu tinha a dar à Casa.

Continua em votação o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PP — MS) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ext poderá citar o fato em que se baseia para a explicação pessoal?

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PP — MS) — V. Ex\*, quando iniciou a sua exposição, agora mesmo, citou-me nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Citar o nome de V. Ext não é fato, é obrigação minha repetir a V. Ext

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PP — MS) — Pois é. Citou-me nominalmente e disse que eu havia atribuído a V. Ext ter julgado por ignorância ou em ignorância.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está aí o fato. Concedo a palavra a V. Ex\*, embora a interpretação fosse minha e não de V. Ex\* Quem devia pedir explicação pessoal era eu, mas já que V. Ex\* o pede por mim, concedo, com prazer.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PP — MS) — Agradeço a V. Ext e acho que é oportuno eu falar por mim e por V. Ext, neste momento. Inclusive por isso. V. Ext, se se der ao trabalho de ler, como acabou de fazer, as notas taquigráficas, não encontrará nenhuma expressão minha que corresponda ao termo ignorância. Eu disse que V. Ext — a meu ver — tinha dado uma interpretação errada ao Regimento. Primeiro isso. Segundo: fiz uma argumentação puramente de ordem jurídica. Não me reportei ao que se passou nesta sessão. Portanto, não aleguei nenhuma questão de fato, mas apenas questões de direito, para achar que V. Ext tinha dado uma interpretação errada, em virtude de não ter atentado para que a disposição do art. 198-d é uma disposição de lei excepcional, que tinha preferência sobre qualquer disposição de lei de sentido geral.

Foi essa, portanto, a argumentação. Eu jamais atribuiria ignorância a V. Ext que é uma das inteligências e das culturas mais brilhantes, não só do Congresso Nacional, mas deste País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Nobre Senador José Fragelli, eu interpretei a palavra stricto sensu e não lato sensu. Seria V. Ext, inclusive, generoso comigo, quando me atribuiu não ter nenhuma intenção partidária, quando dei uma decisão que V. Ext inquinou de equivocada. Logo, seria por boa fé, e, por boa fé, eu faria, ou por ignorância do Regimento, ou por má interpretação.

Aceito as palavras de V. Ext e agradeço. (Pausa.)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Pede verificação nominal o nobre Senador Dirceu Cardoso.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares. (Pausa.)

Dentro do Regimento, vou submeter à votação.

Os Srs. Senadores tomem suas posições. (Pausa.)

Pergunto como vota o nobre Líder do PDS.

O Sr. Nilo Coelho (PDS — PE) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O nobre Líder do PDS vota sim.

Como vota o nobre independente, Senador Dirceu Cardoso?

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Peço aos Srs. Senadores que tomem seus lugares. (Pausa.)

Procede-se à votação eletrônica

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Nilo Coelho, Líder do PDS — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Martins Filho — Milton Cabral — Aderbal Jurema — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

RESPONDE À CHAMADA E VOTA "NÃO" O SR. SENADOR; Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Votaram 33 Srs. Senadores, sendo 32 "Sim", e 1 "Não". Com o Presidente 34.

Aprovado o requerimento do nobre Senador Murilo Badaró. Será mantida a Ordem do Dia na sua següência.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma questão de ordem.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente:

Tivemos uma decisão ao arrepio da linha mestra do Regimento.

Então, Sr. Presidente, como tenho dúvida sobre essa decisão, concessa venia de V. Ex\*, com a magna concessa venia de V. Ex\*...

Sr. Presidente, com a barulhada à minha esquerda, não posso prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.) — Peço aos Srs. Senhores que tenham atenção, por todos os títulos devida ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — O nobre Senador Benedito Ferreira grita mais... Não posso. Tenho que articular meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.)
— O tempo do orador está se escoando e S. Exª não consegue falar. Peço aos Srs. Senadores que colaborem com a ordem interna.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sr. Presidente, como tenho dúvida sobre a decisão que agora a Maioria do Senado acaba de homologar, então, com base no Regimento, eu pediria a V. Ex. que remetesse essa decisão à interpretação e ao estudo da Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Perto do Senador Benedito Ferreira ninguém pode fazer nada. S. Exinterpela, prejudica, tumultua o pensamento, é uma coisa louca.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Senador Benedito Ferreira, poderia eu pedir a V. Ex<sup>e</sup> que saísse dessa cadeira e só a tomasse na hora da votação nominal?

Nobre Senador Dirceu Cardoso, ainda há pouco, em resposta ao meu dileto companheiro...

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Não. Requeiro que V. Extremeta

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Eu ouvi. Quero dar a V. Ex\* a resposta.

Há pouco, dirigi a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, e dizia que há momentos em que não preciso citar o Regimento, de tão claro que ele ê, de tão conhecido. E S. Ext, com a sua irrepreensível postura de estadista, interpretou a minha posição como uma decisão de Presidente. Agora, o nobre Senador Dirceu Cardoso me pede, com base regimental, e não cita o Regimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Vou citar. Mas, sabe V. Ex\* por que eu não citei o Regimento? O meu Regimento estava aberto exatamente no artigo, e o Senador Benedito Ferreira mexeu aqui e tírou do lugar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Mas, antecipo ao nobre Senador Dirceu Cardoso, até porque eu gostaria de ver essa interpretação que, ainda há pouco, em termos tão elegantes, foi contraditada pelo nobre Senador José Fragelli, analisada realmente pela Comissão de Constituição e Justica.

Tenho a impressão que o que V. Ex\* pede já está vencido, é matéria vencida, e V. Ex\* não poderia falar sobre o vencido. Mas eu me permito, como Presidente, fazer uma consulta à Comíssão de Constituição e Jústiça, para casos futuros.

Acho que V. Ext concordará comigo.

- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Concordo.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para uma questão de ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, V. Ext, há poucos momentos, ou há uma hora, atrás, pediu-me que verificasse o controle eletrônico do Senado Federal.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Certo.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) E até mostrei que bastaria a palavra de V. Ext
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Delicadeza de V. Ext
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Mas creio, Sr. Presidente, e pediria que V. Ext repetisse a votação...
- O Sr. Senador Murilo Badaró está um pouco perturbado, Sr. Presidente, peço que V. Ex\* me assegure a palavra.

Vou dizer o porquê do meu pedido, Sr. Presidente, se V. Ex\* me permite, porque, ao entrar no plenário do Senado Federal, verifiquei o nome do ilustre Senador José Caixeta no placar eletrônico, e não sei de S. Ex\* está aqui.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nobre Senador, eu deixei o painel exposto e custei apagá-lo porque via que V. Exª estava atento a ele. Pelo Regimento, V. Exª sabe que, uma vez proclamado o resultado e anunciada outra matéria, ou prosseguimento, não é mais cabível interpelar. Mas vou, ainda uma vez, em atenção a V. Exª, passar-lhe às mãos a reprodução do quadro, onde não se encontra o nome do Senador Josê Caixeta.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Não é preciso. A palavra de V. Ex\* é suficiente para mim.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Muito obrigado, então.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Apenas, há um erro de publicação.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Foi um erro visual.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Veja V. Ext que é um erro muito sério...
- O Sr. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não, Senador, mandarei então o documento a V. Ex\*, porque pelos gestos do nobre Líder Marcos Freire ele não se conforma.
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Pediria, talvez, esclarecimentos, se V. Ex\* me permitir.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois não, mas prefiro que S. Ex\* permita que o Senador Itamar Franco conclua.
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Eu aguardo.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Apenas, diria a V. Ext o seguinte: a votação aparece no placar eletrônico. Veja V. Ext que aparece o nome de um Senador não presente ao plenário. Muitas vezes, já se levantou, aqui, no plenário, a questão quanto ao problema do processo eletrônico. V. Ext mesmo, hoje, constatou erro em duas votações.

Se a votação do placar eletrônico está diferente da lista, Sr. Presidente, aí eu teria que pedir a V. Ex‡ que, com a sua equidade, com a sua justiça, procedesse a uma nova votação.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nobre Senador, vou dar a decisão à colocação de V. Ext
- V. Ext é, para gáudio nosso, o Secretário que supervisiona o trabalho do PRODASEN. V. Ext já notou uma irregularidade, que é a manutenção, no placar, do nome de um suplente que já não está mais em atividade. Quanto a isso, a reclamação de V. Ext é inteiramente procedente.

Quanto ao resultado da votação, tendo eu a resposta do painel colocada no computador, que não tem partido, e em não havendo nenhum erro que contamine a votação, não entendo que deva voltar a pedir aos Srs. Senadores que votem. Por isso, peço a V. Ex\* que concorde comigo, e que lhe envie a lista. E se V. Ex\* encontrar, na lista, alguma discrepância, interromperei imediatamente a sessão e concederei a V. Ex\* aquilo que solicita.

- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Sr. Presidente, para mim, a palavra de V. Ex. é suficiente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Mas, diante de dúvida, pediria a V. Ext que aceitasse.

- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Apenas, pediria ao Senador Murilo Badaró que prestasse atenção ao Regimento Interno da Casa.
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Sr. Presidente, peço a palavra.
- O SR. PRESIDENTE (Jaarbas Passarinho) V. Ext pede a palavra em que condição?
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Tendo sido citado por V. Ex<sup>‡</sup>, solicitarei apenas um esclarecimento a respeito da matéria que estava em discussão.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Bem, se nós fizermos, todas as vezes em que citarmos uns aos outros, ensejar a oportunidade de explicação, evidentemente vamos dar 67 vezes 10, vezes 15, 365 explicações. Mas, no caso de V. Ex‡, citei porque parecia que V. Ex‡ discrepara da minha observação sobre não haver voto computado no nome do Senador José Caixeta. Foi aí que interpretei que V. Ex‡ discrepasse. Estava eu certo ou estava certo V. Ex‡?
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) V. Ext está me dando a palavra? Se V. Ext me concede a palavra, terei oportunidade de esclarecer. Se não, me sentarei e acatarei a decisão de V. Ext
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Já que, democraticamente, V. Ex\* exige de mim sim ou não, sim. Estou satisfeito. Com a palavra V. Ex\*
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE. Para um esclarecimento) Sr. Presidente:

Quando V. Ext disse que deve ter havido um equívoco visual do Senador Itamar Franco, em relação ao painel, queria dizer que se equívoco visual foi, não o foi apenas de S. Ext, porque o painel permaneceu aceso durante um certo espaço de tempo, que permitiu que inúmeros companheiros fizessem esse registro. Apareceu o nome do suplente de Senador, que ora não está em exercício. Isto é um fato, talvez a própria Mesa possa informar a V. Ext. Em segundo lugar, se na lista que foi fornecida à Mesa não consta o nome do Senador José Caixeta, mais grave me parece a coisa, porque o normal seria que, se porventura fosse o titular que tivesse apertado o botão, onde, segundo o processamento eletrônico, constava o nome do suplente e não do titular, deveria também ter saído o nome do suplente na lista. Isto é o que me parece lógico e racional.

Pensei até, quando o Senador Itamar Franco levantou a questão de ordem, que a Presidência iria esclarecer que, tendo o Senador Benedito Ferreira assumido novamente as funções do seu cargo, na computação constava ainda o nome do seu substituto. Mas o que a Mesa esclareceu é que na lista não consta o nome do Senador José Caixeta. Ora, se constou no painel, e não consta na lista que foi fornecida pelo PRODASEN, deve haver algum erro, não estou dizendo que há má fé, mas houve equívoco. Agora, é algo que a Presidência pode constatar facilmente. Não houve equívoco visual do Senador Itamar Franco, senão, teria sido um erro coletivo visual. Acho que a própria Mesa poderá conferir facilmente que, no painel, apareceu o nome do Senador José Caixeta. O que me parece paradoxal é que na lísta, que deve ser a reprodução do painel, não conste o nome que apareceu no painel.

Por isso o meu gesto que V. Ext interpretou como discordando. Não foi discordando da lisura da lista, apenas da incongruência de, na lista, não constar o nome que constou no painel. Somente esta observação. Agradeço a V. Ext.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Primeiro, V. Ex. há de me permitir que de resposta à observação feita pelo nobre Senador Marcos Freire.

Já me dirigi ao nobre Senador Itamar Franco, e disse a S. Ex\*, uma vez que o nome do Senador José Caixeta estava no painel, que esse equívoco no serviço do PRODASEN deveria ser, evidentemente, corrigido. S. Ex\* o nobre Senador Itamar Franco, além de engenheiro e de conhecedor de problemas de processamento de dados, sabe perfeitamente que a programação da máquina deve ser feita em tempo hábil, para que essas coisas não ocorram, como por exemplo até o tempo que se deve dar ao Secretário para votar, quando se trata, por exemplo, do 1º-Secretário, do 2º-Secretário, ou do 3º-Secretário, que podem estar eventualmente aqui e não lá.

Logo, no painel, a presença do nome do Senador José Caixeta não foi por mim considerada erro visual do Senador Itamar Franco; foi considerado erro visual admitir que o Senador José Caixeta votou, computar o voto do Senador José Caixeta, que não foi computado. E não foi computado porque aqui está a prova do PRODASEN. E no momento em que justamente o computador emite a sua lista, ele passa a caracterizar quais os votos que foram recebidos, qual o número da votação. E aqui está dito, na hora em que se deu a

quarta votação: Requerimento para manutenção da Ordem do Dia — 32 votos "sim", zero "abstenção", "Não", 1 voto — Total 33 votos, que levou o Presidente a dizer: Com o Presidente 34. Há quorum, está aprovado o requerimento.

A lista, já enviei ao Senador Itamar Franco. S. Ex\*, por uma questão de cortesia, desistiu de vê-la. Mas está à disposição e, inclusive, vou fazer publicar na Taquigrafia essa lista para verificar que nela não se contém o voto de nenhum Senador ausente.

Em consequência, não tenho por que retomar à votação. Este assunto eu considero definitivamente decidido.

Sobre matéria vencida...

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não. Sobre matéria vencida V. Ext não tem a palavra pela ordem.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Se V. Ex\* quiser ouvir uma reclamação, ficarei grato.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Então, ouço.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Então V. Ext vai-me permitir. Se houvesse uma diferença de 5 votos, de uma Bancada para outra, ninguém teria razão para reclamar. Mas foi um único voto de diferença. Então, paira sobre essa votação uma dúvida.
  - O Sr. Murilo Badaro (PDS MG) Não, não paira.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Paira sim, no meu espírito paira. Sr. Presidente, mas se não há dúvida alguma, por que não se verificar outra vez? Por que fica mal? Não! Fica mal para o Senado sim é nós aceitarmos como verdadeira uma votação em que houve 1 voto de diferença. E apareceu no painel o nome do Sr. José Caixeta, que não é Senador no momento, foi Suplente; foi Senador no seu tempo, brilhou até, aqui, no Senado.

Mas, Sr. Presidente, desde que V. Ext volte à tranquilidade com que começou a presidir a sessão como eu já dizia, há uma dúvida que paira sobre o nosso espírito, e quando há razões para aumentar a nossa dúvida, ela é maior. A diferença foi de 1 voto. Apareceu no painel — e todos os circunstantes estão aqui — que houve 1 voto do Sr. José Caixeta, que não é Senador.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Absolutamente, não houve voto.
  - O. SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, houve.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Houve nome sem voto.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, mas nós vimos; não há dúvida, meu Deus!
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Senador Dirceu Cardoso...
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pelo amor de Deus,...
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) O papel que V. Ext tem em mãos é o painel. Leia o painel.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, eu vou ter dúvida, porque no painel aparece o nome do Sr. José Caixeta e aqui no papel não aparece. Mais dúvida ainda tenho quanto à lisura do painel; não é da mesa, mas dos meios mecânicos do Senado.

Eu pediria a V. Ext para — recompondo a sua calma inicial — que ponderasse o seguinte: se toda a maioria está aqui, em um minuto espancaríamos a dúvida nossa, do Plenário, das galerias, porque houve diferença de um voto, e houve no painel o nome do Sr. José Caixeta, que não é Senador e parece que votou.

Então, se aceitarmos isso, desculpe-me é para a lisura do Senado, não estou dizendo que a Mesa participa de maneira alguma. É o meio eletrônico que falhou. Se apareceu o nome do Sr. Caixeta, se esse meio eletrônico fosse correto apareceria o nome dele aqui no papel, nesta folha, e não apareceu; e a Maioria venceu por um voto apenas.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da minha dúvida, faço um apelo ab imo pectore, do fundo do meu peito, para não pairar na galeria a idéia de que foi fraudada a votação.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço a V. Ext que conclua.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Portanto, Sr. Presidente, em nome do Senado, fica pairando esta dúvida sobre se o Sr. José Caixeta participou da votação. Nós sabemos que não participou, mas a diferença foi de I voto.

Daí por que peço a V. Ex\*, Sr. Presidente, que recompondo a sua posição, restaurando a sua tranquilidade e bom senso, ponha novamente a matéria em votação, e em um minuto votaremos isso, e nunca mais teremos dú-

vidas, caso contrário irá sempre pairar a dúvida, daqui para a frente: houve um voto do Sr. José Caixeta que ganhou a eleição para o PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Nobre Líder Senador Nilo Coelho, quero fazer uma consulta a V. Ext, em Plenário; como ousaria pedir, nesse caso, à assessoria do Senador Itamar Franco, para uma tentativa de explicação.

Se nós voltássemos a votar a matéria, o que é absolutamente antiregimental, nós iríamos ver no quadro, provavelmente, a mesma repetição do nome do Senador José Caixeta, e na placa Benedito Ferreira, aqui, a computação em Benedito Ferreira e não em José Caixeta.

Pergunto a V. Exe se concorda, como Líder da Maioria, que eu faça pelo menos a chamada nominal da lista do próprio PRODASEN. Porque todos os Senadores que estão aqui com o voto indicado estavam presentes e votaram; a única dúvida seria José Caixeta. Como não há nenhum nome José Caixeta votando, é fora de dúvida que não há erro de votação. E eu não quero contribuir para o processo de obstrução, ainda que se lançando sobre a minha consciência uma dúvida de ter manipulado um resultado, o que jamais faria.

Consulto portanto a V. Ex-

- O SR. NILO COELHO (PDS PE) Sr. Presidente, a Maioria não concorda com a consulta da Presidência. Não admite que haja dúvida sobre o comportamento da Presidência. (Muito bem! Palmas.) Sobretudo porque foi exibida uma xerox do serviço de computação. Contra essa xerox da computação não há dúvida. Aqui todos são necessariamente esclarecidos e verificaram o nome do Senador Benedito Ferreira. Tudo isso é uma manobra absolutamente de obstrução e que atinge a dignidade da Presidência desta Casa, com o que nós não concordamos. (Muito bem!)
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Esse meio eletrônico não merece mais a nossa confiança,
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Mas eu digo a V. Ext. Senador Dirceu Cardoso talvez V. Ext. não seja um perito em matéria de eletrônica, eu não sou eu digo a V. Ext. que farei chegar aqui, em sessão deste Senado, o mais urgente possível, a pessoa responsável pelo PRODASEN, do seu terminal para votação, que dará a explicação sobre esse fato; que dará a explicação pelo fato de ainda estar no painel o nome do Senador José Caixeta, e não aparecer votação a ele atribuída.

De maneira que se V. Ext me pede que repita a votação eletrônica, eu vou ter o mesmo problema. Isso aí é problema de programação. Então, haveria o mesmo problema, e não teria sentido.

Agora, não interpreto a pergunta de V. Ex<sup>2</sup> como atingindo a minha dignidade, porque evidentemente V. Ex<sup>2</sup> não faria isso.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) De maneira nenhuma, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A matéria está vencida, está ultimada.

Concedo a palavra ao nobre Líder Marcos Freire, para uma reclamação.

- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, ninguém aqui suspeitou do processo eletrônico; eu suspeitei e já fui buscar a resposta nas suas origens. Sr. Presidente, por quê? Soube aqui que a votação era controlada depois, a votação secreta era controlada depois pela Mesa. Fui até o Diretor do PRODASEN, fui aos manipuladores, fui investigar isso tudo, pois não queria que pairasse a mínima dúvida sobre o processo; nunca fiz essa reclamação aqui, mas fui lá.
- Sr. Presidente, não estou falando nada sobre a sua honorabilidade. Ponho a mão no fogo pela sua honorabilidade. Ponho a mão no fogo; faço como Afúcio Scaevola: mas ganhou por um voto. Então, Sr. Presidente, vai pairar uma dúvida, os jornais até vão comentar que houve um voto de diferença e o Sr. Caixeta apareceu no processo eletrônico e parece que ele votou. Desculpem-me, mas não concordo com a intolerância da Maioria, do Sr. Nilo Coelho, de tantas batalhas juntos, ombro a ombro, peito a peito. Apareceu no processo eletrônico que nós adotamos.
- Sr. Presidente, um minuto mais com o processo que V. Ext adotou no princípio e nos espancaríamos a dúvida de qualquer um. V. Ext que resolva.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Em votação o item 1 da Ordem do Dia.
- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext não me pode interromper. Por obséquio, eu lhe darei a palavra, depois de anunciada a matéria e resguardarei o direito de V. Ext

#### Item 1:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1980

(em regime de urgência — art. 371, "c", do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências, tendo parecer oral, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela rejeição.

Nos termos do Regimento Interno, interrompo esta leitura, antes de ouvir a questão de ordem que deve ser levantada pelo Sr. Senador Henrique Santillo.

- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Não, Sr. Presidente, é pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pela ordem; reclamação contra o Regimento.
- O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO. Pela ordem.) Apresentei à Mesa dois requerimentos, em tempo hábil, segundo o art. 259, item 3, letra b, referentes à inversão da Ordem do Dia, sobre duas matérias que antes não faziam parte do requerimento que, a mim parece constituir matéria vencida.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Por favor, Senador Henrique Santillo, continue.
- O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO) Estou solicitando à Mesa que faça a leitura dos requerimentos e a votação, antes da Ordem do Dia, como determina o Regimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nobre Senador Henrique Santillo, V. Ext viu que foi lido um primeiro requerimento de inversão e, em seguida, chegamos às 7 horas e 5 minutos da noite. Não foi lido o segundo requerimento de inversão, porque o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto e enésimo, seriam automaticamente prejudicados, se o requerimento do Senador Murilo Badaró fosse aprovado, como o foi. O equívoco, V. Ext tem razão, coube a mim, porque aprovado o requerimento, eu não declarei o que deveria declarar: que uma vez aprovado o requerimento do Senador Murilo Badaró, todos os demais requerimentos, inclusive o do Senador Dirceu Cardoso, estavam prejudicados. É a explicação a dar a V. Ext
- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Ainda pela ordem, Sr. Presidente, se V. Ext me permitir.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois não.
- O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO. Pela ordem.) Parto do princípio de que estes dois requerimentos foram, inclusive, apresentados após anunciada a votação do requerimento de autoria do eminente Senador Murilo Badaró. Eu perguntaria a V. Ext, de acordo com o Regimento, art. 198 letra d, se a qualquer momento da votação da Ordem do Dia não se pode apresentar requerimentos solicitando a inversão dessa mesma ordem?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A qualquer momento, não. Desde que seja sobre o item específico sobre o qual se vai discutir, anunciada a matéria, V. Ex\* pode, ainda, em tempo hábil, fazê-lo.
  - O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO) Perfeito.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não havia matéria específica anunciada a não ser a primeira, sobre a qual discorremos com tanto brilho sobre o problema dos garçons e as suas dificuldades conhecidas. Depois, a matéria foi exatamente o requerimento do Senador Murilo Badaró, porque tem natural preferência regimental, uma vez que prejudica os demais. Entrando o requerimento de V. Ex\*, mesmo nessa ocasião, ele é objeto da consequência que se faz sentir sobre os demais, desde que o requerimento de V. Ex\* seja também de inversão.
- O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO) Eu perguntaria à Mesa, então, se a decisão de V. Ext é no sentido de que, durante a presente sessão, nenhum requerimento de inversão da Ordem do Dia poderá ser recebido por essa Presidência.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Na presente sessão, realmente os requerimentos apresentados e lidos no momento oportuno, foram todos eles rejeitados, quando aprovado o requerimento do Senador Murilo Badaró, e eu anunciei a votação de matéria. Anunciada a votação de matéria, não é mais possível apresentar requerimento.
- O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO) Mas V. Ext vai me permitir, por favor, que continue ainda usando da palavra, de acordo com o

- art. 16, porque os requerimentos foram apresentados em tempo hábil, antes de ser anunciada a votação da matéria.
- O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Reconheço que V. Ex\* o fez a Mesa ainda não me entregou —, mas V. Ex\* há de convir também, que uma vez anunciada a matéria, vou passar à votação da mesma e, em seguida, o requerimento de V. Ex\* será lido.
  - O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO) Agradeço a V. Ex\*
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Em votação o projeto, constante do item 1, já anunciado.
- O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pela ordem; V. EX\* vai fazer uma reclamação quanto ao Regimento?
- O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Gostaria de fazer apenas uma observação, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia.
- O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação, porque estou aqui acompanhando e não sou vamos dizer desses Senadores muito ativos nessas questões de Regimento, como sabe V. Ex, mas...
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Ao contrário;
- O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB SP) ...veja V. Ex³ o seguinte: a Mesa recebeu o requerimento do nobre Senador Henrique Santillo. V. Ex³ disse que recebeu depois. Então, a Mesa é que é culpada, mas V. Ex³ é responsável pela Mesa e não poderia ter anunciado o item 1, sem ler o requerimento que foi apresentado pelo nobre Senador Henrique Santillo, sob pena de que amanhã nenhum Senador terá segurança quando encaminhar um requerimento à Mesa, porque o funcionário não o colocou na frente do Presidente, na hora oportuna. Mas isso não é justificativa, Sr. Presidente.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É a reclamação?
- O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB SP) É esta a reclamação, porque senão...
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext terá a solução.
- O SR. ORESTES QUERCIA (PMDB SP) ...haverá uma insegurança muito grande. Veja V. Ext que não sou assim muito versado nessa questão de Regimento, como é o nobre Senador Itamar Franco e outros nobres companheiros nesta Casa, mas chamou a atenção, como tinha chamado anteriormente, Sr. Presidente, um fato que não custa lembrar porque está tão recente na sensibilidade nossa: V. Ext havia anunciado, há alguns minutos, uma renovação de votação porque não funcionava o aparelho eletrônico; depois, V. Ext teve uma reclamação sobre o aparelho eletrônico e, de repente, ele funcionou maravilhosamente bem, quer dizer, não vimos nenhum mecânico vir aqui
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Senador Orestes Quércia, é essa a reclamação de V. Ex\*? Peço, então, que V. Ex\*, por favor, mantenha o que sempre mantivemos: respeito mútuo.
  - O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB SP) Não tem dúvida.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Que as palavras de V. Ex<sup>‡</sup> não permitam qualquer interpretação equivocada.
- O SR. ORESTES QUERCIA (PMDB SP) Não. Quis apenas fazer uma observação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço a V. Ext que não dialogue. Eu o ouvi e vou lhe dar resposta nos dois pontos que V. Ext levantou.
- O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB SP) Eu não havia terminado.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext está dialogando; suspendo a sessão, se é o seu jogo.
  - O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB SP) Não.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Então, vou dizer a V. Ex\*: em primeiro lugar, V. Ex\* disse e eu pensei que era modéstia —, que V. Ex\* não era muito habitual na leitura do Regimento, mas vejo que de fato V. Ex\* não leu essa parte do Regimento.

Eu não era obrigado, nem a minha Assessoria, da Mesa, a ler o requerimento do Senador Henrique Santillo. Eu era obrigado a declarar prejudicados os requerimentos que estavam em pauta, que conflitavam com aquele apresentado pelo Senador Murilo Badaró.

Como acredito na palavra do Senador Henrique Santillo e S. Ex\* tem o mais alto respaldo na minha confiança, disse S. Ex\* que havia apresentado o requerimento posteriormente ao requerimento do Senador Murilo Badaró.

De pronto, deferi a questão de ordem de S. Ext. Mas como já havia anunciado a votação e me havia esquecido de anunciar o prejuízo dos nove requerimentos de inversão, automaticamente, eu teria que votar agora o item 1 da pauta.

- V. Ext faz, portanto, uma reclamação, primeiro sobre assunto vencido, o que é anti-regimental; segundo, V. Ext me deixou com uma dúvida muito machucadora.
- O SR. ORESTES QUERCIA (PMDB SP) Sinto muito Sr. Presidente, porque não foi essa a minha intenção.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Agradeço que V. Ext sinta, agradeço. Porque V. Ext deu a impressão de que, por um passe de mágica, o aparelho eletrônico tinha se transformado, rapidamente, de insusceptível de utilização, para ser prontamente utilizado.

Não vou outra vez pedir o testemunho do nobre Senador Itamar Franco, porque V. Ext provavelmente estava aqui na sessão.

Foi o nobre Senador Itamar Franco quem pediu a mim que voltasse a repetir a votação pelo processo eletrônico, desde que na manipulação do painel desaparecesse a indicação de erro.

Então, eu tentei o painel, desapareceu a indicação de erro e eu votei. Nã há mágica. Não há mágica e não há varinha de condão.

De maneira que a reclamação de V. Ext é improcedente e passo à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam...

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Tem a palavra o nobre Senador Humberto Lucena, para uma questão de ordem.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB. Para uma questão de ordem.) Sr. Presidente, diz o art. 259 do Regimento Interno, letra b, item II:

"b) na Ordem do Dia

II — requerimento que diga respeito à ordenação das matérias da Ordem do Dia ou à proposição dela constante;"

A mim me parece, nobre Presidente, salvo melhor juízo, que V. Ex<sup>‡</sup>, tendo recebido os requerimentos subscritos pelo Senador Henrique Santillo, posteriormente à votação do requerimento do nobre Senador Murilo Badaró, nos quais S. Ex<sup>‡</sup> pede duas novas inversões da Ordem do Dia, que V. Ex<sup>‡</sup> não poderia, de maneira alguma, passar ao item 1 antes da votação desses requerimentos.

Os requerimentos dizem respeito à ordenação da matéria que é objeto de deliberação do Plenário.

Com esta questão de ordem, coloco perante V. Ex\* a real interpretação do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Na verdade não há questão de ordem a decidir. A matéria vencida, a votação anunciada, a reclamação, o nobre Líder Humberto Lucena poderá fazer ou recorrer ao Plenário ou para a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu, pela terceira vez, anunciei a votação do requerimento e já dei mais do que cabais explicações a respeito do que ocorreu com o requerimento do Senador Henrique Santillo, cujo direito está resguardado. Uma vez votado e aprovado o requerimento do Senador Murilo Badaró, foram prejudicados os requerimentos. Em seguida eu anunciei a votação. É o próprio Senador Henrique Santillo e, agora, pela palavra do Senador Humberto Lucena, que diz que apresentou o seu requerimento após a votação do requerimento do Senador Murilo Badaró.

Ora, não sou nenhuma máquina eletrônica para ter que estar aqui parado, após a votação; para o que vou determinar que vai entrar em votação, para interromper a indicação da Ordem do Dia, não tem cabimento.

De maneira que está...

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra a V. Ext. pela ordem.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Data venia de V. Ext e de acordo com o Regimento, art. 446, combinado com o art. 449 e seu § 2º, recorro da decisão de V. Ext na minha questão de ordem, para o Plenário, com a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext me fará a extrema gentileza de repetir a questão de ordem?
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Estou encaminhando recurso da decisão de V. Ex\* na questão de ordem que levantei.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois então o recurso. V. Ext me fará a extrema gentileza de repeti-lo, porque V. Ext foi falando enquanto eu manuseava o Regimento Interno.
- OSR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Diz o art, 446 do Regimento Interno:
  - "Art. 446. A questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o Plenário, de oficio, ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por Líder.
  - Art. 449. Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.
  - § 2º Solicitada, pelo Presidente, audiência ou aprovado requerimento nesse sentido, ficará sobrestada a decisão.

Portanto, recorro da decisão de V. Ex\* para o Plenário, com audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Então, o que V. Extestá fazendo é, pela ordem, um requerimento.
  - O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) É m recurso.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É um recurso com um requerimento.
  - O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Perfeitamente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Sempre ouço os Srs. Senadores com extrema atenção e sempre sou brindado com a interrupção daquele a quem começo a responder, mas reconheço que isso ê uma questão de simpatia mútua.
  - V. Ex\* leu o § 29;

"Solicitada, pelo Presidente, audiência ou aprovado requerimento nesse sentido, ficará sobrestada a decisão."

A decisão só é sobrestada se houver um requerimento, porque eu, Presidente, não solicito. Se V. Ex\* requerer ao Plenário, eu defiro o recurso.

- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Não há dúvida, Faço o requerimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Está deferido o recurso ao Plenário
  - O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Obrigado a V. Ex\*
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Os Srs. Senadores que votam a favor do requerimento do Sr. Vice-Líder Humberto Lucena permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

- O Sr. Direcu Cardoso (ES) Sr. Presidente, solicito verificação de quo-
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext pede verificação de quorum ou votação nominal?
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Solicito verificação de quorum.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Poderia conceder a V. Exta votação nominal. Há mais de 34 Senadores. Quero saber se V. Exta quer a votação nominal. Se V. Exta deseja a votação nominal, passarei à votação nominal e usarei, ainda uma vez, o instrumento de que V. Exta de algum modo, se queixa, que é o painel eletrônico.

Solicito aos Srs. Senadores que tomem os seus assentos. (Pausa.) Como vota o Líder do PDS?

- O Sr. Nilo Coelho (PDS PE) Não!
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Como vota o autor do requerimento de verificação nominal?
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sim!
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Procede-se à votação eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Há com. cação de erro na votação eletrônica. Passa-se à votação nominal.

Pela lista, peço aos Senadores Dirceu Cardoso e Moacyr Dalla que, outra vez, venham à mesa, e assim iremos tantas vezes quantas necessárias. (Pausa.)

A votação será feita do Sul para o Norte.

Solicito ao nobre Senador Moacyr Dalla que faça a computação dos votos de acordo com o seu Líder e o nobre Senador Dirceu Cardoso com os votos contrários.

- O Líder do PDS, como vota?
- O Sr. Nilo Coelho (PDS PE) Não.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Prossiga a chamada, nobre Senador Moacyr Dalla.

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADO-RES:

Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio (haves — Alexandre (osta — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Martins Filho — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôsto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Lenoir Vargas — Tarso Dutra

RESPONDE A CHAMADA E VOTA "SIM" O SR. SENADOR: Direcu Cardoso

- O Sr. Moacyr Dalla (PDS ES) Sr. Presidente, votaram SIM 1 Senador e NÃO 32. Total, 33 votos, não computado o voto de V. Ex\*
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) O voto não foi computado, com o meu há quorum. O requerimento foi rejeitado.

Em votação o proejto de lei que está em regime de urgência.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Sr. Presidente, peço

a palavra, pela ordem.

Está V. Ext anunciando a votação do Projeto de Lei nº 70, de 1980, que é o primeiro da Ordem do Dia?

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Precisamente.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Gostaria de lembrar a V. Ex\* que não houve discussão da matéria.

Peço a V. Ext que consulte a Mesa. Houve um parecer oral e não houve discussão. Então, antes da votação, tem que haver discussão da matéria, regimentalmente.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É a colocação de V. Ex?
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Perfeitamente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* está seguro de que não houve discussão?
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Absolutamente, seguro.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) O nobre Senador Passos Pôrto informou a Mesa, antes da votação, que este projeto de lei foi discutido sob a presidência de S. Ext, estando eu ausente.

Aqui se encontra, na identificação da matéria:

"falaram discutindo a matéria, o Sr. Senador Humberto Lucena, Sr. Aloysio Chaves, o Sr. Senador Lázaro Barboza e ficou a matéria sobrestada em virtude da falta de quorum para o prosseguimento da Sessão".

Esta no dia 7 de abril, de 1981. Consequentemente, considero que a matéria foi discutida, em virtude das informações dadas.

- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) V. Ext permite um adendo às minhas considerações? O meu desejo é esclarecer V. Ext
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu estou vendo.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Sei que V. Ext quer que o Senado vote a matéria depois de sua discussão.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Sem dúvida. V. Ex\* tem razão.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) O que houve, e está nos Anais, foi justamente o seguinte: o nobre Senador Aderbal Jurema proferiu um parecer oral, pela Comissão de Constituição e Justiça, considerando o projeto constitucional e jurídico e, no mérito pela rejeição; por ilegível. En-

tão, diante do parecer do nobre Senador Aderbal Jurema, eu, como autor do projeto, pedi a palavra para discutir o parecer do Relator. E o nobre Senador Passo Pôrto que depois me disse particularmente, que agiu com liberalidade admitiu que eu falasse sobre o parecer do nobre Senador Aderbal Jurema. Mas, em nenhum momento, houve discussão da matéria.

- O Sr. Passos Pórto (PDS SE) V. Ext permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Ext sabe que em projetos em regime de urgência, quando é proferido o parecer em plenário, não há discussão.
  - O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Perfeito!
- O Sr. Passos Pôrto (PDS SE) O Presidente, de plano, de direito, arquiva o projeto e não há discussão em plenário.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Mas não houve isso. Não houve o arquivamento.
- O Sr. Passos Pôrto (PDS SE) Eu solicitaria ao nobre Presidente que invocasse o Regimento, em projeto em regime de urgência, quando a Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou sobre o projeto. Não há discussão em plenário. Acho isso uma violência regimental.
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) É violência; não é regimental.
- O Sr. Passos Pôrto (PDS SE) É regimental. Agora eu considero uma violência não haver a discussão.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Mas a discussão da matéria não pode deixar de haver.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço ao Sr. Senador que conclua a questão de ordem para que eu possa decidir.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Estou só lembrando a V. Ex\* de que não houve discussão, porque V. Ex\* anunciou a votação.

Liberalmente discuti o parecer do nobre Senador Aderbal Jurema, tanto que se houvesse a discussão, ela não seria encerrada naquela sessão, ela continuaria no dia seguinte. Mas no dia seguinte, na Ordem do Dia, nem constava discussão nem votação da matéria, mas como está aqui, apenas uma menção: Projeto nº 70, de 1980.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Por favor, conclua, Senador Humberto Lucena.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB) Já concluí, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nobre Senador Passos Pôrto, peço a atenção de V. Ext, porque o que diz aqui o processo em relação ao projeto, a mim me parece que dá razão ao nobre Senador Humberto Lucena. Falaram, na sessão do dia 7 de abril de 1981, realmente discutindo, Humberto Lucena, Aloysio Chaves e Lázaro Barboza.

Diante da falta de *quorum*, interrompeu-se o processo e deveria ser a matéria incluída na Ordem do Dia da próxima sessão, como foi, para a complementação da discussão em turno único.

Defiro\_a questão de ordem levantanda...

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) V. Ext me permite, Sr. Presidente?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não permito, por enquanto, porque ainda não acabei de indicar o meu deferimento.

Defiro a questão de ordem do Senador Humberto Lucena, porque ela é pertinente, e chamo a atenção que a matéria está em regime de urgência.

- Ouço agora o nobre Senador Murilo Badaró.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Sr. Presidente, durante todos os dias de obstrução, a pauta teve os projetos em discussão encerrados. Ã medida em que era verificada a inexistência de quorum para votação, o Sr. Presidente colocava os projetos em discussão e não havendo quem se dispusesse a discutí-los, elas foram encerradas. Isso foi com todos os projetos. Tanto é verdade que o último item da pauta está com a discussão encerrada. Basta consultar as notas taquigráficas das reuniões anteriores. A discussão desse projeto está absolutamente encerrada. Já foi anunciado várias vezes o encerramento da discussão deste projeto. É só compulsar os Anais da Casa e as notas taquigráficas das reuniões anteriores.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A colocação de V. Exté procedente. Todas as vezes que tivemos aqui ocasião de presidir a sessão, e esta matéria já está há dezenas de dias na pauta, uma vez inexistindo quorum, passava-se à discussão da matéria seguinte, se não havia orador para discutir, declarava-se encerrada a discussão.

Lastimo que aqui haja duas informações contraditórias, uma das quais me levou, desde logo, a admitir como procedente, a reclamação do Senador Humberto Lucena.

Acho não seria descabido que a Maioria aceitasse, para não parecer que se trata de uma atitude parcial do Presidente da Casa, e sendo ele da Maioria, ultimar a discussão, levando-se em consideração que, na discussão e no encaminhamento da votação de proposições em regime de urgência, o prazo é menor e teremos restrição do número de oradores. Mas se V. Ex\* insiste na colocação da questão de ordem, peço tempo para rever minha posição.

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Um momento, deixe-me concluir com o Senador Murilo Badaró e depois darei a palavra a V. Ext Não tenha dúvida de que a palavra será assegurada a V. Ext
- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) É só uma observação, já que V. Ex<sup>4</sup> havia deferido minha questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Ainda há pouco, nobre Senador, dei uma matéria por vencida e falamos sobre ela mais 40 minutos. Agora, V. Ext se coloca intransigentemente, como se uma vez dada a palavra de rei, não se volta atrás.
- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Quero apenas levar um subsídio, já que V. Exª está pedindo tempo.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Estou pedindo tempo, mas estou ouvindo o nobre Senador e ouvirei V. Ex\*

Ouvirei primeiro o nobre Senador Murilo Badaró, e em seguida ouvirei V. Ex\*

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Pois não.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:
- V. Ext foi até um excesso me perdoe liberal com a impertinente obstrução da Oposição. É da tradição da Casa e dos Parlamentos que a Mesa não pode contribuir de forma alguma para o processo obstrucionista, até por uma questão de economia processual.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) É uma questão improcedente.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Eu quero pedir ao Senador Itamar Franco, que não aparteie fora do Regimento, pois é uma questão de ordem,

Nestas condições, Sr. Presidente, se V. Ext não puder decidir, de plano, a questão por mim formulada, quero que V. Ext receba, a minha questão de ordem como um requerimento, recorrendo ao Plenário de sua decisão, para que passemos imediatamente à votação do item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Ouço o nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Em primeiro lugar, quero congratular-me com V. Ext pelo seu espírito liberal, inclusive propondo à nobre Maioria nesta Casa que se continuasse a discussão do projeto, para que então se pudesse votar a matéria de maneira mais convincente.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex\* atentasse para um novo aspecto. Veja V. Ex\* como está o item 1 na Ordem do Dia.

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980 (Em regime de urgência — art. 371, "c", do Regimento Interno.)

Não se diz se está em discussão ou votação. E por que, Sr. Presidente? Sabia-se que havia uma dúvida na Mesa quanto ao arquivamento ou não deste projeto. Esta é a verdade nua e crua.

Em nenhum momento portanto, Sr. Presidente, essa discussão foi encerrada, porque sequer ela foi anunciada na Ordem do Dia. Então a decisão que V. Ext deu a minha questão de ordem é uma decisão certíssima, é uma decisão que vem ao encontro da livre deliberação do Plenário do Senado Federal.

E eu recebo, Sr. Presidente, o recurso do nobre Senador Murilo Badaró, que conta hoje, para respaldo seu, com o rolo compressor do PDS no plenário do Senado Federal, como uma violência inominável, porque o que se quer é evitar a discussão regimental de uma proposição. Nunca ouvi dizer, e tenho 30 anos de vida parlamentar, na Assembléia Legislativa do meu Estado, na Câmara dos Deputados e hoje no Senado, que se votasse uma matéria sem discuti-la. Isso não tem precedentes na História do Legislativo Brasileiro.

Com estas palavras deixo aqui, se tiver seguimento o recurso do nobre Senador Murilo Badaró, o meu mais veemente protesto contra a prepotência da maioria no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)— Se os trabalhos da Casa me permitissem — e antecipo que não permitem — eu pediria ao nobre Senador Passos Pôrto que presidisse a sessão para que eu fosse para o Plenário, uma

vez que foi S. Ex<sup>8</sup> quem presidiu a sessão anterior e a partir daí a obstrução funcionou todos os dias até hoje.

Devo, entretanto, salientar o seguinte: quanto tomei conhecimento da materia, e foi uma das poucas sessões a que não presidi, a minha decisão estava tomada. Era considerar o projeto do nobre Senador Humberto Lucena arquivado na hora em que ele entrasse em discussão porque, de acordo com o Regimento da Casa, os projetos que passam por apenas uma Comissão, e nessa comissão é rejeitado, ele é automaticamente arquivado.

Mas o projeto foi submetido à discussão. Esta matéria, exatamente, que se deveria ou não arquivar foi submetida à discussão. O meu dileto 1º vice-presidente admitiu isto aqui. E há — se não me equivoco ainda um recurso ou uma questão de ordem levantada pelo então nobre Líder Paulo Brossard.

De maneira que, diante desta colocação e da colocação reiterada pelo nobre Senador Humberto Lucena, lastimando que não tivesse havido, no momento oportuno, a reclamação quanto ao injustificado encerramento de uma discussão que não houve, eu então mantenho a decisão que dei, deferindo como favorável a questão de ordem levantada pelo Senador Humberto Lucena.

- O Sr. Passos Pôrto (PDS SF) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. Fui citado nominalmente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto, pela ordem.
- O SR. PASSOS PÔRTO (PDS SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, estou agora rememorando, a cada instante, o episódio e vou contá-lo.
- O Regimento do Senado ê claro. Qualquer projeto não aprovado em todas as Comissões, ele é considerado, de plano rejeitado em Plenário, sem discussão.

Este projeto, no entanto, só vai à Comissão de Constituição e Justiça, pois é matéria eleitoral. Naquela sessão estava eu na Presidência, e numa decisão liberal, tendo em vista o parecer do relator considerando o projeto constitucional e jurídico, mas no mérito contrário, permite que fosse examinado pelo Plenário, porque eu poderia, de plano, baseado no Regimento, arquiválo.

No entanto, em face da insistência do nobre Senador Humberto Lucena, autor do projeto, permiti que fosse discutido, e no curso da discussão foi pedida verificação de quorum em plenário; aí, então, encerrou-se a sessão...

- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Em meio à discussão.
- O SR. PASSOS PORTO (PDS SE) Sem encerrar a discussão, não; a discussão tinha sido concedida pelo Presidente eventual.

Na sessão do outro dia, evidentemente, este projeto continuou em discussão, face a minha decisão e outros Presidentes que não eu, como o Senador Gilvan Rocha e o Senador Itamar Franco, que presidiam, também puseram em discussão, e ele deve ter sido encerrado, evidentemente, por falta de oradores para discutí-lo; passou-se então á votação.

Todo Presidente, não havendo quorum, na Ordem do Día tem como primeira providência pôr em discussão os projetos que não estão em regime de votação.

Deste modo, Sr. Presidente, é evidente por todos os ângulos que o projeto não merece discussão pelo Plenário do Senado.

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Sr. Presidente, V. Ex\* permite que eu fale pela Ordem?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Por favor, darei uma breve explicação ao Sr. Senador Passos Pôrto.

Mantenho a decisão. O espelho da Ordem do Dia, nobre Senador Passos Pórto, revela ainda um fato: todos os projetos, a partir do item 2, são postos em votação.

O item 1 diz:

"Projeto de Lei do Senado Nº 70, de 1980 (Em regime de urgência — art. 371, "c", do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências, tendo parecer oral, da Comissão de Constituição e Justica, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela rejeição."

Não diz: "em votação".

Portanto, até o trabalho nosso, da burocracia natural do encaminhamento dos trabalhos legislativos aqui, me leva a manter a decisão feita, embora levando em consideração a declaração de V. Ex\*

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Sr. Presidente, apenas, para concluir o meu raciocínio. (Assentimento do Presidente). No espelho consta a discussão? O projeto é em regime de urgência, com parecer contrário, cuja decisão

seria dada por V. Ext hoje, no inicio da sessão, que seria o seguinte: arquivado o projeto, porque tem parecer contrário da comissão.

Era esta a providência de V. Ext, no exercício da Presidência e não a de pô-lo mais em votação; seria o arquivamento, puro e simples, como decisão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Meu nobre colega, não vou contribuir para discutirmos, perdendo o nosso horário de prorrogação.

Não poderia dar mais uma solução de arquivamento, quando V. Ext admitiu a discussão. Seria uma violência contra V. Ext que eu jamais faria.

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Pasarinho) Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Murilo Badaró.
- O SR. MURILO BADARO (PDS MG. Pela ordem) Sr. Presidente:
- V. Ext anunciou que mantém a decisão. Mas veja V. Ext: isto é uma matéria de fato, Sr. Presidente. Não há como questionar. Todos os pedidos de verificação das reuniões, nestes 53 dias de obstrução, foram em cima do projeto número 1. Ele foi colocado em votação, Sr. Presidente, por 53 vezes.

Proponho a V. Ext o seguinte: V. Ext então, submete a sua decisão ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Quanto à segunda parte da proposição de V. Ext., perfeitamente; mas quanto à primeira, permita-me que discorde. O projeto nunca foi posto em votação. Havendo falta de quorum, ele não foi votado.

De maneira que agora eu aceito o recurso de V. Exte defiro ao Plenário. O Plenário votará.

Os que mantêm a minha decisão quanto à questão de ordem, votarão sim; os que votarem contra a minha decisão da questão de ordem, votarão não

Peço aos Srs. Senadores que tomem seus assentos individuais.

Como o sistema eletrônico está em pane, solicito os mesmos escrutinadores, que são o Senador Dirceu Cardoso e o Senador Moacyr Dalla, por obséquio. (Pausa.)

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, há Secretário no Senado. Nós elegemos o Secretário para isso. Eu não quero ser escrutinador.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Convido o Sr. Senador Jutahy Magalhães para escrutinador.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra pela ordem, ao nobre Senador Murilo Badaró.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Pela ordem.) Sr. Presidente, poderia V. Ext colocar em votação o recurso ao Plenário?
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Pasarinho) Pois não.

Senhores Senadores, foi levantada uma questão de ordem pelo nobre Senador Humberto Lucena e eu a deferi. Contra esse deferimento, houve recurso, que vale por um requerimento; esse requerimento, devemos votá-lo imediatamente.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento e contraditam a minha solução, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, caiu a minha decisão sobre a questão de or-

- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Sr. Presidente, peço verificação de votação. (Pausa.)
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Que pede V. Ext, nobre Senador Henrique Santillo?
  - O SR. Henrique Santillo (PMDB GO) Retiro o pedido.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço que a Oposição chegue a um acordo e me diga o que deseja.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG Pela ordem.) Sr. Presidente:

Para evitar qualquer confusão, pois evidentemente vou depender da minha memória, V. Ex\*, quando anunciou a votação, disse que o faria pelo processo nominal, se não me engano. Então, gostaria que V. Ex\* recorresse à ta-

- quigrafia. Se V. Ext anunciou a votação pelo processo nominal, nós Sr. Presidente, não estamos aqui discordando em nada, estamos esperando que se processe à votação nominal, neste instante.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Mas V. Ext sabe que o Presidente não é um Papa; não é infalível, e as votações podem ser simbólicas ou nominais. Este requerimento permite a votação simbólica e só passa a nominal obrigatória mediante o requerimento de verificação nominal de votação.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext, pela ordem, formule a questão.
- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, trata-se de matéria vencida. Pede-se que se faça respeitar o Regimento nesse sentido.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A palavra está com o Senador Itamar Franco.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Pela ordem.) Agradeço a V. Ex‡

Há poucos instantes, Sr. Presidente, V. Ex\*, interpretando, talvez, diferentemente, o Senador José Fragelli, sez chegar ao Plenário as notas taquigráficas de parte da sessão. Eu, respeitosamente, solicito a V. Ex\* que faça a mesma coisa, Sr. Presidente. V. Ex\* diz que não é infalível, que não é o Papa. Estamos de acordo. Não sei se até lamento que V. Ex\* não seja o Papa.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não, não lamento:
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Até lamento, neste instante, porque seríamos amigos do Papa. Sr. Presidente, veja V. Ext que o Senador Murilo Badareó, a todo instante, intervém no meu pronunciamento. S. Ext já cansou de falar que sou um filólogo. Apenas, eu pediria a S. Ext. Senador Jarbas Passarinho, que corrigisse o requerimento que fez realmente à Mesa, porque não faz jus a S. Ext deveria verificar que há erros crassos no seu requerimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Dentro da questão de ordem que V. Ext está levantando, isso me parece impertinente. Peço a V. Ext que prossiga, porque o tempo de V. Ext corre.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Sei, Ext, mas, ele está interferindo, no meu discurso, e tenho que respondê-lo, indiretamente. Perdoe-me V. Ext.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Peço que atentem para o discurso do nobre Senador Itamar Franco, sem perturbá-lo.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Sr. Presidente, cu gostaria que V. Ex\* e acredito no espírito liberal de V. Ex\* lesse o que V. Ex\* deferiu, antes de se levantar de sua cadeira.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não importa, Senador.
- OSR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) V. Ex\* disse: "Vou colocar em votação nominal."
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu não disse, em nenhum momento, e não me desdisse, em nenhum momento.

Anunciei um tipo de votação e pedi ao Senador Dirceu Cardoso que viesse ser o escrutinador. Saí do plenário, por compulsão material, por meio minuto. Voltei, e, ao chegar aquí, encontro o Senador Dirceu Cardoso recusando-se a ser escrutinador. Então, alertado, justificadamente, por uma questão levantada para reclamação do Regimento pelo Senador Murilo Badaró, reconheci, como ainda há pouco ao Partido de V. Ext, que a ele cabia razão. A votação, nesse caso, é simbólica, e apenas quando houver pedido de verificação nominal, é que ela passa a ser deferida nesse sentido. De maneira que não há o que deferír, a minha questão de ordem foi decidida e está encerrado o assunto.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Eu peço verificação nominal.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A verificação nominal será feita e eu peço a V. Ex\* que seja o escrutinador.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) V. Ex\* já anunciou o resultado, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não, eu anunciei o resultado, mas não passei à outra matéria. Eu tenho, aqui, que andar entre Cilas e Caribdes e o meu barco não afundará.
- O Sr. Senador Dirceu Cardoso será escrutinador, e, com ele, o penador Moacyr Dalla.
  - A votação será feita do Sul para o norte.
  - O Líder do PDS como vota?

O Sr. Nilo Coelho (PDS — PE) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Votou não.

Procede-se à chamada.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADO-RES:

Nilo Coelho - Líder do PDS.

Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Martins Filho — passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

RESPONDE À CHAMADA E VOTAR "SIM" O SR. SENADOR: Direcu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho.) — Votaram Não 32 Senadores e Sim um. São 33 votos, faltando apenas o voto do Presidente.

Em consequência, há quorum. Está decidida a matéria.

Passamos à votação do projeto.

O projeto está em regime de urgência.

Em votação.

- O Sr. Humberto Lucena (PMDB PB) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho.) Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.
- O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB PB. Para encaminhar a votação.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Começo a encaminhar a votação desta matéria aínda sob o efeito da grande emoção de que me senti possuído ao assistir, pela primeira vez na minha vida parlamentar, uma violência de tal ordem, isto, é, um projeto de lei, em regime de urgência, ser votado sem que houvesse a sua discussão regional. É um procedimento inusitado e que decorre, naturalmente, do direito da lorça de que se valeu a maioria para evitar o livre debate de um assunto que está na ordem do dia da política nacional, pois não há quem, neste País, em qualquer Estado da Federação, não sinta a necessidade da definição das regras do jogo eleitoral para 1982.

Dir-se-á que a Oposição está repetindo, diariamente, o seu discurso neste plenário. Mas é por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que nos resta neste instante de perplexidade, é a palavra. Somos Minoria no Senado e na Câmara, e o único recurso de que dispomos é o do argumento lógico, mesmo sabendo que ele não convence à Maioria. Mas, temos a esperança de que a repercussão dos nossos pronunciamentos chegue até à opinião pública que, em última análise, é quem vai nos julgar, amanhã, nas urnas de 15 de novembro de 1982.

A posição intolerante da Maioria, em relação a este projeto, prova de antemão, Sr. Presidente, que pelo menos dois pontos já estão definidos na reforma eleitoral preconizada ao Governo, com vistas ao pleito de 1982. Em primeiro lugar, o PDS e o Governo não permitirão coligações partidárias, embora estejamos num sistema pluripartidário, no qual, evidentemente, a aliança entre Partidos é um expediente normal em todas as nações democráticas do mundo. Em segundo, também fica claro que o PDS e o Governo insistem em manter as sublegendas para as eleições de 1982 e, mais do que isto, pretendem estendê-las ao pleito de governador e de vice-governador de Estado.

Se outra virtude não teve este projeto, pelo menos esta, Sr. Presidente, a de desde logo, pôr a nu o posicionamento claro do Partido Oficial e do Governo, que aliás, não é de surpreender, pois, as principais figuras do PDS, a começar pelo Presidente do Partido, Senador José Sarney, pelo Presidente do Senado, Senador Jarbas Passarinho, pelo Presidente da Câmara, Deputado Nelson Marchezan, pelo Secretário-Geral do PDS, Deputado Prisco Viana, têm anunciado, diariamente, esses pontos como praticamente definidos.

Então não há uma dúvida, Sr. Presidente, nesta altura, diante dessas medidas, com vistas às eleições de 1982, que não resta a nós, que somos Partidos na Oposição, outro caminho, senão aquele que, ainda hoje, foi aqui defendido pelo nobre Senador Itamar Franco, qual seja, o da reunificação das oposições, o da sua fusão em torno de uma só sigla, como a resposta mais adequada, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a esse posicionamento do Governo que teima em nos dividir para ganhar, por saber, perfeitamente, que o PDS não conta com o apoio do povo brasileiro para fazer frente a uma coligação de Partidos oposicionistas nos diversos Estados da Federação.

Com estas palavras, Sr. Presidente, termino o encaminhamento da votação deste projeto de minha autoria, anunciando à Casa que, apesar de tudo, vou reexaminar o assunto, vou elaborar uma nova proposição, inclusive, mais ampla, para voltar a apresentar um projeto ao Senado Federal em torno da regulamentação das coligações partidárias e da revogação da Lei das Sublegendas, na esperança, de que ainda possamos, até a discussão e votação da reforma eleitoral, no Congresso Nacional, chegar a um entendimento que possa, Sr. Presidente, fazer com que o pleito de 1982 seja disputado num ambiente de plenas garantias, para que, ganhe quem ganhar assuma o poder neste País. Pois, só assim poderemos, amanhã, dizer que estamos começando, pelo menos, a reconstruir a democracia brasileira.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Em votação.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao independente Senador Direcu Cardoso.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Para quem acordou, hoje, no longínquo Rio Grande do Norte, a uma hora da madrugada, e até agora não votou nenhuma matéria da pauta, tem que render homenagem à combatividade da Minoria nesta Casa. Não fosse uma decisão violenta da Mesa no transcorrer da nossa sessão, por certo, esta sessão seria das magnas na História desta Casa, daqui, pelo menos, de Brasília

Ouvi, Sr. Presidente, de jornalistas — e isto é preciso que todos os Senadores ouçam — que o Senado, hoje, estava revivendo os grandes dias do Senado do Rio de Janeiro. Isso foi a maior homenagem que ouvi de jornalistas independentes a respeito da atuação do Senado. Nós, do Senado de hoje, estamos revivendo os grandes dias do Senado do Rio de Janeiro.

É isso que queremos, essa pugnacidade, essa combatividade, a argumentação, a disposição para a luta, Sr. Presidente.

Assim, Sr. Presidente, às 8:15 horas, da noite, estamos ainda nos prolegômenos, os finalmente virão depois, virão agora, depois destas considerações.

O projeto do nobre Senador Humberto Lucena, que a nobre Maioria da Casa quer combater, e para isso mandou arregimentar todas as suas forças deste País; o telégrafo gemeu, Sr. Presidente, de dois dias para cá. Até para a Alemanha foi telegrama, dizendo que a presença do nobre Líder seria necessária no dia de hoje. E S. Extestá aqui. Quase que afundou no Oceano Atlântico, mas graças a Deus está aqui conosco. Deus o poupou para as grandes missões do Congresso, do Senado e da República.

Sr. Presidente, o nobre Senador Humberto Lucena, que está enfrentando as iras da bancada governista, Senadores ilustres, conspícuos que aqui estão de castigo, Sr. Presidente, votando questões de ordem, enquanto que a substância está aqui, agora, agora é que vamos começar a votar, no Senado, no dia de hoje.

Sr. Presidente, o projeto do nobre Senador Humberto Lucena, dentre outras considerações, no seu articulado, estabelece o seguinte: a coligação partidária; coisa justíssima no regime pluripartidário que temos, justíssima; ninguém pode ser contra a coligação partidária.

Portanto, Sr. Presidente, não há ninguém de bom senso que seja contra isso. Ainda há outra coisa: fulmina a sublegenda. São dois dispositivos, ou melhor, duas circunstâncias, Sr. Presidente, que colocadas juntas se chocam, e uma grita contra a outra. É o pluripartidarismo e a sublegenda. O projeto, portanto, moraliza o processo eleitoral brasileiro.

Vieram subsídios da Alemanha, trazidos de avião. O nobre Deputado Prisco Viana trouxe uma arroba de livros da Alemanha, de informações, de dados, de legislação da Alemanha, para orientar a reforma que o PDS vai impôr ao nosso País.

Mas dentre as coisas que não gostariamos que ficassem de pé na nossa reforma temos estas duas: se adotarmos o pluripartidarismo não deveremos adotar a sublegenda.

(Aparte fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo tocar a campainha.)

— Nobre Senador Dirceu Cardoso, não pode haver apartes agora; peço a V.

Ext que não os ouça.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sr. Presidente, mas é tão verrinoso o aparte que tenho que ouvir, não é?

Então, são dois dispositivos, Sr. Presidente, que, como diz o francês: Ils sont de se trouver ainsi! Desculpem o francês. Postos juntos, na mesma cesta, no mesmo balaio, um grita contra o outro, ou ambos gritam.

Esse o dispositivo. Nós não sabemos o que vem, Sr. Presidente. Nós vamos mudar a regra do jogo há um ano e pouco. Daqui há um ano e pouco, muitas dessas conspícuas cabeças que o Senado do Brasil tem aqui na noite de hoje, muitas delas já penderão, Sr. Presidente, para baixo, para o chão, porque terão o seu destino chancelado pelo povo brasileiro. Em 15 de novembro de 1982, muitos dos Senadores que estão aqui, 23 Srs. Senadores, um terço, desses a maioria lamentará a sua sorte, expirará o seu mandato e com ele a vela bruxuleante que tanto nos alimentou aqui. E hão de se recordar que foi por ação da Minoria que se lutou aqui, neste plenário, que se ergueu um Senado enchafurdado da Minoria, em que 5 Senadores votavam coisas importantes para o Brasil.

Agora não! É pela disposição da Maioria, pela presença maciça dos Senadores aqui, os 33 do PDS, é que se vota aqui; com esse número é que se votam as leis da República.

Assim, Sr. Presidente, gostaríamos que a legislação não viesse, e que esta mala, essa arroba e meia de documentos que o Deputado Prisco Viana trouxe não viessem aqui; viessem juntas estas disposições, o pluripartidarismo de um lado, e no mesmo barco a sublegenda.

Até aí uma questão de técnica legislativa, uma questão de técnica jurídica: são dois dispositivos conflitantes em relação ao sistema eleitoral brasileiro.

Portanto, é de justiça que proclamemos a excelência do Projeto do nobre Senador Humberto Lucena.

Sr. Presidente, eu fiz referência ao nobre Deputado Prisco Viana, e estou vendo agora que S. Ext está no plenário. E foi S. Ext quem me disse que trouxe uma arroba de livros, de dados, de informações, de legislação, de leis, etc., da Alemanha, e vai curvar a cabeça, essa cabeça, Sr. Presidente, do Deputado Prisco Viana. E ouvi no Superior Tribunal Eleitoral esta informação, quando lá consultei sobre matéria em votação no Senado, sobre os partidos e os grupos partidários, e obtive uma informação que não posso dizer de quem: Antes de o Sr. vir aqui consulte a um moço que é, hoje, uma das grandes autoridades em Direito eleitoral no nosso País, o Deputado Prisco Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Solicito a V. Ext que conclua, porque o seu tempo já está esgotado.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) - Quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ex\* tinha direito a 10 minutos e está, agora, no 11º e meio minuto.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Está certo. Estou de acordo; ninguém precisa me censurar porque acato a Mesa, mesmo contra a minha palavra.

Então, Sr. Presidente, vou concluir:

Assim nós diriamos que regula mais a matéria do registro dos candidatos, etc., e da coligação partidária. Mas quero crer que o Governo faz dessa matéria a sua "cabeça de turco". "Cabeça de turco" é uma expressão que apareceu na Primeira Grande Guerra; não tem nada de censurável nem de desabonador. Não quero isso de maneira nenhuma, de modo nenhum, a que preço for. Foi por isso que mandei chamar e convocar, bater os zabumbas, os bumbos e os tambores, e vieram da Alemanha, de Santo Antônio do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, vieram de toda parte ilustres Senadores do PDS para votar esta matéria.

Assim, Sr. Presidente, encerro, e espero que hoje o Senado não cometa um crime contra o Projeto do nobre Senador Humberto Lucena, e que não deixe de aprovar o seu projeto, que é saneador do processo eleitoral brasilei-

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Dinarte Mariz (PDS — RN) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz, para encaminhar a votação, pelo PDS.

O SR. DINARTE MARIZ (PDS — RN — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Apenas duas palavras: Gostaria de apelar para os meus nobres colegas da Minoria, para fazerem logo essa fusão tão falada, todo dia repetida nesta Casa. Seria muito mais fácil, naturalmente, que eles fizessem a fusão e estivessem aqui todos juntos, já com o que nós chamamos "legalizada a fusão". Porque a fusão já existe, inclusive levando de contrabando, o Senador Dírceu Cardoso.

Nós sabemos a origem dos nossos Partidos políticos. Eu não jogo pedra em ninguém, mas fui um homem sempre habituado, já pela idade, pelo trabalho, pela confiança que tenho recebido dos meus conterrâneos do Rio Grande do Norte, a lidar e a comparecer às reuniões políticas. E quantas vezes não fui interrompido, em gabinetes ministeriais, para ceder lugar aos meus adver-

sários. Isso é do regime democrático; nada mais interessante. Ora, sabemos muito bem como os Partidos se organizaram: alguns deles foram criados nos gabinetes ministeriais do atual regime. Consequentemente, por que essa separação tão grande? Por que essa luta diária de acusações à Maioria? Nós somos a mesma coisa; amanhã, poderemos ser minoria. Quantas vezes não fui minoria, e sinto até o sabor da discussão, quando vejo os meus nobres colegas se exaltarem. É que eu também fui, durante muitos anos, Oposição, e a minha vocação é para ser Oposição, francamente.

Mas os Partidos políticos todos são iguais; aqui não há um lado e outro não. Todos eles nasceram de uma Revolução, todos eles compareceram aos gabinetes ministeriais e, muitos deles, foram criados sob a inspiração do Governo atual. Então, por que isso?

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) - Essa é uma acusação grave de V. Ex.

O SR. DINARTE MARIZ (PDS — RN) — Não há nada de acusação; é justiça. E a História vai dizer, porque sou velho e até estou com vontade de sair do Senado para escrever as minhas memórias e, ai, vou dar nome a todos, todos vão figurar.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que eu queria dizer, concitando os meus companheiros, os meus nobres colegas da Oposição, para chegarem aqui um dia e dizer: a fusão está feita, e não se discutia mais fusão nesta Casa. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em votação. (Pausa.)

O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Affonso Camargo, representante do Partido Popular.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PP PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estaria eu certamente faltando com a verdade, se dissesse que acompanho os trabalhos de hoje com algum tipo de satisfação ou de alegria; esta sessão que, à medida em que passa o tempo, vai deixando de ser um debate de ideias para se tornar um campeonato de atletismo, de resistência física.

Gostaria, e este, quem sabe, se é o atenuante da Sessão, de dizer que esta oportunidade de falar sobre o projeto do Senador Humberto Lucena, realmente é o ponto alto, porque não temos tido a oportunidade de discutir aqui, neste plenário, como deveria ser discutido, o tema da reforma eleitoral.

Pensava ainda agora, comigo mesmo, que tipo de inquietudes e, quem sabe, de frustrações, deve passar pelo espírito do nobre Senador Nilo Coelho. Líder da Maioria, que trouxe a esta Casa, no seu discurso inaugural, a proposta de um diálogo. O que estamos hoje acompanhando no Senado? É o antidiálogo. E é isso que nos causa espanto, porque na hora em que todos estavam procurando uma composição que servisse à Nação, por um, que podemos considerar apenas um ponto isolado da proposta, não se conseguiu chegar a um acordo, exatamente na aprovação do projeto do Senador Humberto Lucena; temos consciência de que era uma aprovação apenas de efeito moral, porque era um projeto com o qual o Partido do Governo não se comprometia em aprová-lo na Câmara dos Deputados. E exatamente um projeto, Sr. Presidente, em que o Senador Humberto Lucena, demonstrando o seu senso de oportunidade, a sua preocupação com os problemas da democracia brasileira, propôs no início do ano passado — há mais de um ano, se não me engano - e que só agora, em virtude de um requerimento de pedido de urgência, está sendo discutido no Senado. E S. Ex\*, inclusive, veio colocar. no seu projeto dois pontos que, não há como negar, já estavam depois de amplamente discutidos, definidos pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Permita-me V. Ex\*?

O SR, AFFONSO CAMARGO (PP - PR) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — De acordo com o Regimento, há um requerimento que deve ser lido, mesmo com a interrupção do orador na tribuna.

O Sr. 29-Secretário vai proceder à leitura.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 109, DE 1981

Nos termos do art. 203, alínea "b", do Regimento Interno, requeiro prorrogação da presente sessão pelo prazo de 120 minutos.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. — José Lins.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em votação o requerimento. (Pausa.)

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma indagação a V. Ex\* sobre o andamento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Lembro a V. Ext que eu declarei em votação. Mas concedo a palavra a V. Ext

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Exatamente pedi a palavra, pela ordem, apenas para uma indagação sobre o andamento dos nossos trabalhos, antes que V. Ext colocasse em votação o requerimento, para tentar invocar o art. 380, no seu parágrafo único, que diz o seguinte:

Parágrafo único. Quando, nos casos do art. 371, b e c, encerrada a discussão, se tornar impossível o imediato início das delíberações, em virtude da complexidade da matéria, à Mesa será assegurado, para preparo da votação, prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas.

Evidentemente, já estamos em processo de votação, mas como V. Exterende prorrogar, apenas alertaria ao Senado que regimentalmente V. Extepoderia, se quisesse, prorrogar por vinte e quatro horas o estudo desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A Mesa é escrava dos Srs. Senadores e do Regimento Interno. O requerimento de prorrogação é por cento e vinte minutos. Está em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Paŭ-sa.)

Aprovado.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, requeiro a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Lembro a V. Ext que o quorum è de 11 e, possivelmente, V. Ext está vendo muito mais de 11 Senadores sentados. Satisfaz?

Exigida a verificação, há mais de 11 Srs. Senadores. Aprovado.

Continua com a palavra, o nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PP — PR) — Como dizíamos, Sr. Presidente, o projeto do Senador Humberto Lucena trata de duas matérias de ordem eleitoral, em nossa opinião, Sr. Presidente, — e acredito que não se possa desmentir isso —, já amplamente discutida e definida pelo Governo, pois durante a reforma partidária, o Senhor Presidente da República, quando propôs a extinção dos Partidos Políticos, que sem dúvida alguma, foi um trauma profundo na estrutura política do País, alegando que essa extinção tinha como objetivo a implantação de um regime pluripartidário no Brasil, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, na sua Mensagem, quando enviou o projeto da reforma partidária, disse e propôs que, com relação à coligações, elas fossem apenas proibidas nas eleições proporcionais. E, com relação às sublegendas, elas se mantivessem exclusivas no plano municipal. E o Senhor Presidente da República, na sua exposição, disse mais, textualmente, que a sublegenda estendida ao plano estadual, esta sim, seria absolutamente incompatível com o regime pluripartidário.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senador Humberto Lucena, quando propôs coligações, nem procurou ampliar o instituto das coligações para as eleições proporcionais. Apenas procurou disciplinar, explicitar o que seriam aquelas coligações que, evidentemente, na reforma partidária proposta pelo Governo, já se admitiam para as eleições majoriárias. E S. Ext, por uma questão de programa do seu partido, propunha a extinção de sublegendas.

O que se esperava é que o partido da Maioría examinasse a matéria e desse a sua opinião sobre a matéria, que insistimos, Sr. Presidente, é uma matéria de urgência urgentíssima, porque definir coligações e sublegendas todos os partidos precisam dessa definição, para poder formar o seu quadro definitivo de candidaturas, que aínda deverão ser artículadas, que deverão ser apresentadas em convenções que vão ser realizadas daqui a um ano. Então, não podemos entender quando se diz ser inoportuna, como foi o parecer do nobre Senador Aderbal Jurema, a decisão da matéria sobre coligações e sublegendas. E tudo o que aconteceu, daquele momento para cá, foi em decorrência daquilo que as Oposições consideram da mais absoluta justica e do mais absoluto interesse da Nação brasileira: é a definição daquelas regras que devem ser definidas nessa oportunidade. O que nos queremos é que, o quanto antes, o Governo e o seu Partido definam se aquele modelo proposto pelo Presidente da República quando extinguiu os partidos Políticos, o modelo pluripartidário, ainda é para valer? Porque eu diria, para explicitar um pouco e responder às perguntas do Senador Dinarte Mariz, aquilo que já afirmei há um ano: ou o Governo aceita em extinguir a sublegenda ou a sublegenda vai extinguir pluripartidarismo no País.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Continua em votação.

O Sr. Pedro Simon (PMDB - RS) - Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acredito que está chegando a hora da verdade. A hora em que os fatos começam a se definir e a Nação começa a tomar conhecimento dos propósitos desse Governo.

Quero dizer, com a maior franqueza que para nós não há nenhuma surpresa. Quando se votou a extinção de Partidos na sessão do Congresso Nacional aquele ato de violência, aquele ato de arbítrio, nós afirmávamos: vem muita coisa atrás. Naquele momento nós dizíamos que se o Governo quisesse realmente estabelecer um jogo democrático, nós deveríamos estar votando juntos a nova Lei Orgânica dos Partidos e a legislação eleitoral, sob a qual eles haveriam de agir. Mas, o Governo não quis assim.

É verdade que no caso da sublegenda municipal, que interessava para manter certa unidade no futuro partido do Governo, embora fosse também uma matéria eleitoral, eles colocaram lá, na lei Orgânica dos Partidos, porque interessava para eles a manutenção da sublegenda municipal, porque, caso contrário, ruiriam as bases municipais do partido que se une em torno do poder e não em torno de idéias. Agora, o resto, o resto virá depois. E depois veio o ano de 1979, a ano de 1980 e estamos no ano de 1981. A esta altura, o Tribunal Superior Eleitoral deveria estar traçando as normas através das quais as eleições deveriam ser fixadas. Mas, a essa altura, o Partido do Governo deu seis meses a uma Comissão, para que ela estude, não o aperfeiçoamento das instituições deste País, mas que ela estude os diversos casuísmos, porque, na verdade, o que interessa ao PDS do Rio Grande do Sul, não interessa ao de Pernambuco, e o que interessa ao da Bahia não interessa ao de São Paulo.

Então, estão buscando, jamais o aperfeiçoamento, jamais o interesse da Nação, jamais o que soma para o País, mas estão buscando um casuísmo que vem ao encontro dos interesses do Amazonas ao Acre. É lamentável. Profundamente lamantável. Mas estamos em vésperas de assistir não ao pacote de abril que, pelo menos, não atingíu esta Casa, porque esta Casa pelo arbítrio foi fechada e no arbítrio da Granja do Riacho Fundo legislaram o absurdo do pacote de abril. Nós agora não temos o AI-5, mas o PDS, nesta Casa, fará as vezes do AI-5. O Governo, usando o PDS, criará pelo arbítrio da Maioria aquilo que ontem foi feito no pacote de abril sob o manto do AI-5.

Sr. Presidente, não estamos numa Câmara de Vereadores do interior, estamos no Senado da República. Mas quem não sabe que em qualquer país democrata do mundo, que vive no regime do pluripartidarismo, a coligação é inerente ao pluripartidarismo. Mas quem não sabe disto? Mas qual o país que não defende o pluripartidarismo e não permite as coligações em meio a existência do pluripartidarismo?

Mas o Governo não quer, o Governo fala em voto vinculado de vereador a governador, ou de vereador a Deputado Federal e de vereador a prefeito.

Voto vinculado e proibição de coligações, pluripartidarismo, abertura democrática mas a democracia relativa, em que as regras do jogo devem estabelecer que o grupo dominante permaneça no Poder.

Mas, ao mesmo tempo em que querem proibir as coligações querem manter a sublegenda e estendê-la para o Governo. Sublegenda que é o próprio Governo, Senador Daniel Krieger, que dizia que era absolutamente necessária naquela primeira eleição. Um câncer na vida partidária, mas que naquela primeira eleição, como só tinham dois partidos, para que as cargas; apenas unidade em torno de posições e não unidade em torno de minorias dentro do partido não fossem esmagadas, eram importantes as sublegendas.

Mas elas ficaram nas primeiras eleições de 1966 e continuaram até toda a existência do bipartidarismo, sob o argumento de que nos só tínhamos dois partidos.

Mas, agora, 101 pessoas se reúnem e fundam um Partido. Não mais de 101 pessoas podem se reunir e criar um Partido e, se tiverem liderança, levá-lo adiante.

Mas o Goverño quer a sublegenda, quer a sublegenda porque até hoje não conseguiu unidade em torno de idéias mas, apenas, unidade em torno de princípios.

E vendo, e sentindo, e notando que a maioria do povo brasileiro não aceita mais isso, o Governo parte para uma estratégia: vamos esfacelar as Oposições na votação, vamos determinar que o voto seja vinculado, vamos criar o voto facultativo e, muito provavelmente, no dia das eleições teremos um jogo de futebol entre o Brasil e a Argentina, transmitido para o Brasil inteiro, de tarde, porque de manhã teremos Grenal, no Rio Grande do Sul e Fla x Flu no Rio, São Paulo e Coríntians em São Paulo; vamos criar o voto facultativo, para que o eleitor fique em casa e a máquina do Governo escandalosamente possa ser usada bem como o poder econômico para buscar o eleitor.

Esta é a abertura democrática deste Governo. Coligações? Não. Voto vinculado? Sim. Coligações, não. Sublegenda, sim. E já se fala até, os ilustres membros da Comissão do PDS, estão encontrando tal ordem de dificuldades para resolver os problemas regionais, que vamos ter o aperfeiçoamento da Federação. Felizmente a Federação vai ser posta em prática.

Vamos delegar às Assembléias Legislativas para que elas escolham se querem coligação ou se querem sublegenda.

Parece mentira mas, essas coisas estão acontecendo.

Naquela célebre reunião que extinguiram os Partidos políticos eu afirmava: a ARENA levou 15 anos de ser o maior Partido do Ocidente, apregoado pelo Sr. Francelino Pereira em reunião "memorável", que tinha governadores, ministros e todas as autoridades do País, para pedir a sua morte, num suicídio, porque reconhecia que a legenda ARENA não chamava mais a atenção, não tinha mais voto e não tinha mais capacidade de enganar o povo.

Mas naquela ocasião eu dizia que, muito provavelmente, se a ARENA levou 15 anos para sair lá de cima da glória, pensando que como o Império Romano duraria mil anos e caiu na desgraça, muito provavelmente o PDS levará um tempo infinitamente menor.

Parece-me, Sr. Presidente, que estamos constatando esta realidade. A nível de opinião pública, o povo acompanha estes fatos. O povo está sentindo e está vendo que se está querendo criar um artificio, no sentido de o Governo, que não tem mais maioria popular, imagina que em São Paulo o PMDB apresenta um candidato, o PT apresenta outro candidato, o PP apresenta outro candidato, o PTB apresenta outro candidato que, somados podem fazer 70% do eleitorado. Mas o que faz mais faz 29% e aí o PDS, com 30%, ganha as eleições.

Essa é a tese do Governo e não vamos escondê-la. Essa é a realidade do Governo que quer, também, criar o voto distrital por esta mesma realidade. Apenas que, no voto distrital, os deputados do PDS dizem: nós não vamos até lá porque tem a ameaça e a coação dos Secretários de Estado, dos Ministros de Estados e dos membros das autarquias que não lhes darão direito de vaga no voto distrital.

Triste realidade esta em que um projeto desta natureza, que deveria ter um debate de dias e dias neste Senado, a Maioria já tem a sua idéia definida de uma maneira inédita, insólita; tira desta Casa o direito de debater e discutir este projeto.

Era hora de estarmos debatendo, de pedir a palavra do Senador Nilo Coelho para S. Ext dizer quais são as experiências que S. Ext traz do pluripartidarismo, na Alemanha. Era hora de nós verificarmos, os Senadores do PDS, que andam permanentemente por esse mundo afora, de dizerem quais são as experiências que S. Ext trazem da realidade democrática dos países que conheceram. Mas isso o PDS não quer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha)

— Nobre Líder, peço a V. Ext que conclua.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Pois não.

Um projeto desta natureza, e tem razão o Senador Camargo, numa noite triste, porque vamos votar esta matéria sem o direito sequer de discuti-la.

Mas, Sr. Presidente, hoje o PDS começou a mostrar a sua cara. Nesta votação, em rejeitando este projeto, o PDS diz a que veio. Triste, mas é real.

O Governo não conta mais com o AI-5, o Governo não conta mais com a possibilidade do pacote de abril, mas fará o seu pacote de outubro, o seu pacote de novembro ou o seu pacote de dezembro, e quem empacotará a Nação é o PDS

Triste destino, triste realidade. (Muito bem!)

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação, pelo PMDB.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para mim, o projeto que trata das coligações é, evidentemente, importante. Mas defendo uma tese mais ampla, aliás abordada rapidamente pelo nobre Senador Dinarte Mariz.

Sou, Sr. Presidente, francamente favorável à união das Oposições e, nesta noite triste a que se referiu o Sr. Senador Pedro Simon, quieto na minha cadeira, cada vez mais me convenço de que está realmente chegando a hora, em 1982, do grande divisor de águas deste País, daqueles que defendem — e alguns, Sr. Presidente, com sinceridade — o Governo e, nós outros, que defendemos o pensamento da Oposição brasileira.

É chegada a hora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que a Nação se manifeste democraticamente no seu todo, escolhendo outro projeto governamental, esse projeto que teima ainda em manter esse modelo econômico falido e que mantém uma ordem social terrível, para o povo brasileiro, não é o

Senador da Oposição que diz, é o próprio Banco Central que chama a atenção da Nação quando diz que, repito, Sr. Presidente, de 1972 a 1977 o avanço das multinacionais, nesta País, foi terrível. Na indústria têxtil, na indústria madeireira, na indústria de telecomunicações, na indústria elétrica. E é por isso, Sr. Presidente, que ao defender o projeto do Senador Lucena, das coligações, ele para mim não é suficiente porque só a Oposição brasileira, neste instante e nesta hora em que o Senado assiste à votação desse projeto, e eu lamento, que Presidentes dos nossos Partidos aqui não se encontrem para escutar, exatamente, o que disse o Senador Pedro Simon, do que pensa o Governo sobre a legislação eleitoral. E ele o diz, dizendo que o Governo através do seu Partido, revela a face à Nação do que pensa da legislação eleitoral. É uma pena, Sr. Presidente, que os Presidentes dos nossos Partidos neste instante aqui não se encontrem para que eles fossem sensíveis, não à manifestação congressual que se passa neste instante, através da assinatura de 126 Srs. Parlamentares, mas para o reclamo das bases que exigem a união das Oposições brasileiras. Uma união, Sr. Presidente, que não pode apenas se cingir a esse instante, a este momento, a este fato. Essa união apenas congressual, mas aquela união que precisa ir às ruas, aos comícios e às praças públicas.

É esta, Sr. Presidente, a lição que devemos retirar desta noite, uma noite que não se vai repetir tão cedo porque, há pouco, o Líder da Maioria dizia que Maioria é Maioria e vamos querer sentir essa Maioria, não apenas na data de hoje, mas queremos senti-la até o fim do ano na aprovação dos projetos

Oxalá, Líder Marcos Freire, oxalá, Líder Senador Evelásio Vieira, oxalá V. Exts atentem para esse tipo de votação e para esta noite. Não é quebra do diálogo, mas a Oposição com assento nesta Casa tem de exigir sempre quorum, não apenas nessas matérias e não apenas no dia de hoje. Foi por isso, Sr. Presidente, que apresentei à Mesa do Senado Federal um projeto terminando com o voto simbólico, para que este Plenário pudesse reviver o que revive nesta noite, com tristeza como lembrou o Senador Pedro Simon, mas que este Plenário não aprovasse mais matérias, como recordava o Senador Dirceu Cardoso, às vezes, com cinco, seis Senadores, ou terminando melancolicamente nossas reuniões, às 18 horas e 30 minutos, com um, dois, três, quatro ou cinco Srs. Senadores em plenário.

Ainda ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, apresentava eu à Casa dados referentes ao Ministério da Educação, provando ao Senado e à Nação que não se aplica 12% do Orçamento Federal no setor Educação. E me permiti dizer ao Senador João Calmon, que me aparteava a todo instante, este paladino da luta pela Educação no País, que era preciso mudar o regime que aí está, mudar através de eleições e se dar a este País um estado democrático. Pelo menos, Sr. Presidente, essa esperança levamos no coração, que há de chegar a hora do voto de 1982, quando o povo vai sentir necessidade de mudar, escolher nova gente, novos métodos, novos processos. Acima de tudo, a esperança sempre nossa de que, em 1982, a Nação eleja um Congresso com maioria oposicionista, porque mais importante, na minha opinição, do que eleger esse ou aquele Senador, desse ou daquele Estado, é trazer ao Congresso uma maioria oposicionista, não uma maioria que vá aderir nas primeiras horas, mas uma maioria que possa mudar o regime político do País, que possa votar uma assembléia nacional constituinte. Sr. Presidente. Essa maioria oposicionista que há de chegar aqui em 1982, com o povo brasileiro, na sua ordem, na sua tranquilidade, e na sua paz, demonstrando ao Governo que queremos mudar o que aí está, que precisamos mudar, que já é hora de experimentar nova gente.

Vejo que V. Ext chama a atenção do orador que vos fala. Querendo obedecer V. Ext, vou concluir meu pensamento.

Quem dera, Senador Dinarte Mariz, quem dera, que as grandes Lideranças oposicionistas — repito, as grandes Lideranças oposicionistas — atendessem ao chamamento de V. EX e ao nosso. E a partir de amanhã, nós todos unidos, um bloco só pudéssemos ter, em 1982, o confronto Governo e Oposição. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Leite Chaves (PMDB — PR) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra a V. Ex\*

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. José Fragelli (PP — MS) — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PP — MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Apreciando o que a Maioria anuncia como as próximas reformas eleitorais, nós nos convencemos de que a extinção do bipartidarismo, adotando-se a pluralidade de Partidos, não foi essa providência, querida e adotada pelo Governo e pela Maioria, senão um passo apenas, dado no sentido de falsificar a verdadeira democracia neste País, porque com esses casuísmos que são anunciados, principalmente o voto vinculado em todos os graus para as eleições majoritárias e proporcionais e a proibição da coligação de partidos, nós não ficamos com nenhuma dúvida de que este foi um plano muito bem preparado pelo Governo e pela Maioria.

Em primeiro lugar, o pluripartidarismo, em seguida, a proibição de coligações partidárias e a vinculação de votos, para chegar ao que querem chegar o Governo e o PDS, ou seja, a anulação total uas Oposições frente ao poderio do Partido majoritário e de suas posições encasteladas nos Governos estaduais, com membros desse partido nomeados para esses mesmos governos.

Então, o que se anuncia não foi senão uma parte do plano previamente preparado pelo Governo, quando toda a Nação pensava que era por uma questão de espírito liberal do Governo e da Maioria o adotar o pluripartidarismo.

A Nação foi, assim, enganada pelo governo e pelo PDS. A Nação foi levada a acreditar que havia sinceridade nessa reforma eleitoral que o Governo aceitou, marchando para o pluripartidarismo.

Devo dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nunca fui muito entusiasta do pluripartidarismo, vendo o quadro que se apresentava no País, não achava, devo confessar, que fosse essa medida apenas uma parte de um plano mefistofélico adotado pelo Governo e não é difícil que possamos personalizar o Mefistófeles do Planalto, eu não pensava, Sr. Presidente, que a adoção do pluripartidarismo fosse apenas uma parte do que se preparava com o que agora se anuncia para um futuro próximo.

Sr. Presidente, na minha concepção pessoal, eu aceitava o bipartidarismo com as sublegendas, aceitava o bipartidarismo, aceitando as sublegendas, por várias razões: primeiro, pelo caráter e formação da nossa gente. O brasileiro, que herdou as mesmas características do ibérico, é individualista, é grupista, é divisionista, e muito difícil é que ele, dentro de um Partido, possa se manter numa agremiação partidária, sem divisão.

Então, a sublegenda seria de se admitir nesse bipartidarismo.

Nós temos, aliás, na América do Sul, um exemplo bem sucedido de parlamentarismo, até uns anos atrás, que foi o Uruguai.

No Uruguai, se não me engano, há os dois partidos, blancos e colorados, desde meados do século passado. E, lá, adotava-se o lema e o que eles chamam de sublema; se não me engano, até quatro sublemas. E, houve ocasião em que um partido chegou a apresentar, de fato, quatro candidatos à Presidência da República, sendo um deles eleito. E esse regime experimentou bem no pequeno Uruguai, durante mais de meio século, com os dois partidos bastante conhecidos: os blancos e os colorados. Divisão que vinha de muito longe, talvez, baseada mais, de um lado, no elemento das cidades, no elemento urbano e, de outro lado, no elemento dos pampas, no homem da zona rural. Essa a divisão esquemática que se pode fazer do que aconteceu na história política do Uruguai.

Mas, aqui, em nosso País, o bipartidarismo, que parecia estar dando certo, tanto que o MDB resistiu, com todas as suas forças, a sua extinção, para que permanecesse, de um lado, a Oposição e, do outro lado, o Governo, a meu ver estava certo, Sr. Presidente. E Duverger mostra bem isto, que na maioria dos países, hoje, na maioria das democracias, onde não existe o bipartidarismo de direito, existe o bipartidarismo de fato. É o que nós estamos assistindo e é o que nos, possivelmente, vamos assistir aquí no Brasil, porque eu também sou daqueles que advogam a união das oposições. E, se não pode haver o bipartidarismo de fato, façamos um bipartidarismo legal, unindo-nos todos, debaixo de uma mesma legenda, para enfrentar o Governo e o PDS nas eleições de 1982, porque o desejo do Governo e do PDS de fraudar a democracia brasileira aí está claramente manifestado na voz dos seus líderes de maior evidência. Acho, portanto, que é uma medida de autodefesa, ou de legítima defesa, essa agora querida, desejada e já em execução, de grande parte de membros das oposições providenciarem a sua união, a fusão dos Partidos ou a incorporação dos Partidos, o que mais rapidamente possa ser feito, dentro dos prazos legais, para que não sejamos surpreendidos, em 1982, pelas manobras escuras do PDS e do Governo Federal.

Não tenho, Sr. Presidente, a menor dúvida de que o Partido do Governo está apenas querendo ganhar tempo. Esse prazo de 30 de junho, a meu ver, é um prazo excessivamente dilatado, porque, logo depois de 30 de junho, entramos em recesso e o recesso não é apenas do Congresso, é de toda as atividades políticas. Nos não teremos tempo, nos da Oposição, de nos organizarmos ou nos reorganizarmos para enfrentar as eleições de 1982.

Por isso, advogo isto: que, desde já, tomemos as providências concretas, a fim de que haja a união das Oposições, a união dentro da lei, para não ser-

mos surpreendidos com as medidas que serão legais, mas de uma falsa democracia, que o governo e o PDS querem adotar para 1982.

Já disse até que sou daqueles que acham que os nossos Partidos deveriam nomear desde já uma comissão interpartidária, para que tomasse todas as providências, dentro da lei, a fim de que essa união das oposições se concretizasse. Agora, nada também poderá impedir que essa Maioria e esse Governo cheguem ao ponto de adotar novas normas eleitorais, proibindo a fusão e a incorporação dos Partidos.

Se eles podem chegar ao ponto de não aceitar o projeto Humberto Lucena, se eles chegam ao extremo da vinculação de votos, em todos os graus, poderão adotar quaisquer outras medidas casuísticas, para forçar as Oposições à divisão, a fim de não constituírem uma força unificada e granítica para levar o povo ao poder em 82, como o povo levaria as Oposições, se não viêssemos a ter uma democracia falsa, no ano que vem, por imposição malévola da Maioria e do Governo.

É essa, Sr. Presidente, a nossa maneira de encarar o momento atual. É essa, Sr. Presidente, a intenção que nós devemos transformar em execução, a fim de que os golpes, hoje, já armados e preparados pela Maioria não possam ser tansformados em medidas exeqüíveis, a fim de que, mais uma vez, a vontade da Maioria do povo brasileiro seja mistificada em mais uma eleição, como essa que se realizará em novembro de 1982. (Muito bem!)

- O Sr. Orestes Quércia (PMDB SP) Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia, para encaminhar a votação.
- O SR. ORESTES QUERCIA (PMDB SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lamentamos que hoje não tenha sido podido efetivar o acordo para o qual, inclusive, este Senador tanto se esforçou junto a sua Bancada, em razão das colocações já postas pelo nosso Líder Marcos Freire. Porque, entendemos que essa questão dos empréstimos está provocando sérios transtornos em muitos municípios espalhados pelo País e aos governos estaduais.

Sou Vice-Presidente da Associação Paulista dos Municípios, e tenho, aqui no Senado, me esforçado muito, independentemente de legenda partidária, para apressar processos de empréstimos a municípios, tanto do PDS como do PMDB, ou de outro Partido. Sabemos, por exemplo, que no M to Grosso existe perigo de desemprego, inclusive, em obras públicas do Governo, dependentes destes empréstimos que está aqui para ser decidido. Por isso é que lamento que hoje não tenha sido podido efetivar o acordo que havia se estabelecido, e que já havíamos previsto.

Com esta indrodução, Sr. Presidente, e dado que V. Ex\*, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, assumiu a Presidência, porque V. Ex\* se magoou durante a minha última intervenção, neste plenário; aliás o próprio Senador Henrique Santillo admitiu, depois, que as minhas palavras poderiam magoar V. Ex\* e como acho que não devesse ficar apenas nas desculpas particulares, já que, se involuntariamente, ofendi V. Ex\*; o foi em público, quero, aqui, se evidentemente V. Ex\* se sentiu magoado, ou ofendido, retirar qualquer pretensão nesse sentido.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Bastaria o gesto nobre de V. Ex\* para tirar qualquer dúvida a respeito.
  - O SR. ORESTES QUERCIA (PMDB SP) Muito obrigado.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Agradeço a V. Ex\*.
- O SR. ORESTES QUERCIA (PMDB SP) Mas, Sr. Presidente, lamentávamos, em razão das colocações já feitas pelo nosso Líder Marcos Freire, que não pudéssemos atender ao interesse de tantos município na expectativa de aprovação dos seus empréstimos aqui, no dia de hoje.

No que tange, Sr. Presidente, ao projeto de lei do nobre Senador Humberto Lucena, autorizando coligações, estamos verificando, mais uma vez, que a classe política, aqui, do Congresso Nacional, não tem merecido a atenção, o respeito que merece, porque não temos tido condições de legislar nem a respeito de assuntos que dizem de perto ao nosso interesse político-eleitoral.

Lembro-me que esta Casa já aprovou projeto, de nossa autoria, revogando a Lei Falcão. Entretanto, esse projeto está parado na Câmara dos Deputados, evidentemente, por interferência das autoridades do Governo.

É lamentável, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional não tenha poderes em razão de a Maioria assim o querer, para legislar a respeito de matéria eleitoral que diz, de perto, precipuamente, ao interesse legítimo dos Parlamentares. É lamentável Sr. Presidente, que aqueles mesmos que impuseram à Nação o pacote de abril queiram proceder a uma abertura

política da maneira como o sistema vem procedendo, pretendendo a manutenção no poder daqueles que mandam no Brasil e, ao mesmo tempo, tentando dar uma imagem pública de abertura política autêntica.

Se isso fosse verdade, Sr. Presidente, estaríamos debatendo a questão da legislação eleitoral abertamente, porque os Partidos é que têm que decidir sobre este assunto, não um Partido só, a Maioria, que vem e impõe o peso da sua maioria. Se houvesse interesse numa abertura política real e efetiva, evidentemente, os Partidos políticos é que teriam que se reunir, debater esse assunto abertamente, com condições de modificação da legislação eleitoral.

Nós, Sr. Presidente, queremos, neste encaminhamento, lamentar que as coisas aconteçam dessa forma, em nosso País. Sabemos que é intenção da Maioria rejeitar essa contribuição do nobre Senador Humberto Lucena, como tem sido constante da Maioria rejeitar as pretensões legítimas de parlamentares que pretendam mudança na legislação eleitoral. Isso dá uma demonstração da realidade do nosso País — a realidade política — que, em assim estar, provoca uma situação difícil na realidade social e na econômica.

Eram estas considerações, Sr. Presidente, que desejávamos deixar, protestando contra essa postura da Maioria, nesta Casa.

- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.
- O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É efetivamente com desprazer que pretendo dizer o seguinte: triste sina a do PDS, a de se transformar, paulatinamente, em biombo dos desígnios do Planalto, de um reduzido grupo de pessoas; triste sina, tanto quanto foi a da falecida ARENA — que Deus a tenha.

Há pouco, Sr. Presidente, como Parlamentar sem nenhuma experiência, eu olhava para o lado de lá e via, sentados, circunspectos, eminentes homens públicos deste País, ex-ministros, ex-governadores, ex-secretários de Estado e estou certo de que todos eles extremamente constragidos. Estou convencido disto. Estou certo mesmo que o constrangimento há de ter tomado conta desses trinta e três intimoratos homens públicos brasileiros, que aqui compareceram neste dia, para aprovarem essa pauta gorda, cuja adiposidade aumenta, acrescentada pelos vários pedidos de empréstimo que ela contêm.

Mas disse triste sina, e estou convencido disso, porque, se é um reduzido grupo de pessoas que, neste País, continua determinando, em nome da Nação, as prioridades político-administrativas lamentavelmente, também, é esse mesmo reduzido grupo de pessoas que impõe ao próprio PDS, as prioridades da área política.

Na verdade, não foi o PDS que estabeleceu a seguinte sequência de prioridades: primeiro, vamos cuidar do Estatuto dos Estrangeiros. Aliás, chega a ser interessante dizer isto, porque o Estatuto dos Estrangeiros, que há bem pouco tempo contra ele a Oposição verberou, sem que o Governo, sem que esse mesmo reduzido grupo pudesse conceder ao PDS o direito de arredar pé um milímetro sequer nas posições do próprio Governo, do próprio grupo minoritário.

Mas, primeiro, com relação às prioridades, vamos tratar do Estatuto dos Estrangeiros. Em segundo lugar, vamos tratar das prerrogativas do Congresso Nacional. É o Governo que está estabelecendo isso ao Partido majoritário, nesta e na outra Casa. Em terceiro e último lugar, para o corrente ano, vamos tratar da reformulação da legislação eleitoral.

Essa a sequência de prioridades que um reduzido grupo de pessoas está impondo ao Partido do Governo, ao PDS, de triste sina, bem como à instituição como um todo, ao Congresso Nacional.

O Projeto do eminente Senador Humberto Lucena, já criticado por ilustres representantes do Governo, aqui, é simples, conciso, concreto e objetivo. O que ele diz é o seguinte: "É preciso que exista a coligação partidária, para subsistência do regime pluripartidário." O pluripartidarismo, no Brasil, recém-surgido, e mal-surgido, surgido de fontes espúrias, porque se impôs a dissolução, não apenas do Partido do Governo, mas a dissolução também do Partido oposicionista, obrigando-o a assumir denominação diferente da que possuía, consagrada pelo povo, pela Nação, atravês do voto popular.

Ora, esse regime pluripartidarista não subsistirá, pelo menos nesta fase inicial, se se quiser impor uma proibição taxativa das coligações partidárias. Sem sombra de dúvida, as Oposições, todos os Partidos oposicionistas, quer os que já conseguiram se organizar, quer os que ainda se encontram em fase de organização, se fundirão num único partido legalmente constituído para disputar as eleições de 1982. Não se tenha dúvida quanto a isso. Os obstáculos políticos existem e se situam em vários planos, em vários níveis,

um deles no político ideológico, o outro deles nos projetos políticos pessoais em grandes lideranças oposicionistas neste País. Mas tudo isso será sobreposto pelo interesse maior da Nação, em que as Oposições subsistam, e se se impuser proibição de coligações partidárias para 1982, para que elas subsistam é preciso que elas desenvolvam o processo de fusão partidária; sem sombra de dúvida!

De modo que, se o Partido do Governo, que lamentavelmente, lamentavelmente se dispõe a servir-se de biombo, apenas, de objetivos que quase, certamente, não serão os verdadeiros objetivos nacionais, sem dúvida, mas sem dúvida mesmo a Oposição archará unida para a garantia do processo político normal neste Pais, se provocada a Oposição, se violentamente provocar se através do golpismo branco provocada, todos os obstáculos políticos e ideológicos, como de projetos políticos pessoais, de eminentes lideranças oposicionistas, serão sobrepostos pela necessidade maior da própria subsistência, da própria sobrevivência da Oposição, como força política organizada e capaz de disputar eleições, e não apenas isso, de ter uma estrutura, uma organização capazes de estimular, permanentemente, o povo brasileiro, a sociedade brasileira a organizar-se, quer partidariamente, quer a nível de entidades classistas e comunitárias, e ao mesmo tempo mobilizar-se para exigir a conquista maior desse povo, que é a ansiedade maior de nossa gente que é o verdadeiro regime democrático.

De modo que, nobres Srs. Senadores e eminente Sr. Presidente, é realmente incompreensível a posição do Partido do Governo, do PDS, nesta Casa, colocando-se contrário a esse projeto, que além de estabelecer, normalizar a coligação partidária também extingue a sublegenda, que também é um instituto que violenta profundamente o pluripartidarismo. Se o Partido do Governo, se o PDS — como dizia — se mantiver nessa posição, será incompreensível não se atentar para o fato que, lamentavelmente constituído por eminentes homens públicos, a quem individualmente aprendi a admirar, a cada um deles, mas ainda assim, dispostos, no coletivo, a se transformarem apenas em biombo, em veste enganadora e frustrante para a som dade brasileira, dos desígnios que não são os da esmagadora maioria da nacionalidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

-- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) -- Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC. Pronuncia o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente e Srs. Senadores:

No uso dos pés, tendo os pés como arma, como instrumento, os brasileiros crescem, se projetam, adquirem o respeito do mundo. Na hora do uso da cabeça, da massa cinzenta, aqueles que nos dirigem diminuem, desacreditam, enxovalham esta Nação.

- O Brasil vai a Londres, e com os pés impressiona e merece o aplauso dos ingleses; com os pés os brasileiros dobram os ingleses; usando os pés como arma os brasileiros levam os ingleses ao tapete verde, a experimentar o sabor da derrota.
- O Brasil, com os pés se agiganta em Londres. O Brasil deixa Londres glorificado e vai para a França, para Paris, e utilizando os pés como arma, como instrumento, na defesa deste País, repete a mesma epopéia de Londres.
- O Brasil se projeta; o Brasil se torna cada vez maior, mais gigante. O Brasil faz escola, o Brasil passa a ditar normas, o Brasil deixa Paris, consagrado. Com os pés, o Brasil vai para a Alemanha, à Stuttgart e, lá, está o Presidente do Brasil e sua comitiva, trabalhando com a cabeça, mas toda a delegação constrangida.

Mas o Brasil, com os pés, adentra o gramado e se impõe novamente perante os alemães, uma das grandes escolas do futebol mundial.

- O Brasil sofre o primeiro revés no placard mas, com os pés, trilha o grande caminho e segue obstinado no seu grande objetivo de dignificar mais uma vez o Pavilhão auriverde desta Pátria.
- E os brasileiros na Alemanha, diante do grande auditório alemão, novamente se impõe, se nivelam no placar, e superam os alemães, colhendo nova e sensacional vitória.
- Sr. Presidente e Srs. Senadores, com os pés, o Brasil é o melhor dentre os melhores no contexto futebolístico mundial. E por que nós chegamos a essa posição invejável dentro do panorama futebolístico mundial? Porque no nosso futebol há seriedade, porque dentro da atividade esportiva, na convivência social futebolística existem normas, e são respeitadas.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.) V. Ext permita-me um momento. Em termos regimentais, o encaminhamento de votação é pertinente à matéria a ser votada. Estou fazendo tratos a bola e sei que certamente V. Ext encontrará uma forma de ligar os pés e o futebol à matéria eleitoral. Eu aguardarei.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Eu sabia antecipadamente que V. Ext, homem de grande cultura, de uma inteligência privilegiada, de grande reflexo, produto desta inteligência privilegiada, não iria gostar da comparação que estamos a fazer.

Desde o futebol varzeano, lá no mais longínquo Pará, existem as normas esportivas. Essas normas são respeitadas e o brasileiro, então, pode, no exercício dessa atividade, na prática dessa atividade, se projetar e chegar aos píncaros da glória.

No uso da inteligência, os que nos dirigem têm diminuído, têm desacreditado, têm enxovalhado o Brasil. Um País que tem riquezas naturais tão abundantes como o nosso, não tem justificativa de viver correndo o exterior de píres em mãos, a suplicar novos empréstimos para resgatar as amortizações e os juros de uma dívida que se aproxima dos 5 trilhões de cruzeiros, de um País que se envergonha da educação que é oferecida ao seu povo, de um País que se envergonha da sua saúde pública, de um Brasil que se agacha cada vez mais.

Se nós soubéssemos usar com seriedade a nossa inteligência, nós estariamos marchando celeremente para a mesma posição que o futebol brasileiro, utilizando os pés, atingiu.

Neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em que vivemos momento de grande angústia, com o desemprego que se projeta a cada dia mais, muito pior, com o subemprego que atinge a 9 milhões de brasileiros, na hora em que o empresário encontra as maiores dificuldades para superar os grandes óbices que o próprio Governo cria, neste momento de inquietação e de intranquilidade, Sr. Presidente, também os trabalhadores vivem em angústia por falta de diretrizes seguras e duradouras, nós assistimos, no campo político, a mais um episódio muito triste, muito melancólico.

Na hora em que os dirigentes devem, por todos os meios, oferecer tranquilidade à esta Nação, para que ela possa retirar o País do caos em que se encontra, é o Governo que está a praticar uma verdadeira "guerrilha eleitoral". Quando nós precisamos de tranquilidade, quando nós precisamos de paz para usar a inteligência como instrumento em busca do progresso e do desenvolvimento, é exatamente o Governo — quem tem a maior responsabilidade de contribuir para essa tranquilidade — é exatamente quem provoca a maior intranquilidade.

Dentro do regime pluriparditário, o inerente, o lógigo, o evidente, é a existência do instituto das coligações. Pois bem, o Governo que trombeteia na sua intenção e mesmo na sua decisão de reconduzir este País para uma verdadeira democracia, de estabelecer um regime pluripartidário, é o Governo, ao mesmo tempo, quem cria os grandes obstáculos na implantação desse sistema. Não compreendemos, não entendemos por que essa ânsia do Governo, esse interesse injustificável do Governo, em querer impedir as coligações, em instituir o voto vinculado, em estender as sublegendas, tumultuando a atividade político-partidária, Sr. Presidente.

Neste momento é que o Governo deveria se conscientizar da sua grande responsabilidade e, através da classe política, levar a tranquilidade à Nação, para com tranquilidade, possamos, irmanodos pelo mesmo objetivo, reconduzir esta Nação para uma verdadeira democracia, para um desenvolvimento, Sr. Presidente, como temos condições e capacidade. Mas aqueles que nos dirigem estão a relegar esta nossa capacidade a um plano secundário.

Quero, finalizando, Sr. Presidente, dizer que as Oposições mais uma vez cumpriram a sua grande missão. Iniciamos esse processo de bloqueio à Ordem do Dia aqui no Senado da República e já colhemos os primeiros frutos, Sr. Presidente. Pela primeira vez, neste ano, movimentamos esta Casa. Neste dia compareceu o maior número de Senadores, e pela primeira vez o PDS conseguiu...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho fazendo soar a campainha.) — Peço a V. Ext que conclua.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP - SC) - Concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Porque, num sistema visivelmente obstrucionista, cada 5 minutos excedidos de cada um dos Srs. Senadores, serão 150 minutos no final. E eu não posso, realmente, corresponder a esse desejo das Oposições.

Peço a V. Ex+, com muita tristeza para mim, que conclua. V. Ex+ já fala 3 minutos e meio além do prazo.

O SR. EVEIÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Encerro, Sr. Presidente, dizendo que nos estamos cumprindo a nossa missão: motivamos e atraímos para cá um número extraordinário de jornalistas; obrigamos finalmente o comparecimento de 33 Senadores do PDS, provamos, Sr. Presidente, às galerias, à Nação, que estamos na nossa trilha certa.

- E possível que depois deste episódio, o PDS, o Governo entre em reflexão e venha reorientar o seu comportamento, para nós termos aquilo que se espera: o entendimento, a democracia, mas uma democracia com uma regra de jogo limpa, honesta e sadia. (Muito bem! Palmas.)
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha, para encaminhar a votação.
  - O SR. GILVAN ROCHA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.
- O Sr. Alberto Silva (PP PI) Sr. Presidente, peço a palavra para encamínhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, para encaminhar a votação. V. Ex\* dispõe de 10 minutos.
- O SR. ALBERTO SILVA (PP PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É visível o cansaço e o que aqui se discute, cansando os oradores, cansando os que assistem, mas nem por isso deixando de ser uma lição democrática que se pratica na mais alta Casa do Congresso Brasileiro.

E acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o tema, ou pelo menos aquilo que agora se discute, o projeto de lei do nobre Senador Humberto Lucena, é desses que fazem com que todos os que aqui têm se expressado, tragam à matéria a contribuição dos seus conhecimentos, da sua prática democrática, de sua experiência no Legislativo ou no Executivo deste País.

Aqui falaram líderes de vários partidos, aqui falaram homens acostumados ao trato da coisa pública e, eu que sou novo nesta Casa, mas não sou novo na política, posso trazer, também, uma contribuição ao que aqui se discute.

Se devemos ter ou não coligações, se devemos ter ou não voto vinculado, aquilo que se insere na prática democrática de todos os países. — E lembrava aqui há pouco, com o nobre companheiro da antiga ARENA, da qual pertencíamos, que discutimos bastante — quase a extinção dos Partidos — e com todo vigor, contra a presença de sublegenda até mesmo no âmbito municipal. E daqueles acordos que fizemos com a Liderança do Partido tendo à frente o nobre e nunca esquecido Senador pelo meu Estado, Petrônio Portella, dele obtivemos a certeza de que a proposta governamental era de que a sublegenda seria extinta e desapareceria no novo quadro político do País, no pluripartidarismo.

E, agora, o que vemos é que um projeto de lei do nobre Senador Humberto Lucena, nordestino como nós, está a merecer toda essa guerra democrática, sadia guerra democrática, sem dúvida nenhuma um exemplo ao País de que o Congresso não está morto e que a democracia não desapareceu e não deve desaparecer, por isso falam os representantes da Oposição e ouvem os representantes da Maioria, num jogo democrático legítimo e, sob todos os pontos de vista, elogiável.

Nos, que combatemos a sublegenda e que somos favoráveis às coligações partidárias, por que jogo democrático universal, não podíamos ficar calados nesta noite, nesta hora, em que justamente se discute isso: se o Brasil, que agora caminha para uma abertura democrática, deve ter no pluripartidarismo, aquelas regras que o nobre e falecido Senador Petrônio Portella chamou de excrescência — nunca esqueço o termo. Sublegenda, no pluripartidarismo, é excrescência. E ele foi um dos grandes desta Casa.

E ao lembrar o que S. Ext falou, lembro aos nobres companheiros da Maioria, estas palavras sábias do meu conterrâneo, Senador Petrônio Portella: "Sublegenda, em pluripartidarismo, é excrescência". E discutir a emenda do Senador Humberto Lucena, que propõe, justamente, a extinção da sublegenda e não querer aceitá-la, eu acho que é se colocar contra a democracia.

Por isso estamos falando, nesta noite, e aproveitando para lembrar que, se o jogo com sublegenda para Governador é para perpetuar no poder alguns governadores que deslustram os cargos que ocupam, prorrogando por uma manobra desse tipo as oligarquias que, em alguns Estados, comandam o jogo político, então daqui vai a nossa voz e o nosso voto contrário, porque no meu Estado, um dos Estados nordestinos a que há pouco se referiu o Senador Gilvan Rocha, que sofre há três anos as conseqüências de uma seca, por teimosia em não quererem aceitar aquelas regras estudadas do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, de que nós iríamos ter cinco anos de seca no Nordeste, não propriamente seca, mas estiagens prolongadas acompanhadas de chuvas concentradas — e lá já vão 32 bilhões de cruzeiros

gastos, para dar água e comida, apenas, aos pobres nordestinos, que estão sujeitos a calamidades como essa que o CTA aponta tão bem.

Nós que fizemos parte da Comissão de Assuntos Regionais, chefiada pelo nobre Senador Mendes Canale, acompanhado de vários colegas aqui presentes, percorremos o Nordeste, verificamos com tristeza que, com honrosas exceções de alguns governadores do Nordeste, as coisas continuam da mesma maneira. E a sublegenda para governador talvez seja para perpetuar no poder esse tipo de homens e de oligarquias dominantes naquela área e que não querem deixar o cargo para que outros o ocupem e possam levar idéias novas, idéias que pudessem trazer, por exemplo, ao meu Nordeste, algumas soluções simples, claras, evidentes. Com tanta água acumulada que temos lá, ainda se discute que se deva trazer água do São Francisco, onde já há mais de 15 bilhões de metros cúbicos acumulados em açudes, e onde os perímetros molhados desses açudes sequer foram tocados para irrigação. E se pretende fazer irrigações complicadas, e cada vez mais caras num país que precisa de seus recursos para produzir comida, por exemplo, que falta aos brasileiros.

Por isso eu creio que tudo o que se disse aqui contra a sublegenda, contra o voto vinculado, não é mais do que o desejo de ver este País realmente numa democracia, em que as regras do jogo sejam fixadas e nenhum juiz mude as regras para ganhar o jogo. (Muito bem!)

O Sr. José Richa (PMDB — PR) — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador José Richa.

Lembro a V. Ex\* que dispõe de 10 minutos para encaminhar, nobre Senador.

O SR. JOSÉ RICHA (PMDB — PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Obrigado, Sr. Presidente.

Aproveitando a brincadeira, para descontrair um pouco o tempo, quero lamentar que esta noite a Bancada do PDS, tão acostumada a se valer do decurso de prazo, para não precisar ficar aqui neste plenário, para que possamos ter a honra de debater com eles, já se acostumavam a seguir normalmente suas novelas. Eu só lamento que hoje, ao invés de "Baila Comigo", vão ter que bailar conosco.

Sr. Presidente, a institucionalização da democracia relativa, tantas vezes denunciada pela Oposição, está em pleno curso.

Há pouco mais de dois anos, quando cheguei a esta Casa, o tema em debate era a extinção dos Partidos. Consumiu-se o ano inteiro de 1979 com o debate da reforma partidária.

Lembro-me de que, há 2 anos, eu fazia um discurso nesta Casa, advertindo que reforma partidária sem a simultânea reforma eleitoral seria um golpe. Realmente, hoje já ninguém mais tem o direito de duvidar que o golpe armado, logo após as eleições de 78, está em plena marcha.

Procedeu-se pelo arbítrio à reforma partidária e, pelo arbítrio, o que muito bem lembrou o Senador Pedro Simon, o PDS foi transformado no novo AI-5.

Sr. Presidente, hoje volto a repetir, só os ingênuos poderiam imaginar que o Governo, após a reforma partidária, não iria ganhar tempo, para depois, na oportunidade que julgasse conveniente, fazer a reforma eleitoral a seu modo. E os novos Partidos foram constituídos, e quanto mais se procrastinar a decisão sobre as regras do jogo eleitoral para 1982, mais raízes vão criando os Partidos de Oposição e mais se concretizam os desígnios do ideólogo, ou dos ideólogos do sistema, com relação à implantação dessa democracia relativa.

Aí está, Sr. Presidente, após a extinção dos Partidos, ARENA e MDB, no final de 1979, passou-se o ano inteiro de 1980, e nenhuma iniciativa por parte do Governo com relação à reforma eleitoral. Por isso, iniciado o ano de 1981, quando os Partidos praticamente já estão na fase final da sua organização, quando é justo e de direito que esses Partidos tenham condições, enham tempo, para escolher seus candidatos ao Governo dos Estados, ao Senado da República, às Prefeituras municipais, às suas chapas de Deputados rederais e Estaduais, Vereadores, onde conseguir tempo para esse tipo de atividade que é naturalmente uma atividade prolongada? Nenhum Partido em condições de improvisar um candidato a governador, e sem saber se a sublegenda, essa excrescência do pluripartidarismo, será ou não estendida, elém do que já existe para as eleições de Prefeito e Senador, também para as eleições de Governadores. Como, então, um Partido que já tem dificuldade de improvisar um candidato a Governador, teria condições de pensar em ançar 2 ou 3 candidatos?

Sr. Presidente, iniciado o ano de 1981, premidos todos os Partidos pela recessidade de fixação das regras do jogo eleitoral, os Partidos de Oposição,

num recurso legítimo, iniciam a obstrução dos trabalhos nesta Casa. E o que pedem os Partidos de Oposição? Que o Governo defina, desde logo, o que entende de necessário na reforma eleitoral.

Entendemos nós que houvesse por parte do Governo boa intenção, e a reforma eleitoral seria muito fácil de ser feita, ser examinada e ser decidida. Porque entendemos nós, consideradas as proporções das eleições que vão se ferir, proximamente, que uma reforma eleitoral séria deveria cuidar, pura e simplesmente, de uma adaptação das condições prevalentes no bipartidarismo, para a nova situação criada pelo pluripartidarismo. Então, entendemos nós que apenas duas decisões básicas devessem ser tomadas e para isso não precisaria o Partido do Governo criar uma Comissão e dar a ela um prazo de 180 dias para estudar a reforma eleitoral; bastaria, se houvesse boas intenções, que apenas se mexesse em duas questões: eliminar-se a sublegenda, uma vez que ela é incompatível com o pluripartidarismo, e permitirem-se, como é norma em todos os países onde existe o pluripartidarismo, as coligações partidárias.

Entretanto, o que vemos? Vemos exatamente o contrário disso acontecer. Não se deseja debater a questão; não se deseja uma reforma eleitoral séria; não se deseja, afinal, fixar normas que possam dar igualdade de condições entre o Partido do Governo e os Partidos de Oposição nas disputas das eleições no ano que vem. É contra isso que, exatamente, nós protestamos. É por isso que fazemos questão de desmistificar o propósito de realmente, com seriedade, se desejar implantar a democracia neste País. [Muito bem!]

- O Sr. Evandro Carreira (PMDB AM) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao jovem Senador pelo Amazonas, Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.) — Com grande constrangimento peço a V. Ext que permita a leitura de um requerimento, que pela praxe regimental deve ser lido mesmo estando V. Ext na tribuna.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 19-Secretário.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO № 110, DE 1981

Nos termos do art. 203, alínea "b", do Regimento Interno, requeiro prorrogação da presente sessão pelo prazo de 240 minutos.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. — José Lins.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em votação o requerimen-

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Peço verificação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Que tipo de verificação V. Ex\* pede, por favor?
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Estou pedindo verificação e V. Ex\*, que é um regimentalista, sabe que estou pedindo certo, de acordo com o Regimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não estou discutindo; estou perguntando qual o tipo de verificação, se é de quorum ou nominal.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Peço verificação para se proceder à votação nominal. V. Ex\* sabe muito bem!
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não! Eu não sei tudo. Está deferida a solicitação do Sr. Senador Itamar Franco, depois que S. Ext esclareceu precisamente o tipo de verificação que quer. S. Ext quer a verificação nominal da votação. Como ela foi simbólica, passa-se à votação nominal.

Os Srs. Senadores podem permanecer como estão, porque o sistema eletrônico está, definitivamente, em pane. (Pausa.)

Vou tomar os votos.

- O Líder do PDS, como vota?
- O Sr. Nilo Coelho (PDS PE) Voto "SIM".
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nobre Senador Cunha Lima, peço a V. Ext que anote os votos "NÃO", e ao Senador Moacyr Dalla que anote os votos "SIM".

Procede-se à chamada.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADO-RES:

Nilo Coelho, Líder do PDS — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Atingidos os 11 votos favoráveis e na ausência da Bancada da Oposição, o requerimento de prorrogação está deferido.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, V. Ext falou sobre a ausência da Bancada da Oposição, porêm eu estou presente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Aliás, retifico, porque V. Extensión vale pela Bancada inteira.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Pelo menos neste instante, estou valendo, mesmo que V. Ext não concorde.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Está prorrogada a sessão. Continua com a palavra o nobre Senador Evandro Carreira e, como interrompi V. Ext, nobre Senador, quando faltavam cinco minutos para a extinção do tempo, peço a V. Ext que prossiga.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLI-CADO POSTERIORMENTE.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pela ordem, tem V. Ext a palavra.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Pela ordem, Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para protestar quanto ao andamento dos nossos trabalhos.

Requeri a V. Ext a verificação e, quando o fiz, foi de acordo com o art. 327, Item III, do Regimento, que diz:

"Art. 327. No processo simbólico obersevar-se-ão as seguintes normas:

III — se algum Senador requerer verificação, repetir-se-á a votação pelo processo nominal;"

E vou mais além, Sr. Presidente, buscando o Parágrafo único do art. 328, quando V. Ex\* diz que o processo eletrônico estava com defeito.

Então, diz o Parágrafo único, no seu art. 328:

"Parágrafo único. Quando o sistema de votação eletrônica não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos Senadores, que responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a proposição, sendo os votos anotados pelos Secretários.

V. Ext não poderia, com o devido respeito, interromper a votação, sobretudo porque poderia chegar a hora de eu votar e o meu voto ser computado como NÃO, o que não foi feito por V. Ext

Aqui, Sr. Presidente, a verificação feita por V. Ext foi irregular, razão pela qual, baseado no Regimento do Senado Federal, requeiro que ela se processe normalmente, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ext formulou uma questão de ordem e terá a solução.

V. Ex\* citou o art. 327, citou o art. 328, em seu Parágrafo único, mas V. Ex\* não citou e não leu o art. 328 no seu caput. Diz ele:

"Art. 328. O processo nominal, que utilizará nos casos em que seja exigido quorum especial de votação."

Não é o caso. A votação deste requerimento não exige quorum especial, consequentemente, exige apenas maioria simples, com a presença, no mínimo, de 11 Srs. Senadores, razão pela qual, a questão de ordem é resolvida de maneira a indeferir a solicitação de V. Ext

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Eu recorro da decisão de V. Ext
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* recorre e eu, dentro do Regimento, ...
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) V. Ext não pode, Sr. Presidente, interromper uma votação, pelo processo nominal.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext já disse que recorre e estou aceitando o recurso de V. Ext
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Sr. Presidente, peço a palavra.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu ainda não concluí.

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Para contraditar, Sr. Pres dente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não existe essa figura, nobre Senador.
  - "Art. 449. Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar a at diência da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.
  - § 2º Solicitada, pelo Presidente, audiência ou aprovado requerimento nesse sentido, ficará sobrestada a decisão.

Eu recorro para a Comissão de Constituição e Justiça e fica sobrestada a decisão. Prossegue a votação.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Com os meus protestos Ext
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Os protestos de V. Ext serão considerados.

Em votação.

Os Srs, Senadores que aprovam a proposição de inciativa do nobre Senador Humberto Lucena permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

- O Sr. Mendes Canale (PP MS) Sr. Presidente, para encaminhar a votação.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Solicito verificação de votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu chequei até a perguntar aos Srs. Senadores quem usaria da palavra. Eu não vou, evidentemente, sonegar a palavra a ninguém, mas também não aceito que eu tenha que solicitar ou esperar que a palavra seja pedida, na hora que aprouver a cada um. Ou se pede a palavra imediatamente, ou se está perdendo tempo por forma deliberada de fazê-lo e, indicada a votação, eu farei a votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, V. Ext anunciou o resultado de uma votação, e o Sr. Senador Direcu Cardoso pediu verificação. Seria a Mesa contribuir para a obstrução reconsiderar essa decisão. A Maioria, certamente, não pode concordar com isso. V. Ext já anunciou o resultado da votação, e sobre esse resultado houve um pedido claro, límpido, que toda a Casa ouviu, que foi um pedido de verificação de votação. Não há o que voltar atrás, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Neste Caso, pergunto ao nobre Líder, se formula uma reclamação baseada em questão de ordem?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Sr. Presidente. o que está acontecendo é que V. Ext está fazendo o possível para atender à Oposição na sua obstrução, que, a esta altura, já não tem mais nunhum sentido.

Agora, atendo à determinação de V. Ex\* O que estou pedindo é que, nos termos do Regimento Interno, V. Ex\* mantenha o anúncio da votação, com a rejeição do projeto. E esta votação, sobre ela já há o pedido de verificação formulado pelo nobre Senador Dirceu Cardoso. Não vejo como pode V. Ex\* voltar atrás, é matéria vencida, inclusive.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não é matéria vencida.
- O SR. MURILO BADARÔ (PDS MG) Se não for matéria vencida, Sr. Presidente, poderá ser matéria adiada, se não houver quorum, mas nunca começar-se novamente um processo de encaminhamento de votação, data venia de V. Ex\*
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ext há de convir que minha única dificuldade é, neste instante, de ordem de consciência para não dar uma impressão equivocada, a de que eu me valeria de qualquer inadvertência das Oposições para interromper um processo de obstrução.

V. Ex\* não foi feliz quando disse que eu tenho feito tudo — entendi assim — para corresponder ou ajudar, como v. Ex\* disse, a obstrução. Não estou ajudando a obstrução. (Muito bem! Palmas.)

Mas, também, V. Ex\* tem inteira razão por que, anunciado o resultado de uma votação e pedida uma verificação nominal, a matéria é, realmente, vencida.

Cheguei — com decisão de ordem pessoal — a conceder a palavra ao Senador Mendes Canale, esperando que V. Ext não protestasse. Acho que era o que eu merecia da Bancada que dirigi e dos companheiros aos quais nunca faltei. (Muito bem! Palmas.)

Mas se V. Ext formula como questão de ordem, darei solução à questão de ordem

- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Sr. Presidente, V. Ext não precisa receber mais nenhuma palavra de homenagem de nossa parte. Mas, pelo menos eu, não abro mão do cumprimento do Regimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Neste caso, decido a questão de ordem contrariamente a V. Ex\*

O SR. MURILO BADARÓ (PDS - MG) Está no direito de V. Exe

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — E se não há recurso, concedo a palavra ao nobre Senador Mendes Canale. (Pausa.)

O SR. MENDES CANALE (PP — MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não poderia deixar de, antes de iniciar o encâminhamento da votação da matéria, agradecer a V. Ext a atenção que teve para com o orador, em decidindo uma questão de ordem, a fim de que a palavra de mais um membro da Oposição pudesse fazer presença no encaminhamento da votação de matéria tão importante como a presente.

Mas, Sr. Presidente, ao procedermos o encaminhamento da votação, antes de tecermos outras considerações, além daquelas que aqui já foram feitas, apenas no encaminhamento, pelas Bancadas da Oposição, gostaríamos, sem dúvida, Sr. Presidente, de nesta oportunidade, também ouvir, da mesma forma, a Bancada situacionista, para de fato assim estabelecer um diálogo, e não ficarmos aqui no monólogo, cada membro das oposições a expender o seu pensamento em relação à matéria em foco.

Mas, Sr. Presidente, pretendeu o ilustre Senador Humberto Lucena, ao elaborar o seu projeto de lei, definir aquilo que consta de lei. E como, no seu parecer, o ilustre Senador Aderbal Jurema ressalta:

"Em verdade, a lei ordinária é muito lacônica, digamos assim, quanto ao instituto da coligação, porquanto, ela proíbe coligação no âmbito do Legislativo, coligação para a Câmara de Vereadores, coligação para Assembléia Legislativa, coligação para a Câmara dos Deputados. Não fala nem proíbe, portanto, — diz o ilustre Senador —, coligação para Senador, coligação para Governador, coligação para Prefeitos."

É exatamente aí que vem o projeto do ilustre Senador Humberto Lucena estabelecer, em seu art. 1º, definindo a coligação partidária como a aliança entre dois ou mais Partidos para a disputa de eleições majoritárias.

Mas não ficou só aí. S. Ext propõe, ainda mais, porque sensível às aspirações não só dos políticos, mas dos próprios Partidos, porque o sabemos que intimamente, mesmo aqueles Senadores que formam na Bancada governista, não estão de acordo com a sublegenda existente. E, portanto, S. Ext propõe no art. 4º revogação do Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril, de 1977, que instituiu a sublegenda. Estamos bem lembrados da luta que travamos em relação a este instituto esdrúxulo e que constituiu, antes da extinção dos Partidos políticos, quando nós ainda estávamos na Aliança Renovadora Nacional e que, com o grupo de companheiros descontentes com a atuação do Governo, quer no campo econômico, como no social e particularmente no político, nós, divergindo da orientação do Governo Federal e nós, particularmente, em relação à política do nosso Estado, não tínhamos condições de continuar no Partido do Governo. Mas, Srs. Senadores, desde àquela época já tínhamos a nossa definição em relação ao instituto da sublegenda. Porque, Sr. Presidente, mesmo como integrante, que éramos, da Aliança Renovadora Nacional, do Partido que deu sustentação ao Governo, mas que nunca foi Governo, do Partido que sempre deu sustentação política ao sistema que se instalou no País, desde 1964, mas que nunca foi considerado o Partido do Governo. E essa foi sempre a nossa reclamação, quando ainda formávamos, dentre outros ilustres companheiros, na Bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Mas no nosso posicionamento, desde àquela época em que formávamos no Partido que dava sustentação política ao Governo, divergimos sempre desse instituto denominado de sublegenda, que inicialmente, quando formado o bipartidarismo, nós o julgávamos necessário porque sabiamos que abrigava forças divergentes do passado, dos Partidos que foram extintos, e que portanto era necessário, para que pudéssemos assim abrigar, dentro de um só partido, forças divergentes.

Mas, passado aquele primeiro período, combatemos sempre o procedimento da sublegenda. E como assertiva daquilo que aqui estamos dizendo, como comprovação daquilo que estamos agora aqui invocando, quero me permitir, e me permitam os Srs. Senadores e o Sr. Presidente, que eu leia, para conhecimento da Casa, uma carta que respondi ao Deputado Airon Rios, da Bancada de Pernambuco, quando, nos idos de 1979, ele se rebelava, como nós, contra o instituto da sublegenda. E naquela época, então — e para ser preciso — a 27 de agosto de 1979, respondendo a carta do ilustre Deputado, nós dizíamos que, convocados para um roteiro de raciocínio político pragmático, conforme o dizer daquele Parlamentar, nós colocávamos à sua consideração o nosso pensamento, de que estávamos de pleno acordo com o posicionamento preliminar, no tocante à reformulação partidária e eleições diretas para 82. Porém, nós iríamos iniciar pelo final do que ele nos conclamava e que era no sentido da extinção da sublegenda. E afirmávamos nós, nessa missiva, que desde que chegamos nesta Casa do Congresso Nacional temos combatido, dizíamos nos, continuidade da existência desse artíficio, que se necessário em determinada ocasião,... (O Sr. presidente faz soar a campainha.) Já termino, Sr. Presidente. § ... é nocivo à estruturação dos Partidos.

A Sublegenda constitui o artíficio de uma maioria — que se vai tornando escassa — no Congresso, resultante das divergências nas bases partidárias.

Enquanto o Partido se apresenta, no âmbito nacional, com as "vestes pomposas" de "maior partido do ocidente" — e vejam bem, eu era um homem que pertencia à Aliança Renovadora Nacional — de maior Partido do ocidente — repito — nas bases os desentendimentos, as divergências, muitas irreconciliáveis, dão a real imagem da desagregação partidária.

É, sem dúvida, a soma dessas divergências que converge para o resultado falso de uma maioria, que se vai tornando difícil.

Dentro do bipartidarismo, a sublegenda é um artifício que só enfraquece as agremiações partidárias — afirmávamos — e no pluripartidarismo a sua existência é simplesmente applica ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) ... aunico a V. Ext., seu tempo já está esgotado.

O SR. MENDES CANALE (PP — MS) — Lamento, Sr. Presidente, qo o tempo nos seja curto para que pudéssemos colocar bem o nosso pensamento, na hora em que estamos decidindo o início de uma legislação reclamada por toda a Nação, que deveria ter uma compreensão diferente dos políticos e, acima de tudo, desta Casa, do Senado Federal.

Sr. Presidente, homem que fui da Aliança Renovadora Nacional, e que no meu primeiro pronunciamento na bancada do Partido Popular, quando deixávamos o bipartidarismo e iniciávamos o pluripartidarismo, eu disse aqui que eu deixava a bancada do lado de lá, mas que eu trazia para o lado de cá o mesmo idealismo, o mesmo desejo de servir à minha Pátr. E não nos a astamos disso um só milímetro. E o desejo nosso creio que é de todo o Senaco Federal, apenas necessitamos de uma maior reflexão, nesta li no que e evemos iniciar a discussão daquilo que será, de fato, o estabelecimento de normas para a realização das eleições de 1982; porque não é apenas o pensamento de nós que aqui estamos, mas é o desejo de tantos outros brasileiros, que lá fora estão acompanhando o desenvolvimento, o desenrolar dos acontecime tos aqui dentro; que estão acompanhado a atitude de cada um de nós, e que por certo essa atitude haverá de ser julgada nas urnas de 1982. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Concluo, assim, Sr. Presidente, já que V. Ext pela segunda vez aciona campainha.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — E V. Ext conclui pela segunda vez o seu discurso.

O SR. MENDES CANALE (PP — MS) — E que sem dúvida nenhuma, ao exortar exatamente os ilustres Senadores que aqui se encontram nesta ; ra, eu concluo assim a minha oração, certo de que uma reflexão maior há conduzir a Bancada da Maioria, que não seja nesta noite, mas que em um turo bem próximo possa, de fato, adotar uma linha de conduta de accom as aspirações do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra à nobre Senadora Laélia de Alcântara.

A SR\* LAÉLIA DE ALCÂNTARA (PMDB C. Para encamin ar a votação. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, rs. Senadores:

Depois de tanto ouvie falar em coligação em pluripartidarismo, seria uma injustiça da minha parte ficar calui ; de uma coligação partidária nasci como política. (Muito bem 1.05 não vo porque tanta discussão, tanta celcuma, tantas interrupções por um projet eque fala por si só, bem alto, em democracia.

Se é a democracia que se quer, se é esse o cunho, se é esse o desejo do Planalto, do nosso ilustre Presidente, não vejo por que tanta discussão a respeito de um projeto que vem justamente, fazer com que o prese, unido, posse dar a sua opinião a respeito daquele que quer eleger. Unidos en la respeito da político, por que não podemos nos unir?

Não vejo razão para esta discussão. Naturalmente, como sempre disse, desde as minhas primeiras declarações à Imprensa, que esta idéia de, a pois de um certo tempo, haver somente dois Partidos, partimos para o pluripartidarismo, era uma meneira mais do que patente que a situação dava de não se achar bastante fortalecido, era uma maneira mais prática de enfraquecer a Oposição.

Logo, se essa é a razão, de desunindo, dig mos assim, a Oposição partindo para vários Partidos, para que uma fatia lo bolo, ficando maior e mais compacta, pudesse levar um maior número do eleitores para aquele lado, na boca das urnas. Agora, nesse momento, o Governo, a Situação, obriga os Partidos a se unirem, a fazer uma fusão, par, fazer com que esse mesmo povo leve a sua voz até as urnas, dando a sua preferência àquele que, realmetati cor o preferido.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) - Muito bem!

A SR\* LAÉLIA DE ALCÂNTARA (PMDB — AC) — Não vejo razão, pois, para que os Srs. Senadores da Situação tenham tanto medo de votar num projeto que, como já disse de início, fala por si só numa democracia, mas numa democracia verdadeira, numa democracia em que o povo terá sua vez de falar e, não, uma democracia forjada, não uma democracia catalogada, ou, digamos, uma democracia preparada, mas realmente, aquilo que brota do povo, que vem de dentro, que fala por si só, que vem do desejo da maioria.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) - Muito bem!

A SR\* LAÉLIA DE ALCÂNTARA (PMDB — AC) — Estamos há muitas horas discutindo o mesmo assunto e eu não sei qual será o resultado de tantas discussões, se será um resultado que dê frutos ou um resultado infrutífero.

Mas o que eu desejo é que esse projeto do eminente Senador Humberto Lucena tenha mais um pouco de tempo, para que os nobres Senadores da Situação estudem, reflitam e vejam que é um projeto que deveria ter o apoio quase que unânime de toda a Bancada, tanto da Oposição quanto da Situação.

Esse projeto não vai diminuir em nada os desejos do Governo, se este realmente tem o desejo de abertura total e não dessa abertura da qual, até agora, só vejo como uma fresta em uma porta, e não uma abertura total. Abertura total seria partir, realmente, para uma verdadeira democracía.

Se em todos os países que desejam a democracia, que têm a democracia, há vários partidos políticos e esses partidos, no momento em que acham necessária a sua coligação, partem para a mesma, por que neste nosso Brasil tão grande, que se diz um País democrático, que tenta ser um País democrático, o repúdio a uma proposição que deseja tão-somente uma coligação partidária que vem falar em favor de uma democracia?

Atentem bem, Srs. Senadores, que o projeto tem, por si só, uma grande finalidade, que é a de levar até às urnas, a vontade e, tão-somente, a vontade do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Cunha Lima.

Antes, se o nobre Senador Cunha Lima me permite, porque acredito que é regimental, gostaria de salientar que presidindo esta Casa, nesta sessão, ouço pela primeira vez um encaminhamento irrepreensivelmente regimental, dentro da matéria que está sendo discutida, que foi feito pela nobre Senadora Laélia de Alcântara. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O impedimento que a maioria propõe, nesta noite, obstaculando a votação ou aprovação do projeto do Senador Humberto Lucena, que regulamenta coligações partidárias, significa tão-somente que o Governo que se implantou neste País desde 1964 não quer, não pretende a alternância do poder. Instalado há 17 anos, este Governo feito sob a base do arbítrio e da exceção, algumas vezes nos acenou com a abertura, quando eliminou quase 15 anos depois atos de exceção e criou o pluripartidarismo.

Até então, nós pensávamos e sentiamos que havia a pretensão de conceder às oposições brasileiras, oportunidade de assomarem ao poder. Mas, passados alguns meses estamos sentindo e vendo que realmente não foi com a intenção de proporcionar a alternância do poder, que se eliminaram atos de exceção como o AI-5, o 477 e outros instrumentos de arbítrio que comandaram o processo político desde 1964.

Vamos, agora, que não foi intenção democrática, aquela que, extinguindo o bipartidarismo, criou o pluripartidarismo. Estamos sentindo, nesta noite, através do pensamento do Partido que aqui representa o Governo, que não é sua intenção propiciar a alternância do poder. Sentimos isso, porque há 40 dias, ou mais, nesta Casa, a Oposição propugna e luta pela aprovação de um simples projeto que regulamenta as coligações partidárias, dentro do princípio democrático em que os Partidos de Oposição poderiam se unir para escolher candidatos comuns, dentro dos mesmos princípios e do mesmo pro-

Estamos, a esta altura, 17 anos depois, sentindo que cada vez mais ficam obscuros os nossos caminhos, porque o que se tem falado ultimamente é de voto vinculado, é do voto distrital, é de voto distrital misto, é de voto "distritão", é a proibição de coligações e instituição de sublegendas dentro do pluripartidarismo; essas e outras, como o voto facultativo e outras imposições, insinuações e alegações que poderão vir para as próprias eleições de 1982. E nós, da Oposição, apenas pensamos em criar, em organizar coligações

político-partidárias para dar acesso àquele pensamento, dos programas que a Oposição tem defendido nesta Casa e em todo o Território Nacional.

Estamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, cada vez mais perplexos, cada vez mais sem rumo neste caminho. Sentimo-nos como numa floresta, numa densa floresta, como seus silvícolas, seus habitantes, sem perspectivas nem para o nascente, nem para o poente. Sentimo-nos como aqueles caminheiros do deserto, que não vêem e para eles não é acenado o sentido, o caminho do oásis, onde todos possamos nos abeberar da fonte da democracia e nos sentir participando do verde, que é a esperança de melhores dias. Sentimo-nos como aqueles náufragos que sequer vêem ou vislumbram uma vela branca dentro do mar, como nautas perdidos, na grande tempestade do arbítrio e da mistificação.

Sentimo-nos nesta noite como aqueles que, não tendo o que pensar, pensam no próprio fim que lhes é indicado pelas condições que se nos propiciam. Sentimo-nos como aqueles homens do campo que já não podem mais suportar nem o peso da própria enxada, porque as adversidades caminham num sentido só, no sentido do fim.

Nós, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, juntos, reunidos aos demais Partidos da Oposição, no País, o Partido Popular e tantos outros, pensamos em união, numa força só para traçarmos o caminho do bem, o caminho da democracia. E se estamos aqui neste propósito é que não queremos que aquelas manobras, aqueles estratagemas que foram criados para atender a ditamos que não foram sinceros, que não sirvamos a esse jogo, porque se o Governo, se o sistema quis dividir as Oposições para crescer, minimizando as forças da Oposisão no País, nós queremos o recurso das coligações partidárias para que possamos, cada um em seus diversos Partidos, defendendo cada um os seus princípios, que são enfocados de modo diferente mas convergem para o mesmo caminho, ou iremos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, forçosamente a nos encaminhar para a fusão partidária, retornando a Oposição brasileria aos mesmos planos anteriores, à mesma condição de um partido heterogêneo mas agrupando ideais que somam e ruman para o mesmo objetivo. (Muito bem!)

Nesta noite em que nos sentimos ludibriados nos nossos pensamentos e nas nossas esperanças, de termos assegurado o direito de unirmos os Partidos políticos do Brasil, acreditamos, ainda, que um dia possamos nos congragar, para que a força maior da Nação seja efetivamente e representada pela maioria do povo brasileiro, assegurando o direito de participação na vida política brasileira e, para que, cada um dos brasileiros seja dono do seu próprio destino e assegure ao País, aos nossos filhos e aos nossos porvindouros, um futuro melhor e dias mais felizes. (Muito bem! Palmas)

O Sr. Marcos Freire (PMDB — PE) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Marcos Freire, para encaminhar a votação.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Este foi um encontro de expectativas frustradas, disse muito bem o companheiro Cunha Lima, que nos precedeu na tribuna, de que fomos ludibriados nas nossas esperanças.

Uma sessão que ficará na História deste Senado, pela resistência estóica daqueles que constituem as Oposições nesta Casa. Assistimos coisas de estarrecer; assim, configurou-se nítida violência da Maioria, quando derrubou decisão do Presdiente da Casa, assegurando a discussão ampla do projeto Humberto Lucena.

Já antes, quando o Presidente da Casa, em decisão prolatada, que não foi aceita pela Minoria e que recorria dessa decisão, a Maioria mais uma vez impedia que a decisão do Presidente Jarbas Passarinho pudesse vir a ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É um precedente gravíssimo, Sr. Presidente, porque é de se pressupor que quem dirige os trabalhos desta Casa tem o apoio da Bancada da Maioria e esta Bancada não há de temer pela sabedoria das decisões presidenciais e, por isso mesmo, não precisa recorrer ao rolo compressor dos seus votos para impedir que o órgão técnico da Casa pudesse examinar os aspetos jurídicos das decisões tomadas.

Finalmente, em fase posterior, em plena votação e verificação de votação, essa votação é suspensa abruptamente pelo Presidente, resultando infrutífera a questão de ordem levantada pelo Senador Itamar Franco, mostrando que uma votação que visava exatamente verificar a votação simbólica anteriormente havida, deveria prosseguir até o seu final, porque se o Regimento exige apenas 11 votos para que a sessão seja prorrogada, isto logicamente não implica dizer que estando presente no plenário um número superior de votantes, que pode, portanto, se sobrepor àqueles 11 existentes, quando atingir o quorum dos 11 não se colheu o voto dos restantes Senadores,

mesmo que eles sejam totalmente do Partido do Governo; porque, pelo menos em princípio e em tese é de se admitir a autonomia de qualquer membro desta Casa de votar como bem entende. E, como por todas as votações anteriores, o quorum estava na base de 34, a votação foi interrompida quando 11 votos foram colhidos. Nada poderia deduzir, matematicamente, que o restante dos votos não se contraporiam àqueles 11 colhidos.

E mais ainda: o argumento de que a Oposição não estava presente á votação não subsistiria, porque a qualquer instante a Oposição poderia entrar em plenário e, portanto, a interrupção, quando a contagem era apenas de 11 votos, na verdade transgrediu a praxe e o Regimento que dirige os destinos da Casa.

Mas, em meio a essas frustrações, nós aqui temos recortes de jornais, em que, por exemplo, no dia 14 de abril — já se vão quase dois meses — a imprensa brasileira trazia manchetes em que anunciava: "Nilo garante que Planalto anuncia reforma em oito dias." Toda a Nação está lembrada da firmeza com que o Senador Nilo Coelho prometia que indo à reunião do Conselho de Desenvolvimento Político, de lá traria as diretrizes que haveriam de reger o pleito eleitoral de 1982. E tudo continua na penumbra. Realizar-seá um pleito no próximo ano? Haverá sublegenda? Haverá vinculação total de votos? Será proibida a coligação partidária? Até mesmo se fala em prorrogação de mandatos. E o distrital? E o distritão? Institutos que vão surgindo e confundindo cada vez mais a opinião pública deste País. A sublegenda que este Governo chegou a propor ao Congresso a sua extinção, no que diz respeito à eleição de Senadores; a sublegenda está sendo anunciada não apenas como instituto que será mantido, mas até mesmo será ampliado para as eleições governamentais.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos leva àquela descrença a que se referia o Sr. Senador Cunha Lima, àquela frustração de homens que, no exercício de funções de responsabilidade, anunciam à Nação medidas e atitudes que, infelizmente, se esboroam muitas vezes por pressões, algumas ostensivas e outras inidentificáveis.

Aqui estamos com o projeto do nobre Senador Humberto Lucena, que visa disciplinar exatamente um desses institutos que são essenciais para o procedimento legítimo das eleições de 1982, a coligação partidária.

Da mesma forma que o Sr. Senador Petrônio Portella dizia que a sublegenda era uma excrescência no regime pluripartidário, podemos dizer que a coligação partidária é inerente ao sistema pluripartidário. E no entanto, por ironia das coisas, por essa série de frustrações, de expectativas em que a Nação vive, fala-se que vai manter e ampliar a sublegenda e vai-se impedir a coligação partidária.

São coisas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que não têm lógica dentro dos princípios da ciência política, mas neste País de ilogismo e de autoritarismo tudo pode acontecer e tudo vem acontecendo.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós poderíamos dizer que o Governo precisa definir o jogo eleitoral que se aproxima.

E quando o Senador Leite Chaves, em seu encaminhamento, lembrou o esforço que a Liderança do PMDB fez para se chegar a um entendimento que se frustrou na undécima hora, eu teria talvez até que me desculpar perante os meus liderados pelo empenho com que levei o assunto á apreciação da Bancada. E quando alguns companheiros alegavam que nós não deveríamos dar fe nos entendimentos que estavam sendo oferecidos pelo Governo, eu dizia que não era possível descrer de entendimentos feitos entre Senadores da República. Mas, lamentavelmente, sem explicação alguma esse entendimento veio a ser rompido na hora da votação.

As palavras que disse, que pronunciei, historiando os entendimentos havidos entre as lideranças do PMDB, PP e do PDS, não foram desmentidas pela liderança do PDS. S. Ex, o Senador Nilo Coelho confirmou, apenas, a data de 30 de junho para o anúncio das regras do jogo eleitoral. Mas S. Ex, por certo, por ditame de consciência, não negou e não poderia negar, como homem sério que é, que dos entendimentos constaram a aprovação deste projeto que a Maioria, num esforço hercúleo, pela primeira vez neste ano, vai conseguir derrubar por esta Maioria que se apresenta, pela primeira vez, nesta Casa. Maioria que não chega a ser Maioria porque, nem sequer, os trinta e quatro votos aqui essa Maioria representa. É graças à exigência de quem pede a verificação de permanecer em plenário que esta Maioria se completa com o voto da Oposição.

Mas não há de ser nada, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Oposição via prosseguir e, se outro mérito não tivesse tido essa resistência da Oposição, teria pelo menos essa de ver, pela primeira vez, neste ano da graça de 1981, a Bancada do PDS presente; finalmente o jardim floriu, finalmente os Senadores do PDS aqui estão, ainda sem a metade mais um, mas aqui estão para, de acordo com a orientação oficial, cumprir o seu dever.

Pelo menos que fique este fruto positivo. E como a Oposição vai continuar resistindo, estejam os Srs. Senadores da Maioria dispostos a, toda semana, permancer aqui toda a semana, para poderem, exatamente, sustentar esta luta que, no final das contas, dignifica esta Casa. (Muito bem! Palmas.)

- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) SI. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* tem a palavra para formular a questão de ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, pediria a V. Ext um pouco de paciência, porque preciso fazer uma pequena digressão, mas já vou invocar os artigos.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Nobre Senador, a paciência de que puder dispor será inteiramente colocada a serviço de V. Ex\*
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Muito obrigado, Sr. Presidente.
  - Já, de pronto, digo que vou invocar os artigos 381, 153, 154.
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Tantos quantos.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Mas, queria, Sr. Presidente, dizer o seguinte, antes de encaminhar a V. Ext a devida questão de ordem.

Quando da votação do nosso projeto que regulamentava a viagem do Sr. Presidente da República e do Sr. Vice-Presidente da República, foram dados pareceres orais no plenário. Se insurgiu contra esse ato, o Senador Paulo Brossard, perguntando, dentre outras coisas, a validade dos pareceres orais.

Ainda outro dia, em discussão no plenário do Senado Federal, Sr. Presidente, o Líder do Governo, Senador Nilo Coelho comunicava à Casa que o Senador Tancredo Neves havia sido designado Relator para examinar o problema.

Sr. Presidente, o parecer do Senador Tancredo Neves é contrário à validade dos pareceres orais, nesta Casa.

Encaminho, portanto, a V. Ex\*, a seguinte questão de ordem.

O art. 381, no seu § 39, diz:

"§ 3º O parecer poderá ser oral nos casos do art. 371, a e b, e por motivo justificado, na hipótese do art. 371, c.

Poderia parar, aí, Sr. Presidente, a nossa indagação, e V. Ex\*, por certo, responderia que o parecer oral é válido.

A minha argumentação é a de que não foi dado parecer. E vou argumentar, então, a V. Ext. dizendo o seguinte, e porque que afirmo, ao Senado, nesta noite, que não há parecer do projeto do Senador Humberto Lucena. E busco, então, Sr. Presidente, o art. 153 do Regimento Interno, que diz o seguinte:

"Art. 153. Lido o relatório, desde que a maioria dos membros presentes à reunião se manifeste de acordo com o Relator ele passará a constituir parecer."

Não houve isso, Sr. Presidente. Houve uma manifestação, ainda que essa manifestação se apresente rasurada, enviada a nós outros, através de um avulso do ilustre e competente Senador Aderbal Jurema. E destaco, aqui, rasura enviada, sem recorrer dessa rasura, no avulso a nós destinado, quando se diz o seguinte:

"O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) - Eu pedirira apenas ao Relator que, ao concluir o seu parecer, falasse em dois pontos fundamentais de um parecer: quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

O SR. ADERBAL JUREMA - Não. Eu sou contra."

--- Riscado por cima:

- "O Projeto é constitucional e Júridico."
- "O SR. PRESIDENTE E no mérito, V. Exté pela rejeição?"
- "O SR. ADERBAL JUREMA Pela rejeição."

E, a complementação pela letra de S. Ex\*

"O SR. ADERBAL JUREMA — ...pela sua inoportunidade."

Ainda, no final, pela letra do nobre Senador Aderbal Jurema, complementando o que está batido à máquina:

"O SR. ADERBAL JUREMA — Reafirmo, porém, a conclusão de meu parecer contrário a sua aprovação por não considerá-lo oportuno."

Não é um parecer.

O parecer, o Regimento Interno, define muito bem o art. 53, o que é:

"Lido o relatório, desde que a maioria dos membros presentes à reunião se manifestem de acordo com o relator, ele passará a constituir parecer."

Se não for entendido assim, Sr. Presidente, eu invocaria o que se encontra na Comissão, o ilustre parecer do nobre Senador Tancredo Neves que, por certo, ainda não foi examinado pela Comissão.

Vejo que V. Ext já me chama a atenção e vou terminar.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* é um guardião do Regimento e invocou o art. 444, ele dá cinco minutos e V. Ex\* já falou 7 minutos e meio.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que V. Ext não pode, respeitosamente, colocar em votação esse projeto.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Levantada a questão de ordem, ela estará imediatamente decidida.

O parecer, ainda há pouco, a ele se referiu o nobre Senador Humberto Lucena, quando argumentou exatamente que não tinha havido a discussão. E deu o assunto relacionado com o parecer como sua argumentação fundamental, para requerer que a discussão prosseguisse. E esta Presidência, pretendendo ser absolutamente respeitadora do Regimento, deu razão e ganho de causa a S. Ex\* Em conseqüência, não há questão de ordem a solucionar.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, requeiro a verificação nominal.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Será feita a verificação nominal.

Senador Dirceu Cardoso, pediria a V. Ext, que solicitou verificação, que servisse de escrutinador, embora, pelo Regimento, pudesse se fazer isto apenas com os Secretários. (Pausa.)

A votação começará do Sul para o Norte.

Como vota o nobre Líder do PDS, Senador Nilo Coelho?

O Sr. Nilo Coelho PDS — PE) — "NÃO".

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Nilo Coelho, Líder do PDS — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Martins Filho — Milton Cabral — Aderbal Jurema — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Juthay Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Dirceu Cardoso - Alexandre Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Não 31 Senadores; Sim 2. Votaram 33 Srs. Senadores, 34 com a Presidência.

Está rejeitado o projeto do nobre Senador Humberto Lucena.

É o seguinte o projeto rejeitado:

# PROJETO DE LEI DO SENADO nº 70, de 1980

Dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Coligação partidária é a aliança entre dois ou mais partidos, para a disputa de eleições majoritárias.

Parágrafo único. O registro dos candidatos, na hipótese deste artigo, poderá ser requerido conjunta ou separadamente pelos partidos coligados.

- Art. 2º Na coligação partidária os candidatos aos diversos postos eletivos poderão ser filiados a diferente partidos.
- Art. 3º O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de 60 (sessenta) dias, baixará instruções sobre a coligação partidária, de acordo com este diploma legal.

- Art. 4º Fica revogado o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977.
- Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

# REQUERIMENTO № 111, DE 1981

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 12 seja submetida ao Plenário em 2º lugar.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. — Henrique Santillo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O requerimento lido tem votação imediata.

Em votação.

- Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Murilo Badaró.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando o plenário da Casa aprovou o requerimento de minha autoria para que fosse mantida a Ordem do Dia, ficaram prejudicados não só os requerimentos, em número de 9, que deram entrada quando do início da Ordem do Dia, como também os requerimentos que se sucederem a esse que foi aprovado, porque, senão seria a Casa rejeitar, logo em seguida, uma decisão tomada depois de sofrida obstrução, o que me parece absolutamente sem sentido, Sr. Presidente.

Ora, se a Casa já deliberou com matéria principal e de uma abrangência que não deixa dúvida a sua preferência, porque — e isto é da linha regimental da jurisprudência das Mesas, não somente sob a direção de V. Ext como de outros Presidentes — toda matéria mais ampla tem preferência sobre a matéria menos abrangente.

- Ora, Sr. Presidente, como V. Ext pode colocar em votação o requerimento do nobre Senador Henrique Santillo depois de a Casa já ter decidido que a Ordem do Dia deve ser esta, conforme anunciada na reunião anterior? Foi isso o objeto do requerimento aprovado, que essa sequência permaneça até que se esgotem todos os recursos e o tempo destinado a esta sessão.
- Sr. Presidente, não vejo como V. Ext poderá fugir a este raciocínio, porque isto nos conduziria ao absurdo de votarmos uma matéria mais abrangente e, em seguida serem colocadas em discussão e em votação tantas proposições, todas conflitantes com aquela anteriormente aprovada. A prejudicialidade atingiu a todos os requerimentos referentes à inversão da Ordem do Dia.

Portanto, o requerimento do nobre Senador Henrique Santillo, de inversão da Ordem do Dia, não pode prevalecer sobre uma decisão do Plenário, que determinou que fosse mantida a ordem estabelecida na Ordem do Dia, conforme o anúncio feito na reunião anterior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

- O Sr. Henrique Santillo (PMDB GO) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo, pela ordem.
- O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB GO. Pela ordem.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Achando bastante compreensível a pressa do eminente Vice-Líder do PDS, Senador Murilo Badaró, e convencido pelas razões que S. Ext acaba de apresentar, solicito a V. Ext a retirada dos dois requerimentos pedindo a inversão da Ordem do Dia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 19-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

# REQUERIMENTO Nº 112, DE 1981

Nos termos do art. 280 do Regimento Interno, requeiro a retirada do Requerimento nº 111, de 1981, de minha autoria.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1981. — Henrique Santillo.

- O Sr. Mai cos Freire (PMDB PE) Sr. Presidente, peço a palavra para uma ques\* : de ordem.
- O SR. PR SIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, para uma questão de ordem.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE. Para uma questão de ordem.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na questão de ordem colocada pelo ilustre Líder Murilo Badaró, não me parece que tenham procedência os seus argumentos, sem prejuízo da possível desistência do autor do requerimento.

Não gostaria que ficasse registrado nos Anais que a Liderança do PMDB aceita a procedência da argumentação feita, porque nós sabemos que a manutenção da sequência dos trabalhos da Ordem do Dia é um princípio geral, como aliás V. Ext já teve oportunidade de assinaiar. A manutenção da sequência dos trabalhos da Ordem do Dia não foi fruto do requerimento do ilustre Líder do PDS. Na verdade, é um princípio que foi assente desde que se aprovou o Regimento da Casa; é um princípio geral. E ele só é ilidido e excepcionado naqueles casos especificamente previstos no artigo 198.

Então, a decisão que foi tomada em face do requerimento do Senador Murilo Badaró apenas se justapos a um princípio que já está consagrado no Regimento Interno. E, logicamente, com essa decisão, fruto do requerimento do Senador Murilo Badaró, ou sem ela, o princípio permanecia imutável. Consequentemente, a Liderança do PMDB quer deixar bem claro que não aceita a procedência dos argumentos expendidos pelo Senador Murilo Badaró. O princípio existe; o princípio está consagrado no Regimento Interno, desde que o Regimento Interno foi aprovado.

Aprovar em cada sessão que a sequência normal deve ser mantida, parece uma redundância. Mas, aprovado que seja um requerimento nesse sentido nada impede que, após esse requerimento, se estabeleça novamente a inversão da Ordem do Dia, porque essa é uma decisão de Plenário. Portanto, a sequência da ordem do Dia não foi fruto, na verdade, do requerimento do Senador Murilo Badaró. Ela é permanente, é estável, é inerente ao próprio Regimento da Casa. Só naqueles casos específicos pode-se superar esse princípio geral, e portanto essa regra permanece, com a aprovação de um requerimento específico, em deteminado momento da sessão, ou sem a aprovação desse requerimento específico.

Era isso, apenas, o que queria deixar registrado nos Anais, para que amanha não se diga que a Oposição reconheceu a procedência da argumentação levantada pelo nobre Líder do PDS. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Srs. Senadores, qualquer continuação da discussão desta matéria, a partir deste ponto, é inteiramente inútil, desnecessária, porque o nobre Senador Henrique Santillo formalizou a solicitação de retirada de seu requerimento.

Entretanto, convém uma palavra da Presidência para precatar decisões futuras.

O nobre Senador Murilo Badaró, levantou uma questão de ordem. Do ponto de vista lógico, sustenta S. Ext que como havia um requerimento anterior, que manteve íntegra a sequência da Ordem do Dia, e com isso sendo prejudicados novos requerimentos que invertiam a Ordem do Dia, qualquer novo requerimento apresentado, ainda que em tempo hábil, seria, automaticamente, prejudicado.

Esta, a colocação de S. Ex+.

A colocação do nobre Líder Marcos Freire é de que a argumentação do nobre Líder Murilo Badaró não procede, porque, em termos gerais, a Ordem do Dia seria mantida na sua sequência; mas desde que haja um requerimento para inversão, ele deve ser levado em consideração.

Eu anteciparei apenas aquilo que seria a minha decisão de questão de ordem levantada e, particularmente, em homenagem ao requerente.

S. Ext requereu, nos termos do art. 198, alínea "d" do Regimento Interno, a inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 12 fosse submetida ao Plenário em segundo lugar.

Ora, a sequência natural dos trabalhos, desde que fosse entendido o ponto de vista do nobre Senador Murilo Badaró como irreprochável, seria a partir do item 2. E o requerimento do nobre Senador Henrique Santillo seria pertinente no tempo, porque seria recebido até o anúncio da matéria do item 12, razão pela qual, então, eu decidiria pela manutenção do requerimento de inversão, porque foi apresentado posteriormente a uma decisão tomada, que prejudicou nove requerimentos que não este e que não o seguinte. Como foi retirado o requerimento, está prejudicada a matéria.

## O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1979-DF, que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

- PARECERES, sob nºs 710 a 712 e 1.029 a 1.031, de 1980, das Comissões:
- de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em plenário), favorável, com emenda nº 3-CCJ, que apresenta; 3º pronunciamento: (Prestando esclarecimento solicitado pela Comissão do Distrito Federal);
- do Distrito Federal 1º pronunciamento: favorável, nos termos das Emendas de nºs 1 e 2-DF, que apresenta, com voto vencido, em separado, do Senador Itamar Franco; 2º pronunciamento: favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- de Finanças, favorável ao Projeto e às emendas da Comissão do Distrito Federal, com voto vencido dos Senadores Affonso Camargo e José Richa.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há poucos minutos, o plenário estava regurgitando — socorre-me ali o Senador Evandro Carreira — com as ilustres figuras dos Senadores do Governo. Agora, Sr. Presidente, deparando com essas cadeiras vazias, já às 23:50 horas, inicio o encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1979. Apenas iniciei, Sr. Presidente, para fixar bem nos Anais do Senado que cerca de sete minutos depois de concluída a votação do primeiro item da Ordem do Dia, como sempre — e sempre assim será — a Bancada governista se ausenta do plenário do Senado Federal. Permita-me também me dirigir ao nobre Líder do meu Partido, o Senador Marcos Freire, que esta noite sirva de lição a todos nós e, principalmente, ao nos aproximarmos das 24 horas. É que dificilmente — lamentavelmente — a Oposição brasileira pode ceder e pode dialogar e pode fazer acordos. O acordo só é feito quando interessa ao Governo.

Veja V. Ext que há agora uma matéria de interesse do próprio Governo, matéria que interessa ao Governador do Distrito Federal, que se trata de instituir a taxa de limpeza pública; e a Bancada governista não vai estar presente.

Mas, Srs. Senadores, quando ainda pertencente à Comissão do Distrito Federal, insurgi-me contra a instituição dessa taxa, exatamente porque foi o próprio Sr. Governador do Distrito Federal, o Governador Aimé Lamaison, que disse, ao encaminhar a mensagem ao Senhor Presidente da República, que esse projeto de lei era um projeto eminentemente comunitário e, como tal, se era um projeto comunitário, essa comunidade precisaria e deveria ser ouvida. Uma comunidade, Srs. Senadores, — não é preciso repetir — que não vota, que não escolhe os seus representantes; uma comunidade, Sr. Presídente, Srs. Senadores, que já tem cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes e que não tem representantes no Congresso Nacional, nem no Senado, nem na Câmara e, nem sequer, uma Assembléia Legislativa.

E aproveitaria a presença do eminente Relator dessa matéria, Senador Murilo Badaró, para que me esclarecesse alguns pontos de dúvida que tenho nesse projeto, por exemplo, quando S. Ext diz assim: área edificada de até mais de 70 metros quadrados, até 100 metros quadrados, ele aplica um coeficiente 0.15.

Eu perguntaria, então, ao nobre Senador Murilo Badaró, como é que eu aplico esse coeficiente 0,15, numa casa de construção de até 70 metros quadrados? V. Ex\* poderia me esclarecer, porque, quem sabe, com as luzes trazidas por V. Ex\*, eu poderia tentar modificar o meu propósito de votar contrário.

Eu gostaria de ouvir V. Ex\*

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Eu não posso apartear. V. Ex $^{*}$  está encaminhando.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Eu gostaria, então, que, no seu encaminhamento, por certo V. Ext o fará, V. Ext esclarecesse ao Senado Federal como se aplicam esses coeficientes.

Quando V. Ex\* diz assim, por exemplo:

"acima de 1.000 m² e por 100 m² ou fração que exceder 0,15."

Vou aguardar, Sr. Presidente, que o nobre Senador Murilo Badaró, Relator deste Projeto, possa trazer ao Senado Federal esses esclarecimentos e já vejo que S. Ex! se apressa em rever o seu Parecer, ajudado pela assessoria do Senador José Lins, ilustre engenheiro e prezado companheiro desta Casa.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Muito obrigado a V. Ext

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Mas, Sr. Presidente, creio que o Senado Federal não deveria votar esse Projeto. Primeiro, pela ausência da Bancada do Governo; segundo — e chamo a atenção dos nobres Senadores, companheiros de Oposição — é um projeto comunitário. Nós, aqui, representamos os nossos Estados. A comunidade foi ouvida naquilo que foi possível, através da Ordem dos Advogados seção de Brasília, através da Associação Comercial, através de uma entidade de Taguatinga, e todos eles, a comunidade representada por essas entidades, se manifestaram contrários a esse projeto de lei. Não é possível que nos outros, Senadores de outros Estados, que por mais que queiramos não temos a sensibilidade de votarmos um projeto eminentemente comunitário e que institui uma taxa de lixo para o Distrito Federal.

Não entro nem no mérito do seu aspecto. Entro, sim, no seu condicionamento político a que nós estamos sujeitos. Quando a comunidade, representada por estas entidades, se manifestou contrária, quando nós outros Senadores de outros Estados vamos votar, ou vamos instituir uma taxa de lixo, de limpeza pública para o Distrito Federal.

Já é hora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que projetos como este sejam enviados a uma Assembléia Legislativa do Distrito Federal.

Já é hora, Sr. Presidente, que projetos como este não venham ao Senado Federal, que deveria ter a coragem de reconhecer que não pode continuar, teimosamente, legislando para o Distrito Federal, este Distrito Federal, que como eu disse, Sr. Presidente, já tem mais de 1 milhão e 200 mil habitantes.

Sr. Presidente, espero que o Senado Federal rejeite este projeto. Rejeite e espero também que, quando a sensibilidade de ordem política atingir os nossos governantes e quando nós atingirmos o Estado democrático que sonhamos para este Brasil, Brasília, já aqui lembrada, hoje, pelo Senador Gílvan Rocha, fruto do idealismo do grande ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que esta Brasília, Sr. Presidente, possa ter seus representantes. E não, nas horas mortas da noite, praticamente só a Oposição presente, possamos votar projetos que interessam, de perto, à comunidade brasiliense.

É o apelo que faço ao Senado e, particularmente, à nobre Liderança do Governo, para que rejeite o projeto que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró, para encaminhar a votação.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No início da minha carreira de Deputado, fiz um longo estágio na Oposição e contra um adversário duríssimo, versátil, flexível, manhoso, arguto, patriota, cívio. E todas essas virtudes do adversário que combatíamos serviam de impulso e de estímulo a que realizássemos a nossa tarefa de oposição, com disciplina férrea, com aplicação, com obstinação, ainda que ela se destinasse sempre a aprovar, desaprovar, rejeitar ou procrastinar proposições de natureza parlamentar. Nunca a nossa obstrução foi dirigida contra instituições, pessoas ou entidades fora do Congresso ou do Corpo Legislativo.

Por isso, Sr. Presidente, é que eu sou capaz de avaliar, para proclamar de público, a extraordinária combatividade da Oposição nesta noite, que merece, por isso, o mosso respeito e a nossa admiração. Eles agiram, com a energia e com as forças de que dispunham, para criar obstáculos e óbices à ação da Maioria nesta Casa.

Sou reconhecido, Sr. Presidente, como Parlamentar, e aplaudo esse esforço. Agora, apenas eu não gostaria de deixar sem um reparo as palavras do meu eminente coestāduano, Senador Itamar Franco, quando S. Ext disse que a Maioria, tão logo terminara a votação da matéria principal, se desinteressou do restante. Não se trata disso. É que nós tínhamos alguns colegas em estado de saúde que convoca atenção. Foi a razão pela qual nós não permanecemos mais e certos também de que o restante da pauta será objeto de amplos entendimentos, que serão feitos com a Liderança da Oposição, porque é da índole desta Casa decidir tudo à base do entendimento.

- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Haja vista hoje.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Haja vista hoje, Sr. Presidente, porque, certamente, foram esgotados os recursos suasórios no

sentido que levaram a Oposição a um entendimento em torno de algumas matérias. Mas, isto aqui é um eterno renovar de argumentos, de posições, porque a política não se imobiliza com uma simples decisão. Ao contrário, essa decisão gera outra, isto é um moto perpétuo.

Estou convencido de que, na próxima semana, novos entendimentos serão feitos e encontrados pontos de convergência que levarão os patriotas Senadores, que compõem a Oposição, na busca daquilo que melhor convém ao País.

Finalmente, Sr. Presidente, a questão da taxa do lixo, sobre a qual recebi algumas solicitações, pedidos de informação do Senador Itamar Franco, que vou procurar responder mas, confessando-me, antecipadamente, incapaz de medir, do ponto de vista matemático e aritmético, o problema dos coeficientes. Apenas, retomo a tese por mim desenvolvida e ainda não objeto da atenção dos civilistas deste País. Trata-se do problema da taxação proporcional da cobrança de tributos ou mesmo de tarifa proporcional à renda e à categoria social das pessoas. E é isso que, de forma incipiente e até tímida, esta proposição tentou, cobrar a taxa na proporção da situação sócio-econômica da pessoa.

É um assunto que deve merecer a atenção, sobretudo daqueles que têm conhecimento mais profundo do Direito Civil. Pode ser que numa tentativa mais aprofundada desse assunto, nós, parlamentares brasileiros, encontremos uma fórmula para estabelecer critérios de justiça tributária e, por via de consequência, criar um mecanismo hábil de distribuição de renda.

O Governo do Distrito Federal solicita, com argumentos bastante judiciosos, a criação dessa taxa. É uma contraprestação ao serviço do Poder Público, numa Unidade da Federação sabidamente carente de recursos, para prover as necessidades da sua administração. Creio que o Senado, o Congresso, assim aprovando esse projeto, possibilitará ao Governo do Distrito Federal, recursos que possam melhorar o Serviço de Limpeza Urbana de que a cidade necessita.

Com relação à tese que o Senador Itamar Franco, esse combatente extraordinário, defende referentemente ao problema da criação de uma Assembléia Legislativa no Distrito Federal, ou de dar possibilidade ao Distrito Federal de eleger seus deputados federais, sobre isto já discutimos longamente na Comissão, tenho um parecer sobre isto, e fico fiel às inspirações que motivaram o Presidente Juscelino Kubitschek, criador de Brasília, e o Dr. Israel Pinheiro, seu construtor, de manter a cidade tal como ela se encontra, sem embargo de que, entendo eu, seja necessária a criação de um organismo de natureza comunitária que ajude o Governo do Distrito Federal na formulação das políticas que melhor convierem aos interesses de Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Sr. Presidente peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, para encaminhar a votação.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Durante dias e dias seguidos a Oposição foi acusada de agir impatrioticamente, por não permitir que a pauta de trabalhos pudesse ser apreciada por esta Casa.

Durante semanas e semanas, o Senador José Lins, em nome da Liderança do Governo, nos apontou à opinião pública como responsáveis pela não aprovação de dezenas de empréstimos de Prefeituras e de Estados brasileiros.

Durante meses e meses, a Oposição cobrava da Maioria o cumprimento do seu dever de aqui estar para, como Maioria, vir aprovar os projetos que, segundo ela, precisavam ser aprovados.

Sr. Presidente, graças a esse trabalho da Oposição se conseguiu, quase já ao findar o primeiro semestre, que, finalmente, os integrantes da Maioria, sãos e doentes — conforme tem sido alegado aqui — viessem hoje, para, presentes a uma reunião do Senado Federal, exercerem o direito de voto. E eis, Sr. Presidente, que essa Maioria, que não chegou a ser maioria porque foi apenas de 33 votos, repita-se, essa Maioria, graças a um dos nossos companheiros que pedia verificação de votação, conseguiu o seu intento, que era derrubar o projeto Humberto Lucena que disciplinava as coligações partidárias. De fato, a Maioria poderia, hoje e agora, exercer aquela ação patriótica que nos era cobrada: de atender a pauta de trabalho. Começa a pauta por um assunto de interesse do Governo do Distrito Federal e, a esse item se seguem inúmeros outros, porque a pauta está cheia, são 25 itens. Eis que a Maioria mal rejeita o Projeto de Humberto Lucena e se esfumaça e desaparece da Casa. De repente está, novamente, esse espetáculo deplorável que assistimos durante quase todo este primeiro semestre.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já passa da meia-noite, já não é dia 21 mas 22 de maio: já não é noite, é madrugada, e a Oposição está, aqui, presente. A oposição, representada por integrantes do PMDB e do PP, em plena madrugada aqui está cumprindo o seu dever. Além da Oposição, está presente um Senador que, mesmo não sendo de nenhum Partido, tem exercido uma missão das mais relevantes no Senado Federal, que é o nosso companheiro Dirceu Cardoso. (Palmas prolongadas.)

Pois bem, a Oposição aqui está para dar vazão, finalmente, a essa pauta que o Senador José Lins a todo dia cobrava dizendo que era preciso desobstruir os trabalhos, porque os prefeitos e os vereadores estavam acossando os integrantes do PDS. Ele chegou a ameaçar, Sr. Presidente, de encher estas galerias para que os prefeitos nos cobrassem a apreciação dos projetos em pauta. Quiséramos nos que os prefeitos aqui estivessem, que os vereadores aqui estivessem para testemunhar as cadeiras vazias da Bancada Governista; quiséramos nos que a Nação inteira estivesse, aqui, testemunhando esse espetáculo. Talvez um dia, quando finalmente conseguirmos que os trabalhos desta Casa sejam irradiados, televisados, isto não ocorra novamente. O Governo que nos cobrava a desobstrução, é esse Governo que, na prática, está fazendo a obstrução dos trabalhos, porque é graças à fuga dos integrantes do PDS que as demais matérias não serão aprovadas. Bastava que a Maioria — que tanto empenho teve em derrotar o projeto Humberto Lucena - aqui permanecesse, madrugada adentro; ela que esteve ausente semestre afora, bastava que permanecesse presente nesta madrugada para a ação assaz patriótica de dar vazão aos itens da pauta.

Portanto, que fique registrado nos Anais desta Casa que a Oposição cumpriu o seu dever, quando obstruiu os trabalhos durante meses a fio, e que continua cumprindo aqui o seu dever, embora os companheiros do PDS já tenham ido para o conforto dos seus lares.

Vamos proceder à eleição e verificar se aqueles 33 integrantes do PDS estarão presentes para, a exemplo do que ocorreu com o item anterior, assegurar o número necessário para a aprovação de matérias que, segundo eles, eram da maior importância e que a obstrução estava prejudicando o País, inclusive, que esses projetos estavam provocando a verdadeira crise social e econômica neste País. Não podem mais alegar que os doentes estavam hospitalizados, e que não poderiam vir aqui, porque eles resistiram enquanto, regimentalmente, nós pudemos impedir a votação da matéria, do Projeto Humberto Lucena.

Portanto, Sr. Presidente, como Líder do PMDB, queremos que fique registrado nos Anais da Casa esta presença tão inédita, tão especial do PDS, que veio na verdade apenas para fazer aquela obstrução maior que o Governo vem fazendo, que é de impedir a definição das regras do jogo eleitoral. (Mutio bem! Palmas.)

- O Sr. Evelásio Vieira (PP SC) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira, para encaminhar a votação.
- O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP SC. Para encaminhar a votação.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Hoje ficou evidenciado que as matérias em tramitação, nesta Casa, poderão ter as suas apreciações e votações, desde que os integrantes do PDS, Partido que dá sustentação ao Governo, aqui compareçam.

O Partido Popular, que desde o seu surgimento tem-se preocupado com todos os assuntos que dizem respeito ao interesse do desenvolvimento nacional, que tem dado a sua aprovação na participação de todos esses projetos, de origem governamental, de origem parlamentar, este Partido, buscando uma definição das regras eleitorais para que obtendo esse objetivo, possa desenvolver a sua ação partidária, a fim de se consolidar, preparando-se para disputar as eleições de 1982, decidiu o Partido Popular, em busca desse grande objetivo, iniciar o processo de obstrução da Ordem do Dia do Senado da República; mas nem por isso deixou de aprovar, repetimos, todas aquelas matérias do origem regimental, de interesse da Nação, matérias de caráter de urgência: a viagem do Presidente à Alemanha, a próxima viagem do Presidente à Argentina, a aprovação de vários Embaixadores, aprovação de outras matérias.

Em tudo e por tudo, Sr. Presidente, o Partido Popular tem cumprido fielmente sua missão, e está, nesta obstrução, pressionando legitimamente o Governo, no sentido de apressar as definições das regras eleitorais, para que possamos trabalhar, nesta Casa e partidariamente, com tranquilidade, para que, trabalhando com tranquilidade, possamos cumprir a nossa verdadeira finalidade; para que o Partido Popular possa, a exemplo dos demais, estar, em 1982, habilitado a disputar as eleições e buscar os melhores resultados. Sr. Presidente, jamais o Partido Popular deixará de contribuir para o desenvolvimento da Pátria, mas deseja que o Governo, que o PDS ofereça resposta à altura desse comportamento do Partido Popular.

Pretendemos conversar com os nossos companheiros e continuar nessa jornada, principalmente porque depois do espetáculo que assistimos hoje, com muita tristeza, com muita frustrações, nós não podemos aceitar, com segurança, as propostas de entendimentos do PDS, nesta Casa.

Sr. Presidente, foi o Líder do PDS, o Líder do Governo que procurou as Oposições, formulando uma proposta que se tornou do domínio público. As Oposições, depois de muita reflexão, decidiram aceitar a proposta, o entendimento. E, na hora, o Líder do Governo ausentou-se; quando aqui compareceu, infelizmente, foi para não honrar o compromisso que havia assumido com as Oposições.

Tudo isso nos levará, a nós integrantes da Bancada do Partido Popular, a uma profunda reflexão nas novas tentativas de entendimentos. Nós vamos continuar nesta luta, porque traremos melhores e maiores resultados ao funcionamento desta Casa, ao desenvolvimento nacional.

Era a manifestação que cabia, nesta oportunidade, ao Partido Popular transmitir à Casa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A Presidência indaga se algum dos Srs. Senadores ainda deseja fazer uso da palavra. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa) Aprovado.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Será feita a verificação nominal a que V. Ext se refere, neste instante, através de requerimento verbal.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Murilo Badaró, pela ordem.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Solicito a V. Ext que suspenda a sessão por 10 minutos e faça soar as campainhas.
- O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não deferirei, V. Ex\* me desculpe; passarei à votação e, dentro do Regimento, se não houver quorum, então, chamarei os Srs. Senadores, fazendo soar as campainhas.

Como o aparelho eletrônico está em pane, chamo os Srs. Secretários, de preferência aqueles que se encontrem no plenário, como o Sr. 1º-Secretário Senador Cunha Lima e também o Sr. Senador Dirceu Cardoso, que pediu a verificação, para serem os escrutinadores.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Vou atender de boa vontade à convocação de V. Ex\*
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) É um convite.

Há uma explicação: V. Ex\* é sempre muito feliz nas observações que faz, mas é apenas uma questão de prurido da Presidência, porque os dois Secretários presentes perfencem, ambos, à Oposição, e V. Ex\* é supostamente um homem não de Oposição.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sou homem independente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Exato. V. Ext acabou de receber, e a consagração está nisso. Eu peço a um homem independente que venha à Mesa, e peço ao nobre Senador 2º-Vice-Presidente, Gilvan Rocha, que presida a votação.
  - O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) Vamos proceder à votação.
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Permita-me, Sr. Presidente, apenas para registrar com alegria a presença, na Casa e no Plenário, de todos os integrantes da Mesa Diretora que são homens de Oposição. É com satisfação que fazemos este registro, mostrando que os Secretários estão presentes, que o Vice-Presidente está presente e, para honra nossa, o Senador Dirceu Cardoso que, sendo homem independente, é homem de Oposição. (Palmas.)
- O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) A observação de V. Ext será inscrita nos Anais da Casa.

Procederemos à chamada do Norte para o Sul.

Procede-se à chamada.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADO-RES:

Marcos Freire, Líder do PMDB — Evelásio vieira, Líder do PP — Laélia de Alcântara — Evandro Carreira — Alberto Silva — Cunha Lima — Hum-

berto Lucena — Dirceu Cardoso — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quércia — Henrique Santillo — José Fragelli — Mendes Canale — José Richa — Leite Chaves — Pedro Simon.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADO-RES:

Murilo Badaró, Líder do PDS — Alexandre Costa — José Lins — Lomanto Júnior.

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Votaram "SIM", 4 Srs. Senadores; "NÃO", 17. Não foi obtido quorum.
- O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Sr. Presidente, a Liderança do PMDB solicita lhe seja fornecida a lista da votação deste item da pauta, bem como a lista do item anterior, para que possamos fazer um cotejo entre os presentes que votaram na vez anterior e aqueles que estiveram ausentes.
  - O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) V. Ext será atendido.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) V. Ext tem a palavra, pela ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Eu consultaria a V. Ext se, não havendo quorum, V. Ext não deveria suspender os trabalhos por dez minutos e acionar as campainhas?
- O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) Por solicitação do Presidente efetivo, eu passarei a Presidência, solicitado que fui por S. Ext
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Ex\* tem alguma objeção a que eu decida a questão de ordem?
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Ê que, lealmente é inusitado: eu falo com o Presidente, que é substituído por outro, de repente...
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A minha volta coincidiu com a formulação de questão de ordem de V. Ex\* V. Ex\* tem razão, inteiramente de acordo com o Regimento. Apenas quero fazer uma consulta ao Líder do Partido de V. Ex\* e ao líder do Partido Popular, porque a informação da Portaria é que se encontram na Casa 21 Srs. Senadores. De modo que tocar a campainha por 15 minutos, para chamá-los, talvez seja, neste caso, descabido.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Permita-me V. Ext uma consideração. (Assentimento do Presidente.) Sr. Presidente, é que V. Ext tem mantido a sua coerência na Presidência e, mesmo antes de anunciar quantos Senadores há na Casa ou no plenário, V. Ext tem acionado a campainha. Pediria que o fizesse agora.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Vou acioná-la porque V. Exª está exigindo um dispositivo regimental, mas não concordo com o final da sua colocação. Já tenho mais de uma vez declarado, aqui, que diante da evidente falta de quorum para deliberação não adiantará tocar a campainha.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Mas como foi uma noite eminentemente regimental...
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Mas, como V. Ex\* quer, será acionada por 10 minutos, e não por menos um segundo.

Suspensa aos 30 minutos do dia imediato, a sessão é reaberta aos 40 minutos

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está reaberta a sessão. Vai-se proceder à votação nominal.

Solicito ao nobre Sr. 1º-Secretário, Senador Cunha Lima, que tome a anotação correspondente aos votos SIM e ao nobre Senador Direcu Cardoso, que o faça em relação aos votos NÃO.

Como vota o Líder do PDS?

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Sim.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Como vota o Líder do PMDB?
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) Não.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Como vota o líder do Partido Popular?
  - O Sr. Evelásio Vieira (PP SC) Não.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Procede-se agora à chamada do Norte para o Sul.

É feita a chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Marcos Freire, Líder do PMDB — Evelásio Vieira, Líder do PP — Laélia de Alcântara — Evandro Carreira — Alberto Silva — Cunha Lima — Humberto Lucena — Gilvan Rocha — Dirceu Cardoso — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quercia — Henrique Santillo — José Fragelli — Mendes Canale — José Richa — Leite Chaves — Pedro Simon.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS ŞRS. SENADO-RES:

Murilo Badaró, Líder do PDS — Alexandre Costa — José lins — Lomanto Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Houve 18 votos "Não" e 4 votos "Sim". Total, 22 votos.

Não houve quorum. Em consequência a matéria fica suspensa para apreciação na próxima Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Líder, Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foram inúteis os esforços da Oposição para que a Maioria comparecesse à votação dos demais itens da pauta da Ordem do Dia, de forma que eu solicitaria uma vez mais à Presidência a remessa da lista de votação, dessa última que se realizou agora, a fim de que pudéssemos contar com ela para os estudos que haveremos de fazer a respeito.

Realmente, a informação da Portaria de que só estavam 21 Senadores na Casa, comprova a debandada havida logo após a rejeição do Projeto do Senador Humberto Lucena.

De qualquer forma, quero aproveitar a oportunidade para agradecer aos companheiros pela colaboração que prestaram, aqui permanecendo e, ao mesmo tempo, à Presidência da Çasa pelas atenções dispensadas, sobretudo, pela paciência na condução dos trabalhos. (Muito bem!)

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Em solução ao requerimento verbal que acaba de fazer o nobre Senador Marcos Freire, cabe-me dizer que a única Bancada integralmente representada, nesta noite, é a independente: tem um único Senador, e este Senador está presente.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Muito obrigado, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A Bancada do PMDB, somada à Bancada do PP, representam 30 Srs. Senadores, com 8 ausências. A Bancada do PDS tem 36 Srs. Senadores, 5 presentes e 31 ausentes.

Acho que isto satisfaz ao espírito perquiridor do nobre Líder Marcos

O Sr. Marcos Freire (PMDB — PE) — E é muito bom que fique registrado nos Anais.

Muito obrigado a V. Ex-

- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Ficaria de qualquer modo, porque a votação constará do Diário do Congresso. Mas, assim, fica enfatizado
  - O Sr. Marcos Freire (PMDB PE) V. Ext registrou.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não há quorum para votação de mais nenhuma matéria.

O art. 204 diz que:

"O tempo que restar para o término da prorrogação será destinado à votação de matérias cuja discussão esteja encerrada."

Todas as matérias dos itens constantes da Ordem do Dia, daqui para diante, estão com a discussão encerrada, isto é, em fase de votação. Como não há quorum, ficam adiados para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

3

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 1977 — Complementar, do Senador Itamar Franco, que dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º, e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), tendo

PARECERES, sob nºs 222 e 1.233, de 1979, e 1.013, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento — pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Tancredo Neves, Cunha Lima, Hugo Ramos e Amaral Furlan; 2º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário), ratificando seu parecer anterior; e 3º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário), mantendo seus pareceres anteriores, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima.

4

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1979 — Complementar, do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971, tendo

PARECERES, sob nºs 43 e 1.005, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima; 2º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário), mantendo seu pronunciamento anterior, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 172, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.258, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 1.785.620.157,75 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.259 e 1.260, de 1980, das Comissões

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 177, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.273, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a elevar em Cr\$ 315.464.652,36 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinqüenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.274 e 1.275, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municipios, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 178, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.277, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP), a elevar em Cr\$ 29.983.645,00 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.278 e 1.279, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 179, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.280, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 1.530.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.281 e 1.282, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 180, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.283, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Araripina (PE) a elevar em Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.284 e 1.285, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 181, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.286, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Arês (RN) a elevar em Cr\$ 1.448.100,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.287 e 1.288, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 182, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.289, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.290 e 1.291, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.292, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campos Belos (GO) a elevar em Cr\$ 895.100,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.293 e 1.294, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economía como conclusão de seu Parecer nº 1.295, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Dueré (GO) a elevar em Cr\$ 767.700,00 (setecentos e sessenta e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.296 e 1.297, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 189, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.310, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Velho (RN) a elevar em Cr\$ 2.909.300,00 (dois milhões, novecentos e nove mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.311 e 1.312, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

15

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 194, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.325, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 37.265.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.326 e 1.327, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 201, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.345, de 1980, com voto vencido, em separado, do Senador Lázaro Barboza), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado a financiar programas do Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.346, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

17

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 4, de 1981, com voto vencido do Senador Lázaro Barboza), que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25,000,000 00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinado ao desenvolvimento agropecuário do Estado, tendo

PARECERES, sob nºs 5 e 6, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

18

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 108, de 1981, com voto vencido dos Senadores José Fragelli e Affonso Camargo), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (SP) a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a financiar o programa de investimentos urbanos, tendo

PARECERES, sob nºs 109 e 110, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

19

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 20, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 106, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares), destinado a financiar programas de empreendimentos industriais, agroindústria, infra-estrutura e promoção social, tendo

PARECER, sob nº 107, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

20

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de engenheiros e arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho" e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências, tendo

PARECERES, sob nºs 863 a 865, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e jurídicidade, com emenda que apresenta, de número 1-CCJ;
- de Legislação Social, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- de Educação e Cultura, favorável ao projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

2

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1979, do Senador Orestes Quércia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o artigo 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.026, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Cunha Lima e voto vencido dos Senadores Franco Montoro e Tancredo Neves.

22

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quércia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

23

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quércia, alterando disposítivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

24

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quércia, que isenta do Imposto de Renda o 13º salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

25

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quércia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 7, de 1981-CN, que faculta a extensão do regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a diretores não empregados, e dá outras providências.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) A Presidência designa para a Ordem do Dia da próxima sessão ordinária as matérias desta sessão que não foram votadas por falta de "quorum".
  - O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão aos 50 minutos do dia imediato.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LU-CENA NA SESSÃO DE 10/5/81 E QUE, ENTREGUE À REVI-SÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Uma das características do regime brasileiro, bicameralísta desde a Constituição de 1891, está em que o Senado representa os Estados, daí a eleição majoritária dos Senadores, enquanto a Câmara, eleita pelo voto proporcional, acolhe os representantes dos cidadãos, individualmente considerados os eleitores.

Mas não bastaria isso para caracterizar o Senado, a fim de que não seja uma simples Câmara Revisora, uma simples audiência a mais na tarefa legiferante

- O Senado tem atribuições próprias e específicas, além de ser a sua Mesa Diretora a que preside as sessões do Congresso Nacional, preparando e instruindo a ordem do dia, hospedando e assessorando as Comissões Mistas. Compete privativamente portanto de maneira exclusiva ao Senado Federal, nos termos do art. 82 da Constituição:
- a) julgar o Presidente da República e os Ministros de Estado nos crimes de responsabilidade e conexos;
- b) processar e julgar os Ministros do STF e o Procurador Geral da República, por esses crimes;
- c) aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, Ministros do Tribunal de Contas da União, do Governador do Distrito Federal, dos conselheiros do TCDF e dos chefes de missão Diplomáticas permanente;
- d) autorizar empréstimos, operações ou acordos externos de interesse dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) legislar para o Distrito Federal e nele exercer a fiscalização orçamentária, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas;
- f) fixar límites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios;
- g) estabelecer e alterar limites de prazo, mínimo e máximo, taxas de juros e demais condições das obrigações por aqueles emitidas;
- h) proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de quaisquer obrigações de Estados e Municípios;
- i) suspender a execução de lei ou decreto declarados inconstitucionais pelo Supremo.

Nessa enumeração o Senado se caracteriza como o fiel da balança federativa e partícipe da política internacional, pela aprovação dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Aliás, nos Estados Unidos, cujo federalismo inspirou o nosso, a política externa é preferentemente tratada pelo Senado Federal. Aqui, no entanto, a competência para resolver definitivamente sobre os tratados internacionais celebrados pelo Presidente da República é do Congresso Nacional, que autoriza o Executivo a declarar a guerra e fazer a paz, permitindo o ingresso e permanência de forças estrangeiras no território nacional.

Também é ao Congresso Nacional que cumpre dar permissão ao Presidente e Vice-Presidente da República para se ausentarem do País.

Ora, se ao Senado compete, em voto secreto, a prévia aprovação da escolha dos chefes de missão diplomática permanente, nos termos do art. 42, item III, da Constituição, como admitir-se possa o Executivo criar, por decreto, sem prévia audiência nem do Senado nem do Congresso Nacional, embaixadas no exterior?

Ofende o simples bom senso — tanto quanto à lógica jurídica — que um poder se atribua competênia exclusiva para criar representações diplomáticas permanentes no Exterior, quando não pode, sem a prévia aprovação do Senado Federal, nomear os chefes dessas mesmas missões.

Ademais, o item X do artigo 81, capitulando a competência privativa do Presidente da República, diz que a celebração de tratados, conveções e atos internacionais exige referendum do Congresso, como a declaração de guerra (item XI), a feitura da paz (item XII), a permissão do trânsito e permanência de forças estrangeiras no País, a autorização para que brasileiros aceitem pensão, emprego ou comissão de governo estrangeiro.

Tal a letra da Constituição, tal o espírito da própria Federação, tal a vocação da nossa sistemática jurídica, no que tange ao exercício pragmático do nosso poder de auto-representação, um dos aspectos fundamentais da soberania, igualmente partilhada pelos dois poderes eletivos — o Legislativo e o Executivo — inadmissível qualquer dissociação.

O Decreto-lei nº 71.534 de 1972, dispondo sobre a estrutura, funcionamento e competência do Ministério das Relações Exteriores, declara, no art. 18:

"As Missões Diplomáticas permanentes, criadas por decreto do Executivo, que lhes fixa a natureza e a sede, compreendem Embaixadas, Legações e Delegações junto a organizações internacionais".

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Nobre Senador Humberto Lucena, permite V. Ex\* um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Para não incorrer num equívoco, pediria a V. Ex\* a gentileza de referir se realmente é um decreto-lei ou um decreto. V. Ex\* mencionou um decreto-lei, mas não existe decreto-lei com essa numeração, 71.534.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — É um decreto. Houve equívoco de minha parte.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — O art. 18 é que dá a competência ao Presidente para criar, por decreto, embaixadas.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Embaixadas, Missões Diplomáticas e Delegações junto a organizações internacionais.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — V. Ext sabe que essa não ê uma questão nova. Se V. Ext se recorda, ao tempo em que exerceu a Presidência da República o Sr. Jânio Quadros, essa questão foi suscitada no Brasil e examinada exaustivamente no Congresso. Há disposição legal, não tenho, no momento, para citar e transmitir a V. Ext porque não conhecia o teor do seu discurso, que faculta o Presidente proceder dessa maneira. Não está inovando, repito. Essa questão se colocou desde a presidência do Sr. Jânio Quadros. Mas se o Congresso, pelas fundamentadas razões que V. Ext aduz, entender que essa atribuição, através de decreto, exorbita, pode realmente corrigi-la, pode eliminar essa faculdade, para determinar que a criação se faça através de lei.

Apenas desejava situar, primeiro, que não é isto uma criação recente, segundo, que, evidentemente, há apoio legal, há suporte legal, para o ato presidencial. Agora, se essa autorização legal precisa ser alterada, é uma outra questão que eu me reservo para examinar com V. Ex-

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Pois não.

Eu agradeço a intervenção de V. Ex\*, que traz alguns esclarecimentos em torno da matéria.

Realmente, não é uma questão nova, mas eu só vim a tomar conhecimento dela há poucos dias, ao receber a resposta de um requerimento de informações que fiz ao Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre o número de embaixadas no exterior, as mais recentemente criadas, etc. Então, no elenco das novas embaixadas, constava, em cada item, o número do decreto que as criava. Isso me causou espécie e, então, eu me detive no estudo do assunto e cheguei — salvo melhor juízo, nobre Senador Aloysio Chaves — a conclusão de que, embora não descuta o embasamento legal, porque há um decreto em vigor, baseado no Decreto-Lei nº 200 da Reforma Administrativa, esse decreto exorbitou, porque, realmente, criar embaixadas no exterior, através de decreto, é um absurdo clamoroso. Inclusive com a mordomia, sabe V. Ex² o quanto representa em despesas uma embaixada e, depois, há a questão de se saber se deve ou não ser criada aquela embaixada nesse ou naquele País.

Então, eu entendo que o Congresso Nacional é que deveria, através de lei, criar essas embaixadas no exterior.

Ouço o aparte de V. Ex\*

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Nobre Senador, concordo, em tese, com a colocação de V. Ext, desde que V. Ext, com toda a lisura, acaba de proclamar que há um embasamento legal para esse ato e que, realmente, não é uma prática nova, mas antiga, agora alicerçada em norma do Decreto-lei nº 200, de fevereiro de 1967,...

#### O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB - PB) - Perfeito!

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — ...repetindo a legislação anterior, porque ao tempo, insisto, do então Presidente Jânio Quadros embaixadas foram criadas por decreto. Entendo que V. Ext desenvolve um raciocínio lógico, com fundamentos jurídicos e chego a dizer que a criação de cargo público depende de lei. É bem verdade que pode ser através de decreto-lei, mas é lei, como também de lei do Congresso. Assim, com mais razão a criação não de mordomia, porque a palavra, aí, está mal aplicada...

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Apenas me referi à mordomia para lembrar as despesas que representam a criação de uma embaixada.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — São despesas necessárias porque o País tem a sua representação no exterior como têm todos os países do mundo...

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Mas, é uma despesa bem acentuada, como sabe V. Ex\*, em dólares...

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Perfeito, mas para todos os países do mundo. Há necessidade de uma revisão. V. Ex\*, portanto, coloca o assunto bem, perante o Senado.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Muito obrigado a V. Ext Inclusive, nobre Senador Aloysio Chaves, vou até me dar ao trabalho de estudar a possibilidade da apresentação de um projeto regulando essa matéria. Na oportunidade, antes de encaminhá-lo à Mesa terei o prazer e a honra de ouvir V. Ext para recolher subsídios,

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Agradeço a atenção de V. Ext A matéria é complexa porque envolve atos de administração e compete a nós examinar, previamente, a competência legal para propor, desde que se trata de matéria de natureza administrativa. Num primeiro exame, a iniciativa da lei cabe ao Poder Executivo. Mas o exame será oportuno e conveniente.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Prossigo, Sr. Presidente.

Tal cautela significa — baixar-se um decreto executivo, sem citação de lei que lhe autoriza, implicitamente, a emissão que a assessoria legislativa da Presidência da República, ou do Itamarati, não confiou muito na juridicidade do art. 18 do Decreto nº 71.534.

Ele não é claramente constitucional, mas, implicitamente, contraria a sistemática resultante da Lei Maior, quando permite a criação de legações diplomáticas permanentes, ad libitum do executivo, que para preenchê-la de titular, carece de referendo legislativo, como demonstramos.

Nem o Decreto-Lei nº 200/76 autoriza semelhante delegação, permitindo-a, apenas, nos termos do parágrafo único do artigo 81 e do item IV do artigo 85 da Constituição Federal, no âmbito do Executivo.

Quanto ao mais, declara o parágrafo único do artigo 52 da Constituição Federal:

"Não serão objeto de delegação os atos da competência exclusiva do Congresso Nacional nem os da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal..."

Ora, é da competência privativa do Senado Federal — atribuição indelegável, portanto —, "aprovar previamente, por voto secreto, a escolha... dos chefes de missão diplomática de caráter permanente".

Se quem pode mais pode o menos — princípio que se tranformou em brocardo jurídico, principalmente no direito público — parece que a nomeação de um titular é mais do que a escolha do próprio em que funcione. Raciocinemos: se o Governo criar uma embaixada e o Senado se recusar à aprovação do embaixador, é como se aquela não existisse.

Tudo leva à conclusão de que o apressado artigo 18 do Decreto nº 71.534, de 1972, não se conforma à sistemática legal resultante da aplicação do direito constitucional à norma substantiva. Isso configuraria uma inconstitucionalidade tática, matéria de que não cogita sequer a doutrina; mas é, claramente, uma injuridicidade e, assim deve tal artigo ser expungido do texto da leí, em nome da ordem jurídica e até mesmo das relações de cortezia que devem existir entre os Poderes, no caso, entre o Executivo, o Senado e o Congresso Nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 20-5-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Está se realizando na cidade do Recife o 13º Congresso Nacional de Servidores Públicos do Brasil, que se iniciou no dia 18 e vai até o próximo dia 23. Parece-nos que a realização desse encontro se reveste de uma importância toda especial, no momento em que várias reivindicações dessa valorosa classe estão colocadas na pauta do dia, inclusive, em toda a expressão da palavra, hoje, na sessão do Congresso Nacional, quando será apreciado mais um decreto-lei baixado pelo Senhor Presidente da República que, no caso, proíbe o pagamento de salário profissional no serviço público, a várias categorias de profissionais liberais. Nesse sentido, temos em mãos um memorial da Comissão Executiva da Campanha Nacional pela Reformulação da Política Salarial do Governo, que solitamos seja transcrito nos Anais do Senado Federal, em que inúmeras associações de classe, sindicatos, conselhos regionais de profissionais liberais, levantam a sua voz em favor da rejeição desse decreto-lei.

Nós sabemos dos antecedentes do Congresso Nacional, em que os decretos-leis são, por assim dizer, intocáveis e sistematicamente aceitos pelos representantes do povo, que não os podem alterar, acontecendo lamentavelmente, que graças ao decurso de prazo, eles têm, sido sistematicamente, considerados aprovados.

Mas, não é só essa a reivindicação do servidor público. Ainda recentemente, nós recebíamos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, um memorial em que várias delas eram apresentadas, entre as quais:

- 1. Reposição salarial na faixa de 40% sobre os índices fixados pelo Governo para o ano de 1981, a vigorar a partir de abril de 1981 como medida de emergência;
- 2. Reajuste semestral em todos os níveis de servidores. Este reajuste semestral deve ser automático e corresponder à perda real do poder aquisitivo da moeda;
- 3. Pagamento do 13º salário a todos os servidores, ativos, aposentados e pensionistas da União, dos Estados e dos Municípios, onde ainda não haja sido concedido;
- 4. Revogação do art. 13 do Decreto-lei nº 1.820/80, que proíbe o pagamento de salário profissional no serviço público, por conflitar com o artigo 153, § 1º da Constituição Federal;
- 5. Organização da classe dos servidores públicos, conforme artigo 153, §§ 1º e 28 e art. 166 da Constituição da República Federativa do Brasil, e ratificação da Convenção 151, da OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- 6. Negociação salarial por intermédio de representação classista para possibilitar um melhor diálogo entre o Governo e os servidores;
- 7. Elaboração de um Novo Estatuto com a participação efetiva da classe;
- 8. Eliminação de qualquer tentativa de medida legal que restrinja o pagamento do salário-família, em razão da política de limitação da natalidade.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um outro decreto-lei do Presidente da República, dentro de uma sistemática de autoritarismo que não mais se justifica em nossa terra, vai ser apreciado pelo Congresso Nacional, contra o qual se insurgem os profissionais liberais.

Ao mesmo tempo, assinalando o evento, quero trazer as congratulações, do Plenário deste Senado, aos que promovem o 13º Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, em especial, à Confederação dos Servidores Públicos e à Federação das Associações dos Servidores Públicos em Pernambuco.

Era este o registro que gostaria de deixar assinalado nos anais deste Congresso. (Muito bem!)

# DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCOS FREIRE EM SEU DISCURSO:

As entidades que integram a Campanha Nacional pela Reformulação da Política Salarial do Governo, reunidas no dia 6 de fevereiro de 1981, na sede do Instituto de Engenharia (IE), em São Paulo decidem:

1. Lutar pela reformulação do Decreto-lei nº 1.820/80, bem como a supressão do seu art. 13 segundo o qual "as Leis especiais que fixam remuneração mínima para categorias profissionais regulamentadas não se aplicam aos servidores públicos ocupantes de cargos em empregos na

Administração Direta da União, do Distrito Federal e respectivas autarquias";

- 2. Lutar pela reformulação da Lei Salarial nº 6.886/80;
- 3. Exigir respeito întegral à legislação que concede o salário mínimo profissional, inclusive estendendo-o às categorias que ainda não estão amparadas por esse benefício;
  - 4. Lutar para que seja reformulada a legislação salarial no sentido de:
- a) garantir a todos os assalariados, reajuste salarial que recomponha o poder aquisitivo real, através de correção correspondente à inflação no período; e
  - b) garantir o direito de livre negociação de aumentos reais de salários.
  - 5. Lutar por reajustes trimestrais;
- 6. Lutar por um salário mínimo nacional unificado e justo que corresponda às necessidades do trabalhador e sua família, conforme estabelece a Lei que criou o salário mínimo. (De acordo com esta Lei, o salário mínimo deveria ser hoje, segundo cálculo do DIEESE, da ordem de Cr\$ 23.946,00);
- 7. Encampar as reivindicações de cunho geral que unifiquem os Servidores Públicos, quais sejām:
- a) reposição salarial para os Servidores Públicos, com a fixação dos índices de reajustes nunca inferiores aos levantados pelo DIEESE;
- b) extensão, aos Servidores Públicos do direito à correção salarial automática (semestral) concedida aos demais trabalhadores;
- c) direito ao 13º salário a todos os Servidores Públicos e le ainda não obtiveram este benefício;
- d) equiparação, permanente e automática dos vencimentos dos aposentados, sempre que houver reajuste dos vencimentos dos servidores ativos:
- e) direito à sindicalização para os Servidores Públicos, com a ratificação, pelo governo brasileiro, da convenção nº 151, da Organização Internacional do Trabalho OIT, da qual nosso País é signatário;
- f) ampla divulgação pelo DASP do anteprojeto de Estatuto dos Servidores Públicos Federais que será encaminhado ao Congresso Nacional, ainda no Primeiro trimestre deste ano, onde se pretende estabelecer um regime jurídico único a esses servidores, suprimindo os dois atuais: Estatuto e CLT; e
- g) lutar pela ampliação do mercado de trabalho na área do poder público, com a consequente extensão e melhoria dos serviços prestados à população. Que isto se faça através de convocação de concursos públicos para melhor aproveitamento dos recém-formados, em nossas universidades, evitando-se assim, a compra de serviços da área privada pelo poder público, por leasing ou convênios.

## Formas de Ação

- Ação prioritária pela reformulação do Decreto-lei nº 1.820/80 e supressão do seu art. 13. Nesse sentido foram apontadas como formas de ação:
- a) apelo junto ao Congresso Nacional para que rejeite o art. 13 do Decreto-lei nº 1.820/80;
- b) enviar correspondência firmada pelas entidades da Campanha, a todos os congressistas individualmente, sobre o art. 13 do Decreto-lei nº 1.820/80;
- c) organizar grupo de pressão junto ao Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) junto ao Executivo (Ministério do Trabalho, DASP, Governo Estadual e Municipal). Esta pressão deverá ser exercida através de:
  - envio de ofícios, telegramas e manifestos;
  - abaixo-assinados:
  - audiências e reuniões coletivas;
  - presença nos dias de votação intermediária (comissões);
- ato público e concentração nos dias de votação final de propostas (leis, decretos, decretos-leis, mensagens, etc.).
- d) Enviar carta ao Presidente da República (ter como base o documento do RS), rejeitando o art. 13 do Decreto-lei nº 1820/80;
- e) Cobrar dos Conselhos Regionais e Federais, a defesa dos salários mínimos profissionais no âmbito Municipal, Estadual e Federal.
- 2. Mobilização das categorías através do seguinte programa de atividades, que deverá ser adequado às condições locais e específicas de cada categoria:
  - a) Assembléias por entidades;
  - b) Assembléias interprofissionais;
  - c) Instituição de um Dia Nacional de Advertência;
- d) Realização de um Dia Nacional de Protesto contra a lítica Salarial do Governo e o art. 13 do Decreto-lei 1.820/80. Foi sugerido 1º de abril; e

e) Reunião de associados de entidades, para esclarecer e debater a defesa e ampliação do salário mínimo profissional. Desenvolver um intercâmbio desta luta entre as entidades à nível nacional.

Relação dos Sindicatos, Sociedades e Associações

- Sindicato dos Técnicos de Administração no Estado de Minas Gerais Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais - Sociedade Mineira de Engenheiros - Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado de Minas Gerais — Associação dos Engenheiros do DER/MG — Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos - APLENA - PBH. - Istítuto de Arquitetos do Brasil/Departamento de Minas Gerais — Associação dos Engenheiros da SUDECAP — Associação Profissional de Arquitetos de Minas Gerais — Associação Profissional Mineira de Geólogos - APMIG — Conselho Regional de Biblioteconomia — Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais — Sindicato dos Conselho Stas de Minas Gerais — Conselho Regional de Psicología - 4º Região - Minas Gerais è Espírito Santo -Conselho Region il de Odontologia de Minas Gerais - Conselho Regional de Medicina Verstinária - 7º Região — Conselho Regional de Farmácia — Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte - Sindicato de Engenheiros no Estado do Pará - SEEP - Associação Profissional de Assistentes Sociais -APAS — Sindicato dos Jornalistas do Pará — Associação Profissional dos Geólogos da Amazonía - APGAM — Ordem dos Advogados do Brasil -OAB-PA - Associação Profissional dos Arquitetos do Pará - APA -Instituto dos Arquitetos - IAB-PA - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pará - AEAPA — Associação Regional dos Sociólogos - ARS - Federação Ass. dos Engenheiros Agrônomos do Brasil - FAEAB - Região Norte — Sindicato dos Contabilistas — Associação Brasileira de Enfermagem do Pará - ABEM-PA - Instituto dos Economistas do Pará -IEPA — Associação Brasileira de Antropologia - PA — Associação dos Docentes da UFPA - ADUFPA - Associação Profissional dos Engenheiros Florestais - APEFA — Clube de Engenharia — Associação Brasileira dos Odontólogos — Associação Paraense de Bibliotecários — Sociedade Médico-Cirúrgico do Pará — Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Alta Sorocabana — Associação dos Engenheiros Agrônomos de Porto Alegre — Associação dos Engenheiros Agrônomos - Ijuí-RS - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santo Ângelo-RS - Associação dos Engenheiros Agrônomos Encosta Nordeste - Associação Engenheiros Agrônomos Encosta Sup. Nordeste - Associação Engenheiros Agrônomos de Cruz Alta-RS — Associação Engenheiros Agrônomos de Santiago-RS — Associação Engenheiros Agrônomos de Santa Cruz-RS — Associação Passo Real de Engenheiros Agrônomos-RS - Associação Engenheiros Agrônomos de Santa Rosa-RS — Associação Engenheiros Agrônomos de Rio da Prata - Associação Brasileira de Odontologia-RJ - Instituto Brasileiro de Planejamento-SP — Associação Profissional dos Assistentes Sociais-SP — Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - Regional Marília — Conselho Regional de Odontologia-SP - Delegacia de Marília — Associação Paulista de Medicina-SP - Regional de Marília — Associação dos Profissionais de Farmácia de Marília — Associação Profissional dos Contabilistas de Marília - Associação dos Engenheiros - Federação Associações Engenheiros Agrônomos do Brasil — Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo - Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo -Associação Regional de Assistentes Sociais da 6º Região Ad. do Estado de São Paulo — Conselho Regional de Psicologia - 6\* Região - Ribeirão Preto — Associação Servidores Municipais-Ribeirão Preto - Associação Servidores Públicos Municipais de Sertãozinho — Sindicato dos Geólogos no Estado de São Paulo - CONAGE - Coordenação Nacional dos Geólogos -Associação Brasileira de Geologia de Engenharia — Federação Nacional dos Arquitetos - UNSP - União Nacional Servidores Públicos Civis do Brasil -Associação Profissional dos Engenheiros Agrimensores no Estado de São Paulo.

> DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MURILO BADARO NA SESSÃO DE 20-5-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ficamos de oferecer, na sessão de ontem, uma resposta ao discurso do nobre Líder Marcos Freire, que, em pronunciamento como sempre revestido de eloquência, de brilho intelectual, como é praxe na atuação parlamentar de S. Ex\*, abordou o problema da legislação eleitoral com incursões na conjuntura, tendo brindado o Governo e o Partido do Governo com algumas críticas duras e que certamente não foram contestadas no momento por falta de oportunidade. É o que vamos tentar fazer, agora.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a impressão de que é importante — mais do que a impressão, tenho a certeza — darmos uma palavra definitiva contra essa tentativa de se apresentar ao Congresso emenda que prorroga mandatos parlamentares. A insistência com que a Oposição fala nisso chega até a ser suspeita, parecendo que muitos parlamentares a ela filiados se interessam pela medida porque, a rigor, não há como descrer de manifestações claras, peremptórias, definitivas e sinceras de homens do porte do Presidente do Congresso Nacional, Sr. Senador Jarbas Passarinho, e do Presidente do Partido, Sr. Senador José Sarney, que não admitem a idéia da prorrogação, sob nenhum pretexto.

Ora, insistir nisso, Sr. Presidente, e acusar o PDS de estar, de forma sorrateira, patrocinando a idéia prorrogacionista, não me parece correto. Agora, o que o Partido não pode, como também não pode o Líder do PMDB, é impedir que um seu correligionário, um seu companheiro de Bancada, apresente a proposição que quiser, por mais absurda que seja, desde que lavrada e formalizada nos termos do Regimento.

E é bem verdade que pedidos de prorrogação de mandatos parlamentares são tentativas episódicas, surtos esporádicos que sempre apareceram na vida pública brasileira e nunca lograram êxito, porque deixam mal o Poder Legislativo, diminuem a Câmara e o Senado perante os olhos da opinião pública. A impressão que se tem é de que, retirada do fato político do dia a natural avidez da imprensa pelo noticiário, todos irão perceber, a Nação inteira vai sentir e verificar que é mais uma tentativa que se frustra.

De forma, Sr. Presidente, que a insistência da Oposição em pretender acusar o PDS de manobra prorrogacionista, de prorrogar os mandatos parlamentares, a mim me parece uma coisa suspeita, porque fica parecendo que eles pretendem sempre lembrar do assunto para que ele medre, viceje e acabe por criar condições de se desenvolver.

Mas, nós vamos ficar com relação à Oposição, Sr. Presidente, vamos dar-lhes como baliza, como farol, como ponto de referência, a palavra insuspeita de V. Ex<sup>‡</sup> e a palavra do Presidente do meu Partido, igualmente insuspeita.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite V. Ext um aparte?
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) V. Ex\*s vão ouvir-me com calma e, depois, vou ouví-los com muito prazer.
- Sr. Presidente, vou chegar agora ao discurso do nobre Senador Marcos Freire. Já ainda não havia chegado ao ponto que me traz à tribuna, e o nobre Senador Itamar Franco, junto com o Senador Gilvan Rocha, já me aparteava fora do Regimento.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Fora do Regimento, não, regimentalmente.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) V. Ext, que é um regimentalista perfeito Sr. Presidente, faça cumprir o Regimento.
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Mas não há nada contra o Regimento.
- O SR. MURILO BADARO (PDS MG) Mas vou dar o aparte com prazer, claro que vou dar o aparte.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Agora?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Não, daqui a pouco. Quem diz a hora sou eu.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Mas nos queremos aparteá-lo sobre o assunto que V. Ex\* está tratando no momento.
- O.SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Vou ter muito prazer em ouvir os nobres Senadores.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campanhia.) Peço aos Srs. Senadores que desejam apartear o orador que solicitem o aparte.
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Mas, não estamos fazendo isso?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Em não lhe sendo concedido de pronto, que não façam comentários paralelos.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Aguardem a oportunidade.
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Mas quem faz comentários é o orador.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG) — Sr. Presidente, vou conceder o aparte aos nobres Senadores no momento oportuno, porque eles irão enriquecer em muito o meu discurso, estou certo disso. E a

oportunidade, certamente, sou eu quem vai fixar, porque estou com a palavra.

Seja como for, Sr. Presidente, a primeira constatação, uma vez que o discurso do Senador Marcos Freires se referiu à reforma eleitoral, é essa estranhíssima obstrução.

Na tradição parlamentar brasileira — e aí estão os Anais para provar a obstrução sempre foi realmente um direito da Minoria, mas nunca dirigida contra partidos políticos, contra organizações fora do Congresso ou contra o Poder Executivo, porque não tem sentido fazer-se obstrução para obrigar, por exemplo, o Poder Executivo a sancionar ou a vetar um dispositivo de lei.

Hoje de manhă, fazendo uma pesquisa, nós encontramos um caso, talvez o Senador Humberto Lucena se recorde disso: ao tempo do Presidente Juscelino Kubitschek, o Líder Vieira de Melo enfrentou uma obstrução da antiga e famosa Banda de Música da UDN, num projeto sobre os tesoureiros, e não pôde, porque não poderia, jamais, assumir em nome do Poder Executivo compromisso de veto ou não. V. Ex² se recorda desse episódio. A obstrução foi vencida por uma negociação parlamentar, e o veto foi oposto à lei. Isso é perfeitamente razoável, quer dizer, a obstrução dentro do Parlamento, com vistas a obter determinada aprovação de projeto, determinada a obter aberturas parlamentares, impedir a tramitação de uma matéria que pode ser, na opinião da Oposição, nociva ao interesse nacional, mas não uma obstrução que pretenda pressionar um partido político em matéria de alta indagação certamente polêmica. Veja, por exemplo, o caso do distrito eleitoral.

- O Sr. Gilson Rocha (PP SE) V. Ex\* me permite um aparte?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Um momento, Ext, tenha paciência, um pouquinho de paciência.
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Mas eu tenho que pedir o aparte.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Mas é claro, eu darei a V. Ex. Eu já fiz a inscrição aqui.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) V. Ext já ultrapassou o assunto sobre o qual queria apartear.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) O problema do distrito eleitoral. É uma matéria polêmica, em que dentro da própria Oposição há divergências em torno dela, uma matéria que, de boa fê, ninguém pode pretender admitir que sua implantação seja com objetivos ocultos de favorecer o Partido do Governo. De resto, esse medo da Oposição com relação ao distrito eleitoral é muito mais que de consolidação da democracia, porque todos os países do mundo que têm o distrito eleitoral, por uma circunstância curiosa, gozam de grande estabilidade política.

Pois bem; como um Partido, Sr. Presidente, pode se submeter a uma pressão intempestiva, inoportuna, para, num assunto dessa magnitude, decidir apressadamente? Citei apenas o cado do distrito; poderia citar outros tantos.

Portanto, a obstrução que a Oposição esta fazendo aqui é algo que não tem similar na história parlamentar brasileiro, Sr. Presidente. É verdade que é um direito das minorias, isto é um truísmo, mas nunca levado a esse ponto, de pretender pressionar um Partido que é composto não só de parlamentares que têm assento aqui e na Câmara como, de resto, de toda a comunidade nacional filiada a ele. Portanto, não tem sentido, é uma pressão tola, descabida, que não se ajusta, não se compagina com as tradições parlamentares brasileiras.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite V. Ext agora, nobre Senador?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Ademais, Sr. Presidente, sabem todos os que têm vivência parlamentar que esses assuntos são tratados sempre a nível de entendimento. Nunca nesta Casa, pelo menos durante os 24 anos que tenho de vida parlamentar, uma matéria aqui foi aprovada sem prévio consentimento e ampla negociação com a Oposição. Agora, sabe a Oposição que há companheiros que têm dificuldades de toda natureza para aqui comparecer.
- O resultado é que fomos obrigados a uma retaliação, que também não está muito ajustada à tradição parlamentar. Não há como vencer essa teimosia, essa espécie de birra da Oposição ou de alguns setores da Oposição porque já há divergência dentre da minoria —, com relação a essa obstrução que não está levando a nada, está, talvez, prestando apenas um grande serviço ao País, Sr. Presidente, consolidando, na opinião pública, a certeza de que o mecanismo do decurso de prazo é o que melhor convém aos Estados e ao Parlamento.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Não apoiado! Não apoiado!

- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) É isto que está acontecendo.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Não apoiado! Não apoiado!
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) E praza aos Céus que assim seja. Porque, realmente, um parlamento que não decide, é um parlamento que não se ajusta às novas realidades do Estado moderno.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Não apoiado!
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite V. Ex ??
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Um momento. Vou ouvir V. Ext depois.
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) V. Ext já está no quarto item.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Não tem importância. Pois sempre será muito rico e gratificante para mim conceder um aparte a V. Ex. Peço um pouquinho de paciência.
- Sr. Presidente, reforma eleitoral. O Senador Marcos Freire fez coro com tentativa de pressão. Então, fiz uma pesquisa rápida no nosso Serviço de Computação para mostrar um volume de legislação esparsa em matéria eleitoral que existe no Brasil. Aqui está a mostra, apenas com a legislação anterior ao código vigente, que é de 1965.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Feita pela ARENA.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Tudo isto, Sr. Presidente é legislação eleitoral esparsa. São agregados à lei principal que é o Código Fleitoral

A partir de 1965, da Lei nº 4.737, temos dezessete modificações ao Código Eleitoral. Por outro lado, além dessa característica da nossa legislação — ela é uma colcha de retalhos, ela é caótica, nós todos reconhecemos, a Oposição reconhece, ela é marcada por uma série de dispositivos que surgem ao sabor dos acontecimentos. Isso é o que o Professor Cláudio Pacheco, na sua "História das Constituições Brasileiras". chama de "nomadismo institucional". É a concepção romântica do Direito que supõe que a mudança da norma represente a mudança da realidade social a que ela se dirige. É uma concepção romântica do Direito, isso faz parte do nosso formalismo jurídico. É uma das características da nossa personalidade de base, como povo. A característica de uma legislação esparsa traz como consequência uma Justiça Eleitoral colocada num plano secundário. E nem poderia ser de outra forma. Trata-se, Sr. Presidente, de uma correção que precisa ser feita no momento exato em que inicíamos os primeiros passos na montagem do modelo nosso político, ou seja na busca da democracia, o objeto final de toda essa ação que estamos realizando.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite agora, nobre Senador?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Em seguida, um momento.

Se fizermos uma avaliação da posição da Justiça Eleitoral brasileira, Sr. Presidente, o quadro é de absoluta tristeza, sem embargo da presença de homens, de juízes, de serventuários notavelmente dedicados à sua causa. E os julgados que promanam das decisões dos Tribunais Eleitorais no Brasil honram a cultura jurídica dos nossos magistrados. Mas convenhamos que a ausência de material, a falta de condições físicas, o simples fato da Justiça Eleitoral ser colocada de forma temporária dentro da estrutura da Justiça Brasileira como um todo, a ausência de um cartório privativo, por si só, nos dá, a nós todos, Sr. Presidente, quando imaginamos construir um regime democrático, o dever de pensar seriamente na consolidação da nossa Legislação eleitoral.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) V. Ext permite?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Sr. Presidente, creio que agora devo ouvi-los, até porque entramos num assunto de legislação eleitoral, que os dois eminentes aparteantes conhecem, são experts, entendidos.

Fico muito lisonjeado com a intervenção. Concedo primeiro o aparte ao nobre Senador Gilvan Rocha e, em seguida, a V. Ex. Senador Itamar Franco.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) V. Ex<sup>a</sup> ainda me deve oito apartes, porque V. Ex<sup>a</sup> está no oitavo item do seu discurso e eu pedi para o primeiro...
  - O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Se V. Ext quiser...
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) V. Ext me concedeu ou não o aparte?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Quero que V. Ext me aparteie oito vezes seguidas se assim o desejar.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) V. Ext demonstrou que não quer. Vamos ao primeiro ítem. V. Ext por uma herança de autoritarismo, quer

dirigir o seu debate. Esta é uma Casa de debate; ou V. Ext dá o aparte, ou não dá. Eu quero me referir ao primeiro item: prorrogação, que V. Ext, com muita sutileza, quis dar como passado em julgado. Não é este o termo? Eu sou médico, mas acho que é este o termo jurídico. Sobre prorrogação. V. Ext pensa que não temos memória, mas eu tenho memória sobre aquilo que V. Ext falou no início do discurso. E mais do que eu, a Nação tem memória. Não adianta vestir a túnica alva e vir aqui fazer uma profissão de fé contra prorrogação, porque foi nesta Casa, com esse mesmo elenco que af está, que foi aprovada a prorrogação dos prefeitos e vereadores do Brasil. Este País tem memória. A Oposição cobrará diariamente uma posição do Partido de V. Ext, de cujo membro é o autor da emenda prorrogacionista. Então, não adianta passar por vestal, Ext A Nação tem memória e sabe que o PDS aprovou a prorrogação de prefeitos e vereadores. E, cesteiro que faz um cesto, faz um cento. Fim do primeiro aparte.

- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Sr. Presidente não há o que comentar. As situações são absolutamente sem qualquer semelhança. Nós prorrogamos mandatos de prefeitos e vereadores, premidos por uma circunstância de natureza política já assinalada de forma ampla. Não há o que questionar. O problema, agora, é a prorrogação dos nossos mandatos. A diferença é fundamental.
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Não é fundamental.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) É fundamental. Bom, V. Ext acha que não é e eu acho que é. O problema não tem nenhuma dificuldade.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Em seguida ouvirei V. Ex\* V. Ex\* vai falar sobre o item um ou sobre o item oitavo?
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Depende, se V. Ext permitir. A escolha não cabe a V. Ext a escolha é minha. Eu prefiro, ainda, ficar no item um, para lembrar que V. Ext...
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Os outros itens não são fáceis, não é?
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) São muito fáceis. São muito fáceis discutir com V. Ext os outros itens. Mas a Mesa já nos chama a atenção. V. Ext só nos concedeu aparte no final, depois que a Presidência chamou a atenção, porque faltam apenas cinco minutos. Eu quero me referir, nobre Senador Murilo Badaró, ao primeiro item, exatamente. Os outros, nós teremos oportunidade de debatê-los. Creio que o Líder do nosso Partido vai responder a V. Ext O primeiro item, porque V. Ext responde ao Senador Gilvan Rocha dizendo que não é a mesma coisa...
  - O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Tenta responder.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Tenta responder. Aliás V. Ext não tem nenhum argumento, e invocou por isso a palavra do nobre Presidente do Senado Federal. Passou pela prorrogação como um vento de 120 quilômetros. V. Ext faz bem, sabe por que, Senador Murilo Badaró? V. Ext, quando Deputado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, disse que a prorrogação de mandatos e V. Ext naquele instante não dizia se era de prefeito, vereador, deputado federal ou de senador feria a temporariedade, feria o princípio federativo e republicano. Isto lá em Minas Gerais. É por isso que V. Exts ficam arrepiados quando se fala em prorrogação. V. Exts ficam arrepiados e com razão, porque V. Exts feriram o princípio constitucional da temporariedade dos mandatos.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) É a moralidade relativa, Ex\* Democracia relativa, eu já ouvi falar; mas moralidade relativa, é a primeira vez.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Permite V. Ext só terminar o aparte?
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) V. Ext me honra muito com o seu aparte e enriquece o meu discurso.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Eu me honro, neste instante, de apartear V. Ext A honra é minha e não de V. Ext Mas, Senador Murilo Badaró, V. Ext pode falar de tudo, nesta Casa. Pode analisar, como faz permita, assim, de uma maneira vaga o problema da legislação eleitoral: mas por favor, prorrogação de mandatos, V. Ext não fale, porque V. Ext votou a prorrogação de mandatos; feriu o princípio constitucional; feriu o princípio republicano. V. Ext, por favor, em prorrogação de mandatos, pode acusar de tudo a Oposição brasileira, menos de que nós a aprovamos.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Sr. Presidente, entre as afirmações dos eminentes Líderes do nosso Partido eu destaco, para não citar

outros de menor dimensão e repercussão, a do Senador Jarbas Passarinho e a do Senador José Sarney.

Hoje, aqui no Plenário, já aconteceu um episódio significativo, Sr. Presidente: a Bancada toda do PDS aqui presente assinou um documento, a pedido do Senador Affonso Camargo, contrário à prorrogação, documento que eu já havia assinado em segundo lugar. Portanto, a nossa posição é tranquila; não se deve falar mais nisso.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Temos que falar, Ex\* Temos que falar.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Sobre o problema de prorrogação, fica-se sempre a pensar que alguém esteja querendo lembrar sempre disso, com outros objetivos.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) È preciso lembrar o povo, Ex\* Foi V. Ex\* que começou lembrando.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) É claro que não é, aqui, um problema do Senado; é um problema da Câmara.
- Sr. Presidente, a premência do tempo vai me deixar numa posição de dificuldade, porque o Senador Marcos Freire, segunda-feira, falou durante um período de uma hora.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Mas V. Ext teve oportunidade de falar e não quis falar. Foi cedido o tempo pelo Senador José richa.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Eu tinha compromisso na Presidência...
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) V. Ext não quer o debate...
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Ao contrário, o debate é o meu clima.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Toda a assistência percebeu, hoje, que não é.
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Srs. Senadores, tenho a impressão de que o debate está se perdendo.
- Peço a V. Ex\*, Senador Murilo Badaró, que conclua o seu discurso, porque o tempo de V. Ex\* está praticamente esgotado.
  - O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Disponho de 10 minutos?
- O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Não, Ext V. Ext dispõe de 5 minutos.
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Muito obrigado. Eu vou tentar concluir, Sr. Presidente.
- Sr. Presidente, a Comissão que o PDS instituiu para examinar o problema da legislação eleitoral é presidida por um homem que o Senado conhece bem, um homem de grande dimensão política e intelectual que é o Senador Aloysio Chaves.
- S. Ex\*, imediatamente, tomou providências no sentido de ouvir pelo menos o maior número possível de nossos companheiros. Fez uma cartaconsulta e está recebendo respostas dela.

Mas, quero convocar a atenção do nobre Líder Marcos Freire para a palavra do Presidente da Comissão, Senador Aloysio Chaves, quando da instalação dos seus trabalhos.

Não há que pretender identificar objetivos ocultos nesse trabalho que vem sendo feito pelo Partido, porque toda a reforma eleitoral que se vai fazer tem como fundamento, como objetivo, como rumo e direção, dar lastro ao projeto político do Presidente Figueiredo, vale dizer, a construção de um regime democrático estável, ajustado à índole e à cultura nacionais, adequado à nossa gente, à nossa tradição cultural e à nossa indesmentida vocação para a liberdade.

Tudo o que se pensar e o que se disser em torno disso ou que contrarie esses propósitos e esse objetivo, fica apenas como sendo uma palavra destinada a se perder, como tantas, no tempo.

- O compromisso do Partido, o compromisso de todos os homens de responsabilidade que têm assento nesta Casa é de realizar uma reforma eleitoral capaz de purificar o processo de tomada de decisão no País, escoimálo de todos os vícios, fazê-lo refratário a quaisquer influências do poder econômico ou do poder público, para que brote, na sua inteireza, na sua pureza máxima, a manifestação popular nas urnas de 1982.
  - O Sr. Itamar Franço (PMDB MG) Não é verdade!
- O SR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um trabalho deste vulto e deste porte não pode ser um trabalho apressado. Dele, certamente, a Oposição participará, porque os patriotas e os homens de espírito público...
  - O Sr. José Fragelli (PP MS) Tarde demais.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG) — ... que pertencem à Oposição, que pensam tão bem no País quanto nós, certamente vão oferecer a sua contribuição lúcida e patriótica para consolidarmos uma legislação eleitoral que se ajuste à taxa de modernidade que o Brasil já atingiu em outros setores, como na sua economia, nos seus meios de comunicação etc.

A nossa Justiça Eleitoral, a nossa legislação eleitoral, está defasada em relação ao índice de modernidade que o Brasil já atingiu. Por isso é que o Partido caminha tranquilo, sem se submeter a nenhum tipo de pressão, porque não pode fazê-lo, porque está atuando em função do interesse nacional. Nós não estamos preocupados em ganhar as eleições em 1982 apenas, ainda que isso seja função do Partido — trabalhar para que isso aconteça. Nós estamos querendo, Sr. Presidente, construir uma legislação adequada ao regime democrático que queremos construir na Nação.

Por que, Sr. Presidente? Porque há um compromisso do Presidente da República, de fazer do Brasil uma democracia, a que ele agregou um sentimento nobilíssimo, que é a sua própria honra pessoal, que, a esta altura, significa a própria honra nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 20-5-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O ilustre Senador Murilo Badaró conclui a sua oração lembrando o compromisso do Presidente da República de fazer deste País uma democracia.

Lembramo-nos, de imediato — e talvez alguns dos Senadores aqui presentes tenham tido a oportunidade de ver o mesmo noticiário — quando há alguns dias aparecia o ilustre General João Baptista de Figueiredo dizendo que entre a solução dos problemas econômicos e o equacionamento do problema político ele dava uma ênfase especial ao aspecto político-institucional. E lhe perguntavam por quê; ele dizia aos milhões de brasileiros que assistiam ao referido noticiário: "É porque fazer deste País uma democracia depende de mim."

Isto, por si só, já basta, Sr. Presidente, para dizer que tipo de democracia é esta que querem oferecer ao País: uma democracia que depende da vontade do Senhor Presidente da República, quando na verdade a democracia só será autêntica quando advier da vontade da Nação. E a vontade da Nação, por uma democracia, há muito tempo que está manietada por aqueles que assumiram o poder pela força das armas, e que através de subterfúgios de toda natureza têm impedido que a sociedade brasileira possa, realmente, ter conquistado aquele patamar do regime democrático que se constitui no sonho de milhões e milhões de brasileiros.

Não; Sua Excelência não fará deste País uma democracia, se julgar que a democracia depende apenas de sua vontade. É necessário muito mais; é necessário criar as condições para que a própria nação abra as veredas que façam, realmente, este País viver num regime que não dependa da vontade do governante, mas que a vontade do governante seja apenas a expressão da vontade soberana do povo. Por isso parece-nos até estranho que o Sr. Senador Murilo Badaró dê tanta ênfase a que a Comissão do PDS, que se outorgou um prazo de 180 dias — 180 dias são 6 meses, representam meio ano —, para discutir coisas que já se sabe, mais ou menos, que serão consagradas de acordo, até mesmo, com declarações que já vêm deixando transpirar as diretrizes dessa comissão.

Mais ainda: a veemência com que o Líder do PDS repele qualquer conivência do Governo com iniciativas prorrogacionistas não tem bons precedentes porque, como foi muito bem lembrado aqui, por companheiros nossos que apartearam S. Ex\*, também ouvimos essa cantiga, quando se começava a falar na prorrogação dos mandatos municipais, e escutamos Líderes do Governo, nesta mesma Casa, dizerem que eram iniciativas isoladas, proposições individuais que não tinham o respaldo do Governo e que não correspondiam ao desejo e aos propôsitos do Executivo.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. MARCOS\_FREIRE (PMDB PE) Ouvimos o ilustre Senador Gilvan Rocha.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Não perturbarei o discurso de V. Ex....
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Não, para nós é uma honra.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) ...já que V. Ext vai falar com a autoridade que tem de Líder e de homem de uma vida consagrada aos princípios que são idênticos aos dos seus companheiros do outro Partido da Oposição. Mas, pelo registro necessário do inusitado do monólogo que ouvimos agora de um homem que, no fim do seu discurso, disse que é um homem do debate e que deu demonstrativos que não o é, lembrar coisas que precisam ficar bem claras; nada adianta o esforço do Líder do Governo de tentar falar sozinho, sem ouvir a Oposição, para aumentar a credibilidade do Governo ou do Partido dele, porque, na última pesquisa de opinião, badalada pelo Governo em todos os jornais, ficou bastante claro que o povo não acredita que o Presidente vá levar este País a uma democracia, apesar das lacrimosas juras de Sua Excelência. Por que, nobre Senador? Porque nós temos aquele direito de "gato escaldado". V. Ext diz muito bem que esta cantiga já foi ouvida, quando se refere à prorrogação de mandatos. E não vai faltar quem, depois de votar a favor da prorrogação de mandatos daqui do Congresso Nacional, venha dizer que isto foi um fato ditado pelas circunstâncias, porque, infelizmente, nobre Senador, perde credibilidade quem tenta dizer que existe moral relativa.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Agradecemos a intervenção do ilustre representante por Sergipe que vem, assim, se associar ao protesto que a Oposição vem fazendo, nesta Casa, contra uma série de iniciativas que só têm tumultuado o já confuso quadro político nacional.
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) V. Ext me permite um aparte?
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Pois não, eminente Líder. Logo no item um!
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Eu queria saber se o Presidente me concederia a tréplica.
  - O ŠŘ. MARCOS FREIRE (PMDB PE) O microfone é de V. Ex\*
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) É porque eu gostaria, depois, de obter de algum Senador oposicionista a cessão de tempo para, então, oferecer a tréplica. É lógico, eu estou querendo pedir a S. Extessa concessão, porque, evidentemente, o aparte não é suficiente para esclarecer as coisas. Eu não quero perturbar o discurso de V. Ext. V. Ext. dá a sensação do uirapuru na mata: quando canta, todos devem calar. Então, eu quero ouvir V. Ext., com a maior atenção, não quero aparteá-lo, mas, apenas para dizer ao Senador Gilvan Rocha que eu realmente gosto do debate. Apenas, por circunstâncias de tempo, não me foi possível ouvir, como era do meu agrado, por mais vezes S. Ext. e estou certo de que alguém que está inscrito me concederá o seu tempo para eu ir à tréplica. E, nessa oportunidade, vou ouvir V. Ext., com o maior prazer.
  - O Sr. Evelásio Vieira (PP SC) V. Ex\* me concede um aparte?
  - O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Pois não.
- O Sr. Evelásio Vieira (PP SC) Nós das Oposições concordamos em fazer uma sessão extraordinária para ouvir o Líder do Governo.
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Eu fico muito grato.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) A figura, tão poeticamente invocada pelo Senador Murilo Badaró, se aplica exatamente a S. Ext que, quando falou, não quis que ninguém mais falasse, negando sucessivamente apartes que lhe foram solicitados. Não o pobre Líder de uma Minoria, que não tem o poder e a fortaleza da Maioria, que solicitada a dar apartes, imediatamente cedeu os microfones a S. Ext Mais ainda: anteontem, quando o nobre Líder do Governo também alegava que não poderia nos responder, na hora, o que nós estávamos argumentando, e que o faria no dia seguinte, por falta de tempo, dispusémo-nos a ficar calado, para S. Ext, como aparteante, usar o tempo que bem entendesse para a réplica. S. Ext declinou, como declinou o gesto cavalheiresco democrático do Senador José Richa, que, estando inscrito, imediatamente após a nossa oração, disse que cederia o tempo a S. Ext, e S. Ext preferiu fazer essa réplica apenas 48 horas depois, na tarde de hoje. Portanto, longe de nós querermos falar e que ninguém mais fale.
- Se V. Exi, agora mesmo, está solicitando o segundo aparte, tem a palavra.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Muito obrigado. V. Ex\* é realmente muito gentil.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Veja a diferença da Oposição!
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Apenas, veja V. Ext a diferença: os nobres Senadores apartearam à vontade de forma anti-regimental e não me importei com isso.

- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Que é isso! Só no item oitavo é que V. Ex\* concedeu o aparte.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) O item oitavo foi apenas umā numeração ao arbítrio do Senador Gilvan Rocha.
  - O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) E que V. Ext aceitou,
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Aceitei apenas com boa vontade parlamentar, nada mais do que isso. O Senador José Fragelli aparteou alí, fora do microfone, vários Senadores apartearam, e isso só me alegra. E V. Ext, ao me dar o aparte, não quero realmente perturbar o seu discurso na sessão de ontem, não foi possível falar porque não houve sessão no Congresso...
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Porque, mais uma vez, a Maioria não deu quorum.
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Não Exa! não foi por causa disso.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Mas, havia 10 Senadores da Oposição presentes, contando com a presença do Sr. Presidente. Se a Maioria tivesse dado igual número ao que a Oposição deu, a sessão teria se realizado.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Ora, V. Ext conhece bem a Casa e sabe que não foi assim.
  - O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Foi exatamente assim.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Mas, seja como for, V. Ext não perdeu, estamos aqui hoje.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) O repto está lançado. V. Ex\* pode consultar os Anais para saber quantos Senadores da Oposição estavam ontem presentes no início da possível sessão regimental. Se a Maioria estivesse aqui, não proporcionalmente representada, mas apenas com igual número ao oferecido pela Oposição...
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Um só.
  - O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) ... teria havido sessão.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) O discurso de V. Ext não perdeu oportunidade. Ao contrário, está atualíssimo.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Evidente, está. Exatamente.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Então, é uma honra muito grande debater com V. Ext Apenas eu queria só ter uma chance de ir à tréplica. Quero ver se, pelo Regimento, o Presidente me permite ou não. Voltarei amanhã.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Mas, isto não se justifica. V. Ex\* é Líder do Governo, e sabe...
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Voltarei amanhã, então.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) ... das faculdades regimentais que V. Ext tem, para falar, quando for devido.
- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Não. mas já esgotei o tempo do Líder. V. Ext acaba, também, de esgotar o tempo do Líder. O Líder do PP também já esgotou o tempo, através do Senador José Fragelli.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, julgávamos que a oração do ilustre Líder do PDS tinha realmente conseguido trazer a plenário considerações várias que, muitas vezes, data vênia de S. Ex\*, tememos que este teto caísse, tais as afirmações que S. Ex\* fez, mas, a eficiência da Mesa Diretora, por certo, garante a estrutura da Casa.
- Mas, agora, S. Ext realmente excedeu-se à sua faculdade. S. Ext conseguiu, através de dois apartes, dispor de tempo, para dizer que não dispunha de tempo para responder ao Líder da Oposição. E veremos que S. Ext, mais uma vez, arma o seu microfone e, mais uma vez, pela terceira vez, damos o microfone a S. Ext
- OSR. MURILO BADARÓ (PDS MG) Pois é. É que V. Exté muito inteligente, V. Ext me dá a palavra, para tirá-lo da dificuldade, pois não consegue rebater aquela tese que eu coloquei. E estou percebendo o jogo de V. Ext e estou aderindo a ele, naturalmente.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Não parece. V. Ext passou agora a ser colaboracionista da Oposição brasileira.
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Estou percebendo isso.
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) S. Ext, então, passou a ser colaboracionista da Oposição brasileira, o que não sói acontecer nesta Casa, haja vista a sessão de ontem. Como estavam inscritos seis Senadores da Oposição, para falar, impediram a realização da sessão.

- O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Nas boas teses, colaboro...
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Mas, desde que V. Ex\* dá o sentido dos seus apartes, já a esta altura não poderei concedê-los mais. V. Ex\* deu a interpretação desses apartes: não é para dar apartes, mas para preencher tempo.

Como há coisas que precisam ser respondidas, prosseguimos, Sr. Presidente. O Líder do Governo alega que não compartilha da idéia prorrogacionista, e levanta suspeições. É a Oposição que está interessada na proporrogação, porque um membro do Governo, com assento na outra Casa, tomou a iniciativa do projeto de prorrogação de mandatos. Achamos que é outra tarefa colaboracionista do Governo com a Oposição. A Oposição quer a prorrogação, então, o nobre Líder do Governo, Senador Murilo Badaró, solicitou a seu companheiro da Câmara dos Deputados que apresentasse essa emendã para colaborar com a Oposição, porque a Oposição, ao repudiar essa tentativa prorrogacionista, está, na verdade querendo manter o asssunto na Ordem do Dia para terminar tendo êxito, ou então - S. Ex\* também levanta uma outra suspeição - é a avidez da imprensa em torno de noticiários. Essa imprensa, que foi ou não foi, é culpada. Ainda anteontem, na Alemanha, o Senhor Presidente da República invocava o radicalismo da imprensa que vive malhando S. Ex. Então, a culpa não é do Governo. Se há tentativas de prorrogação, que a imprensa amanhã noticie em amplas manchetes — a culpa é da Oposição ou da própria imprensa.

- S. Ext, o Senador Murilo Badaró, fala que a obstrução que está sendo feita, realmente, visa a coagir o Partido do Governo e a toda comunidade nacional filiada a ele. S. Ext diz que, realmente, ninguém teme que as alterações pretendidas não visam beneficiar o Partido do Governo. S. Ext poderia ter invocado o exemplo histórico de que nenhuma modificação institucional ocorrida neste País, nestes últimos tempos, visou beneficiar o Governo. Fez-se sublegenda, não foi para beneficiar o Governo; crio-se a figura do Senador indireto, não foi para beneficiar o Governo; suspenderam-se as eleições de 1980, não foi papa beneficiar o Governo. É tão-somente o respeito a princípios doutrinários do Governo. O Governo apega-se a princípios doutrinários, e vem modificando sucessivamente as regras do jogo político neste País. É só por amor ao princípio. É até de admirar que o Governo tenha extinto a figura do Senador indireto, porque a coisa não foi feita para beneficiar o Governo, e não sei por que agora o Governo acha que não se justifica mais essa figura.
- S. Exª fala em voto distrital, como se estivéssemos, aqui, a discutir se o voto distrital é bom ou não, se é melhor que o sistema proporcional. O que não cabe é, num ano que é véspera do eleitoral, tentar jogar à discussão problema dessa magnitude, dessa complexidade, porque a tradição do Direito Constitucional brasileiro é do sistema proporcional. Portanto, querer mexer numa matéria desse tipo e desta natureza, representa, na verdade, uma tentativa de engodar a opinião pública.
- S. Ext vai mais longe, chega a afirmar, e talvez aí é que o teto não fosse a deligência do ilustre Presidente Jarbas Passarinho tenha balançado.
  - O Sr. Murilo Badaró (PDS MG) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. MARCOS FREIRE (PMDB PE) Ah! Não mais, senão vão pensar que é colaboração de V. Ex. Desculpe-nos, mas V. Ex. se auto-impediu de pedir novos apartes ou nós de concedê-los. Podemos ser mal interpretado, e o público há de pensar que não temos o que falar e que V. Ex. está nos ajudando a passar o tempo.
- S. Ext chegou a afirmar que nenhuma matéria foi aprovada sem amplo entendimento parlamentar. Esta é demais, Sr. Presidente. Quem acompanha, por pouco que seja, a evolução dos trabalhos legislativos desta Casa, sabe que matérias têm sido sucessivamente impostas por uma Maioria que Deus sabe como são conseguites, e chega S. Ext a dizer que, no caso, não há como vencer essa birra da Oposição. Mas, será que não há? Até parece que quem está falando é o Partido Minoritário que, diante de uma maioria esmagadora não tem como vencer a birra da obstrução. Não! Quem fala é o Líder do Governo que, como tal, comanda Bancada que, por si só, pode aprovar todas as matérias, nesta Casa, sem depender de nenhum voto da Oposição. E diz que não há como vencer essa birra da Oposição. E chega, até a dizer que isso leva a sociedade a concluir pela validade do instituto do decurso de prazo.

Francamente, talvez, tenha sido, até, a essa conclusão que o Líder do Governo tivesse querido chegar: defender o decurso de prazo. Decurso de prazo, porque, segundo ele, a Maioria não tem forças para aprovar as coisas do Governo. É a conclusão a que somos levados. Então, o decurso de prazo, baseado no raciocínio de S. Ext. existe porque o Governo não tem como contar com a sua Maioria. A exemplo, aliás, do que ocorre desde o início, praticamente, desta Sessão Legislativa, quando, graças à obstrução da Minoria, a Maioria não consegue colocar, aqui, trinta e três Senadores para aprovar as matérias que são do seu interesse.

Consequentemente, Sr. Presidente, o que queremos dizer é que a legislação eleitoral é uma colcha de retalhos, de fato o é, como é caótica toda a legislação brasileira. Essa legislação, a começar de uma pseudo-Emenda Constitucional nº 1, que de emenda não tem nada, porque foi pura e simplesmente um texto outorgado por uma Junta Militar, por um poder de fato que impediu o titular legítimo de exercer a Presidência da República e, como tal, aí está, ela própria, a colcha de retalhos.

E o caminho para superar esse estado de coisas é um só, de acordo com a tradição democrática,: a devolução do poder constituinte à Nação para que, através da Assembléia Nacional Constituinte, se possa, realmente, estabelecer todo um edifício jurídico-constitucional válido para este País.

O Sr. Leite Chaves (PMDB - PR) - Permite um aparte, nobre Senador? (Assentimento do orador.) - Senador Freire, os jornais de hoje dão notícia do pensamento de um dos grandes próceres do Partido oficial, acerca das próximas eleições. Disse ele que elas não poderão se realizar sem que os votos sejam vinculados, sem que se impeçam as coligações. E, ainda, que os percentuais partidários para a formação dos novos organismos políticos, sejam aferidos a partir da votação de governo de Estado. Veja V. Ext que violência. Primeiro, a coligação sempre foi um instrumento democratico em qualquer país do mundo, e sobretudo aqui. Segundo, outra violência, os partidos são nacionais e, por isto, os critérios de aferimento de contigente eleitoral são sempre as votações de deputado federal, jamais as de governador. Porque de governador, é um fato local, o voto para o Governador não é um voto político, mas circunstancial, local. Então, à aferição, a apuração desse quociente através dessas votações é um casuísmo extremamente violento para forçar os Partidos nascentes a lançarem, de qualquer maneira, seus candidatos e diluírem seriamente a Oposição. Em face disso, que parece ser o último pensamento dominante, em razão da repulsa à prorrogação dos mandatos, só está havendo uma alternativa para as oposições — é se reassumirem novamente. E V. Ext tomou conhecimento da maneira chocante, da maneira revoltante com que os Deputados e Senadores, ontem, concluíram por ser este o caminho que agora está sendo arquitetado. E já a essa altura mais de 100 parlamentares apuseram as suas assinaturas num documento em que se comprometem a salvar a Oposição, o sentimento de oposição, de suas responsabilidades de oposicionistas no País, se reunificando: mostrando, a essa altura, que, realmente, toda essa abertura não passou de uma farsa, como nós temos aqui, sistematicamente, mostrando ao País.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Grato pelo aparte, embora V. Ext corra o perigo exatamente de ser considerado, pelo ilustre Senador Murilo Badaró, como um daqueles que estão identificando objetivos ocultos, na Comissão do PDS, quando na verdade ela não está em busca de nenhum casuísmo, sublegenda, mantê-la, ampliá-la, proibir coligações, vinculação total de voto, nada disso. Tudo isso, realmente, atende a preocupações de ordem doutrinária, daqueles que, no entender do Líder do Governo, querem tão-somente lastrear projetos políticos do Presidente Figueiredo, na construção de um regime verdadeiramente democrático.

E tudo isso que V. Ext alegou, tudo que a Oposição vem argumentando, nesta Casa, são fantasmas que nós estamos vendo. Não há nenhum precedente na História do País, toda a orientação, todas as modificações que vêm sendo feitas representam apenas o amor a um pricípio: é a busca do verdadeiro regime democrático; acabam-se eleições, prorrogam-se os mandatos, criam-se novos institutos, tudo isso por amor à causa democrática.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, atendemos à advertência da Mesa — a luz vermelha já pisca dizendo que o nosso tempo está terminado — e portanto

queremos, como Líder do PMDB, dizer que as palavras do Senador Murilo Badaró, na verdade, não convencem a ninguém,. A Nação já está escaldada pelos precedentes anteriores; e o que estamos, a esta altura, cobrando do Governo, através da sua Liderança, nesta Casa, é tão-somente a definição das regras do jogo eleitoral.

O que a Oposição quer é que a Nação saiba quais as regras que vão gerir as eleições do próximo ano. É um direito mínimo que assiste à sociedade brasileira

Em outros Países — ainda anteontem invocava esse fato — como a Inglaterra, França e Estados Unidos enfrentaram recentemente eleições de várias naturezas; as pesquisas, as sondagens e as previsões já anteviam a derrota dos seus respectivos governos, e nenhum daqueles governos teve a ousadia de pensar em mudar regras do jogo eleitoral para evitar a derrota.

Infelizmente, no Brasil, é exatamente o que está acontecendo, mas a Oposição continuará atenta para, pelo menos, exercer os seus direitos de denunciar isso que, na verdade, constitui uma vergonha nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 49, de 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Anna Maria Villela para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 11 de maio de 1981, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jutahy Magalhães.

Senado Federal, 20 de maio de 1981. — Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal.

# ATO DO PRESIDENTE Nº 50, de 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base na delegação de competência contida no Ato nº 2, de 1973, da Comissão Diretora, resolve nomear a drª Sarah Abrahão para exercer o cargo em comissão de Assessor da Secretaria-Geral da Mesa, Código SF-DAS. 102.3, do Quadro Permanente do Senado Federal, criado pela Lei nº 6.808, de 1980, a partir de 1º de maio do corrente ano.

Senado Federal, 20 de maio de 1981. — Jarbas Passarinho, Presidente.

# ATO DO PRESIDENTE Nº 51, de 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de José Eduardo do Espírito Santo para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 21 de maio de 1981, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Vicente Vuolo.

Senado Federal, em 21 de maio de 1981. — Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal.

# ATAS DE COMISSÕES

# COMISSÃO DIRETORA

# 8º Reunião Ordinária, Realizada a 28 de Abril de 1981.

Sob a Presidência do Senhor Senador Jarbas Passarinho, Presidente, e com a presença dos Senhores Senadores Passos Pôrto, Primeiro Vice-Presidente, Gilvan Rocha, Segundo Vice-Presidente, Cunha Lima, Primeiro-Secretário, Jorge Kalume, Segundo-Secretário, Itamar Franco, Terceiro-Secretário, e Jutahy Magalhães, Quarto-Secretário, às dezenove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e oitenta e um, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e, incialmente, aborda os seguintes assuntos:

1º) Problema dos veículos oficiais do Senado. Sua Excelência comunica que, desde a gestão da Comissão Diretora passada, vários Senhores Senadores têm apresentado propostas no sentido de que o Senado Federal adote a solução utilizada pela Câmara dos Deputados. Naquela Casa do Poder Legis-

lativo a frota de veículos foi desativada e os Senhores Parlamentares passaram a perceber uma cota mensal retributiva para atendimento das despesas com transporte. O Senhor Terceiro-Secretário informa que, no seu entender, essa solução é mais barata do que a manutenção de uma frota de veículos e tudo isso implica dispêndios. O Senhor Segundo Vice-Presidente declara ter ficado sensibilizado com o argumento anteriormente apresentado pelo Senhor Presidente, de que essa solução equivale a financiar o carro, combustível e o motorista para o Parlamentar, sem que haja incorporação de bens ao patrimônio do Senado Federal. Após amplamente debatido o assunto, o Senhor Quarto-Secretário fica incumbido de efetuar um levantamento dos gastos decorrentes das duas situações, para apreciação posterior.

29) Problemas relativos aos Assessores dos Senhores Senadores:

a) O Senhor Presidente comunica que vários Senhores Senadores solicitaram fosse efetuado o pagamento dos vencimentos devidos aos Assessores recém-contratados a partir do dia 1º de março do corrente ano e não da data do Ato de autorização ou do contrato, vez que, por lapso de interpretação,

começaram a trabalhar efetivamente a partir de 1º de março. Após debater amplamente a matéria, a Comissão Diretora determina seja o referido pagamento efetuado, extracontrato, por serviços técnicos realizados, a todos os Assessores contratados até o presente momento. A partir de agora, o pagamento será efetivado, para os futuros Assessores, da data da assinatura do contrato.

- b) Sua Excelência dá conhecimento à Comissão Diretora de pedido de reconsideração da conclusão da Comissão de Avaliação, relativamente ao Assessor Antônio Roque Citadini, feito pelo Senhor Senador Orestes Quércia. Aquela comissão entende que o interessado não possui os requisitos estabelecidos na Resolução nº 130/80, vez que ainda não completou cinco anos de formado. A Comissão Diretora, ao examinar o Anexo I da Resolução nº 130, de 1980, que contém os critérios para admissão de Assessores de Senador, constata que, entre os requisitos mínimos, item 2.1.2., se exige formação de nível superior, e em seguida, como corolário da exigência anterior, no item 2.1.3., experiência profissional pertinente à área do curso de graduação de, no mínimo, cinco (5) anos. Uma coisa é pertinente à outra, não sendo possível que a experiência profissional seja adquirida antes da obtenção do grau de escolaridade específico. Só possuem experiência profissional de determinado campo os que pertecerem à respectiva profissão, só a exercendo os que, nos termos da lei, adquiriram o direito legal de nela ingressarem, mediante graduação universitária. Diante disso e considerando, ainda, a tradição anterior do Senado Federal, quando se exigia dos antigos Assessores, para ingressar nos Quadros da Casa, possuírem cinco anos de formado o Senhor Presidente comunica que mantém a decisão da Comissão de Avaliação, indeferindo o pedido de reconsideração.
- c) O Senhor Presidente informa ter sido consultado por diversos Senhores Senadores sobre o quantum a ser pago mensalmente aos novos Assessores, admitidos nos termos da Resolução nº 130, de 1980, vez que, nos termos do parágrafo 2º do art. 1º, os referidos servidores terão direito ao "salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS.3". Ao ocupante de cargo DAS.3 é paga retribuição dividida em duas parcelas: uma, o vencimento básico, outra, a gratificação de representação. Ambas se incorporam na remuneração do servidor, não havendo hipótese de perceber ou uma ou outra. Todo ocupante de cargo DAS percebe a soma das duas parcelas. Esse fato, aliado ao demonstrativo distribuído aos Senhores Senadores por ocasião da aprecição do projeto de Resolução respectivo, deixa claro que o legislador pretendia que aos novos Assessores fosse paga importância indêntica à percebida pelos ocupantes dos cargos DAS.3, ou seja, o vencimento base e a gratificação de representação. Após amplamente debatida a matéria, a Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, entende estar bem demonstrado tratar-se, na hipótese, de salário equivalente à remuneração do cargo DAS.3 e autoriza seja o pagamento mensal feito nessa base, permitindo, ainda, que os novos Assessores possam ser convocados para a prestação de até sessenta (60) horas extras de trabalho por mês.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário, que aborda os seguintes assuntos:

- 1º) Minuta de Ato modificando dispositivo do Ato nº 20, de 1976, da Comissão Diretora, com a finalidade de estabelecer que, nos casos de financiamento feito com base no Convênio firmando com a Caixa Econômica Federal, somente concorrerão ao plano de financiamento os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente e CLT do Senado, excluídos os das entidades supervisionadas, que manterão convênios diretos com a Caixa. O Ato é aprovado e, assinado, vai à publicação.
- 2°) Processo nº 004421 80 9, em que Elza Freitas Portal requer sejam incorporados em seus vencimentos os beneficios constantes do art. 2°, § 1°, da Resolução nº 21, de 1980. O parecer do Relator, à vista do pronunciamento do Conselho de Administração, é pelo deferimento. Após debater a matéria, a Comissão Diretora defere o pedido, nos termos do parecer do Relator.
- 3º) Auxilio-moradia. O Senhor Primeiro-Secretário lembra que o auxilio-moradia, pago aos suplentes convocados, não sofreu qualquer majoração em seu quantitativo. A Comissão Diretora, após debater a matéria, determina que o valor daquele auxílio seja reajustado em 73%, a partir de 1º de abril do corrente ano.
- 4º) Processo nº 072622 73 4, em que Lídia da Silva requer pensão especial. O Senhor Primeiro-Secretário faz entrega do processo ao Senhor Presidente para a competente distribuição. O senhor Presidente distribui o assunto ao Senhor Terceiro-Secretário para relatar.
- 5°) Processo nº 004689 78 0, em que Paulo Aurélio Quintella e outros servidores do Centro Gráfico solicitam enquadramento em cargo do Quadro Permanente do Senado. O processo é distribuído, pelo Senhor Presidente, ao Senhor Primeiro Vice-Presidente, para relatar.
- O Senhor Presidente, a seguir, concede a palavra ao Senhor Segundo Vice-Presidente. Sua Excelência faz um breve relatório sobre a subsecretaria

de Assistência Médica e Social, ora sob a sua supervisão, comunicando a absoluta falta de qualquer estatística que possibilite uma progamação acurada. Informa que, segundo soube, o PRODASEN possui um novo sistema de computação, denominado CDE, e que, após a sua implantação, poderá ser feito um estudo mais completo, com a necessária estatística. Há falta de normas específicas, de controle, especialmente no que tange à assistência de medicamentos. As verbas estão muito reduzidas e, no seu entender, só poderão ser fornecidos medicamentos, dentro de límites, aos Senhores Senadores, diretores, servidores da Casa e respectivos dependentes. Das receitas deverão constar a qualificação do funcionário ou dependente. Em caráter prioritário, devem ser fornecidos os remédios da CEME, só se adquirindo de fora os remédios que não existirem e, no máximo, três por receita. Deve-se evitar a compra de medicamentos para a suplementação protéica. Só sendo adquiridos os indispensáveis ao tratamento das doenças, dentro da disponibilidade orçamentária existente e até o seu limite. Comunica a existência de um aparelho de raios-X no Senado Federal, precisando de conserto, após o que poderá prestar pequenos serviços, poupando despesas. Informa ter visitado a Seção de Assistência Social da SAMS, onde estão lotados onze Psicólogos e quatro Assistentes Sociais, dos quais poucos viu. Tendo indagado quantos pacientes haviam sido atendidos nos dois últimos dias, para sua surpresa, foi informado de que nenhum. Para finalizar, Sua Excelência confirma a existência de problemas de pessoal na área, estando em falta enfermeiros e pessoas habilitadas a lidar com estatística. As sugestões de Sua Excelência são aprovadas pela Comissão Diretora.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro Vice-Presidente, que emite parecer sobre o Projeto de Resolução nº 99, de 1980, que "transforma a Comissão de Saúde em Comissão de Saúde e Defesa do Meio Ambiente (CSMA)". Após aduzir várias razões, relativas à importância da área nova ao debate nacional, Sua Excelência conclui pela rejeição do Projeto, por crer mais prudente a não inclusão do assunto em qualquer Comissão Permanente, deixando o seu exame específico, no momento, às Comissões de Constituição e Justiça, Saúde, Agricultura, Economia, Educação e Cultura e Minas e Energia, reconhecendo que, no futuro, poderá ser criada uma Comissão Especial, para análise e desempenho das tarefas de proteção, defesa e vigilância sobre o meio ambiente. A Comissão Diretora adota o ponto de vista esposado pelo Senhor Primeiro Vice-Presidente e opina pela rejeição do Projeto, com o voto em separado do Senhor Segundo Vice-Presidente, favorável.

Com a palavra, o Senhor Segundo-Secretário enfoca as seguintes matérias:

- lº) Problema das despesas médico-hospitalares realizadas extra-Senado. O Senhor Segundo-Secretário informa que essa tarefa, no seu entender, deve passar à supervisão do Senhor Segundo Vice-Presidente, a quem estão afetas as atividades da Subsecretaria de Assistência Médica e Social. Debatida a matéria, a Comissão Diretora concorda com a sugestão, que é aprovada, passando a competência para autorizar tais despesas para o Senhor Segundo Vice-Presidente.
- 2º) Processo nº 005173 79 5, pelo qual o Senador Milton Cabral indica a servidora Paula Cunha Canto de Miranda, Assistente Legislativo, Classe Especial, para inclusão na Categoria Funcional de Engenheiro, Classe "C", e Processo nº 002969 79 3, pelo qual a referida servidora requer seja o seu nome incluído na relação de Técnico Legislativo, Classe "B". O parecer do Relator, após lembrar que o assunto versado no processo incide em matéria de progressão funcional, regulada pela Resolução nº 146, de 1980, informa que a servidora, aprovada em processo seletivo de avaliação e de desempenho funcional, já passou a pertencer a Categoria Funcional de Técnico Legislativo, Classe "A", Referência 43. Assim, tendo o seu pedido sido atendido em parte, opina pelo arquivamento dos processos. A Comissão Diretora, à unanimidade dos seus membros, determina o arquivamento dos processos.
- 3°) Processo nº 000216 81 0, em que Eurípedes Rosa da Conceição e outros Agentes de Portaria solicitam transferência para a Categoria Funcional de Agente de Segurança Legislativa. O Senhor Segundo-Secretário emite parecer favorável, concordando com o ponto de vista do Senhor Diretor-Geral. O Senhor Quarto-Secretário pede vista do processo, que lhe é concedida pelo Senhor Presidente.
- 49) Requerimento em que a Sre Senadora Eunice Michiles solicita que o CEGRAF seja autorizado a imprimir um jornal, com seis páginas, bi-mensal, com 1.500 exemplares. Debatida a matéria, a Comissão Diretora, considerando que o CEGRAF se encontra assoberbado de serviço e em atraso com a impressão de importantes publicações do Senado Federal, resolve indeferir a solicitação.
- 5%) Requerimento em que a Fundação Guimarães Duque ESAN solicita a publicação do Livro "Árvores de Costado", do Escritor Raimundo

Nonato, numa edição de dois mil exemplares. À vista das razões anteriormente aduzidas, a Comissão Diretora indefere o pedido.

- 6°) Processo nº 001481 81 9, em que o Senhor Tancredo Neves solicita autorização para que sejam impressos pela Gráfica do Senado, dez mil exemplares do "Manifesto Estatuto Programa" do Partido Popular. A Comissão Diretora defere o pedido que, no entanto, dadas as dificuldades apontadas, deverá ser colocado em última prioridade, pois, em primeiro lugar, estão as necessidades da Casa.
- 7°) Processo nº 004937 80 5, em que o Gabinete do Senador Dinarte Mariz encaminha contas relativas ao tratamento médico-hospitalar com o ex-Senador Jessé Freire. Por se tratar de matéria que passou para a competência do Senhor segundo-Vice-Presidente, o proce é enviado a Sua Excelência para relatar.
- 8°) Requerimento em que Severino Neuberger solicita sua readmissão no Centro Gráfico. A matéria é enviada ao Diretor-Executivo daquela entidade supervisionada, para informar.
- 99) Requerimento em que a Casa do Poeta Brasileiro, Seção de Brasilia, solicita a impressão gratuita, pelo CEGRAF, de um livro onde 21 poetas homenageam a maioridade desta Capital. Pelas mesmas razões antes referidas, a Comissão Diretora indefere o pedido.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Terceiro-Secretário, que discorre sobre as seguintes matérias:

- 1º) Projeto de Resolução nº 94, de 1980, que "acrescenta parágrafo ao art. 86 do Regimento Interno". O Relator esclarece que o nobre Autor da proposição, Senador Hugo Ramos, objetiva disciplinar a forma pela qual devem ser procedidas as eventuais substituições de parlamentares, indicados pelos respectivos Líderes, para comporem as Comissões Permanentes. Após diversas considerações que julgou oportunas aduzir, o Relator opina pela aprovação da matéria, nos termos de emenda que apresenta, com o objetivo de deixar patente no corpo da norma a verdadeira intenção colimada pelo preclaro autor da iniciativa. A Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, aprova o parecer que, assinado, é enviado, juntamente com o Projeto, à Secretaria-Geral da Mesa, para os devidos fins regimentais.
- 2º) Processo nº 001934 81 3, pelo qual a Secretaria de Divulgação e Relações Públicas encaminha proposta da United Press International Inc., para renovação do contrato de fornecimento de notícias internacionais firmado entre o Senado Federal e aquela Agência, expirado a 31 de dezembro de 1980. O Senhor Terceiro-Secretário esclarece ter solicitado a opinião do Diretor da Secrataria de Divulgação e de Relações Públicas. Aquele órgão sugere que os meses de janeiro, fevereiro e março sejam pagos com base no contrato anterior, sendo assinado novo contrato, para o ano em curso, nas novas bases. O Senhor Terceiro-Secretário envia o processo, a seguir, para a Consultoria-Geral, que elabora minuta de contrato, nos termos sugeridos. A matéria é entregue ao Senhor Presidente, que a despachará, oportunamente, com o Diretor-Geral.

O Senhor Terceiro-Secretário devolve ao Senhor Presidente, processo nº 000422 81 9, em que Antônio Corrêa Pacheco, Técnico Legislativo, aposentado, requer revisão de seus proventos, por estar sem distribuição escrita. Na dúvida, o Senhor Presidente incumbe o Senhor Diretor-Geral de esclarecer

verbalmente o pedido e sua fundamentação legal. O Senhor Diretor-Geral informa convenientemente o assunto, já com pareceres favoráveis de todos os órgãos da Casa, demonstrando o direito do servidor ao que requer. A Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, defere o pedido.

A seguir, o Senhor Terceiro-Secretário comunica que, posteriormente, apresentará trabalho a respeito das Comissões Mistas. No seu entender, devem ser criadas seis Comissões Mistas Permanentes: a Comissão Mista para Assuntos Sociais, a para Assuntos Políticos, a para Assuntos Econômicos, a para Assuntos Financeiros, a para Emendas Constitucionais e a para Assuntos Públicos.

Em seguida, Sua Excelência dá ciência à Comissão Diretora de diversas reuniões realizadas com o Presidente do Tribunal de Contas da União, relativamente à criação de meios indispensáveis ao acompanhamento do Orçamento da União, informando que outras haverá, já com o esboço de idéias concretas. Até junho de 1981, Sua Excelência entende possa ser fornecido aos Senhores Senadores o Orçamento da União com as alterações introduzidas. Julga que, em 1982, as características da Comissão de Orçamento devem ser modificadas, a fim de possibilitar um melhor atendimento das suas reais finalidades. Aborda o problema do acoplamento do Tribunal de Contas da União, Senado Federal e Câmara dos Deputados, mediante instalação de terminais do computador, o que considera um passo no efetivo controle das contas públicas, havendo recursos para esse fim. Solicita a competente licença para continuar a programação iniciada. A Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, aprova a sugestão.

Com a palavra, o Senhor Quarto-Secretário entrega ao Diretor-Geral parecer para ser distribuído a todos os membros da Comissão Diretora, relativo a processo a ser discutido na próxima reunião. Em seguida, Sua Excelência informa ter solicitado ao Serviço de Segurança que encaminhe os Agentes e Inspetores de Segurança a exames médicos, a fim de ser efetuada uma triagem, com vistas ao seu aproveitamento futuro. Informa, ainda, ter pedido plantas do Senado, com as diversas localizações dos Agentes e Inspetores, o que está sendo providenciado, não obstante inexistam plantas baixas de todos os próprios. Sua Excelência, a final, aborda o problema de mecânico para os carros à álcool, informando que, no seu entender, não será necessária a contratação de mais um, sendo suficiente que se selecione um dos funcionários do Quadro Pessoal para realizar treinamento na General Motors.

O Senhor Vice-Presidente usa da palavra para estranhar, perante a Comissão Diretora, a prática usual de funcionários da Casa e outros interessados de procurarem os membros da Comissão Diretora, solicitando o encaminimento de assuntos de seu interesse ao exame direto desta Comissão. O Senuor Presidente declara que, a seu ver, deve ser fixada norma de que nenhum processo ou assunto seja submetido a apreciação da Comissão Diretora, a não ser por intermédio do Diretor-Geral. A Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, aprova a sugestão.

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que eu, Aiman Nogueira da Gama, Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, assinada pelo Senhor Terceiro-Secretário e pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 28 de abril de 1981. — Jarbas Passarinho, Presidente — Itamar Franco, Terceiro-Secretário.

#### MESA

Presidente

Jarbas Passarinho

19-Vice-Presidente Passos Pôrto

2º-Vice-Presidente

Gilvan Rocha

19-Secretário Cunha Lima

29-Secretário Jorge Kalume

39-Secretário

Itamar Franco

49-Secretărio Jutahy Magalhães

Suplentes de Secretários

Almir Pinto Lenoir Vargas

Agenor Maria

Gastão Müller

### LIDERANCA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

#### PMDB

Líder

Marcos Freire

Vice-Lideres

Roberto Saturnino

Mauro Benevides

Humberto Lucena

Pedro Simon

Orestes Quercia

Henrique Santillo

Lázaro Barboza

Evandro Carreira

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR - PP

Lider

Evelásio Vicira

#### Vice-Líderes

Affonso Camargo José Fragelli Gastão Müller

Mendes Canale

Saldanha Derzi

LIDERANCA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Lider

Nilo Coelho

Vice-Líderes

Aderbal Jurema Alóysio Chaves

Bernardino Viana

Gabriel Hermes José Lins

Lomanto Júnior

Moacyr Dalla

Murilo Badaró

#### SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Edifício Anexo das Comissões - Ala Senador Nilo

Telefones: 223-6244 e 211-4141 - Ramais 3487, 3488 e 3489 A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Daniel Reis de Souza

Local: Edificio Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho

Telefone: 211-4141 - Ramais 3490 e 3491

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leite Chaves Vice-Presidente: Martins Filho

Suplentes

1. Dinarte Mariz

1. Agenor Maria

2. Lourival Baptista

3. Benedito Ferreira

# Titulares

#### PDS

- 1. Renedito Canelas
- 2. Martins Filho
- 3. João Calmon 4. João Lúcio
- **PMDB**
- I. Leite Chaves 2. José Richa

1. Mendes Canale

1. Evelásio Viejra

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga - Ramal 3492 Reuniões: Terças-feiras, às 11.00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho

- Anexo das Comissões - Ramal 3378

# COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS - (CAR) (7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Alberto Silva Vice-Presidente: José Lins

# Titulares

1. Raimundo Parente

Suplentes

2. Almir Pinto

3. Aloysio Chaves

1. Marcos Freire

- l. Jose Lins 2. Eunice Michiles
- 3. Gabriel Hermes
- 4. Benedito Canelas
- - PMDR
- 1. Evandro Carreira 2. Mauro Benevides

- 1. Alberto Silva
- 1. Mendes Canale

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca - Ramal 3493 Reuniões: Tercas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Anexo das Comissões — Ramal 3024.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - (CCJ) (15 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Aloysio Chaves 19-Vice-Presidente: Nelson Carneiro 29-Vice-Presidente: Lenoir Vargas

#### Titulares

#### Suplentes PDS

2. João Calmon

Almir Pinto

4. Martins Filho

5. Aderbal Jurema

- 1. Aloysio Chaves 2. Hugo Ramos
- 3. Lenoir Vargas
- 4. Murilo Badaró
- Bernardino Viana Amaral Furlan
- Moacyr Dalla 8. Raimundo Parente

- 1. Paulo Brossard 2. Marcos Freire
- 1. Franco Montoro 2. Lázaro Barboza 3. Humberto Lucena
- 3. Nelson Carneiro 4. Leite Chaves
- 5. Orestes Quércia
- 1. Tancredo Neves
  - 1. Mendes Canale

PMDB

- 2. José Fragelli
- Assistente: Paulo Roberto Almeida Campos Ramai 3972
- Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 4315

#### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL - (DF) (11 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista Vice-Presidente: Mauro Benevides

# Titulares

- Suplentes PDS 1. Luiz Cavalcante
- 1. Lourival Baptista
- 2. Bernardino Viana
- 3. Moacyr Dalla 4. Benedito Ferreira
- 5. Martins Filho 6. Murilo Badaró
- Lázaro Barboza
- 2. Mauro Benevides 3. Laélia Alcântara
- 1. Saldanha Derzi
- **PMDB** I. Henrique Santillo
- 2. Evandro Carreira

2. Hugo Ramos

4. José Lins

3. Aderbal Jurema

- 2. Luiz Fernando Freire
- 1. Affonso Camargo

Assistente: Leda Ferreira da Rocha - Ramal 3499 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3168

#### COMISSÃO DE ECONOMIA - (CE) (11 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: José Richa Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

PDS

PMDB

Suplentes

1. Lomanto Júnior

2. Gabriel Hermes

4. Benedito Canelas

3. Vicente Vuolo

# Titulares

- 1. Bernardino Viana 2. José Lins
- 3. Lenoir Vargas
- 4. Milton Cabral 5. Luiz Cavalcante
- 6. Benedito Ferreira
- 1. Roberto Saturnino
- 2. Marcos Freire 3. José Richa
- 1. José Fragelli
- 1. Affonso Camargo

1. Pedro Simon

2. Teotônio Vilela

- 2. Alberto Silva
- Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro Ramal 3495

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho - Anexo das Comissões - Ramal 3256

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC) (9 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Aderbal Jurema Vice-Presidente: Gastão Müller

#### Titulares

#### Suplentes PDS

PMDB

- 1. Aderbal Jurema
- 2. João Calmon 3. Eunice Michiles
- 4. Lenoir Vagas 5. José Sarney
- 1. Laélia Alcântara 2. Franco Montoro
- 1. Marcos Freire 2. Mauro Benevides

I. Lomanto Júnior

2. Gabriel Hermes

3. João Lúcio

- 3. Pedro Simon i. Gastão Müller
- I. Evelásio Vicira
- Assistente: Sérgio da Fonseca Braga Ramal 3492
- Reunides: Quintas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
  - Anexo das Comissões Ramal 3546

#### COMISSÃO DE FINANÇAS - (CF) (17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro Vice-Presidente: Gabriel Hermes

| Titulares                            | Suplentes                          |
|--------------------------------------|------------------------------------|
|                                      | PDS                                |
| <ol> <li>Raimundo Parente</li> </ol> | <ol> <li>José Guiomard</li> </ol>  |
| 2. Lomanto Júnior                    | <ol><li>Bernardino Viana</li></ol> |
| <ol><li>Amaral Furlan</li></ol>      | <ol><li>Benedito Canelas</li></ol> |
| 4. Amaral Peixoto                    | 4. Vicente Vuolo                   |
| <ol><li>Martins Filho</li></ol>      | 5. José Lins                       |
| 6. Tarso Dutra                       |                                    |
| <ol><li>Gabriel Hermes</li></ol>     |                                    |
| 8. Hugo Ramos                        |                                    |
| 9. Almir Pinto                       |                                    |

**PMDB** 

1. Mauro Benevides 1. Humberto Lucena 2. Roberto Saturnino 2. Paulo Brossard 3. Pedro Simon 3. José Richa Teotônio Vilela

4. Franco Montoro

1. Tancredo Neves 1. Saldanha Derzi 2. Affonso Camargo José Fragelli 3. Mendes Canale

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca - Ramal 3493 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho - Anexo das Comissões - Ramal 4323

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL - (CLS) (9 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Raimundo Parente Vice-Presidente: Humberto Lucena

| Titulares   | Suplentes PDS                                    |
|---|--|
| Raimundo Parente     Aloysio Chaves     Hugo Ramos     Eunice Michiles     Gabriel Hermes | Lenoir Vargas     Aderbal Jurema     Almir Pinto |
|   | PMDB   |

I. Franco Montoro I. Agenor Maria 2. Humberto Lucena 2. Nelson Carneiro 3. Dejandir Dalpasquale

Titulares

1. José Fragelli 1. Luiz Fernando Freire

Assistente: Luiz Cláudio de Brito - Ramal 3498 Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3339

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - (CME) (7 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Suplentes

PDS 1. Milton Cabral 1. Dinarte Mariz 2. Luiz Cavalcante 2. Gabriel Hermes 3. José Lins 3. Martins Filho 4. Almir Pinto **PMDB** 1. Henrique Santillo 1. Roberto Saturnino 2. Teotônio Vilela

1. Affonso Camargo 1. Alberto Silva

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira - Ramal 3496 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa — Anexo das Comissões — Ramal 3652

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS - (CM) (17 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares Suplentes PDS 1. Almir Pinto 1. Tarso Dutra 2. Aderbal Jurema 2. Lomanto Junior 3. Amaral Furlan 3. José Sarney Amaral Peixoto 4. Murilo Badaró Benedito Canelas 5. Benedito Ferreira Lenoir Vargas Moacyr Dalla Raimundo Parente

**PMDB** 

L. José Richa 1. Marcos Freire 2. Dejandir Dalpasquale Orestes Ouércia Evandro Carreira 3. Humberto Lucena

Lázaro Barboza 5. Agenor Maria

Vicente Vuolo

1. Gastão Müller 2. Affonso Camargo

1. Alberto Silva 2. Luiz Fernando Freire

3. Mendes Canale

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira - Ramal 3496 Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramai 3122

### COMISSÃO DE REDAÇÃO - (CR) (5 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena Vice-Presidente: Murilo Badaró

Titulares Suplentes PDS I. José Sarney 1. João Calmon 2. Murilo Badaró 2. Moacyr Dalla 3. Aderbal Jurema

PMDB

1. Adalberto Sena Evandro Carreira

 Saldanha Derzi 1. Mendes Canale

Assistente: Fátima Abrahão de Araújo - Ramal 3266 Reunides: Ouintas-feiras, às 14:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramai 3121

# COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - (CRE) (15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana 19-Vice-Presidente: Paulo Brossard

2º-Vice-Presidente: Amaral Peixoto Titulares Suplentes PDS 1. Luiz Viana 1. Aderbal Jurema 2. Tarso Dutra 2. Bernardino Viana Lomanto Júnior 3. Amaral Furlan 4. Amaral Peixoto 4. Moacyr Dalla 5. João Calmon 5. Martins Filho 6. Aloysio Chaves José Sarney 8. Lourival Baptista PMDB 1. Paulo Brossard 1. Leite Chaves 2. Nelson Carneiro 2. Pedro Simon 3. José Richa 3. Roberto Saturnino

Mauro Benevides

Marcos Freire

1. Luiz Fernando Freire I. Saldanha Derzi

2. Tancredo Neves

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa - Ramal 3497 Reuniões: Quartas-feiras, às 14:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Anexo das Comissões — Ramal 3254

### COMISSÃO DE SAÚDE -- (CS) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Jaison Barreto Vice-Presidente: Almir Pinto

Titulares Suplentes PDS 1. Lomanto Júnior 1. Benedito Canelas 2. Almir Pinto 2. João Calmon 3. José Guiomard 3. Lenoir Vargas 4. Lourival Baptista

**PMDB** 

1. Henrique Santillo 1. Laélia Alcântara

2. Jaison Barreto

Saldanha Derzi

1. Gastão Müller

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 3499

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3020

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz Vice-Presidente: José Fragelli

Titulares Suplentes PDS 1. Dinarte Mariz I. Raimundo Parente 2. Luiz Cavalcante 2. Amaral Furlan 3. José Guiomard 3. Benedito Ferreira 4. Murilo Badaró

PMDB

1. Mauro Benevides 1. Orestes Quércia 2. Agenor Maria

l. José Fragelli 1. Gastão Müller

Assistente: Marcelino dos Santos Camello - Ramal 3498 Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões — Ramal 3020

# COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL - (CSPC) (7 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria Vice-Presidente: Raimundo Parente

| Titulares            | Suplentes                          |
|----------------------|------------------------------------|
|                      | PDS                                |
| I. Raimundo Parente  | <ol> <li>Helvidio Nunes</li> </ol> |
| 2. Aderbal Jurema    | <ol><li>Bernardino Viana</li></ol> |
| 3. Lourival Baptista | 3. José Guiomard                   |
| 4. Moacyr Dalla      |                                    |
|                      | Duran                              |

PMDB

Agenor Maria 1. Lázaro Barboza

2. Humberto Lucena

1 Gastão Müller 1. Luiz Fernando Freire

Assistente: Luiz Cláudio de Brito - Ramal 3498 Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 3121

# COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PUBLICAS — (CT)

(7 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Vicente Vuolo Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

Suplentes

PDS

- 1. Vicente Vuolo 2. Benedito Ferreira
- 3 Aloysio Chaves
- 4. Milton Cabral

1. Lomanto Júnior 2. Luiz Cavalcante

3, Amaral Peixoto

**PMDB** 

1. Evandro Carreira 1. Orestes Quércia

2. Lázaro Barboza

1. Albierto Silva

PP 1. Affonso Camargo

Assistente: Marcelino dos Santos Camello - Ramal 3498

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 3130

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho

- Andar Térreo - 211.3407

Assistentes: Helena Isnard Accauhy — 211-3510 Mauro Lopes de Sá — 211-3509 Clayton Zanlorenci — 211-3502

Frederic Pinheiro Barreira — 211-3503 Maria de Lourdes Sampaio — 211-3503

C) SÉRVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE

INQUÉRITO

Chefe: Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz — Ramal 3511
Assistentes: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 3512
Elizabeth Gil Barbosa Vianna — Ramal 3501

Nadir da Rocha Gomes - Ramal 3508

# SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES QUADRO DE HORÁRIO DAS REUNIÕES ORDINĀRIAS DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA O BIÊNIO 1981/1982

| TER   | ÇA-FEIRA  | LOCAL DA REUNIÃO  | ASSISTENTE |
|-------|-----------|---|------------|
| Horas | Comissões |   |            |
| 10:00 | CAR       | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3024 | GUILHERME  |
| 11:00 | CA        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Nilo Coelho<br>Ramal 3378     | SÉRGIO     |

| QUA   | RTA-FEIRA | LOCAL DA REUNIÃO  | ASSISTENTE       |
|-------|-----------|---|------------------|
| Horas | Comissões | LOCAL DA REUNIAO  | MODISTERIE       |
| 09:00 | CE        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Nilo Coelho<br>Ramal 3256     | FRANCISCO        |
| 09:30 | CCI       | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 4315 | PAULO<br>ROBERTO |
| 10:00 | DF        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3168 | LÉDA             |
| 10:30 | CME       | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3652 | GONÇALVES        |
| 11:00 | CRE       | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Nilo Coelho<br>Ramal 3254     | LEILA            |
| 11:00 | CSN       | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3020 | MARCELINO        |
| 11:00 | CSPC      | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3121 | LUIZ<br>CLÁUDIO  |

| QUII  | NTA-FEIRA | LOCAL DA REUNIÃO  | ASSISTENTE      |
|-------|-----------|---|-----------------|
| Horas | Comissões | LOCAL DA REUNIAO  |                 |
| 10:00 | CS        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3020 | LĒDA            |
| 10:00 | CEC .     | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3546 | SÉRGIO          |
| 10:00 | CF        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Nilo Coelho<br>Ramal 4323     | GUILHERME       |
| 11:00 | CLS       | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3339 | LUIZ<br>CLÁUDIO |
| 11:00 | CM        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3122 | GONÇALVES       |
| 11:00 | СТ        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3130 | MARCELINO       |
| 14:00 | CR        | Sala da Comissão, na Ala<br>Senador Alexandre Costa<br>Ramal 3121 | FÁTIMA          |